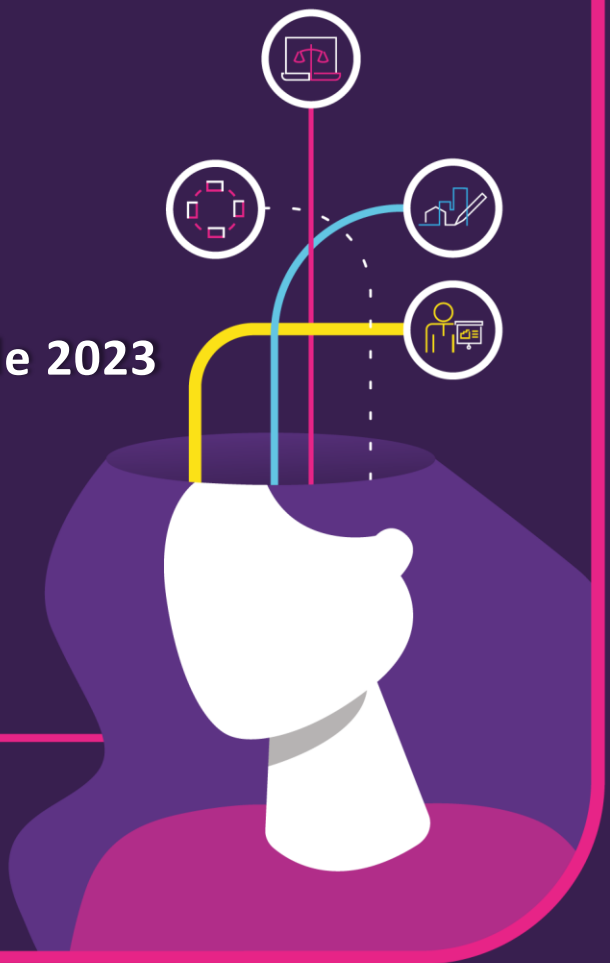
ISBN: 978-85-7267-158-3

DOI: 10.5102/978-85-7267-158-3

ANAIS DO 6º EnCUCA

6º Simpósio Internacional de Pesquisa e 21º Encontro de Iniciação Científica do CEUB



3 a 5 de outubro de 2023

APRESENTAÇÃO

O 6º EnCUCA, evento que reúne o 6º Simpósio Internacional de Pesquisa e o 21º Encontro de Iniciação Científica do CEUB, foi promovido pela Diretoria Acadêmica e pela Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa do CEUB com o apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF.

As atividades foram realizadas nos dias 3, 4 e 5 de outubro de 2023, nos três turnos, em formato híbrido e contou com palestras, mesas-redondas, oficinas, rodas de conversa, dentre outras atividades, além das apresentações dos resultados de pesquisas de graduação e pós-graduação de todas as áreas do conhecimento.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Clara Coelho Paranhos Motta – Centro Universitário de Brasília/CEUB
Fernanda Costa Vinhaes de Lima – Centro Universitário de Brasília/CEUB
Fernando de Araújo Portela – Centro Universitário de Brasília/CEUB
Michele Rodrigues Sales – Centro Universitário de Brasília/CEUB
Rafaella Rocha de Carvalho – Centro Universitário de Brasília/CEUB

COMISSÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Antonadia Moreira Borges – Faculdade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ
Fábio Costa Morosini – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS
Fernanda Costa Vinhaes de Lima – Centro Universitário de Brasília, CEUB
João Gabriel Nunes Modesto - Centro Universitário de Brasília, CEUB
João Hagenbeck Parizzi - Universidade Federal de Uberlândia, UFU
Julia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke - Centro Universitário de Brasília, CEUB
Julliane Messias Cordeiro Sampaio - Centro Universitário de Brasília, CEUB
Marcelo Dias Varella - Centro Universitário de Brasília, CEUB
Michelle Lucas Cardoso Balbino - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí, FACTU e Centro Universitário de Patos de Minas, UNIPAM
Nitish Monebhurrun - Centro Universitário de Brasília, CEUB
Rossana Maria Delpino Sapena - Centro Universitário de Brasília, CEUB

SUMÁRIO

GRUPOS DE PESQUISA **24**

ARQUITETURA, QUALIDADE AMBIENTAL, EFICIÊNCIA E SAÚDE 25

CIDADE E HABITAÇÃO: NOVAS PERSPECTIVAS 27

CIÊNCIA DE DADOS 28

CITOGENÉTICA APLICADA 29

COMUNICAÇÃO EM EMERGÊNCIA E DESASTRES - GP-CED 30

COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E O PAPEL SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES NO EIXO DA GESTÃO 32

DIREITO PÚBLICO E POLÍTICA URBANA - GPDDPU 33

EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO - EDUCACOM 34

ENFERMAGEM E AS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS - ENFERMAGEM E AS DOENÇAS CARDIOVASCULARES E NEUROVASCULARES 35

ENFERMAGEM E AS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS - ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA 36

POLÍTICA PÚBLICA E JUSTIÇA CRIMINAL 37

SAÚDE, EDUCAÇÃO E SUBJETIVIDADE NA FORMAÇÃO ACADÊMICA 38

SOCIEDADE, CRIME E CASTIGO 39

TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS E COMUNIDADE 40

MESAS-REDONDAS **41**

APRESENTAÇÕES DO DOUTORADO EM DIREITO: ENCONTRO DE DOUTORANDOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO URBANÍSTICO 42

CULTURA DE PAZ E DIVERSIDADE: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA CULTURAL SEMIÓTICA 44

FEBRE MACULOSA, VOCÊ SABE PREVENIR? CAUSAS, SINTOMAS, PREVENÇÃO E TRATAMENTO 46

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO 48

PALIMPSESTO, PROCESSOS E DERIVAS 49

SINALIZAÇÃO ARTESANAL EM TRILHAS DO DF: TECNOLOGIA SOCIAL DOS CAMINHOS DO PLANALTO CENTRAL – CPC 50

OFICINAS 52

ENCONTRO DE *BOARD GAMES* 53

GIT PARA O MERCADO DE TRABALHO 54

PALESTRAS 55

A INFLUÊNCIA DA RELIGIOSIDADE NA SAÚDE MENTAL DE LÉSBICAS, *GAYS* E BISSEXUAIS 56

AS VANTAGENS DO USO DA SUPERFÍCIE TOPOGRÁFICA 3D EM PROJETOS URBANOS: UM ESTUDO DE CASO NA IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA BIM 58

COMO INTERNACIONALIZAR SEM SAIR DO BRASIL? REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES ... 59

CONGELAMENTO DE ÓVULOS: A OUTRA PONTA DO PLANEJAMENTO REPRODUTIVO .. 60

CONHECENDO O PLENÁRIO VIRTUAL: O STF COMO CORTE CONSTITUCIONAL DIGITAL 61

CONHECENDO OS CENTROS DE INICIAÇÃO DESPORTIVA DO DISTRITO FEDERAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 62

DA REJEIÇÃO À ACEITAÇÃO: UMA HISTÓRIA DO PROCESSO DE SUBMISSÃO DE UM ARTIGO CIENTÍFICO 63

DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS: AGENDA DE PESQUISA PARA O DISCURSO 64

EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE: PRÁTICAS RESTAURATIVAS COMO CAMINHOS DE HUMANIZAÇÃO 65

INFLUÊNCIA DA CONDIÇÃO FINANCEIRA NA COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO REPRESENTANTE DO DISTRITO FEDERAL NOS JOGOS DA JUVENTUDE DE 2023 67

INVESTIGAÇÕES SOBRE A SAÚDE DOS ADOLESCENTES: QUESTÕES EMERGENTES E DIREÇÕES FUTURAS 68

PESQUISA JURÍDICA NO EXTERIOR: *WHISTLEBLOWING* 70

REDES SOCIAIS E DEMOCRACIA 71

TRES PARADIGMAS EPISTÉMICOS PARA LA INVESTIGACIÓN DE LA EXPERIENCIA: LENGUAJE, VISUAJE Y MANUAJE 72

RODA DE CONVERSA 74

DIREITO DE SENTIR: PERMISSÃO PARA SER 75

MESTRADO EM DIREITO 76

"AO ACASO": O CONCEITO DE DEMOCRACIA NA CRÔNICA DE MACHADO DE ASSIS (1864-1865) 77

"MEXER COM ELES, PLANTAR UMA SEMENTINHA": UMA ETNOGRAFIA EM GRUPOS REFLEXIVOS DE HOMENS NO DISTRITO FEDERAL 78

A APLICAÇÃO DOS MELISMAS PREVIDENCIÁRIOS NO DIREITO BRASILEIRO 80

A CENTRAL DE REGULAÇÃO DO ACESSO À MORADIA NO DISTRITO FEDERAL 81

A CONSTITUCIONALIDADE DA LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS PÚBLICOS NA REURB 82

A DIGITALIZAÇÃO DO DIREITO: UMA ANÁLISE SOBRE O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA TOMADA DE DECISÕES JUDICIAIS EM PROCESSO PENAL 83

A EFICÁCIA DO PROCESSO ESTRUTURAL: O CASO CARREFOUR E O "PLANO ANTIRRACISTA" 84

A GOVERNANÇA ORÇAMENTÁRIA DO GASTO TRIBUTÁRIO 85

A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PARA O DIREITO À CULTURA E À EDUCAÇÃO: A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO MEDIANTE A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PARA RPG DE MESA E VIDEOGAMES 86

A LEGITIMIDADE DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS: A PROBLEMÁTICA DA UTILIZAÇÃO DA PRISÃO NO ÂMBITO CÍVEL 87

A NECESSIDADE DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE COTAS SOCIAIS DE ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA APÓS MAIS DE 30 ANOS DE SUA CRIAÇÃO 88

A NOVA JUSTIÇA SOCIAL: UM DEBATE ACERCA DAS CONCESSÕES DE BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA ERA DA JUSTIÇA 4.0 89

A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL 90

A RELEITURA OBJETIVA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL: EXIGÊNCIA DO DIREITO PENAL DEMOCRÁTICO PARA A LEGITIMIDADE DOS PROCESSOS DE CRIMINALIZAÇÃO 91

A REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA A PARTIR DOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS ADMITIDOS E JULGADOS NO ÂMBITO DO TJDFT 93

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ENTES DOTADOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL 94

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS 95

A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES 96

A TECNOLOGIA COMO ALIADA DA JUSTIÇA: A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS *ONLINE* DISPUTE RESOLUTION (ODR) PELO PODER JUDICIÁRIO 97

A TEORIA DAS NULIDADES NO PROCESSO PENAL E O PRINCÍPIO *PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF*: O MODELO HERMENÊUTICO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 98

ABUSIVIDADE EM CONTRATOS EMPRESARIAIS 100

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO SANCIONADOR (ANPS) NO PROCESSO ADMINISTRATIVO: UMA PROPOSTA DE CONSENSUALIDADE À LUZ DO INTERESSE PÚBLICO 102

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CORONAVÍRUS: AS MEDIDAS RESTRITIVAS DE CONTENÇÃO DA PANDEMIA MATERIALIZADAS PELO PODER DE POLÍCIA DA ADMINISTRAÇÃO EM CONTRAPONTO ÀS LIBERDADES FUNDAMENTAIS 103

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO 104

AS LIBERDADES EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO EM TRANSIÇÃO E O DESENHO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA BRASILEIRA 105

AS MUTAÇÕES CONSTITUCIONAIS ORIGINADAS EM JULGAMENTOS CONDUZIDOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO FATOR DE INSTABILIDADE JURISDICIONAL 107

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA COMO INSTRUMENTO DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL AOS VULNERÁVEIS NO DISTRITO FEDERAL 109

AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DA JURISDIÇÃO PARA FINS DE RESPONSABILIZAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS NACIONAIS POR SUBORNO TRANSNACIONAL 110

BENS DE USO COMUM DO POVO UTILIZADOS COMO MORADIA E SUSTENTO POR PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA, CONTRAPONDO O DIREITO URBANÍSTICO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO 112

CADEIA DE CUSTÓDIA DAS PROVAS 113

CARÁTER EXCLUDENTE E LIMITADOR DO ACESSO À JUSTIÇA QUANTO AO FILTRO DE RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL A SER TRATADA NO RECURSO ESPECIAL 114

DANO MORAL POR VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS 115

DEFENSORIA PÚBLICA E GÊNERO: ATUAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES 116

DESAFIOS DO GESTOR PÚBICO DIANTE DOS CONTORNOS NORMATIVOS DO CONSEQUENCIALISMO PREVISTO NA LEI E INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB) 118

DIREITO À MORADIA E COVID-19: O EFEITO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO DA MORADIA NO ÂMBITO DO TJDF DURANTE A PANDEMIA 119

DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ENTRE IRMÃOS UNILATERAIS E BILATERAIS NA SUCESSÃO LEGÍTIMA: ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 1.841 DO CÓDIGO CIVIL 120

ESQUECERAM O RÉU: A REPETIÇÃO DE AÇÕES COLETIVAS NO INSUFICIENTE MICROSSISTEMA PROCESSUAL COLETIVO BRASILEIRO 122

FORÇA TAREFA DE INTERVENÇÃO PENITENCIÁRIA – FTIP: O SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL COMO PARADIGMA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DA FTIP/RN NA POLÍTICA PÚBLICA PRISIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE 123

JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE ACERCA DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DESENVOLVIDA PELO TJDFT COMO ALTERNATIVA PENAL 125

O ARRANJO INSTITUCIONAL DA *ACCOUNTABILITY* DE UNMEM EM OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DE PAZ: UM ESTUDO SOBRE EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL À LUZ DO DIREITO OPERACIONAL 127

O CAPITALISMO DA VIGILÂNCIA E A DEMOCRACIA 129

O CONTEÚDO NORMATIVO DO PRINCÍPIO DA JURIDICIDADE ADMINISTRATIVA PARA A CONCRETIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 130

O CONTROLE EXTERNO NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS DE CAPITAL ABERTO: A INFLUÊNCIA CONTRATUAL E OS FENÔMENOS SOCIAIS EXTRASSOCIETÁRIOS 131

O DEBATE ENTRE O STF E A JUSTIÇA DO TRABALHO QUANTO À TERCEIRIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: CAMINHOS PARA SOLUÇÃO DE UMA CONTROVÉRSIA INACABADA E INCONCLUSA 132

O DIREITO DO CÂNHAMO INDUSTRIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA REGULAÇÃO E DE SEUS EFEITOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS 133

O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA CLIMÁTICA E A SUA EFETIVIDADE 134

O *HABEAS CORPUS* NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A VALORAÇÃO DA PROVA ILÍCITA: UMA ANÁLISE EMPÍRICA..... 135

O JULGAMENTO EM AMBIENTE ELETRÔNICO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOB A PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA, DA TRANSPARÊNCIA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL..... 136

O MARCO LEGAL DA INOVAÇÃO (LEI 13.243/16 – DECRETO 9.283/18) E SUA CARGA NORMATIVA INSUFICIENTE NA PROMOÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EFETIVA... 138

O *OPEN FINANCE* NO BRASIL E O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES..... 140

O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E AS EMENDAS DE RELATOR: O CASO DE DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS EM UM MUNICÍPIO DO MARANHÃO 141

O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: UMA ABORDAGEM SOBRE A REVISÃO JUDICIAL (*JUDICIAL REVIEW*) À LUZ DAS TEORIAS DE RONALD DWORKIN E JEREMY WALDRON 142

O PROCESSO ESTRUTURAL EM MATÉRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO PARA FORTALECIMENTO DO DIÁLOGO INSTITUCIONAL ENTRE OS PODERES 144

O SISTEMA JURÍDICO DAS EMPRESAS ESTATAIS EXPLORADORAS DE ATIVIDADE ECONÔMICA..... 146

PRECEDENTES JUDICIAIS E COVID-19: O SUPREMO E A TÉCNICA DA DISTINÇÃO DE PRECEDENTES EM TEMPOS DE ANORMALIDADE 147

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O DEVER DE AUTOCONTENÇÃO 149

OS EFEITOS NA GOVERNANÇA CORPORATIVA DA EMPRESA PÚBLICA DECORRENTES DA SUA UTILIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REGULAÇÃO 151

OS FUNDAMENTOS PARA O AMPLO CONTROLE JUDICIAL DAS SANÇÕES DISCIPLINARES APLICÁVEIS A SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS 153

OS LIMITES À LIBERDADE NEGOCIAL NA COLABORAÇÃO PREMIADA: REPERCUSSÕES NOS DIREITOS, NAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS DE COLABORADORES E DELATADOS E NA EFICIÊNCIA DO ACORDO..... 154

OS LIMITES DO USO DAS NORMAS TRIBUTÁRIAS INDUTORAS COMO FORMA DE INTERVENÇÃO ESTATAL SOBRE O DOMÍNIO ECONÔMICO..... 156

PALAVRA E AÇÃO: PARA ALÉM DO DISCURSO, OS IMPACTOS DA INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 157

PERSECUÇÃO PENAL DA CORRUPÇÃO E DOS CRIMES DO COLARINHO BRANCO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 158

POLÍTICA PÚBLICA EM REDE COMO GARANTIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL, À LUZ DO DECRETO DISTRITAL N° 42.808/2021 159

PRECISAMOS FALAR SOBRE DROGAS: USUÁRIOS *VERSUS* TRAFICANTES – SEPARANDO O JOIO DO TRIGO 161

RECRUDESCIMENTO NORMATIVO E DECISÓRIO DO SISTEMA DE EXECUÇÃO PENAL INTERNO AO LONGO DO TEMPO: HISTÓRICO DE VIOLAÇÃO ESTATAL POSITIVADA EM CONSTANTE CONFRONTO COM A EVOLUÇÃO PROTETIVA DOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM CÁRCERE 163

REGULAÇÃO DAS REDES SOCIAIS 164

RELAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO 166

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS POR SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA ERA DA AUTOMAÇÃO 168

REVISÃO CONTRATUAL E TEORIA DA IMPREVISÃO 169

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL: A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA FAIXA DE FRONTEIRA 170

SISTEMAS ELEITORAIS DE VOTAÇÃO E QUALIDADE DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA CONFIANÇA INSTITUCIONAL 171

TEORIA DA TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES: UM BEM NECESSÁRIO À CONCRETIZAÇÃO RACIONAL DO SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES 172

TRATAMENTO DIFERENCIADO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONSTRUTOR NA OCORRÊNCIA DE FALHAS CONSTRUTIVAS OCULTAS 173

TUTELA DA INFÂNCIA *ONLINE*: ANÁLISE JURÍDICA DOS DIREITOS DE IMAGEM E PRIVACIDADE DO INCAPAZ, OBJETO DE CRIAÇÃO DE CONTEÚDO LUCRATIVO *ONLINE*, DIANTE DOS INTERESSES DO NÚCLEO FAMILIAR 174

USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELO PODER JUDICIÁRIO NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO: ANÁLISE CONSTITUCIONAL DE UMA CORTE ALGORÍTMICA 175

DOUTORADO EM DIREITO 176

A (I)LEGITIMIDADE DA INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA DECISÃO DE RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E NA FASE DE PRONÚNCIA NO TRIBUNAL DO JÚRI: UM APORTE CRÍTICO À JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 177

A ANDRAGOGIA NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PRISIONAL 178

A APLICAÇÃO DA REGRA DA AUTONOMIA DA DECISÃO EMPRESARIAL AOS DIRETORES DE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: "BUSINESS JUDGMENT RULE" 179

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE COMO LIMITE À TUTELA PENALDOS BENS JURÍDICOS COLETIVOS 181

A ATUAÇÃO CONTRAMAJORITÁRIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS EM FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL COMO CONTRIBUTO À EFETIVAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE PESSOAL NO SERVIÇO PÚBLICO 183

A BUSCA DA VERDADE NO PROCESSO E OS FATORES EXTRAJURÍDICOS NA PRODUÇÃO E NA VALORAÇÃO DA PROVA ORAL 184

A CRIMINALIZAÇÃO DA NATURALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO BRASIL 186

A DESTINAÇÃO, PELA VIA JURISDICIONAL, DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E CIDADANIA AMBIENTAL: UM ESTUDO EMPÍRICO EM BUSCA DA RACIONALIDADE DA SÚMULA 629 (STJ, 2019) PELA TEORIA DOS PRECEDENTES COMO MECANISMO DE CONTRIBUIÇÃO PARA A CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÕES ANÁLOGAS A LITÍGIOS ESTRUTURAIS NA ESFERA AMBIENTAL 188

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA A COMPREENSÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG 189

A ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E A DEFESA DO DIREITO ACUMULADO DOS PARTICIPANTES E DOS BENEFICIÁRIOS DIANTE DO POTENCIAL PASSIVO JUDICIAL A DESCOBERTO: IMPLICAÇÕES DO MERCADO FINANCEIRO PREVIDENCIÁRIO E EVENTUAL REPARAÇÃO CÍVEL DECORRENTE DO ATIVISMO JUDICIAL 191

A ESSENCIALIDADE DA INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL CIVIL COM O OBJETIVO DE REDUZIR AS DESIGUALDADES PROCESSUAIS PARA A EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL 193

A EXECUÇÃO PENAL E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL E

DOS DESAFIOS PARA O CUMPRIMENTO DAS REGRAS ESTABELECIDAS PARA OS REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA MEDIANTE A REALIDADE TOCANTINENSE 194

A IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ATÍPICAS NO PROCESSO ESTRUTURAL 196

A INSTITUCIONALIDADE DO CONTROLE PENAL NOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS 197

A NOVA MOLDURA LEGISLATIVA CONFERIDA PELA LEI 13.964/2019 SOBRE AS MEDIDAS CAUTELARES E SEUS USOS NA COMARCA DE PALMAS, TOCANTINS: A IDEOLOGIA, O PROCESSO, O CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SISTEMA CARCERÁRIO 198

A OBRIGATORIEDADE DA OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESANA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES DA LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL 199

A POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS PRESTADOS PELAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUAS ZONAS DE AMORTECIMENTO COM BASE NO ASPECTO SOCIAL: UMA RELEITURA DA POLÍTICA NACIONAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS 200

A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA E A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES SOCIAIS 202

A REGULAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA NO DIREITO INTERNACIONAL DOS INVESTIMENTOS 203

A REGULAÇÃO DO REGIME ECONÔMICO-FINANCEIRO DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO DIANTE DA PROMOÇÃO DA CONCORRÊNCIA INSTITUÍDA PELO NOVO MARCO DO SANEAMENTO BÁSICO 205

A RESPONSABILIDADE CIVIL DIGITAL PELOS DANOS CAUSADOS POR ROBÔS AUTÔNOMOS INTELIGENTES EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE NATUREZA PRIVADA 207

A SOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO DAS REDES DE TELECOMUNICAÇÕES 208

A VIRTUALIZAÇÃO DIGITAL DO ACESSO À JUSTIÇA E O REDIMENSIONAMENTO PRINCIPIOLÓGICO PROCESSUAL: ANÁLISE TEÓRICO-CONCEITUAL DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS E SUA INSERÇÃO NA TEORIA GERAL DO PROCESSO 209

ACORDO SUBSTITUTIVO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA: EM BUSCA DO DEVIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO CONSENSUAL 211

ALCANCES DO FUNDEB NAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS SOB A PERSPECTIVA DA SOLIDARIEDADE 213

ANÁLISE ECONÔMICA DO REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA 214

APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EFETIVIDADE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL NO ESTADO DE MATO GROSSO 215

AS CONTRIBUIÇÕES DAS CONTADORIAS JUDICIAIS UNIFICADAS ESTADUAIS NO BRASIL PARA A CELERIDADE PROCESSUAL E A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO 217

AS PLATAFORMAS DE ONLINE DISPUTE RESOLUTIONS E O ACESSO À JUSTIÇA: NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO JUDICIÁRIO COMO FORMA DE REDUÇÃO DE CONFLITUOSIDADE 219

AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE ENFRAQUECIMENTO DA DESIGUALDADE SEXISTA NO TRABALHO REPRODUTIVO NÃO REMUNERADO: UM COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ARGENTINA 220

ATIVISMO CONTROLADOR: O QUE ACONTECE QUANDO O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SE EXCEDE, AO PRESTIGIAR A ECONOMICIDADE EM DETRIMENTO DA LEGALIDADE? 221

BUSCA PESSOAL: HISTÓRIA E PRÁTICA JURÍDICA DA VIGILÂNCIA DE CLASSE 222

COMPARTILHAMENTO DE DADOS NA SEGURANÇA PÚBLICA: A INTERSEÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DOS PLANOS FEDERAIS E DO DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS 223

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O LICERÇAMENTO DO HUMANISMO JURÍDICO COMO CATEGORIA CONSTITUCIONAL NA EDIFICAÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL 224

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DISCURSIVAS NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES E SUA NATUREZA VINCULANTE NA ORDEM JURÍDICO-PROCESSUAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE JULGADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS APÓS O CPC DE 2015 225

CULTURA DIGITAL, CONTRASTES INSTITUCIONAIS NORMATIVOS E TENSÕES ENTRE PODERES: UM APRENDIZADO PÓS-PANDÊMICO 227

DA (IM)POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO INSTRUMENTO DE *TRUST* COMO MECANISMO DE TRANSFERÊNCIA DO ESTABELECIMENTO MERCANTIL NO DIREITO BRASILEIRO 229

DEBAIXO DA TERRA: A AGENDA DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL 230

DEMANDAS PREDATÓRIAS NO CONTEXTO DO DIREITO DIGITAL: O REDIMENSIONAMENTO DA TEORIA GERAL DO PROCESSO E A ESTRUTURAÇÃO DE FLUXOS DE GESTÃO PROCESSUAL PARA O CONTROLE DA HIPERJUDICIALIZAÇÃO DECORRENTE DE DEMANDAS PREDATÓRIAS 231

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INDEPENDÊNCIA JUDICIAL EM TEMPOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTOMATIZAÇÃO PROCESSUAL 232

DESJUDICIALIZAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO CIVIL ÀS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E REGISTROS 233

DIREITO E DEMOCRACIA: CONSTRUÇÃO, CRISE, RESISTÊNCIA E ESTABILIDADE DE UM PROJETO CIVILIZATÓRIO 234

DIREITOS HUMANOS NA POLÍTICA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O DISCURSO EM CONTRASTE COM A REALIDADE DE IMPERATRIZ/MA 235

EFICÁCIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL DO DISTRITO FEDERAL 237

ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS URBANAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE CIDADES INTELIGENTES: A EXPERIÊNCIA DE BRASÍLIA 238

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ALTO VALOR AGREGADO 240

GESTÃO ESTRATÉGIA DO JUDICIÁRIO E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO 241

GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL COMO INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 242

IMPACTO DAS MUDANÇAS POLÍTICO-SOCIAIS NA ORGANIZAÇÃO E NO FUNCIONAMENTO DOS *THINK TANKS*: O CASO DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 243

INTERRELAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS CURSOS DE DIREITO NA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO JURÍDICO CRÍTICO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO MEC/CNE 08/2018 244

JUSTIÇA MULTIPORTAS: A OBRIGATORIEDADE PRÉVIA DOS MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS DE CONFLITOS 246

LIMITES CONSTITUCIONAIS À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AOS LIMITES DOS LIMITES . 248

LOBOS EM PELE DE CORDEIRO: OS JUIZADOS ESPECIAIS E O MITO DO ACESSO À JUSTIÇA 249

MEDIDAS PROTETIVAS, FATORES DE RISCO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: ANÁLISE A PARTIR DE DADOS COLETADOS PELA PCSVDF-MULHER 250

MÉTODOS DE MITIGAÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DA MEDICINA: UMA ANÁLISE DA HUMANIZAÇÃO E DA INCLUSÃO SOCIAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO SUS 251

MIGALHAS ALÉM DA FOME: O DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL..... 252

MIGRAÇÃO VENEZUELANA E REDE DE EXPLORAÇÃO SEXUAL NA FRONTEIRA DO BRASIL, NO ESTADO DE RORAIMA: MECANISMOS USADOS PARA O ENFRENTAMENTO 253

O BOICOTE NO MERCADO TRANSNACIONAL COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO DEMOCRÁTICA:EM BUSCA (OU RUMO AO) DO RESPEITO AOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS? 255

O DEVER DE REQUERER COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 257

O DIREITO HUMANO À PRIVACIDADE DIGITAL NO ÂMBITO DA ORDEM ECONÔMICA . 259

O IMPACTO DA CARGA TRIBUTÁRIA INDIRETA SOBRE O CONSUMO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO AUXÍLIO EMERGENCIAL EM 2020 260

O MITO DO ESPAÇO PÚBLICO DEMOCRÁTICO EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA: ESTRATIFICAÇÃO HIERÁRQUICA NA COMPOSIÇÃO FUNCIONAL DO JUDICIÁRIO ESTADUAL A PARTIR DOS MARCADORES SOCIAIS 261

O MODELO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO ADOTADO NO DIREITO BRASILEIRO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 262

O PACTO SOCIAL, SEU INADIMPLEMENTO E A RESPONSABILIZAÇÃO DOS QUE LHE DERAM CAUSAS: UM FOCO NAS CORTES DE CONTAS 263

O PARADOXO DA INOVAÇÃO NACIONAL: UMA INCURSÃO SOBRE AS CAUSAS DA INEFETIVIDADE DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DA INOVAÇÃO..... 264

O PARADOXO DE O SISTEMA JURÍDICO PATRIARCAL BRASILEIRO USAR A MULHER COMO IMAGEM DA JUSTIÇA..... 265

O PROCEDIMENTO CORRECIONAL BRASILEIRO: UNIFORMIZAR É PRECISO..... 266

O PROCESSO CIVILIZADOR APLICADO À INSOLVÊNCIA: UMA HISTÓRIA DA FALÊNCIA . 267

O USO DE CRIPTOATIVOS PARA ADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS EM RELAÇÕES COM O ESTADO NO BRASIL..... 269

O USO DO TELETRABALHO NO JUDICIÁRIO E SEU IMPACTO NOS GRUPOS DE VULNERÁVEIS: UM RECORTE DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NO CONTEXTO APÓS A COVID-19, NO MUNICÍPIO DE MINEIROS-GO 271

OS IMPACTOS DA REGULAÇÃO RESPONSIVA NA DESTINAÇÃO DO ESPECTRO DE RADIOFREQUÊNCIA 273

OS POSSÍVEIS IMPACTOS SOCIAIS DA LEGISLAÇÃO A PARTIR DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E DAS TEORIAS DA INTERVENÇÃO 274

PACHA MAMA: ENTRE O DIREITO AMBIENTAL, O ECOFEMINISMO E A CULTURA INDÍGENA – ASPECTOS JURÍDICOS DA LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL .. 275

POLÍTICA JUDICIÁRIA E FONTES DO DIREITO: A REPERCUSSÃO GERAL E O RECURSO REPETITIVO..... 276

POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PROPOSTA DE UMA *SMART CITY*: *QUO VADIS*, VITÓRIA? 277

POLÍTICAS DE ACESSO À JUSTIÇA POR MEIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: A PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ 279

POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: RUMOS PARA SUA EFETIVIDADE 280

POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTRUTURAÇÃO ESTATAL PARA ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES 282

QUAL É O VERDADEIRO PAPEL DA CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO? 283

REABILITAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DA PESSOA AUTORA DA AGRESSÃO DOMÉSTICA E FAMILIAR: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DESPERTAR NO ESTADO DO TOCANTINS 285

REESTRUTURAÇÃO DO CONCEITO ANALÍTICO DE CRIME: BUSCA DE ADEQUADA VALORAÇÃO DOS ELEMENTOS SUBJETIVOS 287

REFORMA TRIBUTÁRIA E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO SOB A PERSPECTIVA DO FEDERALISMO BRASILEIRO..... 289

RESOLUÇÃO 125/2010 DO CNJ: POLÍTICA PÚBLICA DE TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS – CONTINGÊNCIAS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA 291

SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS QUE INTEGRAM O SISTEMA S: REFLEXÕES EM ABORDAGEM CONSTITUCIONAL 292

SUPERENCARCERAMENTO E POPULAÇÃO CARCERÁRIA NA GESTÃO PRISIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENCARCERAMENTO À LUZ DAS DIRETRIZES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS MEDIANTE A EXPERIÊNCIA DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO TOCANTINS, DE 2008 A 2022 .. 294

TOKENIZAÇÃO DE ATIVOS: UMA PROPOSTA DE CATEGORIZAÇÃO TAXONÔMICA NO DIREITO DIGITAL PARA A ECONOMIA DESCENTRALIZADA 295

UMA CRÍTICA AO SISTEMA REGULATÓRIO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO APLICADA ÀS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA 297

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIC 2022/2023 298

“CHEGA DE PAPELÃO! QUEREMOS MORADIA E PÃO!” UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL 299

A (DES) EDUCAÇÃO SEXUAL ENTRE OS JOVENS UNIVERSITÁRIOS 300

A EQUOTERAPIA NA QUALIDADE DE VIDA, O ESTRESSE PARENTAL E A FORÇA MUSCULAR DE CRIANÇAS ATÍPICAS 301

A HISTÓRIA DE BRASÍLIA PELOS ESPAÇOS DE CINEMA: DO CINE BRASÍLIA AO *DRIVE IN* 302

A IMPLANTAÇÃO DE APARELHO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA NO HOSPITAL REGIONAL DE PLANALTINA, DISTRITO FEDERAL, CONSOANTE SOLICITAÇÕES ENTRE 2021 E 2022 303

A INFLUÊNCIA DA TRÍADE SOMBRIA NA INTENÇÃO DE CORRUPÇÃO 305

A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS EM TEMPOS DE COVID 19 306

A INFLUÊNCIA DE FATORES ESTRESSORES EXTERNOS NA GRAVIDEZE SUAS CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTODO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA 307

A INFLUÊNCIA MICROCLIMÁTICA DA VEGETAÇÃO NA ESCALA RESIDENCIAL DE BRASÍLIA 309

A POLÍTICA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS E A EVOLUÇÃO DAS IST NO PERÍODO DE 2006 A 2021, NO BRASIL 311

A POLÍTICA EXTERNA RELATIVA ÀS QUESTÕES CLIMÁTICAS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL, ESTADOS UNIDOS E FRANÇA (2015-2021) 313

A RELAÇÃO ENTRE O ESTRESSE E A ADAPTAÇÃO ACADÊMICA NO ENSINO SUPERIOR. 315

A RELAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE DEPRESSÃO, ANSIEDADE E ESTRESSE NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO COM ALUNOS DOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE MENTAL E ADAPTAÇÃO ACADÊMICA 316

A TECNOLOGIA COMO FACILITADORA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: AMPLIANDO CONHECIMENTO DAS ESPÉCIES DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA MEDIANTE O USO DE APLICATIVO..... 317

ACESSIBILIDADE E PAINÉIS TÁTEIS NO METRÔ DF: MAPEAMENTO E ANÁLISE – IDENTIFICANDO METAS DA ODS 11- AGENDA 2030 - ONU 319

ANÁLISE DA PREVALÊNCIA E DOS FATORES QUE MOTIVAM A HESITAÇÃO VACINAL ÀS VACINAS BIVALENTE E QUADRIVALENTE CONTRA O PAPILOMA VÍRUS HUMANO NA REGIÃO DE SAÚDE NORTE DO DISTRITO FEDERAL 320

ANÁLISE DA TAXA DE EFICÁCIA E TOLERÂNCIA DA TOUCA DE CRIOTERAPIA CONTRA A ALOPECIA DURANTE O TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO PARA O CÂNCER DE MAMA 321

ANÁLISE DE REAÇÕES CRUZADAS EM TESTES RÁPIDOS E SOROLÓGICOS PARA DENGUE EM PACIENTES ADMITIDOS COM INFECÇÃO POR SARS-COV-2 EM HOSPITAIS DO DISTRITO FEDERAL..... 323

ANÁLISE DO IMPACTO DA INSATISFAÇÃO COM A IMAGEM CORPORAL EM PACIENTES SUBMETIDOS À CIRURGIA BARIÁTRICA EM HOSPITAL PÚBLICO NO DISTRITO FEDERAL 325

ANÁLISE DO POTENCIAL ANTIMICROBIANO DE LIQUENS EM CULTURAS DE MICRORGANISMOS PATOGÊNICAS..... 326

ANÁLISE DO VALOR PREDITIVO DO QUESTIONÁRIO “HAGOS” NA EFICÁCIA DO TRATAMENTO CONSERVADOR DA SÍNDROME DO IMPACTO FEMOROACETABULAR... 327

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA COVID-19 ENTRE OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, NO BRASIL, ENTRE OS ANOS 2020 E 2021..... 328

AS DINÂMICAS PSÍQUICAS DO ÓDIO E SUAS FORMAS DE EXPRESSÃO NAS SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS..... 329

AS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS DE JOVENS EM TEMPOS DE PANDEMIA POR CORONAVÍRUS NO DISTRITO FEDERAL..... 331

AUXÍLIO AO DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS EMOCIONAIS E TRANSTORNOS UTILIZANDO TÉCNICAS DE APRENDIZADO DE MÁQUINA 332

AVALIAÇÃO COMPARATIVA IN VITRO DA CEFALEXINA E DOS FITOTERÁPICOS CALENDULA OFFICINALIS, UNCARIA TOMENTOSA, ROSMARINUS OFFICINALIS E ANACARDIUM OCCIDENTALE NO TRATAMENTO DE MASTITE EM BOVINOS 333

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE EXTRATOS VEGETAIS PERANTE A ESCHERICHIA COLI 334

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DOS EXTRATOS DO GUARANÁ (*PAULLINIA CUPANA*), DO MARUPÁ (*ELEUTHERINE BULBOSA*) E DO PORANGABA (*CORDIA SALICIFOLIA*) EM CULTURAS DE BACTÉRIAS PATOGÊNICAS 335

AVALIAÇÃO DAS TAXAS DE MORTALIDADE POR HIV/AIDS COM NOTIFICAÇÃO NO MOMENTO DO ÓBITO, NO PERÍODO DE 2018 A 2022, NO DISTRITO FEDERAL 336

AVALIAÇÃO DE RESISTÊNCIA A CARRAPATICIDAS EM RHIPICEPHALUS (BOOPHILUS) MICROPLUS EM PROPRIEDADES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL 338

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A OBESIDADE EM ESTUDANTES DE MEDICINA DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA DO DISTRITO FEDERAL..... 340

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS LIGAS ACADÊMICAS NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL 341

AVALIAÇÃO HISTOLÓGICA DE FRANGOS DE CORTE DESAFIADOS COM SALMONELLA *HEIDELBERG* 342

BIOLOGIA REPRODUTIVA DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*THAMNOPHILUS TORQUATUS*): QUANDO E ONDE REPRODUZIR?..... 343

BIOPROSPECÇÃO DE ACTINOBACTÉRIAS ISOLADAS DO SOLO DO CERRADO E AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA..... 344

CHINA E TAIWAN NA OMC: TENSÕES E CONTRADIÇÕES 345

CIGARROS ELETRÔNICOS E SAÚDE CARDIOVASCULAR: ANÁLISE DO CRONOTROPISMO E DO INOTROPISMO AO REPOUSO E AO ESFORÇO 347

COMO MEDIR A GESTÃO DA DIVERSIDADE? UMA REVISÃO DE LITERATURA UTILIZANDO O MÉTODO PRISMA..... 349

COMPARAÇÃO DOS EFEITOS DO PRÉ-NATAL DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA NOS NÍVEIS DE DEPRESSÃO PÓS-PARTO 350

COMPARAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE DIFERENTES ALGORITMOS DE RECONHECIMENTO FACIAL..... 352

COMPREENSÃO DO CONCEITO DE MORTE EM CRIANÇAS PEQUENAS 353

CONFECÇÃO DE ÓRTESE 3D PARA TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO DE LOMBALGIA AGUDA 354

CONHECIMENTO SOBRE AS GASTROENTERITES INFECCIOSAS PELOS ESTUDANTES DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL 355

CRIPTOCOCOSE COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL 357

CULTURA E ENGAJAMENTO POLÍTICO: USO DAS REDES SOCIAIS NO ENGAJAMENTO POLÍTICO DURANTE AS ELEIÇÕES DE 2022 359

DETECÇÃO DE LEGIONELLA PNEUMOPHILA EM FONTES DE ÁGUAS ORNAMENTAIS NO DISTRITO FEDERAL 360

DIREITO À CIDADE: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA MELHORIA DA MOBILIDADE URBANA EM BRASÍLIA E SUA REGIÃO METROPOLITANA 362

DOPING NO FUTEBOL: UMA REVISÃO DA LITERATURA 363

DORMIR POUCO E ADIAR TAREFAS: A RELAÇÃO ENTRE A AUSÊNCIA DE SONO, A PROCRASTINAÇÃO E A PRODUTIVIDADE NA SOCIEDADE DO CANSAÇO 364

EFEITO DA PRÉ-MATURAÇÃO COM MODULADORES DE ADENOSINA MONOFOSFATO CÍCLICA (AMPC) NA COMPETÊNCIA DE OVÓCITOS BOVINOS 365

EFEITO DO RUÍDO URBANO NA COMUNICAÇÃO ACÚSTICA DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*THAMNOPHILUS TORQUATUS*): UMA MANIPULAÇÃO EXPERIMENTAL 367

EFEITO RESTAURADOR DA SAÚDE MENTAL: O PAPEL DA CONECTIVIDADE COM A NATUREZA NO AUMENTO DO BEM-ESTAR E NA DIMINUIÇÃO DO ESTRESSE 368

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO HOMOSSEXUAL: SUBJETIVIDADE, SOFRIMENTO E RESISTÊNCIA 370

ESTIMATIVA DA CARGA DE RUPTURA EM ESTACAS A PARTIR DE ENSAIOS DE PROVA DE CARGA ESTÁTICA UTILIZANDO MACHINE LEARNING 371

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A UNIDADE DE VIZINHANÇA DE BRASÍLIA E AS SUPERMANZANAS DE BARCELONA 372

ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE ESTRATÉGIAS VERBAIS E LÚDICAS NA EXPRESSÃO DA TRISTEZA EM CRIANÇAS 374

ESTUDO DA PERCEPÇÃO DE INDIVÍDUOS PÓS-COVID EM RELAÇÃO AO TRATAMENTO E ÀS SEQUELAS DA DOENÇA 375

ESTUDO DA PREVALÊNCIA DE ERROS PRÉ-ANALÍTICOS EM EXAMES HEMATOLÓGICOS DE GATOS DOMÉSTICOS 376

ESTUDO DA PREVALÊNCIA DE ERROS PRÉ-ANALÍTICOS EM EXAMES HEMATOLÓGICOS DE GATOS DOMÉSTICOS 378

ESTUDO DE PREVALÊNCIA DA INCIDÊNCIA DE ERROS PRÉ-ANALÍTICOS EM EXAMES LABORATORIAIS DE CÃES DO DISTRITO FEDERAL 379

ESTUDO RETROSPECTIVO DE VALORES DE GLICEMIA CAPILAR EM PACIENTES DE PÓS-OPERATÓRIO DE CIRURGIA CARDÍACA: DESFECHOS CLÍNICOS, COMPLICAÇÕES PÓS-OPERATÓRIAS, TEMPO DE INTERNAÇÃO E INCIDÊNCIA DE INFECÇÕES..... 380

FENÔMENOS DE SAÚDE, RESILIÊNCIA E QUALIDADE DE VIDA DE ACADÊMICOS DE MEDICINA AO LONGO DO CURSO: ESTUDO COMPARATIVO 382

GESTÃO DA HIGIENE MENSTRUAL ENTRE ESTUDANTES DA CAPITAL BRASILEIRA E FATORES ASSOCIADOS PARA O ABSENTEÍSMO ESCOLAR 383

HIDROLIPOCLASIA ULTRASSÔNICA NÃO ASPIRATIVA NO TRATAMENTO DA GORDURA LOCALIZADA EM ABDÔMEN..... 384

HOMENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E RELAÇÕES FAMILIARES: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DA PERSPECTIVA DOS FAMILIARES 385

IDENTIFICAÇÃO DE EMOÇÕES AFLORADAS DURANTE ATIVIDADES DE SIMULAÇÃO REALÍSTICA NA PERCEPÇÃO DE DISCENTES DE MEDICINA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR 386

IDENTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DO PERFIL DE RESISTÊNCIA BACTERIANO EM PACIENTES DE TERAPIA INTENSIVA PARA COVID-19 GRAVE NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (HUB)..... 387

IDENTIFICAÇÃO MORFOLÓGICA DE MACROFUNGOS DAS ORDENS AGARICALES, BOLETALES E POLYPORALES (AGARICOMYCETES, BASIDIOMYCOTA) NA FLORESTA NACIONAL DE BRASÍLIA (FLONA) 388

IMPACTO DA INTENSIDADE, DO VOLUME E DA FREQUÊNCIA SEMANAL DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS NOS NÍVEIS DE ESTRESSE, DEPRESSÃO, PENSAMENTOS SUICIDAS E QUALIDADE DE VIDA DE ADULTOS 389

IMPACTO DO PERFIL ACADÊMICO E BIOSSOCIAL E FENÔMENOS DE SAÚDE NA QUALIDADE DE VIDA DE ACADÊMICOS DE MEDICINA 390

INCLUSÃO DE PACIENTES PADRONIZADOS (ATORES) EM ATIVIDADES DE SIMULAÇÃO REALÍSTICA, JÁ UTILIZADAS NA GRADUAÇÃO DE MEDICINA, NA PERSPECTIVA DOCENTE 391

INFLUÊNCIA DAS CRENÇAS CONSPIRATÓRIAS E DAS FAKE NEWS NAS ATITUDES PERANTE A EDUCAÇÃO SEXUAL 393

INVESTIGAÇÃO DA MICROBIOTA E DA SENSIBILIDADE ANTIBIÓTICA A INFECÇÕES EM PACIENTES COM COVID-19 EM UMA UTI DO DISTRITO FEDERAL 394

INVESTIGAÇÃO DE LESÕES POR PRESSÃO EM PACIENTES INTERNADOS EM UM HOSPITAL PÚBLICO DE BRASÍLIA 396

INVESTIGAÇÃO DE PIOLHOS DE CORPO (*PEDICULUS HUMANUS CORPORIS*) INFESTANDO INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE RUA DO DISTRITO FEDERAL: UMA ABORDAGEM NA SAÚDE ÚNICA 398

INVESTIGAÇÃO SOBRE A SUBJETIVIDADE DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA PERANTE AS VIOLÊNCIAS VIVIDAS: UM ESPAÇO DE FALA 400

LEVANTAMENTO DE ESPÉCIES E ANÁLISE GENITAL DE LONOMIA DO DISTRITO FEDERAL 401

LIXO ZERO – ESTUDO DE CASO: ESTRUTURAÇÃO DA COLETA SELETIVA E DOS ORGÂNICOS NO CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA, CAMPUS DA ASA NORTE 402

LULA E BOLSONARO: PRESENÇA NAS CAPAS DOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO, O GLOBO, O ESTADO DE S. PAULO E VALOR ECONÔMICO NAS ELEIÇÕES DE 2022 403

MANUAL ORIENTATIVO PARA IMPLANTAÇÃO DE REASSENTAMENTOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO DISTRITO FEDERAL: INTEGRAÇÃO ENTRE OS ASPECTOS TÉCNICO E SOCIAL 404

MAPEAMENTO COLABORATIVO SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL: BENS NATURAIS E CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL 405

MARCOS LEGAIS DO ATENDIMENTO HABITACIONAL ÀS VÍTIMAS DE DESASTRE NO BRASIL 406

MICROSSIMULAÇÃO DE TRÁFEGO DA INTERSEÇÃO PROPOSTA PARA A RODOVIA DF-011 E A AVENIDA DE ACESSO À QMSW 5 NO SUDOESTE, NO ÂMBITO DO PROJETO DO CORREDOR DE ÔNIBUS – EIXO OESTE 407

MORADIA NO SETOR COMERCIAL SUL: LIMITES E POSSIBILIDADES A PARTIR DA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO 408

NUTRIR-SE NA COMUNIDADE SURDA: EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PELA LÍNGUA DE SINAIS 409

O ACESSO À INFORMAÇÃO PARA O CONTROLE DAS DOENÇAS VETORIAIS DE RELEVÂNCIA NO DISTRITO FEDERAL 411

O EFEITO DA FALTA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PROLONGADO NA SAÚDE MENTAL DE JOVENS BRASILEIROS MAIORES DE 18 ANOS QUE NÃO FORAM ADOTADOS 412

O IMPACTO DA MOROSIDADE DO INSTITUTO DE REFÚGIO SOBRE A SUBJETIVIDADE DOS REQUERENTES: A NECESSIDADE DE APERFEIÇOAMENTO DO REFÚGIO PARA A CONTENÇÃO DA REVITIMIZAÇÃO 413

O MEIO AMBIENTE, A SUSTENTABILIDADE E O CONSUMO: UMA ANÁLISE DESSA INTERAÇÃO COM O MERCADO EMPREENDEDOR E SUAS PERSPECTIVAS NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL 414

O PAPEL DE MACHOS E FÊMEAS E A VARIAÇÃO TEMPORAL NA DEFESA DE TERRITÓRIOS NA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*THAMNOPHILUS TORQUATUS*) 415

O PAPEL MEDIADOR DA ORIENTAÇÃO À DOMINÂNCIA SOCIAL NA RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADE POLÍTICA E SEXISMO 416

O PROCESSO DE ACOLHIMENTO A PACIENTES EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL 417

O TRÁFICO DE DROGAS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA MULHER TRAFICANTE DE DROGAS EM 2020 E 2021 NO DISTRITO FEDERAL 418

O USO DA TÉCNICA DE RECONSTRUÇÃO DO LIGAMENTO CORACOCLAVICULAR (CC) COM FIXAÇÃO DA ARTICULAÇÃO ACROMIOCLAVICULAR PARA O TRATAMENTO DE LUXAÇÕES ACROMIOCLAVICULARES GRAU V 419

OS IMPACTOS DOS IDEAIS DE BELEZA DIFUNDIDOS EM REDES SOCIAIS NA SUBJETIVIDADE E NOS PROCESSOS DE SOFRIMENTO PSÍQUICO DE PORTADORES DE DOENÇAS DERMATOLÓGICAS 421

OS RESÍDUOS SÓLIDOS E O NOVO MARCO DE SANEAMENTO BÁSICO: A PROBLEMÁTICA DAS EMBALAGENS DE VIDRO NO DISTRITO FEDERAL SOB A LUZ DO “BUEN VIVIR” 422

PAISAGEM, ARQUITETURA E URBANISMO DE BRASÍLIA A PARTIR DO CINEMA 424

PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM SOBRE A REALIZAÇÃO DA TELE-ENFERMAGEM DURANTE A PANDEMIA POR CORONAVÍRUS 425

PERFIL DE ÓBITO PELA COVID-19 EM UTI DE UM HOSPITAL GERAL NO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO DE MARÇO DE 2020 A ABRIL DE 2022 426

PERFIL DE PREVALÊNCIA DE ANOMALIAS CONGÊNITAS NO DISTRITO FEDERAL ENTRE 2010 E 2021 428

PERFIL DOS MARCADORES LABORATORIAIS DE PACIENTES ADMITIDOS COM INFECÇÃO POR SARS-COV-2 EM HOSPITAL DO DISTRITO FEDERAL E SUA IMPORTÂNCIA PROGNÓSTICA 429

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA COVID-19 ENTRE OS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL 431

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA POPULAÇÃO IDOSA COM TRANSTORNO DEPRESSIVO, COM BASE NA TAXA DE MORTALIDADE, ANTES E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19..... 433

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS PACIENTES COM COMPLICAÇÕES GASTROINTESTINAIS APÓS CIRURGIAS CARDIOVASCULARES EM UM HOSPITAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (DF) 435

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E DE RESISTÊNCIA DE BACTÉRIAS ASSOCIADAS À INFECÇÃO URINÁRIA NA COMUNIDADE EM HOSPITAIS DA REDE PARTICULAR DO DISTRITO FEDERAL: ANÁLISE RETROSPECTIVA DE UROCULTURAS POSITIVAS 437

PESQUISA DE *LISTERIA MONOCYTOGENES* EM FRANGOS, CARNE BOVINA, LATICÍNIOS E EMBUTIDOS À VENDA NO DISTRITO FEDERAL 439

PÍLULA DO DIA SEGUINTE: USO DE CONTRACEPTIVOS ORAIS DE EMERGÊNCIA ENTRE UNIVERSITÁRIAS 441

PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DF – PDOT-DF: UMA ANÁLISE DE INSTRUMENTOS, PROCESSO DE REVISÃO E IMPACTO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ENTRE 2020 E 2022 442

PRAGMATISMO JURÍDICO: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS CUMPRE O DEVER LEGAL DE CONSIDERAR AS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DE SUAS DECISÕES?..... 444

PREVALÊNCIA DA NOMOFOBIA ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS..... 446

PRÓTESE ELETROMIOGRÁFICA INFANTIL DE MEMBROS SUPERIORES COM ÊNFASE EM SEGURAR OBJETOS 448

PRÓTESES MIOÉLETRICAS EM MEMBROS SUPERIORES COM MODELAGEM MECÂNICA EM IMPRESSÃO 3D 449

RACISMO NO FUTEBOL, NAS PÁGINAS DE *SITES* ESPORTIVOS, NA ESPANHA E NO BRASIL 451

REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS DOS RELACIONAMENTOS *SUGAR* 452

SEGURANÇA HÍDRICA PARA COMUNIDADES RURAIS: ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA EM POÇOS DE ABASTECIMENTO DE ASSENTAMENTOS AGRÍCOLAS 453

SÍNDROME VISUAL RELACIONADA A COMPUTADORES E OUTRAS TELAS: PREVALÊNCIA DE SINTOMAS ASTENÓPICOS EM DISCENTES DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO EM BRASÍLIA-DF 454

SISTEMA DE MONITORAMENTO DE ENERGIA: UM ESTUDO DE CASO NO CEUB 455

SISTEMAS CONSTRUTIVOS COM TERRA COMO MEIO PARA ALCANCE DE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS 11 ONU: ESTUDO DE CASO 456

TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO DO INTERNET PARENTING STYLE INSTRUMENT (IPSI) 457

TRADUÇÃO, ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL E ANÁLISE DAS PROPRIEDADES DE MEDIDADA VERSÃO BRASILEIRA DO QUESTIONÁRIO HOSPITAL FOR SPECIAL SURGERY – KNEE SURGERY EXPECTATIONS SURVEY 458

TRANSMISSÃO VERTICAL DO HIV E SUAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO NO BRASIL, NOS ÚLTIMOS 10 ANOS 459

USO DE ÓRTESES COMO TRATAMENTO COMPLEMENTAR DA DIÁSTASE DO MÚSCULO RETO ABDOMINAL EM PUÉRPERAS 461

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA LEI Nº 14.192/21 E DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA DAS DEPUTADAS DE 2011 A 2026 463

WEBDOCS EM LIBRAS: PROPOSTA DE PRODUTOS INTERATIVOS EM SÉRIE, “OUTROS SONS”, VOLTADOS PARA PESSOAS SURDAS E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA 465

ANAIS DO

6º EnCUCA

GRUPOS DE PESQUISA



fapdf CNPq CEUB

ARQUITETURA, QUALIDADE AMBIENTAL, EFICIÊNCIA E SAÚDE

Eliete de Pinho Araújo - CEUB, professora líder do grupo
eliete.araujo@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa Arquitetura, Qualidade Ambiental, Eficiência e Saúde, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, do Centro Universitário de Brasília (FATECS/CEUB) e do curso de Comunicação do CEUB tem 5 linhas de pesquisa. A linha de pesquisa *Arquitetura e suas particularidades*, já publicou 4 livros, englobando 10 das 20 regiões da Itália. A metodologia desenvolvida foi organizada nas seguintes etapas: planejamento e coordenação, infraestrutura e organização e mobilização e sensibilização. Os objetivos da pesquisa fundamentam-se em questões, como descrição da arquitetura com suas principais obras, pontos, sugestões e atrações turísticas das cidades mais importantes das 20 regiões da Itália. O objeto consiste no estudo das cidades, das comunas, das províncias e das vilas dessas três regiões da Itália. A justificativa formulada constitui premissas para o desenvolvimento do estudo. Assumiu-se que a Itália é, não apenas no imaginário, mas também, de fato, o país da arquitetura, do *design*, da arte, da música, da culinária, do vinho, da fala espalhafatosa, do drama e do idioma cantado em seus vários dialetos. É importante conhecer esse país que espalhou muito de suas influências não só no Brasil, nas regiões Sul e Sudeste, como também no mundo, com a sua culinária, os grandes times de futebol, os ilustres nomes da moda e a arquitetura palaciana. Neste contexto, o trabalho apresenta uma viagem de reconhecimento de campo que introduz o berço da arquitetura e da história, o pilar do *design* e da arte, a autenticidade e a criatividade da culinária, do desenho, da moda, que exercem influência no mundo. Passando por suas regiões, revelam-se seus monumentos, seus costumes e o impacto que causam mundo afora, inclusive nas telas do cinema. O livro está organizado em sete capítulos, que vão das contribuições aos subsídios. Inicialmente, apresenta-se o tema do livro, incluindo o objeto, a justificativa, os objetivos, a revisão da bibliografia, a fundamentação teórica, a metodologia. Expõem-se os produtos e os impactos esperados e sua importância para o Brasil e para a Itália. Em seguida, faz-se referência à Itália, englobando as regiões, o clima, a divisão e os times de futebol. Realizam-se os estudos sobre as regiões com suas províncias e suas particularidades. O livro contém imagens características da Itália. A linha de pesquisa *Cidade, infraestrutura urbana, tecnologia e projeto* publicou 3 livros. A linha de pesquisa *Cidade sustentável do terceiro milênio* foi a base para o pós-doutoramento feito em 2018, na cidade de La Coruña, Espanha. A linha de pesquisa *Tecnologia da arquitetura - qualidade ambiental, eficiência energética e reúso de água - estudos de caso* contém vários projetos de pesquisa e de iniciação científica desenvolvidos em PIC, PIBIC e PIBITI no CEUB. Por fim, a linha de pesquisa *Qualidade verde* também desenvolveu vários

projetos de pesquisa e de iniciação científica em PIC, PIBIC e PIBITI no CEUB, produzindo livro publicado com alunos, professores, egressos e convidados.

Palavras-Chave: arquitetura; qualidade ambiental; eficiência e saúde.

CIDADE E HABITAÇÃO: NOVAS PERSPECTIVAS

Eliete de Pinho Araújo - CEUB, professora líder do grupo
eliete.araujo@ceub.edu.br
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária - CEUB, professor líder do grupo
gcantuaria@hotmail.com

O grupo apresenta-se como um suporte fundamental para aglutinar pesquisadores, docentes, alunos, externos e egressos por meio da concentração nos campos prioritários de investigação do programa de mestrado em arquitetura e urbanismo do CEUB. O objetivo é estimular a organização de diversas atividades, em que é possível discutir as questões correlatas ao campo temático, ampliando e atualizando as abordagens sobre o tema. Além disso, analisam-se as transformações na contemporaneidade, no espaço público de antigas e novas centralidades. As pesquisas nesta área de concentração, Cidade e Habitação, poderão qualificar profissionais para atuar tanto no ensino superior como na gestão pública, com o objetivo de ampliar o campo de investigação. Destaca-se que este grupo do mestrado acadêmico tem como fator diferencial estabelecer uma correlação entre a área de concentração Cidade e Habitação com as experiências já consolidadas do mestrado e do doutorado em direito na instituição. Tal fato revigora a investigação das questões correlatas à cidade e à habitação com as do campo do direito. O grupo contém 3 linhas de pesquisa que abrangem as dissertações apresentadas no programa de mestrado em arquitetura e urbanismo do CEUB: *A cidade e a saúde com interfaces no espaço urbano e no edifício*; *Cidade, infraestrutura, tecnologia e projeto*; *Teoria, história e projeto de habitação*. O grupo é composto por todos os professores e alunos do programa e realiza aulas magnas, seminários, congressos, palestras, publica revistas, artigos e livros ao longo da existência do programa, além de projetos de pesquisa com liderança dos professores.

Palavras-Chave: cidade; habitação; novas perspectivas.

CIÊNCIA DE DADOS

Wandré Nunes de Pinho Veloso - CEUB, professor líder do grupo
wandre.veloso@ceub.edu.br

Este grupo de pesquisa, por dedicação inabalável aos estudos científicos e à aplicação de soluções computacionais multidisciplinares, desempenha um papel crucial no avanço das áreas de pesquisas e aplicações em aprendizado de máquina e em ciências de dados. Com missão primordial de aplicar soluções computacionais avançadas, busca-se atender às necessidades de organizações e projetos de pesquisa, especialmente os que enfrentam desafios relacionados à análise de vastos volumes de dados complexos, independentemente de sua natureza relacional. Este grupo destaca-se pela aplicação de técnicas de engenharia e ciência de dados de vanguarda, a fim de fornecer respostas inovadoras e eficazes para os problemas. Sua abordagem multidisciplinar permite que se enfrentem desafios complexos de maneira holística, considerando várias perspectivas e abordagens, o que resulta em soluções abrangentes e eficazes. Além disso, a equipe de pesquisa mantém um compromisso sólido com a disseminação de seus resultados, colabora ativamente com diversas disciplinas e setores da sociedade, compartilhando seus avanços por meio de publicações em revistas científicas, apresentações em conferências acadêmicas e estabelecendo parcerias estratégicas com a indústria. Essa abordagem colaborativa e aberta promove a difusão do conhecimento e permite que suas inovações tenham um impacto amplo na sociedade, além de propiciar o conhecimento e a aplicação das tecnologias de aprendizado de máquina e ciências de dados, o que faz deste grupo uma força significativa na vanguarda desses campos, contribuindo, de forma decisiva, para o avanço da ciência e da indústria.

Palavras-Chave: aprendizado de máquina; ciência de dados; engenharia de dados.

CITOGENÉTICA APLICADA

Fernanda Vinhaes de Lima - CEUB, professora líder do grupo
fernanda.lima@ceub.edu.br

A citogenética é compreendida como o enfoque citológico da genética, a qual consiste, principalmente, no estudo microscópico dos cromossomos e de suas anomalias. Os cromossomos foram descritos no século XIX como corpos nucleoproteicos de coloração escura, observados durante a divisão celular, no estágio de metáfase, no qual atingem seu maior grau de condensação. Cada cromossomo leva uma disposição linear de genes. Em 1956, estabeleceu-se o número diploide correto dos cromossomos do cariótipo humano, como sendo 46, dispostos em 23 pares homólogos. Mudanças na estrutura dos cromossomos humanos são as principais causas de retardo mental, malformações múltiplas, câncer, infertilidade e abortos espontâneos. O grupo de pesquisa apresenta três linhas que se resumem, principalmente, a estudos citogenéticos sobre casais com histórico de infertilidade e abortos de repetição, diagnóstico citogenético de doenças genéticas e avaliação genética da presença do cromossomo *Philadelphia* em pacientes com leucemia mieloide crônica, após o uso de inibidores de tirosinocinase. O grupo de pesquisa concluiu estudo com participantes provenientes da rede pública de saúde do Distrito Federal que apresentavam histórico de infertilidade e abortos de repetição. Esses distúrbios abrangem conflitos diversos e envolvem não somente questões médicas complexas e urgentes, como também problemas psicológicos extremamente sérios. Novos projetos de pesquisa foram aprovados, baseados no estudo e no diagnóstico citogenético de pacientes com leucemia mieloide crônica, portadores do cromossomo *Philadelphia*, sob o efeito de inibidores de tirosinocinase. Além da relevância do diagnóstico para essas famílias, os projetos citados servem como material de estudo para estudantes do CEUB que se interessem por este campo de trabalho.

Palavras-Chave: leucemia; infertilidade; abortamento.

COMUNICAÇÃO EM EMERGÊNCIA E DESASTRES - GP-CED

Mônica Igreja do Prado - CEUB, professora líder do grupo
monica.prado@ceub.edu.br

O referencial do GP-CED é a comunicação pública que compreende a informação como interesse coletivo e o cidadão como construtor de sua autoproteção e atuação social. Por isso, dedica-se a estudos e pesquisas de comunicação que envolvam desastres e emergências. A linha de pesquisa Plataforma Estatística continua ativa, produz e divulga o *Boletim Informativo*, desde o dia 13 de maio de 2020, sobre a evolução da covid-19, em todo o país e encontra-se em sua 82ª edição. Em 3 de maio de 2023, o *Boletim* passou a ter periodicidade mensal, sendo publicado na primeira semana de cada mês, com sete blocos de informação. A mudança na periodicidade deve-se ao fato de a Organização Mundial da Saúde ter decretado o fim da emergência sanitária internacional. A Plataforma JF©, de acesso público e atualização constante, conforme o relato de experiência apresentado no Intercom, 45º Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação - 2022 – Relato de Experiência: comunicando ciência com a Plataforma JF de acompanhamento estatístico da pandemia de covid-19, contribuiu para a redução do cenário de infodemia no ambiente local da cidade de Juiz de Fora (MG). A linha de pesquisa Plataforma Estatística gerou o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em estatística do estudante pesquisador Lucas Teixeira Oliveira, intitulado *Fatores associados aos acessos de informações sobre covid-19: abordagem utilizando análise de correspondência*, em janeiro de 2023. O TCC aponta que o acesso à Plataforma JF© está ligado positivamente à variável de notícias, aos casos confirmados e aos óbitos ocasionados pela covid-19. Além disso, as variáveis que representam as doses de vacinação são opostas à variável de acesso. Esse comportamento indica que, quanto maior a cobertura vacinal da população, menor é o acesso ao *site*, demonstrando que o interesse noticioso decai à medida que a covid-19 perde o impacto de notícia e agenda-*setting*. A marca da Plataforma JF Salvando Todos© foi registrada em maio de 2023, no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). No dia 29 de março de 2020, a Plataforma JF© entrava no ar, pela primeira vez, com a visão de que a informação salva vidas. São três anos produzindo análises e informando o público sobre a evolução da pandemia de covid-19. A presença em veículos de imprensa conta com 230 aparições, sendo 20 delas em entrevistas ao vivo ou gravadas para televisão. A Plataforma tem mais de 7 mil e 300 acessos regulares, de 38 países e de 416 municípios brasileiros diferentes. Na linha de pesquisa Cidades Sustentáveis e Agenda 2030, a roda de conversa (*live*) foi realizada em 29 de março de 2023, sobre as caminhadas em trilhas e o valor da natureza e da biodiversidade no âmbito do Clube de Leitura do CEUB.

Palavras-Chave: plataforma JF; caminhadas na natureza; comunicação de ciência.

COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E O PAPEL SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES NO EIXO DA GESTÃO

Elda Alves Oliveira Ivo - CEUB, professora líder do grupo
elda.ivo@ceub.edu.br
Murilo Silva Rezende - CEUB, professor líder do grupo
murilo.rezende@ceub.edu.br

A inteligência artificial surge como ferramenta importante na vida recente da humanidade, tem mudado a forma como as pessoas desenvolvem suas atividades pessoais ou profissionais e resulta em fortes mudanças no processo educativo, nos diversos níveis. O surgimento da inteligência artificial, na década de 1950, trouxe algumas questões apocalípticas que, aos poucos, têm sido desvendadas e desmistificadas. A educação acompanha essas evoluções dia após dia e busca obter o máximo rendimento dessas novas ferramentas, que incluem plataformas de texto, gráficas ou algorítmicas, influenciando a vida em sociedade. Tais mudanças têm motivado discussões com opiniões otimistas ou pessimistas, sobre o futuro da inteligência artificial, mas não se discute que é uma atividade importante para a atualidade. As diversas ferramentas que surgem a partir das plataformas de inteligência artificial incluem geração de áudio, música, vídeo, texto, aplicativos móveis, análises de dados e outras aplicações nas áreas de educação, saúde, trânsito etc. Nesta mesa-redonda, os debatedores discutem o desenvolvimento das novas tecnologias que influenciam a educação e a vida de todos, incluindo suas repercussões técnicas e éticas sobre questões de interesse, entre as quais podem visualizar-se dilemas sobre o uso da inteligência artificial na educação, tais como a valorização da autoria, a personalização do aprendizado, evitando a perda de autonomia do estudante, além das novas habilidades a ser valorizadas pelo mercado de trabalho do futuro. Por fim, os debatedores indicam recomendações para o uso responsável dessa nova tecnologia, ampliando o alcance e a efetividade da educação nos diversos níveis.

Palavras-Chave: educação a distância; inteligência artificial; uso responsável.

DIREITO PÚBLICO E POLÍTICA URBANA - GPDDPU

Paulo Afonso Cavichioli Carmona - CEUB, professor líder do grupo
paulo.carmona@ceub.edu.br

O Grupo de Pesquisa em Direito Público e Política Urbana – GPDPPU, ligado aos programas de mestrado e doutorado em direito e mestrado em arquitetura e urbanismo do CEUB, no primeiro semestre de 2023, investigou e debateu os estudos do urbanista dinamarquês Jan Gehl, focalizados em três obras principais: "A humanização do espaço urbano", "Cidades para pessoas" e “A vida na cidade: como estudar”. O autor defende que o planejamento urbano deve priorizar a mobilidade ativa, ou seja, os pedestres, os ciclistas e a ocupação de espaços públicos. Outro ponto de realce é que Gehl é um crítico da arquitetura moderna, pois considera que o movimento arquitetônico descartou características das cidades antigas que favoreciam a qualidade de vida dos moradores, nomeando a separação radical dos espaços urbanos em usos monofuncionais de “síndrome de Brasília”. Para ele, a cidade projetada por Lucio Costa e Oscar Niemeyer é o maior exemplo desse fenômeno negativo, o que foi, em grande parte, rebatido pelos pesquisadores. No segundo semestre de 2023, voltou-se para o debate do direito de moradia digna, o déficit habitacional, os vazios urbanos e a destinação de imóveis no Setor Comercial Sul para moradia, com participação da professora e advogada Sabrina Durigon Marques, bem como para o debate sobre mobilidade urbana, direito à cidade, formas de participação social e efetividade da política de mobilidade e acessibilidade urbanas no Distrito Federal, com participação do promotor de justiça Dênio Augusto de Oliveira Moura, que também é coordenador da Rede Urbanidade. Em outro momento, haverá encontros com os professores Daniel Gaio, da UFMG, e Luigi Bonizzato, da UFRJ, sobre temas relacionados à política urbana.

Palavras-Chave: política urbana; espaço urbano; direito à moradia.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO - EDUCACOM

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho - CEUB, professora líder do grupo
renata.carvalho@ceub.edu.br
Manoel Henrique Tavares Moreira - CEUB, professor líder do grupo
henrique.moreira@ceub.edu.br

As linhas de pesquisa do grupo EDUCACOM compõem os eixos programáticos dos trabalhos desenvolvidos pelos professores e pelos alunos dos cursos na área de comunicação social do Centro Universitário de Brasília – CEUB, buscando, continuamente, mobilizar esforços para fortalecer as pesquisas realizadas ou orientadas pelo corpo docente. Os pesquisadores do grupo têm apresentado propostas de projetos nos Programas de Iniciação Científica do CEUB. Vivaldo Reinalto de Sousa orientou a aluna Monique Magalhães de Oliveira Del Rosso Soares do curso de jornalismo com a pesquisa "Lula e Bolsonaro: presença nas capas dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Valor Econômico* nas eleições de 2022". Luiz Claudio Ferreira orientou os alunos Maria Eduarda Soares Toledo da Costa e Vinicius Braga Milhomem, do curso de jornalismo, com a pesquisa "*Webdocs* em libras: propostas de produtos interativos em série, voltados para pessoas surdas" e orientou os alunos João Victor dos Santos Brilhante e Rayssa Loreen Andrade da Rocha do curso de publicidade e propaganda com a pesquisa "Racismo no futebol nas páginas de *sites* esportivos na Espanha e no Brasil". Renata Bittencourt tem desenvolvido estudos que relacionam a educação, a comunicação e a psicanálise na perspectiva da compreensão das consequências da comunicação violenta nas escolas da educação básica, no desenvolvimento das atividades acadêmicas pelos universitários no ensino superior. Os pesquisadores têm orientado pesquisas em trabalhos de conclusão de curso e têm recebido prêmios relativos aos trabalhos desenvolvidos com os alunos dos cursos de jornalismo e de publicidade e propaganda.

Palavras-Chave: comunicação social; ensino superior; educação.

ENFERMAGEM E AS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS - ENFERMAGEM E AS DOENÇAS CARDIOVASCULARES E NEUROVASCULARES

Renata de Paula Faria Rocha - CEUB, professora líder do grupo
renata.rocha@ceub.edu.br

A educação permanente em saúde (EPS) é considerada uma prática formativa contínua que propõe romper com o modelo tradicional de ensino, ao cogitar maior interação entre aprendizagem e serviço especializado, no âmbito hospitalar. Neste contexto, o enfermeiro, como facilitador do cuidado de enfermagem e do serviço de saúde, precisa buscar a qualificação permanente em seu trabalho, assim como estimular aqueles que estão envolvidos no processo assistencial. Leva-se em consideração que as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são as principais responsáveis pelos altos custos em saúde e pelo aumento dos coeficientes de morbimortalidade no Brasil e em outros países do mundo, principalmente, no que tange às doenças cardioneurovasculares. A pesquisa tem por objetivo implementar práticas educativas para o aprimoramento do conhecimento da equipe assistencial de saúde de um hospital especializado em cuidados neurocardiovasculares, localizado na cidade de Brasília. Para isso, será utilizada a abordagem qualitativa e quantitativa, dispondo da metodologia do Arco de Manguerez (MAM), uma ferramenta eficaz, por mediar o processo de ensino-aprendizagem, fortalecendo a relação entre prática, teoria e prática no contexto da atualidade, composta por cinco etapas: observação da realidade; pontos-chave; teorização; hipótese de solução; aplicação à realidade. Essa proposta metodológica foi escolhida, com a finalidade de obter resolutividade, assim como criar oportunidades para refletir, discutir e construir conhecimento coletivo sobre o tema. Espera-se que, com a realização da capacitação por meio da ferramenta ativa utilizada nos treinamentos institucionais, os envolvidos na pesquisa compreendam a necessidade de aprimorar a problemática das doenças cardioneurovasculares, bem como suas complexidades no processo de saúde e doença, preparando, dessa forma, a equipe assistencial para prestar o suporte adequado à beira leito, com objetivo da melhoria da qualidade do cuidado prestado e do aumento da segurança ao paciente.

Palavras-Chave: enfermagem cardiovascular; educação permanente; doenças não transmissíveis.

ENFERMAGEM E AS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS - ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Renata de Paula Faria Rocha - CEUB, professora líder do grupo
renata.rocha@ceub.edu.br

Os motivos que levam um indivíduo ou grupo familiar a recorrer ao ambiente das ruas para sobreviver podem ser vários, como imbróglios nos vínculos familiares, dependência química ou alcoólica, perda de um emprego e dificuldade encontrada no mercado de trabalho, entre os diversificados determinantes para que isto se torne uma realidade. As pessoas que vivem em situação de rua possuem maior risco de adoecimento e sofrem com o abandono, a marginalização, a baixa autoestima e a privação de seus direitos e dignidade. No Distrito Federal, acreditava-se que a quantidade de pessoas que vivem esta realidade era de, aproximadamente, 2.938 pessoas até o ano de 2022, incluindo indivíduos de todas as faixas etárias e níveis de escolaridade, englobando condições de analfabetismo e falta de oportunidade de estudo, além de pessoas com ensino superior completo. O objetivo é analisar a situação da população em situação de rua do DF. Foram atendidas cerca de 30 pessoas nessa situação, até o momento. O projeto está em andamento. As demandas atendidas foram: escuta qualificada, realização de curativos, atendimento de situações de urgência e emergência, consulta de enfermagem, verificação de pressão arterial, encaminhamentos para unidades de referência no Distrito Federal, educação em saúde, orientações sobre redução de danos. Acredita-se que a população em situação de rua tem dificuldades de acesso ao serviço de saúde e há falha na capacitação dos profissionais de saúde para acolher esta população. Além disso, detectaram-se diversas necessidades de atendimentos de urgência e emergência, problemas com indivíduos dependentes de álcool e outras drogas e elevada prevalência de infecções sexualmente transmissíveis.

Palavras-Chave: população em situação de rua; enfermagem; assistência de enfermagem.

POLÍTICA PÚBLICA E JUSTIÇA CRIMINAL

Antonio Henrique Graciano Suxberger - CEUB, professor líder do grupo
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa Direito e Políticas Públicas problematiza as relações entre o direito e as políticas públicas, com delimitação dirigida ao funcionamento do sistema de justiça criminal. Ocupa-se dos temas sobre o aprimoramento da atividade investigatória e sua respectiva institucionalidade, bem assim a exteriorização da ação do Estado na persecução penal em juízo. Atende à preocupação dirigida ao encarceramento em massa, tal como reconhecido no Estado brasileiro, e debate o tema a partir das alternativas dirigidas à desjudicialização de casos penais e ao uso da pena privativa de liberdade. O grupo apresenta quatro linhas de pesquisa: direito nas políticas públicas; análise, avaliação, processos e controle de políticas públicas; arranjos institucionais, superencarceramento, política criminal e penitenciária; políticas públicas de gênero e estudos feministas. Reúne desde graduandos, cujos temas de pesquisa e investigação se insiram nas linhas de pesquisa, até mestrandos e doutorandos, que se debrucem sobre os temas vinculados às mesmas linhas. O grupo repercute as diferentes dimensões que o direito cumpre no desenho das políticas públicas e busca diferenciar o debate jurídico a partir da compreensão da dogmática em contraposição ao campo da legística, esta última tomada como instância de conformação gerencial, de eficácia e pragmática na proposição de alternativas ao enfrentamento de problemas públicos afetos ao sistema de justiça. Para tanto, o direito é discutido como objetivo da política pública, como esfera de definição de competência, como indicação de instrumental para abordagem dos problemas públicos e, enfim, como vocalizador das demandas dirigidas à política pública em geral. Os temas do grupo, assim, passam desde o debate organizacional e institucional do funcionamento do Estado até a crítica dirigida ao funcionamento do sistema de justiça, em especial seus atores nas políticas de segurança pública, criminal e penal.

Palavras-Chave: políticas públicas; arranjos institucionais; sistema de justiça criminal.

SAÚDE, EDUCAÇÃO E SUBJETIVIDADE NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Valéria Deusdará Mori - CEUB, professora líder do grupo
valeria.mori@ceub.edu.br
Luciana de Oliveira Campolina - CEUB, professora líder do grupo
luciana.campolina@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa constitui um espaço de formação importante, pois caracteriza-se pelo estudo aprofundado da temática proposta, bem como pela realização de pesquisas de forma colaborativa. Estudantes de graduação e mestrado têm oportunidade de trabalhar em parceria, no processo de pesquisa. Há 11 trabalhos de iniciação científica e 12 de mestrado concluídos desde o início o grupo. São duas linhas que orientam as pesquisas: *Processos criativos e inovadores na formação acadêmica*; *Saúde, educação e processos subjetivos na formação em psicologia*. Os temas relacionam-se à saúde e à educação a partir de uma visão contemporânea que articula estes processos à formação acadêmica. Como repercussões, os trabalhos de pesquisa do grupo problematizam a visão hegemônica da formação acadêmica, como técnica e instrumental, que dissocia a prática da teoria. Busca-se investigar a formação profissional articulada à educação integral da pessoa e aos processos do desenvolvimento humano. Os elementos educativos que participam da formação também são problematizados, pois restringem-se à transmissão de conteúdos que pouco promovem a reflexão dos estudantes em relação ao seu campo de conhecimento e à realidade social e cultural. Atualmente, três pesquisas em andamento estão orientadas à compreensão da prática profissional e da sua relação com a formação na graduação. Os mestrandos que participam do grupo de pesquisa têm discutido os efeitos da pandemia no cenário de graduação atualmente. As pesquisas são orientadas com base na teoria da subjetividade e no método construtivo e interpretativo, ambos de González Rey.

Palavras-Chave: saúde; educação; subjetividade.

SOCIEDADE, CRIME E CASTIGO

Patrícia Jobim Sathler Souza - CEUB, professora líder do grupo
patricia.souza@uniceub.br

O grupo Sociedade, Crime e Castigo, criado em 2020, é vinculado à pós-graduação *lato sensu* em direito do UniCEUB e liderado pela professora Patrícia Jobim Sathler. Com foco no estudo do direito penal, utiliza-se de uma abordagem interdisciplinar, para explorar temas relacionados às ciências criminais. O grupo possibilita a inserção de jovens pesquisadores, fomentando estudos e pensamentos de ordem crítica, sobre temas com relevante impacto social. Além da indicação de leitura sobre doutrinas e textos científicos, o grupo enriquece-se culturalmente com leituras e debates literários, abordando obras, como “A colônia penal”, de Franz Kafka, “O último dia de um condenado”, de Victor Hugo, “O homem nu”, de Fernando Sabino, “Crime e castigo”, de Fiódor Dostoiévski, entre outros. Filmes e documentários também são fontes ilustrativas adequadas para o engrandecimento dos estudos e são frequentemente utilizados no grupo. No último ano, foram abordados temas de extrema relevância no contexto social contemporâneo, como evolução do direito penal, tipos e história das penas, dinâmica das prisões, situação carcerária, questões limítrofes entre a liberdade de expressão e as questões criminais, prisões cautelares, princípios constitucionais penais, legalidade, presunção de inocência, linchamento virtual (ou "cancelamento"), novas tipificações, ressocialização, entre outros. Chegando a consonâncias e dissonâncias com relação às temáticas, novas pesquisas começaram a ser desenvolvidas para futura publicação. A visão plural do grupo é incrementada, ao receber palestrantes pesquisadores externos. Os debates são feitos mensalmente, na modalidade à distância. Além do estudo, há pesquisa e desenvolvimento contínuo e individual de cada membro após cada reunião.

Palavras-Chave: ciências criminais; princípios; ressocialização.

TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS E COMUNIDADE

Fabrício Ofugi - CEUB, professor líder do grupo
fabricio.ofugi@ceub.edu.br
Gislane Pereira Santana - CEUB, professor líder do grupo
gislane.santana@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa *Tecnologias disruptivas*, em momento de estabelecimento de sua reformulação e reflexão interna, tem enfatizado a sua linha *Educação, gamificação e jogos eletrônicos*. Diante de preocupações contemporâneas, como a desinformação, o compartilhamento de *fake news* e a segurança cibernética, trabalha-se com a problemática sobre como o conhecimento de sistemas computacionais pode contribuir com uma ruptura com os padrões, os modelos ou as tecnologias relacionadas à aprendizagem e ao uso da informática. Dessa maneira, a pesquisa tem-se dedicado ao *design* de interação associado às metodologias de ensino para abordagem disruptiva sobre a introdução da informática básica, de forma significativa. Neste contexto, espera-se proporcionar a união entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa. A pergunta sobre como adequar conteúdo e métodos educacionais no contexto da expansão e da emergência de recursos, como a inteligência artificial gerativa e a internet das coisas, mostra-se crucial. O conhecimento técnico é fundamental para que os novos usuários possam utilizar a informática de maneira mais segura, combatendo as diferentes modalidades de ameaças digitais. A comunidade virtual, em especial a comunidade *hacker*, moldou-se em princípios de reputação e colaboração. Defende-se, dessa maneira, que os estudantes adquiram comportamentos similares e que, assim, consigam contribuir para a maior disseminação de informações relevantes e que propiciem o uso seguro da tecnologia da informação. Vale ressaltar que a compreensão do *hacker*, em sua perspectiva ética, distingue-se do criminoso cibernético também conhecido como *cracker*. Pretende-se também retomar os estudos pelo desenvolvimento de um sistema operacional próprio, como o CEUB-OS, desenvolvido entre 2020 e 2022. O uso de um sistema dessa natureza garante processos seguros e livres de arquivos mal-intencionados, como os vírus de computador.

Palavras-Chave: educação em informática; *gamificação*; *software* livre.

ANAIS DO 6º EnCUCA

MESAS-REDONDAS



fapdf CNPq CEUB

APRESENTAÇÕES DO DOUTORADO EM DIREITO: ENCONTRO DE DOUTORANDOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO URBANÍSTICO

Mediadores:
Paulo Afonso Cavichioli Carmona - CEUB, professor do Programa de mestrado e doutorado em Direito do CEUB
paulo.carmona@ceub.edu.br
Sandro Lúcio Dezan - CEUB, professor do Programa de mestrado e doutorado em Direito do CEUB
sandro.dezan@ceub.edu.br

Debatedores:
Tatiana Reinehr de Oliveira - CEUB, doutorando do Programa de Doutorado em Direito
tatiana.oliveira@sempreceub.com
Edilia Ayres Neta - CEUB, doutorando do Programa de Doutorado em Direito
edilia.ayres@sempreceub.com
Luciano Rosa Vicente - CEUB, doutorando do Programa de Doutorado em Direito
luciano.rosa@sempreceub.com
Raquel Mousinho de Moura Fé - CEUB, doutorando do Programa de Doutorado em Direito
raquel.mousinho@sempreceub.com
Rodrigo Bento de Andrade - CEUB, doutorando do Programa de Doutorado em Direito
rodrigo.bento@sempreceub.com
Marcos Andre Alamy - CEUB, doutorando do Programa de Doutorado em Direito
marcos.alamy@sempreceub.com
Sayury Silva de Otoni - CEUB, doutorando do Programa de Doutorado em Direito
sayury.otoni@sempreceub.com
Laila José Antônio Khoury - CEUB, doutorando do Programa de Doutorado em Direito
laila.khoury@sempreceub.com
Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira - CEUB, doutorando do Programa de Doutorado em Direito
jacqueline.oliveira@sempreceub.com

A mesa-redonda intitulada "Apresentações do doutorado em direito: encontro de doutorandos" envolve a linha de pesquisa em direito administrativo e direito urbanístico, cujos responsáveis foram os professores doutores Paulo Afonso Cavichioli Carmona e Sandro Lúcio Dezan, ambos do programa de mestrado e doutorado em direito e políticas públicas do CEUB. O encontro envolveu a apresentação de nove alunos do doutorado em direito sobre os seguintes temas: *Estratégias de políticas urbanas para a implementação de cidades inteligentes: a experiência de Brasília*, da aluna Tatiana Reinehr de Oliveira;

Resolução 125/2010 do CNJ: política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses conflitos - suas contingências e violência simbólica, da aluna Edilia Ayres Neta Costa; *O procedimento correcional brasileiro: uniformizar é preciso*, do aluno Luciano Rosa Vicente; *Acordo substitutivo de sanção administrativa: em busca do devido processo administrativo consensual*, da aluna Raquel Mousinho de Moura Fé; *A atuação contramajoritária dos Tribunais de Contas em fiscalização de pessoal como contributo à efetivação de política pública de pessoal no serviço público*, do aluno Rodrigo Bento de Andrade; *Debaixo da terra: a agenda do saneamento básico no Brasil*, do aluno Marcos Andre Alamy; *Política pública de combate à violência de gênero na proposta de uma "smart city": "quo vadis", Vitória?*, da aluna Sayury Silva de Otoni; *A aplicação da regra da autonomia da decisão empresarial aos diretores de entidades fechadas de previdência complementar: "business judgment rule"*, da aluna Laila José Antônio Khoury; *Qual é o verdadeiro papel da Corregedoria Nacional do Ministério Público?*, da aluna Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira.

Palavras-Chave: direito administrativo; direito urbanístico; debates acadêmicos.

CULTURA DE PAZ E DIVERSIDADE: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA CULTURAL SEMIÓTICA

Mediadora:
Ana Flávia do Amaral Madureira - CEUB, professora de graduação em Psicologia e do Programa de Mestrado em Psicologia
ana.madureira@ceub.edu.br

Debatedoras:
Mônica Sousa Neves Pereira - UnB, professora do Instituto de Psicologia
monicasouzaneves@gmail.com
Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire - UnB, professora da Faculdade de Educação
sandra.ferraz@gmail.com
Luciana Dantas de Paula - UnB, doutoranda do Instituto de Psicologia
lucianapdantas@gmail.com

A mesa-redonda proposta tem como objetivo estimular o debate acerca de algumas contribuições da perspectiva teórica sobre a psicologia cultural semiótica na construção de uma cultura de paz e de valorização da diversidade que constitui os seres humanos, especialmente no que se refere ao campo educacional. Os conceitos teóricos configuram-se como ferramentas do pensamento e da ação que potencializam a capacidade reflexiva e interpretativa em relação a diversas temáticas socialmente relevantes. A psicologia cultural semiótica está inserida entre as correntes sociogenéticas, no campo da ciência psicológica, ou seja, corresponde a uma perspectiva teórica que considera seriamente a gênese social do psiquismo humano. Afinal, o desenvolvimento psicológico tipicamente humano ocorre sempre no âmbito das interações sociais cotidianas estabelecidas no interior de contextos culturais estruturados, perpassados por determinadas crenças, valores e práticas. A perspectiva teórica em questão assume como objeto de análise a relação entre sujeito e cultura, com especial interesse no estudo dos processos de significação, referentes à construção de significados. De forma mais específica, a psicologia cultural semiótica integra, em suas análises: o papel constitutivo da cultura em relação ao psiquismo humano; o papel ativo do sujeito em relação ao seu desenvolvimento psicológico e aos contextos em que se encontra inserido. Cabe destacar que os processos de significação correspondem a processos corporificados em que os aspectos afetivos e emocionais ganham especial destaque. Em outras palavras, a construção de significados envolve complexos e dinâmicos processos afetivo-semióticos imersos no fluxo irreversível do tempo. É importante mencionar que a psicologia cultural semiótica conta, em seu aporte teórico, com significativas contribuições advindas da ciência dos signos, a semiótica, desenvolvida por Charles Sanders Peirce. Os signos, enquanto instrumentos psicológicos fornecidos

pela cultura, são elaborados por mentes que operam mediante o uso de signos, como é discutido por Jaan Valsiner. Portanto, os processos afetivo-semióticos são processos corporificados que integram, de forma profunda, cultura e constituição da subjetividade. No que se refere ao desafio pessoal e coletivo de contribuir com a construção de uma cultura de paz e de valorização da diversidade, a educação cumpre um papel estratégico. Para tanto, é fundamental reconhecer que as diferentes formas de preconceito, como, por exemplo, o sexismo, o racismo, a homofobia, a transfobia e o capacitismo, são expressões da violência, que geram dor e sofrimento em inúmeras pessoas, cumprindo um papel voltado à manutenção de uma ordem social injusta e desigual. Compartilha-se a convicção de que a psicologia cultural semiótica apresenta implicações educacionais relevantes na direção da desconstrução de preconceitos, da valorização de formas não violentas de lidar com os conflitos em sintonia com os princípios democráticos e com o respeito aos direitos humanos. Para tanto, a construção de práticas pedagógicas dialógicas no interior das instituições de ensino, em todos os níveis educacionais, é de suma importância. A partir do referencial da psicologia cultural semiótica, a presente mesa-redonda pretende, justamente, explorar algumas das potencialidades das práticas pedagógicas dialógicas na direção da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Palavras-Chave: psicologia cultural semiótica; cultura de paz; valorização da diversidade.

FEBRE MACULOSA, VOCÊ SABE PREVENIR? CAUSAS, SINTOMAS, PREVENÇÃO E TRATAMENTO

Mediador:
Milton R. de Paula Júnior - CEUB, professor do curso de Biomedicina
milton.junior@ceub.edu.br

Debatedoras:
Fabíola Fernandes dos Santos de Castro - CEUB, professora do curso de Biomedicina
fabiola.castro@ceub.edu.br
Manuela Borja Lousada - CEUB, professora do curso de Biomedicina
manuela.soares@ceub.edu.br
Kelly Cristina Rodrigues Simi - CEUB, professora do curso de Biomedicina
kelly.simi@ceub.edu.br
Tania Cristina Santos Andrade - CEUB, professora do curso de Biomedicina
tania.andrade@ceub.edu.br
Renata de Souza Freitas - CEUB, professora do curso de Biomedicina
renata.freitas@ceub.edu.br

A febre maculosa (FM) é uma doença febril aguda de início insidioso e gravidade variável, causada pela bactéria *Rickettsia rickettsii*, em indivíduos picados por carrapatos da espécie *Ambliomma cajennense* que tenham permanecido aderidos ao corpo por um período superior a 4 horas. Evolui, inicialmente, com uma série de sintomas semelhantes aos de outras infecções: febre alta, mialgia intensa, cefaleia, inapetência, náuseas, vômitos, diarreia e dor abdominal. Em geral, entre o 2° e o 5° dia da doença, surge o exantema maculopapular, de evolução centrípeta e predomínio nos membros inferiores, podendo acometer a região palmar e plantar em 50% a 80% dos pacientes com essa manifestação. O diagnóstico precoce é muito difícil principalmente durante os primeiros dias de doença, quando as manifestações clínicas também podem sugerir leptospirose, dengue, hepatite viral, salmonelose, encefalite, malária, pneumonia por *Mycoplasma pneumoniae*. Os diagnósticos laboratoriais podem ser inespecíficos, como o hemograma (anemia e plaquetopenia), a creatinoquinase, a desidrogenase lática, as aminotransferases e as bilirrubinas geralmente aumentadas. Os exames específicos são reação de imunofluorescência indireta (RIFI) e pesquisa direta da *Rickettsia*. A droga de escolha para pacientes com sinais e sintomas clínicos da FM é a doxiciclina, que deve ser utilizada em casos leves e moderados, de manejo ambulatorial. Nos casos mais severos, que requerem internação e utilização de antibioticoterapia por via endovenosa, o cloranfenicol é a droga utilizada pela inexistência da doxiciclina parenteral no país.

Palavras-Chave: febre maculosa; manifestações clínicas; diagnósticos.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO

Mediador:
Flávio César de Siqueira Marques - CEUB, professor do Núcleo de Educação a Distância (NEAD)
flavio.marques@ceub.edu.br

Debatedores:
Marcelo Carboni Gomes - CEUB, professor do Núcleo de Educação a Distância (NEAD)
marcelo.gomes@ceub.edu.br
Ricardo Alves Neiva - CEUB, professor do Núcleo de Educação a Distância (NEAD)
ricardo.alves@ceub.edu.br

A inteligência artificial surge como ferramenta importante na vida recente da humanidade, tem mudado a forma como as pessoas desenvolvem suas atividades pessoais ou profissionais, resultando, inclusive, em fortes mudanças no processo educativo, nos diversos níveis. O surgimento da inteligência artificial, na década de 1950, propiciou, inclusive, algumas questões apocalípticas, que, aos poucos, têm sido desvendadas e desmistificadas. A educação acompanha essas evoluções dia após dia e busca obter o máximo rendimento dessas novas ferramentas, que incluem plataformas de texto, gráficas ou algorítmicas, influenciando a vida em sociedade. Tais mudanças têm motivado discussões com opiniões otimistas ou pessimistas sobre o futuro da inteligência artificial, mas não se discute que é uma atividade importante para a atualidade. As diversas ferramentas que surgem a partir das plataformas de inteligência artificial incluem: geração de áudio, música, vídeo, texto, aplicativos móveis, análises de dados e outras aplicações nas áreas de educação, saúde, trânsito etc. Nesta mesa-redonda, os debatedores discutem o desenvolvimento das novas tecnologias que influenciam a educação e a vida de todos, incluindo suas repercussões técnicas e éticas sobre questões de interesse. Entre elas, podem-se visualizar dilemas sobre o uso da inteligência artificial na educação, tais como a valorização da autoria, a personalização do aprendizado, evitando a perda de autonomia do estudante, além das novas habilidades que serão valorizadas pelo mercado de trabalho do futuro. Por fim, os debatedores indicarão recomendações para o uso responsável dessa nova tecnologia, ampliando o alcance e a efetividade da educação nos diversos níveis.

Palavras-Chave: educação a distância; inteligência artificial; questões éticas.

PALIMPSESTO, PROCESSOS E DERIVAS

Mediadora:
Rossana Maria Delpino Sapena - CEUB, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
rossana.sapena@ceub.edu.br

Debatedores:
Marurici Carcamo Pino - doutorando da Universidade do Chile
m.carcamo@uchile.cl
Beatriz de Abreu e Lima - CEUB, mestranda do curso de Arquitetura e Urbanismo
beatriz.lima@ceub.edu.br

O grupo desenvolve encontros virtuais mensais desde o final de 2022, como o evento denominado "Mesa ambígua: ciclo de conversas assimétricas". Para esta ocasião, convidam-se arquitetos, *designers*, urbanistas e filósofos, a fim de provocar diálogos transnacionais sobre como são os fundamentos do grupo de investigação, ou seja, olhar um tema mediante visões e territórios diversos. Por outro lado, a ideia do ambíguo menciona-se, a fim de pensar os temas propostos pelos palestrantes mediante um lugar incerto, complexo e mutável, a modo de abrir possibilidades, antes de fechar conclusões. Os assuntos tratados foram teóricos e abordaram temas, como a estética do sublime, o feminismo e o marxismo relacionados à arquitetura e as cidades e o quanto se aproximaram à representação por meio de desenhos, fotografia e mapas. No evento do EnCUCA de 2023, está planejada uma "mesa ambígua" presencial, em que o arquiteto chileno Mauricio Cárcamo, convidado para a ocasião, faz a apresentação da montagem e do conteúdo do livro *Cubook*, assim como são apresentados os trabalhos coletivos e individuais dos membros do grupo. Há também duas exposições: uma do *Palimpsesto crítico* com a produção, os fundamentos e os integrantes do grupo; outra do livro *Cubook* (Chile). Por outro lado, espera-se que os visitantes, os alunos e os professores participem da intervenção coletiva denominada *Palimpsesto cúbico*, uma colagem a várias mãos que se desenvolve no tempo, em que a improvisação e o acaso são os principais protagonistas. Para finalizar, há a palestra do arquiteto convidado, o professor Mauricio Cárcamo Pino, que é membro do grupo de pesquisa, sobre o tema "Três paradigmas epistêmicos para a investigação da experiência: linguagem, visualização e manuagem".

Palavras-Chave: arquitetura; processos; derivas.

SINALIZAÇÃO ARTESANAL EM TRILHAS DO DF: TECNOLOGIA SOCIAL DOS CAMINHOS DO PLANALTO CENTRAL – CPC

Mediadora:
Mônica Igreja do Prado - CEUB, professora do curso de Comunicação Social
monica.prado@ceub.edu.br

Debatedores:
João Carlos Machado - colaborador do Movimento CPC
joaocarlos.machado@gmail.com
Carolinne de Oliveira Carvalho - colaboradora do GT Estruturação de Trilhas Movimento CPC
carolinne.carvalho1@gmail.com

O Movimento de Apoio ao Caminhos do Planalto Central (CPC) desenvolveu a tecnologia social de sinalização artesanal rústica de trilhas que está em concordância com as diretrizes preconizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pela Rede Brasileira de Trilhas (RBT). A tecnologia desenvolvida é uma sistemática própria de confecção de tabuletas e mourões realizada por voluntários a partir de entalhamento e escrita manual, para indicar as trilhas e seus traçados e a proximidade de atrativos com a utilização de recursos reaproveitados. A adoção de mourões e tabuletas foi uma das soluções pensadas, considerando a falta de recursos e a compreensão da importância da marcação das trilhas como elemento permanente. Consolidou-se, assim, o modelo e o conceito das tabuletas artesanais do CPC mediante dois fundamentos: a sustentabilidade, pois há reaproveitamento de sucata de madeira descartada por meio da doação de madeireiras e marcenarias ou com origem na extração de árvores exóticas das unidades de conservação, sendo as madeiras avaliadas, selecionadas para a função de sinalização e preparadas, então, para a confecção de tabuletas; o pertencimento, pois a confecção é artesanal, a participação é voluntária, e as tabuletas são confeccionadas conforme a caligrafia de cada pessoa, de modo a gerar sentimento de pertença e estabelecer a mensagem clara de que são voluntários/as comprometidos/as, dedicando-se às trilhas ecológicas. A tecnologia social está implementada nas trilhas da Floresta Nacional de Brasília (Flona), do Parque Nacional de Brasília (PNB), do complexo Serrinha do Paranoá e da Fazenda Roda e Cruz. O CPC é o sistema distrital de trilhas ecológicas, que, conforme a Lei Distrital nº 6.892/2021, é a política pública dedicada à implementação de percursos em ambiente natural, para caminhadas, ciclismo, corridas, cavalgadas e outras atividades não motorizadas. Tem como objetivo formar diversificado sistema de trilhas que promova a conectividade e a composição de corredores ecológicos, valorizando as unidades de conservação,

possibilitando o desenvolvimento econômico sustentável, preservando o Cerrado e as águas do Planalto Central. Com o propósito de integrar todo o território do DF, o Movimento CPC atua na implementação dos Arcos Brasília, União e Cafuringa e das Saídas Leste e Oeste. O sucesso das tabuletas artesanais do CPC estimulou a criação da marcenaria da APA do Planalto Central, que foi equipada com modernas ferramentas, para aprimorar e agilizar o processo de preparo e acabamento das madeiras, a confecção de bancos, mirantes, suportes para mapas e outros equipamentos de interesse das trilhas ecológicas, além de mourões e tabuletas. A marcenaria foi aparelhada com a iniciativa da conversão de penalidade ambiental. Participaram da mesa-redonda, como moderadora, a líder do Grupo de Pesquisa Comunicação em Emergência e Desastres, bacharel e mestre em Comunicação e doutora em Ciências do Ambiente, professora doutora Mônica Prado, e, como palestrantes, o coordenador do Movimento Caminhos do Planalto Central e idealizador da sinalização rústica para as trilhas do DF, João Carlos Machado, e a integrante da marcenaria da APA do Planalto Central e entusiasta da sinalização rústica, Carol Oliveira.

Palavras-Chave: tecnologia social; sinalização artesanal; caminhos do planalto central.

ANAIS DO 6º EnCUCA

OFICINAS



ENCONTRO DE *BOARD GAMES*

Ana Gabriella de Oliveira Sardinha - CEUB, professora do Núcleo de Educação a Distância (NEAD)
ana.sardinha@ceub.edu.br

O objetivo do 1º Encontro de *Board Games* foi promover a socialização e a diversão por meio de jogos de tabuleiro. A socialização e a troca de experiências entre os jogadores auxiliam o desenvolvimento socioemocional e cognitivo. Este espaço foi dinâmico com a possibilidade e a oportunidade de os participantes apresentarem seus jogos e conhecerem outros de origem africana e indígena, como a mancala e o jogo da onça, além de aprender novas estratégias e socializar-se com outros jogadores. Durante o encontro, foi proporcionada a vivência com jogos tradicionais e modernos, com desafios e estratégias, como RPG (Role-Playing Game), jogos de cartas e outros jogos de mesa. O jogo é uma atividade livre e voluntária, tem regras estabelecidas e objetivos específicos. A proposta da oficina foi incentivar a cultura lúdica na instituição, o que pode auxiliar a motivação dos participantes e a criação de boas memórias. Desse modo, a cultura lúdica é composta por um conjunto de regras e significados próprios ao jogo, que os jogadores adquirem e dominam, e é uma forma de expressão cultural e social. A diversidade propiciada pelos jogos de tabuleiro permite que os participantes ampliem seus horizontes e desenvolvam maior compreensão e apreciação pelas diferentes culturas do mundo. Por meio dessa experiência, os jogadores poderão expandir seus conhecimentos sobre história, tradições e costumes de diferentes povos, enriquecendo, assim, seu repertório cultural. O jogo de tabuleiro é uma arte que proporciona desafios estratégicos, auxiliando o desenvolvimento de habilidades de raciocínio lógico pela busca de soluções, aprimorando a criatividade, a imaginação e as relações interpessoais. Esse encontro enfatizou a importância do aspecto social do jogo como uma forma de interação humana e expressão da diversidade cultural.

Palavras-Chave: jogos de tabuleiro; cultura lúdica; expressão social.

GIT PARA O MERCADO DE TRABALHO

Arthur Arash Briceño Heidari - CEUB, aluno monitor do curso de Ciência da Computação
arthur.arash@sempreceub.com
Lucas Zoser Nunes Costa - CEUB, aluno monitor do curso de Ciência da Computação
lucaszoser@sempreceub.com
Felipe Soares Alencar Trindade - CEUB, aluno monitor do curso de Ciência da Computação
damnbruh@sempreceub.com

Inicialmente, tratou-se da história e da evolução dos sistemas operacionais. Especialmente, explorou-se o Linux, um sistema operacional de código aberto que desempenhou um papel fundamental na formação da comunidade de desenvolvimento de *software*. Além disso, discutiram-se suas ligações com o Git e GitHub, plataformas que abrangem os princípios colaborativos, também essenciais na construção do Linux. Os participantes foram introduzidos aos comandos básicos do *bash*, o *shell* de linha de comando do Linux. Isso capacitou cada um deles a navegar pelo sistema de arquivos, gerenciar diretórios, além de executar tarefas essenciais por meio da interface de terminal. Essas habilidades são cruciais para qualquer desenvolvedor ou administrador de sistemas que deseja operar eficientemente, em um ambiente Linux. Em seguida, houve a transição para a prática da oficina. Os participantes aprenderam a utilizar o Git desde a criação de repositórios até a realização de "commits", para acompanhar as mudanças em seus projetos. Exploraram-se conceitos avançados, como *branches*, que permitem o desenvolvimento paralelo de recursos, e *pull requests*, que são fundamentais para a colaboração em equipe no GitHub. Os dois dias de aprendizado da oficina resultaram em uma compreensão sólida dos sistemas operacionais com ênfase na importância do Linux, bem como na aplicação das ferramentas de controle de versão Git e nas plataformas de hospedagem, como o GitHub, capacitando os participantes a tornarem-se desenvolvedores mais eficientes e colaboradores eficazes em projetos de *software*.

Palavras-Chave: *github*; projetos; portfólio.

ANAIS DO 6º EnCUCA

PALESTRAS



fapdf CNPq CEUB

A INFLUÊNCIA DA RELIGIOSIDADE NA SAÚDE MENTAL DE LÉSBICAS, *GAYS* E BISSEXUAIS

Luana Elayne Cunha de Souza - CEUB, professora do curso de Psicologia
luana.elayne@ceub.edu.br
Ágatha Aila Amábili de Meneses Gomes - CEUB, professora do curso de Psicologia
agathaaila@gmail.com

A religião mostra-se como uma dimensão importante na vida das pessoas, em que 90% da população brasileira possuem alguma religião. Desses, a maioria pertence a religiões de tradição cristã, como o catolicismo e o protestantismo, o que classifica o Brasil como o segundo país com mais cristãos no mundo (185 milhões). Somando-se a isso, destaca-se que o país vivencia, nos últimos anos, a crescente força religiosa conservadora e fundamentalista, a qual se estende para além do campo religioso e adentra no âmbito político-administrativo. Juntamente a esse cenário, o Brasil, mesmo contendo leis que visem ao combate a práticas discriminatórias em relação à população LGBTQIA+, apresenta índices alarmantes de violência contra esse público. A partir do exposto, pressupõe-se que pessoas pertencentes ao grupo LGBTQIA+ e que também se identificam como membros de grupos religiosos podem vivenciar situações de conflito, direcionadas em discursos e práticas advindos do ambiente religioso ou internalizadas a partir de pertenças grupais divergentes. Essas situações, por sua vez, podem repercutir, de forma negativa, na saúde mental desses indivíduos. Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar a influência da religiosidade na saúde mental de lésbicas, *gays* e bissexuais. Para atingir o objetivo proposto, realizou-se uma análise de *cluster* hierárquico com 409 LGB cisgêneros brasileiros, resultando em quatro agrupamentos denominados: identificados e envolvidos; identidade LGB enfraquecida; identidade religiosa enfraquecida; identificados não envolvidos. Assim, indivíduos que conseguem manter uma identificação forte com ambos os grupos, com ou sem envolvimento, apresentaram menos estressores e resultados mais positivos de bem-estar, demonstrando uma integração harmoniosa entre as identidades LGB e religiosa. No entanto, os que não conseguem beneficiar-se das identificações com esses grupos e demonstram um conflito nessa relação não conseguem integrar suas identidades e vivenciam mais estressores. Em seguida, foi testado um modelo explicativo sobre a influência da religiosidade no bem-estar de LGB, testando a homonegatividade internalizada como variável mediadora e a integração entre as identidades LGB e religiosa como variável moderadora. Os achados indicam que, para os indivíduos com integração entre suas identidades religiosa e LGB, há uma relação direta e positiva entre religiosidade e bem-estar. Para os não integrados, parte desse efeito é indireto, de modo que religiosidade prediz maior homonegatividade internalizada, que, por sua vez, impacta menor bem-estar. De modo geral, observou-se um contraste entre o efeito

direto que a religiosidade produz no bem-estar subjetivo e o efeito indireto dessa relação mediante a homonegatividade internalizada. Esses itens são configurados como efeitos opostos, uma vez que, por um lado, a religiosidade mostra-se com uma função protetiva, trazendo resultados benéficos para o bem-estar dos sujeitos e, por outro lado, apresenta-se com uma perspectiva punitiva, pois aumenta a internalização de crenças negativas sobre a identidade LGB, culminando em desfechos negativos. O caminho protetivo mostrou-se presente naqueles que demonstraram uma integração satisfatória entre suas identidades LGB e religiosa, enquanto o caminho punitivo se deu para aqueles que não conseguiram integrar tais identidades.

Palavras-Chave: saúde mental; religiosidade; LGBT.

AS VANTAGENS DO USO DA SUPERFÍCIE TOPOGRÁFICA 3D EM PROJETOS URBANOS: UM ESTUDO DE CASO NA IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA BIM

Wanderson de Andrade Simplício - CEUB, mestrando em Arquitetura e Urbanismo
engenheirowanderson@yahoo.com.br
Clebiana Aparecida da Silva - CEUB, mestranda em Arquitetura e Urbanismo
clebiana.silva@sempreceub.com
Angela Amorim de Sousa - CEUB, mestranda em Arquitetura e Urbanismo
angela.amorim@sempreceub.com

Este artigo aprofunda a exploração dos notáveis benefícios inerentes à aplicação da superfície topográfica em 3D, obtida por meio da tecnologia de *drones* e incorporada à metodologia de Modelagem da Informação da Construção (BIM) em projetos urbanos. A fusão de *drones* e BIM tem, sem dúvida, revolucionado o campo, proporcionando uma gama diversificada de vantagens, tais como a produção de ortofotos de alta resolução, a criação de nuvens de pontos em três dimensões e a modelagem da superfície topográfica. O principal propósito deste estudo consiste em identificar e esmiuçar as vantagens inerentes ao uso de modelos tridimensionais de superfícies topográficas na concepção de projetos urbanos em regiões já consolidadas. A abordagem define objetivos específicos que englobam a imediata identificação de variações altimétricas e inclinações do terreno, a visualização de interferências em formato tridimensional e o minucioso detalhamento do projeto em concordância com as condições reais do local. A metodologia adotada é baseada em um estudo de caso que tem como ponto focal o projeto de revitalização da Avenida Hélio Prates, executado sob a tutela da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal. Inicialmente concebido mediante técnicas tradicionais em duas dimensões, esse projeto serviu como pioneiro na implementação do BIM no órgão. Utilizando os instrumentos de BIM e a coleta de nuvens de pontos por meio de *drones*, foi gerada uma superfície topográfica em 3D para a zona de intervenção. A análise aprofundada deste estudo de caso desvela os diversos méritos associados à adoção dessa abordagem em projetos urbanos, incluindo a melhoria substancial da precisão, a colaboração mais eficaz entre os intervenientes no projeto e a mitigação de problemas corriqueiros enfrentados em obras de domínio público.

Palavras-Chave: BIM; levantamento topográfico; modelagem da superfície topográfica.

COMO INTERNACIONALIZAR SEM SAIR DO BRASIL? REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES

Samuel Lincoln Bezerra Lins - professor do curso de Psicologia da Universidade de Porto
samuel.bezerra.lins@gmail.com

A internacionalização é um processo importante na disseminação dos resultados de pesquisa e no desenvolvimento de redes de colaboração entre pesquisadores. Além disso, pode ter vários significados, dependendo dos objetivos, do contexto e da área científica. A sua prática pode ser evidenciada em vários níveis, desde microaspectos, como as ações individuais até macroaspectos, como políticas públicas. Esta palestra tem como objetivo refletir sobre os desafios da internacionalização e apresentar estratégias para a sua realização do ponto de vista do pesquisador. O primeiro desafio é o da comunicação, pois é fundamental o conhecimento de segunda língua para aumentar o alcance e o impacto dos resultados de uma pesquisa. O segundo desafio é a distância geográfica, pois estar longe de reconhecidos centros de pesquisa e de instituições que favorecem um ambiente internacional torna o processo mais lento. Por outro lado, com as redes sociais, as distâncias podem ser encurtadas. Se usadas com prudência e sabedoria, as redes sociais são ótima ferramenta para expandir os contatos, desenvolver parcerias produtivas e disseminar os achados científicos. O terceiro desafio diz respeito à atitude individual do pesquisador, que deve ter uma atitude mais ativa e intencional na procura de possibilidades de cooperação fora do país. Por fim, há o desafio de participar de eventos presenciais e *online*, para conhecer pesquisadores da área de interesse e estar atualizado com as inovações do campo. Esses desafios estão presentes em todas as fases da carreira acadêmica, tanto para os iniciantes como para os mais experientes. De fato, às vezes, o contexto é impeditivo, mas muito pode ser feito pelo pesquisador de forma autônoma, na fase inicial da trajetória acadêmica. O processo de internacionalização exige paciência e iniciativa individual para que seja possível obter resultados satisfatórios.

Palavras-Chave: internacionalização; redes sociais; globalização.

CONGELAMENTO DE ÓVULOS: A OUTRA PONTA DO PLANEJAMENTO REPRODUTIVO

Bruno Ramalho de Carvalho - CEUB, professor do curso de medicina
bruno.ramalho@ceub.edu.br

Se uma ponta do planejamento reprodutivo está na contracepção, a outra, certamente, está na preservação da fertilidade. Na primeira, decide-se o momento em que não se deseja uma gravidez; na segunda, o momento em que se pretende engravidar. Diferentemente da contracepção hormonal — que já tem mais de 50 anos — o congelamento de óvulos foi definitivamente inserido na prática clínica há cerca de uma década, completando o rol de intervenções médicas direcionadas ao pleno exercício da autonomia reprodutiva da mulher, ao dar a ela liberdade tanto para decidir adiar o momento da gravidez quanto para não ter certeza sobre se quer engravidar um dia. Nesses casos em que se tenta preservar a fertilidade de dado momento para um período futuro, chamamos o congelamento de eletivo ou social. A decisão pode ser tomada a qualquer tempo, desde que a mulher seja orientada quanto ao potencial dos óvulos no momento em que o congelamento é feito. Isso ocorre, porque, com o aumento da idade, os óvulos também envelhecem, o que diminui a capacidade de ser fecundados ou de gerar embriões geneticamente saudáveis. Para tomar a decisão, o primeiro passo é a busca de informação em fontes seguras, com o devido respaldo da ciência e das boas práticas médicas. Este é o objetivo desta palestra: oferecer à comunidade acadêmica do CEUB o que existe de mais atual na literatura especializada, além da problematização do adiamento da maternidade junto ao público estudantil, principalmente das pessoas candidatas a gestar futuramente.

Palavras-Chave: congelamento de óvulos; preservação de fertilidade; planejamento reprodutivo.

CONHECENDO O PLENÁRIO VIRTUAL: O STF COMO CORTE CONSTITUCIONAL DIGITAL

Camila Nascimento de Souza - CEUB, professora da pós-graduação *lato sensu* em direito do CEUB
camilanascimento.s@hotmail.com

O Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal mudou profundamente seus julgamentos colegiados e transformou-o em verdadeira Corte constitucional digital. Compreender seu funcionamento, sua dinâmica decisória e as consequências de seu advento é imprescindível para entender o próprio Tribunal, pois, desde 2021, mais de 98% dos julgamentos colegiados têm sido realizados nesse ambiente virtual. Nesse sentido, a palestra proferida no 6º Simpósio Internacional de Pesquisa e no XXI Encontro de Iniciação Científica do CEUB propicia o conhecimento do Plenário Virtual do STF. Primeiramente, é apresentado como o Plenário Virtual chegou ao STF, analisando, assim, sua configuração original e o processo para que chegasse até seu desenho atual. A partir disso, é possível estudar qual é a nova dinâmica decisória dos julgamentos do STF e, por fim, suas consequências. A palestra permite perceber como o Plenário Virtual funciona de forma prática, além de analisar seus ganhos deliberativos, principalmente pelo fato de que, nesse ambiente, o momento do contato dos argumentos, tanto dos ministros entre si quanto dos advogados, é mais vantajoso, pois pode acontecer quando cada ministro ainda não tenha manifestado sua posição final, portanto pode ser influenciado pelos argumentos contidos em memoriais ou nos votos dos demais. Essa mudança de dinâmica apresenta ganhos para o Tribunal, pois faz possível uma troca de argumentos qualificados que têm poder persuasivo. Contém ganhos igualmente para os ministros, que podem ter acesso a mais argumentos quando estudam o processo. É positivo também para o relator, pois torna o papel de seu voto mais relevante. Ao mesmo tempo contribui para o trabalho dos advogados que têm a oportunidade de apresentar seus argumentos em momento mais adequado para o convencimento, durante um tempo de sessão consideravelmente maior, quando é possível entrar em contato com os gabinetes dos ministros. A partir desse panorama, por fim, são vislumbradas as questões para o futuro, de modo a contribuir para a construção desse ambiente que, hoje, é o cenário de decisões importantes para o país.

Palavras-Chave: Supremo Tribunal Federal; direito constitucional; plenário virtual.

CONHECENDO OS CENTROS DE INICIAÇÃO DESPORTIVA DO DISTRITO FEDERAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

João Gabriel Viana da Costa Rebelo - CEUB, graduando em Educação Física
joaogbriel@sempreceub.com
André Almeida Cunha Arantes - CEUB, professor do curso de Educação Física
andre.arantes@ceub.edu.br

Os Centros de Iniciação Desportiva (CID), estabelecidos em 1981 e regulamentados em 2004, têm como propósito proporcionar acesso a atividades esportivas a estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública. A legislação composta pela Lei n° 3.433 de 2004 e pelo Decreto n° 26.280 de 2005 assegura esse acesso em turno contrário às atividades curriculares. Conforme a Orientação Pedagógica dos CID de 2012, este programa visa oferecer uma formação esportiva crítica, identificando e desenvolvendo habilidades relevantes para futura especialização técnica e integração no esporte escolar do DF. Pretende-se propiciar o acesso às atividades esportivas, desenvolver conhecimentos físicos e técnicos, participar de competição escolar e proporcionar capacitação aos professores. As modalidades oferecidas pelos CID fazem parte dos Jogos Escolares Brasileiros, como atletismo, basquete e futsal. Apesar da importância para o desenvolvimento esportivo no Distrito Federal, os CID são pouco conhecidos no meio esportivo local. O objetivo deste artigo é levantar informações acerca das quatro décadas de existência dos CID, levando em consideração seus diferentes formatos e desafios ao longo do tempo. Esta é uma pesquisa de revisão bibliográfica que buscou produções cientificas sobre o CID no Google Acadêmico. Utilizando-se as palavras “Centros de Iniciação Desportiva”, foram localizados em primeira tentativa 101 documentos. Foram descartados os trabalhos não científicos, os repetidos e os que não tivessem o CID como o principal objeto de pesquisa. Restaram, assim, 10 produções científicas. Os textos selecionados são objeto de análise de conteúdo e são integralmente lidos. A partir do contato com os conteúdos, as categorias são formadas, posteriormente, analisadas e interpretadas. Com este trabalho de pesquisa, deseja-se sistematizar o conhecimento sobre os CID e, desta forma, contribuir para o melhor entendimento de seu papel nas políticas públicas de esporte no Distrito Federal.

Palavras-Chave: política pública de esporte; esporte escolar; formação esportiva de base.

DA REJEIÇÃO À ACEITAÇÃO: UMA HISTÓRIA DO PROCESSO DE SUBMISSÃO DE UM ARTIGO CIENTÍFICO

Samuel Lincoln Bezerra Lins - professor do curso de Psicologia da Universidade de Porto
samuel.bezerra.lins@gmail.com

O trabalho do pesquisador envolve vários desafios. Um deles é aprender a lidar com o processo de submissão de um artigo científico. O tempo longo de espera, a comunicação nem sempre eficaz com o editor e a pressão para publicar em revistas de alto impacto são fatores que tornam este processo mais desgastante. Receber um parecer negativo, lidar com a frustração e gerir a ansiedade também faz parte da vida acadêmica. Entretanto, não é tão comum tratar desta dimensão emocional no ambiente acadêmico. Esta conferência tem como objetivo compartilhar os bastidores da história de uma submissão de um artigo científico e refletir sobre como é possível lidar melhor com as emoções envolvidas durante este processo. A palestra aborda a parte mais objetiva do planejamento da pesquisa, como as motivações iniciais para a realização do estudo, a escolha da teoria e dos instrumentos, a análise dos dados, a escrita do artigo, a seleção da revista e a submissão propriamente dita. Também são abordados aspectos que nem sempre são mencionados, como a importância da colaboração da comunidade acadêmica, o medo de ser copiado, a pressão para disseminar os achados e o papel que as redes sociais podem desempenhar na disseminação dos resultados, alcançando maior número de pessoas. Adicionalmente, são apresentadas algumas recomendações de como reduzir as chances de um artigo ser negado, como analisar o escopo da revista antes da submissão. Mas, caso a rejeição aconteça, são recomendadas algumas estratégias de enfrentamento, como a honestidade intelectual e o autoconhecimento. Por fim, é fundamental ter em mente que a carreira acadêmica é um processo de aprendizado constante para todos: orientadores, professores, estudantes, avaliadores e editores. É sempre importante lembrar que, por trás das folhas friamente científicas de um artigo, às vezes, há uma história de muita emoção para contar.

Palavras-Chave: emoções; divulgação científica; aprendizado.

DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS: AGENDA DE PESQUISA PARA O DISCURSO

Júlia Maurmann Ximenes - ENAP, professora da Escola Nacional de Administração Pública
juliamximenes@gmail.com

A pesquisa é uma prática cotidiana dos que exercem as diferentes profissões do campo jurídico, como advogados, juízes, promotores, defensores, procuradores, entre outros profissionais. Contudo, esse tipo de pesquisa não é considerado científico, pois é instrumental e operacional e busca apresentar dados que comprovem a defesa de uma causa, uma opinião, uma decisão definida previamente. A pesquisa científica tem outro perfil, pois não há causa a ser defendida, não há um "dever ser" a explorar, por isso esta reflexão tem como objetivo guiar o caminho de pesquisadores do direito na produção e na construção de conhecimento científico, abordagem analítica essencial para a investigação de temas jurídicos. A pesquisa científica em direito é influenciada pela compreensão ampliada do que é direito, em uma perspectiva que ultrapassa a visão essencialmente normativa e busca problematizar o direito como variável jurídica mediante atos normativos, atores do campo jurídico, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria, advogados, juristas etc.), jurisprudência, interpretações, procedimentos e fluxos, especialmente diante do constitucionalismo contemporâneo. O direito administrativo é fortemente influenciado pelo paradigma neoconstitucionalista, ampliando as possibilidades de atuação na efetivação de direitos, especialmente os sociais. Neste sentido, a abordagem sobre direito e políticas públicas é um recurso estratégico na pesquisa sobre a judicialização das políticas públicas, para compreender o processo de desenho e implementação de políticas públicas. A partir deste olhar, o institucionalismo discursivo (ID) auxilia a compreensão e o exame do processo de políticas públicas mediante a análise do discurso utilizado pelos atores jurídicos e políticos, a qual evidencia narrativas, interesses, vícios, virtudes, escolhas, atuação de atores no campo jurídico e político. Nesta perspectiva, a abordagem sobre direito e políticas públicas, conjugada com o institucionalismo discursivo, abre um campo de pesquisa com forte conexão contra o direito e a ciência política, ampliando a agenda de pesquisa sobre o papel do direito nas políticas públicas.

Palavras-Chave: direito e políticas públicas; neoconstitucionalismo; institucionalismo discursivo.

EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE: PRÁTICAS RESTAURATIVAS COMO CAMINHOS DE HUMANIZAÇÃO

Emerson Moreira Gonçalves - CEUB, professor do Núcleo de Educação a Distância (NEAD) e mestrando em Serviço Social
emerson.goncalves@ceub.edu.br

Esta atividade tem como objetivo apresentar a experiência da educação contemporânea, elencando expressões da questão social, como as violências e as violações dos direitos humanos, além de expor as possibilidades de aventar a política pública como lugar estratégico para a proteção e o cuidado integral de crianças e adolescentes. Entretanto, requer-se a problematização de educadoras e educadores em revisão e reflexão profunda sobre a atuação docente voltada às práticas tradicionais, às atitudes punitivas e às abordagens com uso de comunicação violenta na sala de aula e nos demais ambientes da escola. Deste modo, elencam-se as práticas restaurativas como um caminho ético de humanização, baseado em documentos que dialogam com os direitos humanos, a justiça restaurativa e as práticas restaurativas, como a BNCC, e o ECA, entre outros que apoiam abordagens restaurativas em ambientes escolares. Este estudo busca dialogar com educadoras e educadores de como promover ambientes mais seguros por meio de relações mais saudáveis e respeitosas na educação básica, refletindo com marcadores de direitos humanos, conjuntamente com a metodologia das práticas restaurativas como estratégia de humanização. A sociedade contemporânea tem vivenciado diversas situações de conflitos e crises decorrentes de uma série de fatores políticos, econômicos, sociais e ambientais os quais atingem diretamente ambientes escolares, em especial, nos territórios de alta vulnerabilidade. Crianças, adolescentes e jovens são afetados em seus direitos, proteção, cuidados integrais e nos processos de desenvolvimento psicossocial. Portanto, ao analisar a educação em Direitos Humanos, é essencial formar uma cultura de respeito à dignidade humana mediante a promoção e a vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem dos valores essenciais citados, os quais devem transformar-se em práticas. Neste caminho de mudança de cultura, as práticas restaurativas são potenciais para a formação de educadores como forma de dialogar e aprofundar com os documentos referenciais que apoiam o fazer na educação contemporânea. Por meio de abordagens ancestrais, os encontros restaurativos apoiaram-se na mediação de situações de *bullying* e violências para uma intervenção não punitiva, envolvendo toda a comunidade educativa. A justiça restaurativa é aplicada no campo jurídico, e as práticas restaurativas fazem abordagem em espaços educacionais

como possível metodologia de mediação de conflitos, mudanças de cultura da punição, criação de senso de solidariedade e reparação de danos, envolvendo os que eram denominados como culpados. Neste caminho restaurativo, a escola é campo fértil para a promoção de relações que remetam à saúde e ao bem-estar, entretanto algumas reflexões e processos de desconstrução de paradigmas são necessários para o trabalho educativo à luz dos direitos humanos.

Palavras-Chave: educação; práticas restaurativas; direitos humanos.

INFLUÊNCIA DA CONDIÇÃO FINANCEIRA NA COMPOSIÇÃO DA DELEGAÇÃO REPRESENTANTE DO DISTRITO FEDERAL NOS JOGOS DA JUVENTUDE DE 2023

João Batista Santos Junior - CEUB, graduando em Educação Física
joaojuniordf@sempreceub.com
André Almeida Cunha Arantes - CEUB, professor em Educação Física
andre.arantes@ceub.edu.br

No final da década de 60, o Ministério da Educação (MEC) designou uma espécie de competição escolar de âmbito nacional, cuja intenção era o favorecimento para a integração nacional das escolas e a descoberta de talentos esportivos. Assim, nasceram os Jogos Estudantis Brasileiros (JEBS), que se tornaram o ponto culminante do desenvolvimento do esporte escolar no país, pois são importantes para a descoberta e a promoção de talentos, além de contribuir para a estruturação do esporte brasileiro como demonstrado na literatura. A dúvida que se tem é se a participação neste evento sofre influência do poder aquisitivo, ou seja, indaga-se se, para fazer parte dos jogos escolares, é necessário pertencer a famílias com boas condições financeiras. A hipótese deste estudo é que atletas escolares oriundos de estrato social com maior poder de renda têm mais condições de compor a delegação do Distrito Federal que foi aos Jogos Escolares da Juventude em 2023. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é verificar se a condição financeira familiar foi determinante para o atleta fazer parte da delegação do Distrito Federal que participou dos Jogos Escolares da Juventude de 2023. Este é um estudo de natureza quantitativa e conta com a participação de atletas escolares do sexo feminino e masculino, entre 15 e 17 anos. O instrumento de coleta de dados desta pesquisa é um questionário desenvolvido na plataforma Google Forms e enviado por *e-mail* para os técnicos a ser aplicado aos atletas escolares entrevistados. Para a verificação dos resultados, utiliza-se a análise descritiva. Para os procedimentos estatísticos, é empregada a ferramenta digital Social Science Statistics.

Palavras-Chave: política pública; jogos escolares; esporte escolar.

INVESTIGAÇÕES SOBRE A SAÚDE DOS ADOLESCENTES: QUESTÕES EMERGENTES E DIREÇÕES FUTURAS

Wanderlei Abadio de Oliveira - CEUB, professor PUC-Campinas
wanderleio@hotmail.com

A adolescência é um momento do desenvolvimento marcado por transformações biopsicossociais. Atualmente, entende-se que não se trata de um fenômeno único, vivenciado da mesma forma por todos os adolescentes, por isso é mais adequado pensar em "adolescências" para que também sejam marcadas questões históricas, contextuais e sociais para além do fator individual ou biológico. Muitos profissionais e pesquisadores não optam por pesquisar esse momento do desenvolvimento, por considerá-lo muito desafiador diante de outros períodos do ciclo vital. Contudo, nas últimas décadas, já se documenta um acréscimo do interesse científico pelas adolescências e seus fenômenos. Assim, o cenário das pesquisas com adolescentes tem-se revelado como dinâmico e diversificado, refletindo a crescente compreensão da importância desse grupo demográfico e das questões que o cercam. As pesquisas voltadas para adolescentes abrangem ampla gama de disciplinas, incluindo Psicologia, Sociologia, Educação, Saúde Pública, Enfermagem, Medicina e Tecnologia, por exemplo. Essa variedade de perspectivas enriquece a compreensão dos desafios e das oportunidades enfrentados pelos adolescentes, além de oferecer produtos do conhecimento capazes de ampliar a efetividade de cuidados destinados a essa população. Uma das áreas de pesquisa mais destacadas envolve a saúde mental dos adolescentes, incluindo depressão, ansiedade e transtornos alimentares, que têm levado a um interesse crescente em identificar fatores de risco, mecanismos de proteção e estratégias de intervenção específicas para a população adolescente. Além disso, na contemporaneidade, a relação entre o uso intensivo de tecnologia e a qualidade de vida dos adolescentes também é um tópico relevante. Ademais, são documentadas pesquisas sobre o uso de substâncias ou comportamentos de risco e fatores associados. Aspectos, como identidade de gênero, diversidade sexual, raça e etnia, igualmente, recebem maior atenção, assim como fenômenos, como *bullying* e *cyberbullying*. Em linhas gerais, o cenário atual das pesquisas com adolescentes reflete uma abordagem interdisciplinar e holística que reconhece a complexidade das experiências e das necessidades desse grupo. Os desafios ainda são muitos, mas existem possibilidades para avançar nesse campo de pesquisa. Assim, podem ser apontadas dez prioridades para as pesquisas com adolescentes: saúde sexual e reprodutiva; prevenção e manejo de doenças transmissíveis; lesões e violências; saúde mental; gestão de doenças não transmissíveis; nutrição e alimentação; cuidado com o corpo; uso de álcool e outras substâncias; resiliência e autocuidado; políticas públicas, saúde e sistemas sociais. Além dessas prioridades, com uma abordagem multidisciplinar,

sensível às necessidades individuais e atenta aos aspectos socioculturais, as pesquisas podem desempenhar um papel fundamental na promoção de vivências mais saudáveis e positivas nas adolescências. Assim sendo, objetiva-se apresentar o cenário de pesquisas sobre a saúde dos adolescentes na atualidade, bem como as emergências para futuras pesquisas com essa população.

Palavras-Chave: psicologia do adolescente; saúde coletiva; adolescência.

PESQUISA JURÍDICA NO EXTERIOR: *WHISTLEBLOWING*

Victor Minervino Quintiere - CEUB, professor do curso de Direito
victor.quintiere@ceub.edu.br
Ian Ferrare Meier - CEUB, aluno egresso do curso de Direito
ianferrare@gmail.com

Na palestra intitulada "Pesquisa jurídica no exterior: *whistleblowing*", realizada no *campus* do CEUB, em Taguatinga-DF, o professor da instituição, doutor Víctor Minervino Quintiere, compartilhou com os estudantes sua experiência como pesquisador convidado e coordenador da equipe brasileira de pesquisadores junto à instituição norueguesa, situada em Oslo, a BI International Business School, momento no qual explicou como estruturou a equipe, quais foram os desafios iniciais e a repercussão do trabalho no campo internacional. Além disso, o professor e o estudante Ian Ferrare explicaram que a pesquisa consistiu em estabelecer a primeira bibliografia global comentada sobre denúncias de irregularidades (*whistleblowing*), traduzindo em contribuições de pesquisa publicadas não apenas nos seis idiomas que, de acordo com a ONU, representam a comunidade linguística global, como espanhol, chinês, francês, inglês, árabe e russo, mas também em uma riqueza de outras línguas que representam nações e tradições culturais menores e menos poderosas. Tal conjunto de estudos fazem parte da iniciativa "Melhorar a gestão responsável, a inclusão e a democratização do espaço de trabalho através da denúncia de irregularidades", que é um foco principal do pacote de trabalho 6, do projeto Afino ("Pesquisa e Inovação Responsáveis na Noruega"), financiado pelo Conselho de Investigação da Noruega (2019-2024). A iniciativa acima procura responder aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU nº 5, 8, 10 e 17.

Palavras-Chave: iniciação científica; direito comparado; *whistleblowing*.

REDES SOCIAIS E DEMOCRACIA

Ana Carolina Coelho Santos - CEUB, professora da pós-graduação do CEUB
anaccs92@gmail.com

A democracia constitucional foi o modelo vitorioso do século XX, mas, atualmente, tem passado por dificuldades. O constitucionalismo funda-se nas ideias liberais e tem como base as teorias contratualistas. A teoria rousseauniana propõe a formação de um contrato social, uma convenção que poderia corresponder às constituições atuais, para a instituição de um Estado civil que garanta igualdade e direitos aos seres humanos, a ser guiado pela vontade geral, formada pela expressão genuína da vontade individual em uma deliberação suficientemente informada. A democracia, por sua vez, fundamenta-se na ideia de que haverá participação popular no exercício do poder, com a soberania do povo e o governo da maioria. Apesar do sucesso do constitucionalismo democrático, vivencia-se um momento de fragilidade com crises econômica, social e política que impulsionam e são utilizadas pelo movimento anti-*establishment*. A disrupção digital, por sua vez, promove mudanças nos mais diversos aspectos da sociedade, com a datificação da vida humana. Um dos itens modificados é a comunicação com a utilização de redes sociais e dispositivos móveis que escondem uma faceta de vigilância com perfilamento de indivíduos e um modelo de negócio impulsionado pela captura da atenção das pessoas, sem uma ética incutida. Esse novo modelo de negócios, baseado na comercialização de dados, é, de certa forma, a mercantilização da vida humana diante da sua datificação cada vez maior, que comercializa análises preditivas e, de certo modo, a própria democracia. Além disso, é utilizado pelos "príncipes populistas" do movimento anti-*establishment*, e, assim, coloca, em situação de fragilidade, as democracias constitucionais atuais. Desse modo, as mudanças vivenciadas no cenário digital têm-se refletido nas democracias constitucionais e suas crises, o que perpassa a utilização das redes sociais e seu modelo de negócio. Portanto, partindo-se de alguns pressupostos da teoria contratualista de Rousseau para a análise dos fundamentos constitucionais, com posterior verificação de como as crises econômica, social e política são usadas pelo movimento anti-*establishment*, é possível verificar que algumas mudanças trazidas pelo mundo digital, seu modelo de negócio e o mercado de dados afetam fundamentos da teoria rousseauniana de contrato social e podem atingir as democracias constitucionais. A análise das eleições brasileiras de 2018 e os acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023 demonstram como o modelo de negócios atual, de capitalismo de vigilância e de mercado de dados, pode influenciar a democracia constitucional.

Palavras-Chave: redes sociais; democracia; eleições.

TRES PARADIGMAS EPISTÉMICOS PARA LA INVESTIGACIÓN DE LA EXPERIENCIA: LENGUAJE, VISUAJE Y MANUAJE

Mauricio Arnoldo Cárcamo Pino - CEUB, professor do Universidad de Chile
m.carcamo@uchile.cl

El «conocer», en el amplio sentido —quizá, un sine cuan non de lo humano— ha venido siendo cada vez más, sino un pleonasmo intelectualizado de la experiencia, un sucedáneo de esta, destilado por la razón, a su vez, operativizada por el lenguaje. En efecto, las indagaciones antrópicas se han venido restringiendo paulatinamente, desde el cuerpo y su totipotencialidad como entidad prima cognoscente, imaginal y actuante; a una deliberada acentuación, primero en la lengua y, segundo, en la visión. Dicho de otro modo, el potencial humano ha venido siendo mediado por una creciente jerarquía valorativa de órganos y/o sentidos (Pallasmaa) y, concomitantemente, por los sistemas y/o conjuntos re-presentacionales devenidos de ellos: boca/lenguaje, ojos/visuaje y manos/manuaje, siendo este último objeto incremental de inobservancia. En esta misma dirección, durante el siglo pasado —el llamado «siglo del lenguaje»— la consideración lingüística y semiótica, se expandió inusitadamente a múltiples ámbitos mediante la «Teoría general de los signos»; esta, sostenida sobre la premisa epistémica de dar trato sinónimo y/o totalitario a algunos conceptos como "comunicación", "lenguaje" y "codificación" ("todo es comunicación", "todo es lenguaje", "toda comunicación es lenguaje", son tres ejemplos habituales). Con todo, desde fines del siglo pasado y con longevas herencias provenientes de la filosofía (Kant, Merleau-Ponty, Husserl) y la naciente ciencia y lingüística cognitivas (Lakoff, Johnson, Fauconnier), el enactivismo ha venido sostenidamente mostrando que la pretendida inamaterialidad de la "mente" cartesiana —también de larga raigambre—, carece de sustento fáctico y que, por el contrario, tiene basamento fisical última evidenciable; cuestión ratificada además por la investigación en neurociencia (Rizzolatti, Fadiga, Gallese & Fogassi). Esto devuelve nuevamente a su sitio el estado de la cuestión: el cuerpo y su potencial pleno, como herramienta prima del conocer (Schopenhauer) y capital base para producir conjuntos y/o sistemas de codificación (alta, media o baja), que posibilitan también múltiples vías de comunicación y/o mentalización, pero también vías para conocer, en el amplio sentido. Asimismo, cuantiosa evidencia parece mostrar que la vía incremental desde la materia a la abstracción (aquí llamada «Escalera de Jacob»), pasa por, al menos, tres estados crecientes de organización representacional (acción, imagen y símbolo) y; asociados, a su vez, a tres órganos que les tutelan respectiva y estructuralmente (mano, ojo y boca); es verificable, tanto en la escala filogénica (Donald), como la escala ontogénica (Piaget). En efecto, conocer por la lengua (lenguaje), conocer por la vista (visuaje), y/o conocer con las manos (manuaje) son tres vías humanas, no excluyentes,

pero suficientemente diferentes para considerarlas paradigmas complementarios estrechamente relacionados, de nuestra experiencia de mundo. En este panorámico contexto, se revisa comparadamente, estas tres vías del conocer (lenguaje, visuaje y manuaje), caracterizándoles y distingüendo entre ellos; pasando por sus características estructurales, como su naturaleza sistémica/asistémica, sus grados de codificación y/o formalización, su potencial de simultaneidad y colectivización, entre otros aspectos y/o características inherentes.

Palavras-Chave: paradigmas epistémicos; experiencia humana; manuaje.

ANAIS DO 6º EnCUCA

RODA DE CONVERSA



fapdf CNPq CEUB

DIREITO DE SENTIR: PERMISSÃO PARA SER

Anna Luiza de Castro Gianasi - CEUB, professora líder do grupo
anna.gianasi@ceub.edu.br
Francielly de Oliveira Muller Lima - CEUB, professora líder do grupo
francielly.muller@ceub.edu.br

As diferentes formas como os direitos e os deveres fundamentais são compreendidos e exercidos são influenciadas pelas maneiras como as emoções e os sentimentos são experimentados. Neste encontro do EnCUCA, em uma parceria entre as faculdades de Direito e de Psicologia, a comunidade acadêmica recebe o convite para refletir sobre emoções e sentimentos que emergem de situações cotidianas da vida e, juntos, construir estratégias para solucionar possíveis conflitos de interesses que afetam o convívio social, a qualidade de vida, a produtividade e a saúde física e mental. Reconhecer as próprias virtudes e vulnerabilidades, conscientes da titularidade de direitos e do valor do que se sente, permite um posicionamento responsável diante das questões da vida, promovendo saúde psíquica e maior probabilidade de relações saudáveis com os outros. Entre os objetivos traçados, destacam-se: exercitar nomear e validar as emoções sem julgamento de valor sobre elas; apontar novas possibilidades de experienciar os fenômenos internos com consciência de si e autorresponsabilização; encorajar a manifestação e a aceitação de emoções antes da tomada de decisão; construir estratégias para que, ao exercer um direito, legítimos objetivos sejam alcançados. A atividade ocorre mediante a dinâmica intitulada “Jogo baseado em fatos concretos”. No desenvolvimento, são apresentados três *cases* com questões rotineiras que suscitam diferentes emoções. Em um clima de liberdade experiencial e segurança emocional facilitado pelas professoras, os participantes são convidados e instigados a entrar em contato com emoções suscitadas e experimentadas, além de identificar suas necessidades emergentes. É estimulada a construção de possibilidades de soluções das demandas mediante a comunicação efetiva que envolve a formulação de pedidos. Essa estratégia está apoiada nos princípios da comunicação não violenta (CNV). Os participantes são provocados a reflexões sobre a influência das emoções, nas diferentes formas de exercício de direitos, questionados sobre a judicialização e encorajados a melhorar a qualidade dos pedidos formulados em procedimentos institucionais e nas ações judiciais. Além disso, são problematizadas as representações sociais dos profissionais do Direito e da Psicologia e a normalização dos excessos de ação e de omissão. É promovido o encorajamento do exercício responsável de direitos e deveres dos estudantes.

Palavras-Chave: permissividade emocional; solução de conflitos; comunicação efetiva.

ANAIS DO 6º EnCUCA

MESTRADO EM DIREITO



fapdf CNPq CEUB

"AO ACASO": O CONCEITO DE DEMOCRACIA NA CRÔNICA DE MACHADO DE ASSIS (1864-1865)

José Almeida Júnior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
josealmeidajunior3@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O escritor Joaquim Maria Machado de Assis é estudado na academia, por sua ficção. No entanto, as crônicas machadianas constituem um elemento fundamental para entender a interação multifacetada entre o escritor e o mundo público em que vivia. Mediante o estudo desses textos, é possível compreender as ideias, acompanhar as leituras e reconstruir a filosofia inserida na personalidade do escritor. Machado de Assis expressava, nos jornais, mais livremente, os seus verdadeiros pensamentos acerca do seu tempo, inclusive, a respeito das questões de natureza política e social. Os textos também são uma oportunidade de conhecer o período histórico pelas lentes desse escritor. Com sua perspicácia, Machado de Assis iniciou o trabalho de cronista no *Diário do Rio de Janeiro*, aos 22 anos e, lá, desenvolveu recursos e técnicas do fazer literário que estariam presentes na sua produção ficcional. A crônica machadiana não serviu apenas como uma espécie de "laboratório de ficção", mas também apresenta um valor histórico e literário em si. O presente artigo tem como objetivo analisar como o escritor utilizou o termo *democracia* na série de crônicas *Ao acaso*, publicada no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, entre os anos 1864 e 1865. O trabalho também propõe estudar a evolução do conceito de democracia no Brasil, entre 1770 e 1870, a partir do marco teórico da história de conceitos, de Reinhart Koselleck. A pesquisa utiliza como método a análise de jornais e a revisão da bibliografia relacionada aos estudos da obra de Machado de Assis e do período histórico, possibilitando o exame imbricado do direito e da literatura. Assim, pretende-se demonstrar a hipótese de que Machado de Assis utilizava a expressão *democracia* de forma polissêmica, que nem sempre coincidia com o pensamento político da época em que as crônicas foram publicadas.

Palavras-Chave: Machado de Assis; democracia; crônica.

"MEXER COM ELES, PLANTAR UMA SEMENTINHA": UMA ETNOGRAFIA EM GRUPOS REFLEXIVOS DE HOMENS NO DISTRITO FEDERAL

Gustavo Portela Ladosky – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
gladosky@gmail.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A dissertação trata dos chamados serviços de responsabilização para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, previstos nos artigos 22, 35 e 45 da Lei Maria da Penha, comumente conhecidos como "grupos reflexivos". O objeto da pesquisa recai na atuação dos profissionais dos serviços de responsabilização de HAV consolidados no Distrito Federal e nas suas representações sociais, a partir do mapeamento desses programas, por meio de acompanhamento etnográfico e da coleta de informações, junto aos envolvidos na execução da política pública, mediante entrevistas semiestruturadas. A dissertação responde ao questionamento sobre se as práticas interventivas da política pública observada estão em consonância com os *standards* preconizados pelas normativas e pela literatura do campo. A partir dessa observação, indaga-se quais são as representações sociais dos profissionais sobre os sentidos de eficácia das intervenções nos grupos observados. Apesar de o termo *eficácia* poder ser utilizado com várias conotações, o conceito paradigma restringe-se ao alcance dos resultados previamente pretendidos. A pesquisa adota a perspectiva metodológica das representações sociais em uso instrumental, enquanto modalidade de pensamento prático, orientada para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social. A parte empírica da pesquisa vale-se de técnicas de análise de conteúdo da legislação estruturante dessa política pública, da literatura especializada, dos documentos públicos disponíveis acerca das experiências estudadas, de entrevistas semiestruturadas com gestores e facilitadores dos programas e do acompanhamento etnográfico do pesquisador junto a três dos quatro programas estudados. O objetivo da pesquisa de campo é compreender a visão dos profissionais acerca dos objetivos, dos critérios de qualidade, dos sentidos de eficácia, do aprimoramento e dos obstáculos atinentes a tais iniciativas. Os dados do campo conjugam-se com a vertente das informações oficiais e da literatura especializada acerca dos grupos reflexivos. A hipótese a considerar é a de que as representações sociais sobre os objetivos e os sentidos específicos de eficácia determinam ou, ao menos, justificam as práticas interventivas. A pesquisa, portanto, pretende confrontar o direcionamento da atuação dos profissionais de GRH quanto à implementação da política pública, com suas representações sociais, a fim de compreender os sentidos específicos mobilizados nas intervenções.

Palavras-Chave: enfrentamento à violência contra a mulher; serviços de responsabilização para homens autores de violência; objetivos e sentidos de eficácia; representações sociais.

A APLICAÇÃO DOS MELISMAS PREVIDENCIÁRIOS NO DIREITO BRASILEIRO

Raphael Alberto de Morais Aragão – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
raphaelaragao@hotmail.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
rochaalice@yahoo.com.br

O trabalho tem o objetivo de apresentar ao leitor a teoria dos melismas previdenciários, suas premissas, aplicação no direito, possíveis vícios e respectivas soluções. Nesse sentido, diante de fenômenos apresentados no texto, tais como o aumento de negativas administrativas, os processos judiciais em desfavor do INSS, o escoamento de contribuintes e a reforma da previdência social, visa-se compreender quais seriam as consequências reais que os problemas de gestão do sistema previdenciário brasileiro poderiam gerar, especialmente no que se refere à formação de paradigmas negativos para a harmonia entre a sociedade e a previdência social e ao círculo vicioso nocivo para este sistema. Diante do caráter contributivo da previdência e da figura do Estado como promotor social, busca-se, por meio da análise de dados estatísticos, empíricos, jurisprudenciais e doutrinários, demonstrar que, apesar de a grande extensão da cobertura previdenciária brasileira representar um dos maiores avanços deste direito fundamental – daí surgindo a alegoria dos melismas previdenciários – uma gestão negligente a estes serviços poderia causar desarmonia entre o Estado e a sociedade, gerando descrédito e prejuízos financeiros à previdência social. Assim, somente por meio de políticas públicas de educação previdenciária, aliadas à adequada sistematização das informações disponíveis ao público, poderia evitar-se uma ruptura da estrutura previdenciária vigente.

Palavras-Chave: direito previdenciário; previdência social brasileira; melismas previdenciários; direitos fundamentais.

A CENTRAL DE REGULAÇÃO DO ACESSO À MORADIA NO DISTRITO FEDERAL

Rodrigo Duzsinski – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
rodrigo.duzsinski@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

O objetivo da pesquisa é a verificação da possibilidade de efetivar a criação de uma central de regulação do direito à moradia no âmbito do Distrito Federal. Desde a concepção de seu projeto urbanístico, a cidade de Brasília não foi capaz de absorver a demanda por habitação ao curso do tempo, notadamente das pessoas em situação de vulnerabilidade social. A composição de comunidades informais, ocupações e favelas com alto número de pessoas vivendo em situações sem infraestrutura básica e em moradias construídas em espaços irregulares demanda uma reavaliação da política pública habitacional. A crise sanitária da covid-19 revelou a gravidade do problema habitacional nas grandes cidades. Em âmbito local, acentua-se a urgência de realocação de pessoas que ocupam espaços sensíveis ambientais no entorno e em locais ambientalmente protegidos. Também é urgente a necessidade de efetivação de políticas públicas atinentes à realocação imediata de pessoas que vivem em locais impróprios para vida humana, como é o caso da comunidade que se formou no entorno do antigo lixão de Brasília. Além disso, a pesquisa também analisa as iniciativas do poder público adotadas em face do déficit habitacional, notadamente mediante a regularização urbana de interesse social. Na tentativa de equacionar os casos urgentes de indicação de moradia ou de realocação, são analisados os dados do contingente imobiliário ocioso, sua requalificação ou formação de contigente de reserva para fins de ser imediatamente destinados mediante a central de regulação do acesso à moradia, nos casos urgentes a ser definidos na conclusão do trabalho. Essas hipóteses são abordadas por meio de pesquisa descritiva e explicativa, além de pesquisa de campo nas principais ocupações em áreas sensíveis e de proteção ambiental.

Palavras-Chave: direito à moradia; política pública de habitação; central de regulação.

A CONSTITUCIONALIDADE DA LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS PÚBLICOS NA REURB

Wainer Augusto Melo Filemon – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
waineraugusto@hotmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

A dissertação trata da análise da constitucionalidade do instituto da legitimação fundiária de imóveis públicos urbanos na REURB. O objetivo do trabalho busca ressaltar a importância de tal instituto e da constitucionalidade da lei 13.465/2017. Os métodos consistem em pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso, cujos resultados são satisfatórios na efetivação da moradia digna, auferindo a importância exponencial para a população que necessita da garantia e do acesso aos direitos sociais.

Palavras-Chave: legitimação fundiária; constitucionalidade; direito à moradia.

A DIGITALIZAÇÃO DO DIREITO: UMA ANÁLISE SOBRE O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA TOMADA DE DECISÕES JUDICIAIS EM PROCESSO PENAL

Frederico Soares Sobral – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
frederico.sobral@sempreceub.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

Propõe-se que seja desenvolvida uma cultura da individualidade da pena, uma garantia constitucional que tende a ser maculada com a chamada mecanização do direito. Estabelece-se como problema a ser investigado se a máquina jurídica digital consegue avaliar os aspectos sociais e psicológicos da pena e particularizá-los ao caso concreto delimitado. O objetivo do estudo é analisar se o sistema jurídico digital, definitivamente, conseguiria formular sentença acerca de determinado crime em que haja coautoria, se a gravidade da conduta e a reprovabilidade não seriam as mesmas para os coautores, se um autor seria primário e outro teria antecedente, se, para um, seria aplicada uma agravante e, para outro, a reincidência. O debate ocorre não somente no campo jurídico, mas também sobre o aspecto ético-econômico e tecnológico, em relação à necessidade e ao uso da inteligência artificial pelo Judiciário, qual seria seu limite e o papel do juiz neste novo cenário tecnológico, valendo-se do método hipotético-dedutivo, para concretização da pesquisa. Observa-se que o uso da inteligência artificial ainda está na fase da primeira infância de implementação no Poder Judiciário.

Palavras-Chave: inteligência artificial; mecanização da pena; direito penal simbólico; comodismo judicial.

A EFICÁCIA DO PROCESSO ESTRUTURAL: O CASO CARREFOUR E O "PLANO ANTIRRACISTA"

Ana Paula Barbizan Araújo – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
anapaulabarbizan@icloud.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O processo estrutural é utilizado por Cortes Constitucionais, para discutir lides complexas relacionadas às políticas públicas e à não materialização de direitos fundamentais no âmbito público. Apesar de esses temas versarem sobre direitos metaindividuais ou individuais homogêneos, também há aplicação na esfera privada, como o caso "Carrefour" e a implementação de um "plano antirracista". Na véspera do Dia da Consciência Negra, João Alberto Silveira foi espancado por dois seguranças em uma das unidades da empresa Carrefour, em Porto Alegre. O delito gerou comoção nacional visto que foi motivado por razões racistas. Com todo o impacto, a empresa Carrefour e o grupo Vector, responsável pela segurança das unidades, aceitaram termos de ajustamento de conduta, assumindo a responsabilidade e comprometendo-se a minimizar o efeito da tragédia. Inicialmente, o grupo Vector assinou um termo de ajustamento de conduta com a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, a Educafro e o Centro de Santo Dias de Direitos Humanos, no valor de R$ 1,79 milhões, que seriam revertidos em bolsas de estudos, cestas básicas, além de um protocolo de atendimento para seus colaboradores contra atos de discriminação e o progressivo aumento de funcionários negros. O Carrefour, por sua vez, celebrou o termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público do Rio Grande do Sul, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, a Educafro e o Centro Santo Dias de Direitos Humanos mediante o valor aproximado de R$ 115 milhões, para a implementação de programas contra atos de discriminação, na empresa e investimentos em campanhas educativas de combate ao racismo e fomento à inclusão social. Criou-se também, por meio do TAC, um Comitê Externo de Livre Expressão sobre Diversidade e Inclusão na empresa, com a finalidade de instituir a política de "tolerância zero" aos ataques raciais. Ressalta-se a importância do Comitê nas ações positivas e a sua submissão ao Conselho Administrativo da empresa. O objetivo deste trabalho é justamente analisar, mediante realização de pesquisas documentais, a aplicabilidade desses termos de ajustamento de conduta no combate efetivo de atos discriminatórios, no âmbito privado.

Palavras-Chave: processo estrutural; caso Carrefour; plano antirracista.

A GOVERNANÇA ORÇAMENTÁRIA DO GASTO TRIBUTÁRIO

Célio do Prado Guimarães Filho – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
celio_pgf@yahoo.com.br
José Levi Mello do Amaral Júnior – CEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

O objeto de pesquisa são as estruturas normativas à disposição da administração pública e instrumentalizadas pelos diversos órgãos de controle, para fins de averiguar a sustentabilidade fiscal da União. Assim, busca-se compreender se há elementos suficientes para garantir a transparência e a governança do gasto tributário quanto à renúncia fiscal adotada como um instrumento de política pública.

Palavras-Chave: governança fiscal; gasto tributário; renúncia tributária; sustentabilidade fiscal.

A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PARA O DIREITO À CULTURA E À EDUCAÇÃO: A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO MEDIANTE A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PARA RPG DE MESA E VIDEOGAMES

Maurício Moreira Caetano – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
mauricio.caetano@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

Parte-se do entendimento apresentado pelo Supremo Tribunal Federal de que a imunidade para livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão devem ser concedidos a todos os meios que difundem cultura, informação e educação. Diante deste entendimento, em decorrência do avanço tecnológico, observa-se a necessidade de averiguar se meios não tradicionais podem ser considerados difusores tanto de cultura quanto de educação e, por consequência, ser agraciados pela imunidade. Trata-se, portanto, de pesquisa que busca averiguar se os Role Playing Games (RPG) de mesa e os videogames são considerados difusores de cultura e educação e, caso sejam, se devem ser imunes ou não. Nesse sentido, realiza-se um apuramento de como a Corte Suprema aplica a imunidade tributária, a fim de compreender a possibilidade de sua extensão para os meios supramencionados. Diante disso, efetua-se pesquisa bibliográfica de livros de direito tributário, definindo a imunidade tributária, bem como se realiza um levantamento do histórico da aludida imunidade no ordenamento jurídico brasileiro, desde a sua introdução, no qual busca averiguar-se a validade da interpretação teleológica da norma. Por conseguinte, pesquisa-se como o Supremo Tribunal Federal interpreta a aludida norma desde a Carta de 1988. Ademais, demonstra-se como a imunidade pode ser um instrumento para concretizar o direito à educação e à cultura, meio pelo qual se possibilita a democratização da cultura e da educação. No transcurso do artigo, busca-se inferir que Role Playing Games de mesa e videogames podem ser alcançados pela imunidade supracitada, ante a sua importância cultural e educacional, bem como o seu *status* de difusor de cultura e educação.

Palavras-Chave: imunidade tributária cultura; videogames; RPG de mesa; difusor de cultura e educação.

A LEGITIMIDADE DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS: A PROBLEMÁTICA DA UTILIZAÇÃO DA PRISÃO NO ÂMBITO CÍVEL

José Roberto da Silva – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
roberto.silva@stf.jus.br
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

No capítulo IV (Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos), contido no título II (Do cumprimento da sentença), do Código de Processo Civil (CPC), está prevista a prisão caso o devedor não pague nem apresente justificativa para não o fazer. Assim, percebe-se pela literalidade da lei que, se o executado não pagar, não provar que pagou ou não apresentar justificativa da impossibilidade de pagar, além do protesto do pronunciamento judicial, será decretada a sua prisão. O Código de Processo Civil determina que a prisão será cumprida em regime fechado e o preso devedor de alimentos deve ficar separado dos presos comuns. A suspensão do cumprimento da prisão dar-se-á quando do pagamento da prestação alimentícia. O CPC apresenta um requisito para que o débito alimentar autorize a prisão do alimentante, qual seja, a dívida deve compreender até as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que vencerem no curso do processo. Existe uma hipótese em que não será admissível a prisão do executado, quando o exequente optar por promover o cumprimento da sentença ou da decisão desde logo. Este trabalho busca verificar a legitimidade da prisão civil por dívida alimentar, se ela teria alguma efetividade ou seria uma medida ineficaz. A abordagem é feita por intermédio da análise das normas correspondentes ao tema e à doutrina referente à matéria. É examinada a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça nas suas diversas fases de entendimento. A pesquisa empírica, também, está presente neste trabalho. As decisões do Tribunal de Justiça do Distrito Federal são examinadas, com o objetivo de identificar a eficácia da prisão domiciliar como medida coercitiva. Pesquisa-se o deferimento da prisão domiciliar para o devedor de alimentos, e perquire-se se houve ou não o efetivo pagamento, se a medida surtiu o efeito desejado ou não.

Palavras-Chave: eficácia; prisão civil; devedor; alimento.

A NECESSIDADE DE MODERNIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE COTAS SOCIAIS DE ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA APÓS MAIS DE 30 ANOS DE SUA CRIAÇÃO

Bráulio Henrique Lacerda da Natividade – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
bhlnat@gmail.com
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

Após mais de 30 anos da criação da política pública de acesso ao mercado de trabalho pelas pessoas portadoras de deficiências (PCD), é possível verificar a necessidade de sua modernização. O caminho para alcançar essa política foi longo e árduo. Grande parcela da população foi discriminada por muito tempo, em razão de suas limitações. Este trabalho busca analisar essa política sob a legislação, a implementação, a defesa administrativa e jurídica e propor medidas de modernização para assegurar sua maior efetividade.

Palavras-Chave: PCD; mercado trabalho; cotas sociais.

A NOVA JUSTIÇA SOCIAL: UM DEBATE ACERCA DAS CONCESSÕES DE BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA ERA DA JUSTIÇA 4.0

Rafael Martins Santos – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
rafael.ms@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A pesquisa em desenvolvimento tem como objetivo fazer intenso estudo acerca das concessões de benefícios de prestação continuada (BPC/LOAS), junto aos Núcleos de Justiça 4.0 (contexto pós-pandêmico) e sobre quais são as reais implicações da justiça digital e inovadora na vida dos beneficiários, dos profissionais de direito, dos peritos e dos demais participantes dos atos processuais. Sabe-se que as concessões serão destinadas aos idosos com idade superior a sessenta e cinco anos ou aos deficientes que possuam renda *per capta* familiar inferior a 1/4 do salário-mínimo vigente, ou seja, que estejam em situação de miserabilidade. Nesses termos, ainda que o benefício proporcione valores entendidos como suficientes para garantir o mínimo para a sobrevivência e a preservação dos direitos humanos da população em situação de vulnerabilidade, essas concessões representam o que há de mais nobre no Estado democrático de direito. Em verdade, trata-se de um comportamento "welfarista" que, como efeito, busca realizar aquilo que conhecemos como "justiça social". Desse modo, considerando que as solicitações dos benefícios são tipicamente levadas ao Poder Judiciário, a pesquisa dedica-se a verificar os balanços das concessões perante os Núcleos e se, na prática, existiu melhora no andamento dos processos. É importante mencionar que os Núcleos surgiram durante a pandemia, para agilizar as concessões de benefícios com cunho emergencial e imprescindível, destinados à mais baixa classe social. O programa, com forte teor de políticas públicas, teve incentivo do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, os quais ganham protagonismo no decorrer da elaboração do projeto. Ao final, espera-se que, após o acompanhamento empírico, com base nos dados coletados pelos sítios oficiais, e entrevistados os profissionais da área, as concessões tenham-se, de fato, tornado mais céleres e que o desafio da demora no recebimento tenha sido superado.

Palavras-Chave: prestação continuada; benefício; justiça 4.0; miserabilidade.

A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Wesley Rocha – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
wesleyrocha8@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

Sabe-se que a regra do prazo prescricional é o direito da Fazenda Pública em cobrar o crédito público. Por sua vez, o direito de constituir o respectivo crédito é classificado como prazo decadencial. Intercorrente, portanto, seria objeto durante o processo judicial, mas não do processo administrativo, já que esse teria como incidência a regra decadencial. O tema da prescrição intercorrente na execução fiscal já foi muito controverso no Poder Judiciário e teve tese fixada pelo REsp nº 1.115.078/RS. Com isso, em conclusão contestada e contraditória por juristas, fixaram-se prazos que devem ser observados pela fazenda exequente e pelo contribuinte executado. De forma controversa, há que se estender o conteúdo para o processo administrativo fiscal, mas não para créditos de natureza tributária e, sim, de natureza não tributária, a exemplo das multas aplicadas pela administração pública fiscal. Nesse sentido, a presente investigação tem por escopo e desafio, checar a possível ocorrência e aplicação da prescrição intercorrente em processo administrativo fiscal, de natureza tributária ou não. Para tanto, é utilizado o método de pesquisa bibliográfica, envolvendo a revisão e a análise crítica de fontes de literatura existentes, como artigos científicos, livros, teses e outras publicações acadêmicas. O tema para a academia é de grande relevância, uma vez que busca identificar se o instituto de prescrição intercorrente pode ser aplicado também para casos de natureza tributária no processo administrativo fiscal. Os resultados podem incluir visões amplas e transformadoras para a ciência do direito na área tributária, já que grande parte das pesquisas são voltadas à não aplicabilidade da prescrição intercorrente no PAF, independentemente da natureza do crédito.

Palavras-Chave: prescrição intercorrente; execução fiscal; PAF; crédito fiscal; natureza tributária.

A RELEITURA OBJETIVA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL: EXIGÊNCIA DO DIREITO PENAL DEMOCRÁTICO PARA A LEGITIMIDADE DOS PROCESSOS DE CRIMINALIZAÇÃO

Tulio Max Freire Mendes – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
tulio.max.mendes@gmail.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

Em um Estado democrático de direito, os fundamentos da dignidade humana e do pluralismo político devem ser observados em todos os ramos do direito, compondo, dessa forma, a filtragem constitucional, ferramenta apta para tal desiderato, inclusive, na seara penal. Tendo em conta a missão principal da Constituição Federal de tutela dos direitos fundamentais, a intervenção estatal nos processos de criminalização somente se revela legítima se o direito penal operar como modelo de intervenção mínima. Nesse cenário, a partir da definição de crime como ofensa a bem jurídico, a ofensividade e a proporcionalidade figuram como elementos necessários para essa compreensão, extraindo-se, pois, o conteúdo da ofensividade do tecido constitucional na medida em que espelha o princípio democrático. Sendo a ofensividade ponto nodal para a constatação do fenômeno criminoso, a sua verificação é determinante para a legitimidade, ou não, dos processos de criminalização. Nesse panorama, identifica-se o problema da pesquisa mediante a investigação do arranjo teórico do princípio da insignificância pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do *Habeas Corpus* 123108. Propõe-se, neste ensejo, examinar se a adoção de fórmula casuística para regular o sopesamento da reincidência ou da habitualidade é adequada. Igualmente, se a checagem judicial, no sentido de a aplicação do princípio da insignificância ser penal ou socialmente indesejável, é cabível ou se revela materialização de atividade de seletividade judicial ilegítima. Em sede de construção principal, é apresentada como hipótese a releitura objetiva do princípio da insignificância com a supressão de requisitos subjetivos associados à reincidência ou à habitualidade e de vetores que albergam juízos de valor incompatíveis com a objetividade própria do exame da ofensividade enquanto a violação ao bem jurídico emerge como uma exigência democrática. É identificada, assim, a não punição como imperativo em casos de ausência de ofensividade aferida pela inexpressividade da lesão a bem jurídico, ou seja, em situações de dano concreto inexpressivo. Em sede de construção alternativa, se afastada a sua incidência como causa supralegal de exclusão da tipicidade material, elege-se a hipótese de a insignificância penal repercutir como imperativo de menor severidade na aplicação da pena ou na fixação do regime de cumprimento.

Palavras-Chave: princípio da insignificância penal; direito penal; criminalização.

A REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA A PARTIR DOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS ADMITIDOS E JULGADOS NO ÂMBITO DO TJDFT

Ana Luísa Melo Santiago Tayar – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
analutayar@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A crise numérica de demandas judiciais é tema relevante e atual que foi notadamente debatido quando da concepção do Código de Processo Civil, de 2015. Assim, significativas foram as alterações, visando conferir maior celeridade e economia processual com importantes modificações estruturais em seus dispositivos, objetivando, com isso, aliviar o Poder Judiciário, que sofre, constantemente, com a imensidade de ações protocoladas. Entre as novas técnicas e institutos jurisdicionais implementados no ordenamento jurídico, está o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), que surgiu com a finalidade de dar tratamento uniforme a questões de direito que se repetem, ou seja, quando admitido, o resultado de seu julgamento acarreta uma tese jurídica a ser aplicada a todas as questões semelhantes. Por essa razão, a proposta consiste em garantir segurança jurídica, ao passo que atribui idêntica solução para casos iguais, ensejando economia processual, ao julgar apenas um caso que contém força vinculante em relação a todos os outros que se assemelham a ele. Não obstante seus objetivos, um dos pontos mais criticados do incidente é a previsão legal que impõe a adoção da decisão a todos os casos repetitivos, sem especificar detalhadamente quais as partes que se incluiriam nele ou o controle da sua representação adequada. Dessa forma, faz-se necessária a análise da aplicação e do objeto do IRDR, para, então, considerar o instituto da representatividade adequada, utilizando-se como parâmetro os preceitos de adequação no Brasil, por meio das ações coletivas, de modo a destacar a inclusão das partes ausentes quando da admissão e do julgamento dos 20 IRDR do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Ao final, é apresentada sugestão para o representante adequado dos ausentes.

Palavras-Chave: crise numérica; demandas repetitivas; incidente; representatividade adequada.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ENTES DOTADOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Victória Alves Ruenreang – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
victoria.alves@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

O objetivo geral da dissertação é analisar a responsabilidade civil dos entes dotados de inteligência artificial no Brasil, buscando identificar se a norma jurídica brasileira vigente já é eficaz, eficiente e efetiva quanto a esse assunto, ou se seria possível e conveniente reconhecer (ou não) os entes dotados de inteligência artificial como centros autônomos de relações jurídicas com as consequentes obrigações e responsabilizações (personalidade jurídica eletrônica), bem como suas vantagens, desvantagens e principais interessados. A hipótese a ser analisada é que a legislação atual brasileira que disciplina a responsabilidade civil, ao ser aplicada de forma única, no caso de danos causados por entes dotados de inteligência artificial, não seria suficiente, tendo em vista a complexidade do tema, o que poderia levar a problemas de lacunas e insegurança jurídica, assim como o possível desincentivo nessa área de inovação tecnológica no âmbito nacional. Atualmente, o Brasil não tem uma legislação que regula a inteligência artificial. Seus projetos de leis (PL 5.051/2019, 21/2020 e 872/2021) visam abordar o tema de maneira geral. Em primeiro momento, a responsabilidade civil não deve ser incluída na futura norma. Por outro lado, os entes dotados de inteligência artificial já são capazes de executar tarefas similares com a inteligência humana, como o aprendizado de máquinas (*machine learning*) e a tomada de decisão autônoma. Hoje, desempenham um papel importante no desenvolvimento da nossa sociedade, passando a estar presentes em inúmeras tarefas do nosso cotidiano, aumentando a probabilidade do risco de danos causados por eles. A metodologia proposta para abordar o tema é a hipotético-dedutiva e a pesquisa bibliográfica.

Palavras-Chave: responsabilidade civil; inteligência artificial; personalidade jurídica eletrônica.

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Gabriel de Oliveira Borba – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
borba.gabriel@hotmail.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A presente dissertação, levando em consideração as últimas legislações implementadas pelo Banco Mundial sobre responsabilidade social e ambiental, tem por objetivo analisar os casos que chegam até o Painel de Inspeção, para estabelecer o limite da responsabilidade da instituição. Em outras palavras, mediante análise de documentos, o trabalho tem por pretensão demarcar onde começa e termina a responsabilidade social da organização, ao implementar seus projetos.

Palavras-Chave: organizações internacionais; direitos humanos; responsabilidade social.

A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Marcella Zarattini Martins – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
marcella.zarattini@sempreceub.com
Luis Roberto Barroso – CEUB, professor orientador
lrbarroso@uol.com.br

A pesquisa pretende analisar a dimensão da sub-representação feminina nos tribunais superiores e os obstáculos enfrentados pelas mulheres, para ascender aos cargos mais elevados do Poder Judiciário. A partir de dados que confirmam a desigualdade entre homens e mulheres nos tribunais superiores e entrevistas com mulheres que chegaram a ocupar o cargo de ministras nesses tribunais, a pesquisa pretende mapear as possíveis causas do problema e quais são os obstáculos enfrentados pelas mulheres nesse âmbito.

Palavras-Chave: desigualdade de gênero; sub-representação feminina; tribunais superiores.

A TECNOLOGIA COMO ALIADA DA JUSTIÇA: A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS *ONLINE* DISPUTE RESOLUTION (ODR) PELO PODER JUDICIÁRIO

Luis Otávio Schneider – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
luis.otavio@sempreceub.com
Leonardo Roscoe Bessa – CEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

O objetivo geral deste estudo é demonstrar a utilidade das Online Dispute Resolutions (ODR) como política pública promovida pelo Poder Judiciário. O objetivo específico é analisar, de maneira aprofundada, como a utilização de novas tecnologias, especialmente as ODR, pode aprimorar o sistema de justiça e contribuir com a pacificação social, em detrimento de agravar problemas e gargalos já existentes ou criar outros, ao solucionar ou mitigar os anteriores. Além disso, destacam-se os riscos e os desafios envolvidos na utilização dessa ferramenta, relacionados à segurança dos dados pessoais e ao uso de inteligência artificial. A metodologia é focalizada na apreciação teórica a partir da perspectiva do acesso à justiça e da formulação de políticas públicas pelo Poder Judiciário, buscando identificar os elementos-chave da efetiva aplicabilidade das ODR e examinando a sua viabilidade, de maneira a evitar que o uso da tecnologia agrave a atual tendência de exclusão de parcela significativa da sociedade ao sistema de justiça. Para contribuir com os resultados e as conclusões da pesquisa, busca-se averiguar as iniciativas de Tribunais já mapeadas pelo CNJ e os resultados já apresentados.

Palavras-Chave: Poder Judiciário; tecnologia; resolução *online* de disputas.

A TEORIA DAS NULIDADES NO PROCESSO PENAL E O PRINCÍPIO *PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF*: O MODELO HERMENÊUTICO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Graziela Machado da Costa e Silva – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
graziela.gmcs@gmail.com
Sandro Luzio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

Parece haver uma mitigação generalizada ou, ao menos, um desvirtuamento da necessidade e da função do processo penal e do próprio sentido teleológico da atividade persecutória sob o manto da instrumentalidade das formas e do adágio *pas de nullité sans grief*. Se não houver maior clareza quanto à configuração do prejuízo, sob o viés do processo penal contemporâneo, com estabelecimento de premissas mais precisas a orientar a racionalidade decisória e conferir maior segurança jurídica na interpretação da teoria das nulidades pelo Poder Judiciário, mediante sua máxima instância, todas as garantias e direitos fundamentais antes observados pelo Poder Legislativo, ao definir a conduta típica penal, e pela Administração Pública, ao atuar na persecução penal, seriam igualmente flexibilizadas. O objetivo do presente estudo é a compreensão da teoria das nulidades no processo penal, seus focos de vulnerabilidade para concretização de verdadeiro direito processual penal constitucional e como tem sido sua aplicação pelo Supremo Tribunal Federal, adotando-se uma visão crítica entre a construção doutrinária e jurisprudencial acerca da preservação dos direitos e das garantias consolidadas pelo princípio da taxatividade do direito material e o princípio do prejuízo adotado para reconhecimento das nulidades no direito formal. Como objetivo específico, busca-se demonstrar a ausência metodológica objetiva da teoria das nulidades aplicada pelo STF, em especial, a interpretação do princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas. A metodologia adotada é a pesquisa empírica na jurisprudência do STF, tendo como marco temporal o ano de 2013, em razão da publicação da Lei nº 12.850, Lei de Organizações Criminosas, que sistematizou o instrumento da colaboração premiada, meio de produção de prova adotado em investigações mais complexas e sujeito a amplo espectro de discussões envolvendo direitos e garantias dos investigados. Para tanto, são selecionados *habeas corpus* e recursos em *habeas corpus*, por ser a classe processual que exige prova pré-constituída e ilegalidade flagrante para seu julgamento, permitindo a identificação mais clara dos casos em que houve ou não reconhecimento do prejuízo, qual o tipo de prejuízo e em que fase do processo penal. O critério de busca inclui os termos “nulidade processo penal” ou “pas de nullité sans grief”. O critério de análise deve envolver a separação dos casos em dois grupos de crimes: os hediondos e equiparados e os de colarinho branco, com a identificação e a justificativa para escolha dos tipos penais de cada grupo. A pesquisa empírica é aliada à dogmática com a revisão bibliográfica sobre

o conteúdo jurídico do *pas de nullité sans grief* e o sistema de nulidades do processo penal brasileiro.

Palavras-Chave: *pas de nullite sans grief*; nulidade; processo penal; prejuízo.

ABUSIVIDADE EM CONTRATOS EMPRESARIAIS

Nayara Lima Rocha da Cruz – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
nayara.lcruz@gmail.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

Apesar de o Código Civil de 1916 ter previsto o abuso de direito em seu artigo 160, foi somente com a entrada em vigor do Código de Defesa do Consumidor (CDC), em 1990, que o instituto da abusividade teve maior relevância no nosso ordenamento jurídico, em virtude da definição expressa, ainda que incipiente, dos critérios de sua aplicação quando da caracterização da relação de consumo. Nesse sentido, a massificação e a facilitação do acesso ao fornecimento do produto ou serviço prestado levaram à padronização das cláusulas contratuais, de modo que, nessas contratações, prevalece a vontade da parte que detém o poder econômico. Diante desse cenário, muitas vezes, o consumidor via-se vítima de abusos por parte de fornecedores. Assim, com vistas a mitigar tais abusos, o CDC, em seu artigo 51, estabelece uma limitação da liberdade contratual e uma proteção especial ao consumidor com uma carga principiológica, além da literal proibição de cláusulas que ameaçam o equilíbrio contratual, a boa-fé ou a equidade. Desse modo, na relação de consumo, a vontade dos contratantes não prevalecerá diante daquilo que o legislador considerou abusivo, com a possibilidade de declaração de nulidade da cláusula ou do contrato inteiro que contrarie tais disposições. Ocorre que tal proteção se dá em razão do desequilíbrio contratual gerado pela vulnerabilidade do consumidor. Sendo assim, o Código de Defesa do Consumidor não se aplica à relação jurídica de caráter eminentemente empresarial consoante a inteligência dos seus artigos 2º e 29, pois, nela, o objetivo da contratante é incrementar a atividade empresarial, não podendo ser enquadrada, nesse aspecto, como destinatária final do produto. Diante desse cenário, os contratos empresariais e interempresariais são normatizados, em geral, pela legislação civilista, em que ambos os contratantes visam à obtenção de lucro e da vantagem econômica e são norteados pelos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência. Nessa esfera, pressupõe-se que há equivalência de poderes entre as partes, vasto conhecimento na área de atuação, com capacidade de avaliar riscos, prejuízos, vantagens e desvantagens que o contrato pode apresentar, muitas vezes com acesso a consultorias e uma investigação minuciosa acerca do negócio pretendido com o contrato. No caso, questiona-se se é possível aplicar o instituto da abusividade, previsto expressamente nas normas do Código de Defesa do Consumidor, especialmente, o artigo 51, a contratos empresariais e interempresariais, de forma a permitir a revisão ou a rescisão contratual a partir de fundamentos da respectiva legislação regente, o Código Civil.

Palavras-Chave: abusividade; contratos empresariais; ordenamento jurídico.

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO SANCIONADOR (ANPS) NO PROCESSO ADMINISTRATIVO: UMA PROPOSTA DE CONSENSUALIDADE À LUZ DO INTERESSE PÚBLICO

Eder Silva Bezerra – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
eder.bezerra@gmail.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A presente pesquisa aborda os métodos consensuais para a solução de litígios e controvérsias no âmbito do direito administrativo sancionador, buscando interrelacionar o interesse público em suas variadas vertentes, na conformação da teoria do direito público sancionador: interesse público *latu sensu* e *strictu sensu*; interesse público e privado; interesse público constitucional; interesse público sancionador. Do mesmo modo, aborda-se a convergência existente entre a consensualidade e o interesse público como pressuposto do acordo de não persecução sancionador. Para isso, são apresentados alguns instrumentos utilizados para alcançar-se a consensualidade administrativa, além de óbices ao avanço da aplicação da consensualidade nos acordos de não persecução no âmbito da Administração Pública, bem como os contornos da indisponibilidade do interesse público sancionador e deste como suporte à consensualidade administrativa. Nesse sentido, este trabalho apresenta os acordos de não persecução no âmbito do direito administrativo sancionador, sua origem e natureza. Também, guia-se pelo direito administrativo disciplinar como ramo paradigmático do direito administrativo sancionador, alcançando o direito regulatório nas Agências de Regulação, o poder de polícia e o direito administrativo disciplinar na Administração Pública Federal. Perpassam-se os acordos regulados pela Controladoria-Geral da União e o Acordo de Não Persecução Cível na Lei de Improbidade Administrativa. Tais abordagens seguem o método dedutivo de pesquisa em base de dados existente, ao passo que se utilizam pesquisa das bibliografias de autores pátrios e estrangeiros e da jurisprudência nacional, comparando-os, apontando o enfoque dado pelos diversos estudiosos sobre o tema e, assim, extraindo conclusões sobre o tema proposto.

Palavras-Chave: direito administrativo sancionador; interesse público; consensualidade administrativa; acordo de não persecução.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CORONAVÍRUS: AS MEDIDAS RESTRITIVAS DE CONTENÇÃO DA PANDEMIA MATERIALIZADAS PELO PODER DE POLÍCIA DA ADMINISTRAÇÃO EM CONTRAPONTO ÀS LIBERDADES FUNDAMENTAIS

Edivam Barbosa Dias Júnior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
edivambarbosa@gmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

É possível acompanhar, há, pelo menos, três anos, discussões em todos as estratificações sociais, sobre os efeitos da nova pandemia que assolou o planeta com a covid-19. É incontestável, que, durante esse período, a realidade mundial transformou-se. Os modelos convencionais de trabalho, entretenimento, negócios, ações governamentais, entre outros aspectos, para que continuassem a existir, foram obrigados a reinventar-se. Assim, o direito também deve acompanhar essas mudanças, para reger as diversas conjunturas que surgiram e estão a surgir durante o caos que assola a humanidade. As vacinas avançam, a imunidade dos seres humanos aumenta, e, quando se pensa em retomada mínima ao novo normal, a doença surpreende a sociedade com novas cepas e variantes. Nesta senda, o Direito Administrativo é demandado para que, embasado nos princípios constitucionais insculpidos no artigo 37 da Carta da República, responda às novas controvérsias entre Administração Pública e administrado e às que surgem no âmbito interno da própria Administração. Portanto, aponta-se como problema da pesquisa o questionamento sobre se há limites ao poder de polícia dos entes federados na adoção de medidas compulsórias que restrinjam o exercício das liberdades fundamentais para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. A hipótese que conduz o trabalho é a prevalência do direito da coletividade e a proteção sanitária em razão do direito fundamental, apontando como possível referencial o método de resolução de conflitos de Robert Alexy. Outrossim, revisitam-se os clássicos doutrinadores acerca do poder de polícia, no intuito de aprimorar as ideais já mencionadas pela doutrina.

Palavras-Chave: direito administrativo; poder de polícia; coronavírus; pandemia; liberdade.

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Eder José Godinho – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
edergodinho@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

O presente texto aborda a contextualização da análise econômica do direito, apresentando as noções de como ocorre a interação entre economia e direito, assim como os potenciais benefícios da pesquisa em direito, usando as metodologias econômicas por meio de pesquisa bibliográfica. Apesar de ter surgido nos Estados Unidos, onde o Estado é mais liberal que no Brasil e o direito é *common law*, as pesquisas brasileiras podem beneficiar-se da análise econômica do direito, melhorando a previsibilidade das proposições legislativas e das políticas públicas, aumentando a eficiência nos resultados. Mas, para isso, é necessário que o maior conhecimento das metodologias e os cuidados com a cientificidade dos trabalhos sejam observados, evitando os vieses cognitivos, o que é possível por meio de avanços na área da economia comportamental.

Palavras-Chave: análise econômica do direito; eficiência; vieses; custo-benefício; economia comportamental.

AS LIBERDADES EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO EM TRANSIÇÃO E O DESENHO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA BRASILEIRA

Alexandre Paulista Farias Braúna – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
alexandrebrauna@gmail.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A liberdade diz-se em muitos sentidos, e há de ser integralmente expressa sem que, necessariamente, pressuponha-se a antecedência da superação dos entraves de natureza econômica. A presente dissertação aborda o tema da liberdade sob as perspectivas das tradições democrática e liberal. Revisitando Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville, John Stuart Mill, Isaiah Berlin, entre outros expoentes acerca do tema, a dissertação pretende apresentar as concepções essenciais dessas tradições e destacar a complementaridade entre elas. Partindo da ideia de Rousseau, no sentido de que a liberdade é alcançada mediante cooperação associativa e renúncias individuais, propõem-se reflexões sobre como superar o dilema, que se supõe falso, entre o crescimento econômico e a renúncia às liberdades. O objetivo da dissertação é examinar a aptidão dos meios e dos desenhos institucionais destinados a garantir as liberdades democráticas da população economicamente pobre com foco na autoridade conferida à Defensoria Pública, em um contexto de transição democrática. Pretende-se averiguar em que medida as feições das instituições de Estado atuais incumbidas da promoção de justiça servem apenas à manutenção do *status quo* e qual é o peso institucional da Defensoria Pública nesse papel, em face dos fundamentos e dos objetivos constitucionais da República presentes nos artigos 1° e 3° da CF/88, bem como nos artigos 3° e 3°-A da LC 80/94. Tem-se como hipóteses que: as realizações democráticas são ainda caracterizadas por um Estado que repercute, predominantemente, um poder repressivo em detrimento de um Estado provedor antecedente de liberdades mínimas; a participação de cada vulnerável na soberania popular afigura-se abstrata demais, a ponto de usurpar do indivíduo a sensação de pertença, pressuposto natural para qualquer cooperação na vida social; a tutela estatal brasileira exercida por meio de suas instituições tem assegurado apenas a alguns o gozo das liberdades, de modo que a privação delas termina por validar a percepção de um caráter de privilégio e de segregação entre os economicamente mais vulneráveis; a pluralidade de instituições não garante calibre paritário necessário para suportar o Estado constitucional de liberdades proposto pela CF/88. A conclusão sugere a necessidade de promover, imediatamente, políticas públicas que garantam o acesso aos vulneráveis às liberdades democráticas sem que se tenha por pressuposto necessário a antecedente superação das desigualdades econômicas e outras injustiças sociais, por sua ampla legitimidade, urgência e

essencialidade de uma vida digna. A metodologia aplicada envolve o exame das normas que sustentam a atuação da Defensoria Pública e a análise dos desenhos institucionais de outros entes estatais afeiçoados aos anseios da Constituição Federal de 1988 com objetivos semelhantes ou complementares, a identificação de obstáculos à tutela das liberdades dos vulneráveis e a projeção de possíveis consequências do implemento de políticas públicas destinadas à promoção das liberdades democráticas.

Palavras-Chave: liberdade; democracia; acesso; desenho institucional.

AS MUTAÇÕES CONSTITUCIONAIS ORIGINADAS EM JULGAMENTOS CONDUZIDOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO FATOR DE INSTABILIDADE JURISDICIONAL

Diogo de Myron Cardoso Ponzi – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
diogoponzi@gmail.com
José Levi Mello do Amaral Júnior – CEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

No contexto político-jurídico atual, observa-se não só a aceitação de que existe uma moldura a ser preenchida por um juiz comum quando da análise interpretativa do caso concreto, como também o reconhecimento do poder interpretativo e criativo exercido por cortes constitucionais, o qual, em razão de alegada natureza aberta dos enunciados normativos inseridos em uma carta política, não encontraria limites na literalidade do texto normativo. Esse poder pode ser verificado em julgamentos realizados pelo STF, nos quais foram geradas mudanças informais no sentido do texto, sem qualquer processo de emenda constitucional, mostrando-se pertinente analisar não apenas os aspectos teóricos que caracterizam o correlato exercício de hermenêutica, mas também os eventuais limites erigidos pela doutrina. Assim, o objetivo é verificar a possível instabilidade jurisdicional causada por tal atividade decisória. Nesse sentido, compreende-se que a análise de um recorte de casos em que houve mudança informal no sentido de normas constitucionais, quais sejam, os julgamentos referentes à união estável homoafetiva, a criminalização da homofobia e a execução provisória da pena, todos os três dotados de conteúdo de notória polêmica, permite questionar se essas mutações constitucionais geraram instabilidade jurisdicional, uma vez que, ao menos no caso da execução provisória da pena, houve a desobediência do julgado por integrante da própria Corte que operou a mudança de sentido. A hipótese primária do trabalho consiste na seguinte assertiva: as mutações constitucionais decorrentes dos julgamentos realizados pelo STF nos casos da união estável homoafetiva, da criminalização da homofobia e da execução provisória da pena foram capazes de gerar cenários de instabilidade jurisdicional, consistentes na insegurança jurídica acerca de seus efeitos, podendo-se chegar ao ponto em que suas consequências afetaram cidadãos de forma completamente disforme. Decidiu-se que o trabalho será dividido em 3 partes distintas. Na primeira, é realizada a revisão teórica e conceitual de diversos autores e obras e que abordam a interpretação de normas jurídicas, a intepretação constitucional e a mutação constitucional. A segunda é destinada ao estudo de três julgamentos que geraram mutações constitucionais, identificando-se a ocorrência do fenômeno, bem como determinando a existência de elementos diferenciadores. Por fim, a terceira parte trata dos limites da interpretação e das mutações constitucionais, verificando-se a eventual correlação entre os elementos diferenciadores e os referidos limites, como a

unanimidade (ou não) do julgamento ou a feitura (ou não) no bojo de um processo de controle concentrado de constitucionalidade, bem como eventuais elementos indicadores de instabilidade jurisdicional, para, assim, estabelecer uma explicação acerca de maior ou menor estabilidade jurisdicional gerada pela mutação constitucional.

Palavras-Chave: direito constitucional; hermenêutica; interpretação constitucional; mutação constitucional.

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA COMO INSTRUMENTO DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL AOS VULNERÁVEIS NO DISTRITO FEDERAL

Gabriel Morgado da Fonseca – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
gabrielmfonseca@uol.com.br
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

O objeto da pesquisa é buscar avançar nas políticas públicas em que a audiência de custódia serve como instrumento de assistência social, evitando o reingresso no sistema de justiça e propiciando a redução da criminalidade no Distrito Federal. Algumas pessoas em situação de vulnerabilidade ingressam no sistema de justiça criminal em razão da dificuldade de acesso e de informação quanto aos programas existentes de transferência de renda e de apoio psicossocial. Um exemplo que ilustra tal situação é a ausência de documentação civil, que as impedem de obter benefícios sociais. Pessoas em situação de rua e em sofrimento mental têm maior dificuldade de acesso a esses programas. Assim, a pesquisa trabalha as razões pelas quais pessoas em situação de vulnerabilidade cometem alguns delitos relacionados a questões sociais, utilizando a audiência de custódia como instrumento para evitar o reingresso no sistema de justiça criminal, com foco maior na assistência social.

Palavras-Chave: audiência de custódia; assistência social; reingresso; vulnerabilidade.

AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DA JURISDIÇÃO PARA FINS DE RESPONSABILIZAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS NACIONAIS POR SUBORNO TRANSNACIONAL

Aline Cavalcante dos Reis Silva – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
ninaisadora24@gmail.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A pesquisa envolve o estudo da jurisdição e da competência do Brasil, para apurar o suborno transnacional praticado por pessoas jurídicas nacionais e a efetividade de sua atuação na hipótese de concorrência de jurisdição entre Estados nacionais. Busca-se identificar limites da aplicação do princípio do *bis in idem* em sede de responsabilização de pessoas jurídicas por práticas daquela natureza, tendo em vista o disposto nos acordos de leniência firmados pelo Brasil e o apontado na Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais. A modalidade da pesquisa utiliza elementos descritivos e explicativos. O método científico é o dedutivo, e os procedimentos metodológicos incluem a análise normativa e a realização de exploração documental com a categorização dos processos produzidos pelo país, envolvendo a responsabilização de pessoas jurídicas. Em seguida, é realizada a pesquisa bibliográfica interdisciplinar, e efetivada a abordagem qualitativa das informações e dos dados obtidos a partir do estudo dos acordos de leniência firmados, de modo a verificar-se o exercício efetivo da jurisdição pelo Brasil. A Convenção internacional impõe o estabelecimento da jurisdição mais adequada pelos países envolvidos para a instauração de um procedimento de responsabilização de empresa que praticar o ilícito transfronteiriço, mas não estabelece critérios para essa definição na hipótese de concorrência de jurisdições entre Estados nacionais. Pode-se defender que a norma internacional proíbe a dupla punição ou o *bis in idem*, mas, de outro lado, há o risco de que os países mais desenvolvidos e influentes protagonizem as apurações, o que poderia prejudicar a efetividade do combate à corrupção transnacional praticada no âmbito dos demais, ao mesmo tempo em que aumenta o risco de questionamentos acerca da cumulação de sanções caso haja apuração concomitante em razão do ilícito comum. A definição expressa do tipo de competência e dos critérios para a definição da jurisdição voltada ao processamento do suborno transnacional pode fortalecer a segurança jurídica, a efetividade da atuação nacional no combate ao suborno transfronteiriço e a redução do risco de questionamentos por parte das empresas investigadas quanto à incidência dos princípios *ne bis in idem*, igualdade, proporcionalidade e razoabilidade das sanções eventualmente aplicadas.

Palavras-Chave: jurisdição; pessoa jurídica; suborno transnacional; *bis in idem*; acordo de leniência.

BENS DE USO COMUM DO POVO UTILIZADOS COMO MORADIA E SUSTENTO POR PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA, CONTRAPONDO O DIREITO URBANÍSTICO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO/RO

Leticia Botelho – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
leticia.botelho@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

À margem da sociedade, os indivíduos em situação de rua tomam para si o espaço público como seu lugar de vida, expondo seus pertences, corpos, intimidade. Destituídos do conhecimento de ser humano dotado de direitos, provocam reações diversas no âmbito social, político ou institucional. As ações do agente social, na implementação de políticas públicas destinadas a essas pessoas, para convencer o indivíduo a sair da rua, pelo caminho da institucionalização, expropria-o do campo e do *habitus*, enquanto o agente social reforça a tomada de decisão (*top down*) e cria a hierarquia de poder. Contudo, o modo como a cidade sustentável se organiza, planeja e idealiza uma estética de distinções entre público e privado, centro e periferia, zona residencial e zona comercial, perímetro urbano e perímetro rural cria também segregações espaciais pela valorização econômica especulativa, por estar melhor fornecida por infraestrutura e urbanismo. Por sua vez, a pessoa em situação de rua produz interferências e reinventa as finalidades dos lugares urbanos previamente definidos, dos equipamentos e dos objetos, dando-lhes outros usos e sentidos, rompendo com a estrutura de forma despretensiosa e inconsciente, causando uma revolução social e reivindicativa daquilo que deve ser realizado. Por outro lado, os espaços públicos ocupados como moradia pelas pessoas em situação de rua são bens de uso comum do povo. Alguns são necessários à mobilidade segura (rua, praças, calçadas), e tornam-se, de certo modo, privatizados, afetando a relação do cidadão com a cidade, o que reflete também um conflito social. Trata-se da ressignificação dos objetos e dos lugares que contrapõe a norma, é compreendida como um problema social e incomoda a ordem hegemônica da *polis*, demandando ora intervenções repressoras com ações higienistas, objetivando garantir a ordem social e estética, os direitos de segurança dos cidadãos, ora interferências por meio de implementação de políticas públicas específicas.

Palavras-Chave: pessoa em situação de rua; conflito social; uso do bem público; urbanismo.

CADEIA DE CUSTÓDIA DAS PROVAS

Andreia Susi Leardini – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
andreia.leardini@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O artigo a ser desenvolvido objetiva colocar em discussão aspectos relativos à inserção da cadeia de custódia da prova, de forma minudente, no Código de Processo Penal. De fato, no plano normativo, não há o que dizer em relação à cadeia de custódia. No entanto, o que a lei pressupõe a partir de então é um aparelhamento irreal do Estado para cumprimento das diretrizes estabelecidas, haja vista a atual situação das coisas para fazer funcionar a cadeia de custódia da prova tal como ali prevista. Há uma realidade equidistante do contexto legislado que criou legítima expectativa de que tudo que está ali, exatamente nos moldes como descrito e deveria ser rigorosamente observado pelos operadores do sistema. Entrementes, não se pode olvidar que as unidades de perícia carecem de uma estrutura minimamente padronizada, pois há diferenças em cada estado da Federação. Com isso, o trabalho a ser desenvolvido propõe-se a discutir se era necessário inserir a cadeia de custódia no Código de Processo Penal, ou se pode afirmar-se a impropriedade do instrumento normativo adotado, por ser suficiente sua regulamentação por um ato dotado de menor gravidade normativa. Indo mais além, propõe-se a verificar se, a partir de sua introdução e detalhamento no Código de Processo Penal, restou assegurada maior qualidade na preservação da cadeia de custódia da prova ou se ainda prepondera o descompasso entre a realidade e a lei.

Palavras-Chave: cadeia de custódia das provas; plano normativo; cumprimento das diretrizes; ausência de estrutura padronizada; impropriedade do instrumento normativo.

CARÁTER EXCLUDENTE E LIMITADOR DO ACESSO À JUSTIÇA QUANTO AO FILTRO DE RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL A SER TRATADA NO RECURSO ESPECIAL

Otávio Madeira Sales Lima – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
otaviomadeirasl@gmail.com
Marlon Tomazette – CEUB, professor orientador
marlon.tomazette@ceub.edu.br

O trabalho busca examinar se o filtro de relevância do recurso especial instituído pela EC nº 45/2022 elenca critérios que podem ser considerados formas de limitação ao acesso à justiça, partindo da hipótese de que os aspectos indicados para ter relevância presumida mediante a EC nº 45/2022 são, em verdade, um filtro ao acesso à justiça, pois instituem elementos excludentes para apreciação de matérias pelo Poder Judiciário. Pretende-se investigar se esses critérios adotados pela EC são mais do que meras formas de limitação da quantidade de recursos que chegam aos Tribunais e passam a ser verdadeiros limites ao acesso por determinados grupos, o que exclui da apreciação pelo STJ matérias relevantes para grande parcela da população.

Palavras-Chave: recurso especial; STJ; relevância.

DANO MORAL POR VIOLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Bruce Flávio de Jesus Gomes – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
bruceflavioadv@gmail.com
Leonardo Roscoe Bessa – CEUB, professor orientador
leonardobessa2021@gmail.com

A pesquisa tem por objetivo investigar se o tratamento irregular de dados pessoais gera dano moral *in re ipsa* ao titular do dado indevidamente compartilhado. O trabalho é dividido em três capítulos. No primeiro, são abordadas as bases legais para o tratamento de dados pessoais, com exposição de aspectos da Constituição Federal, do Código de Defesa do Consumidor, da Lei do *Habeas Data*, da Lei do Cadastro Positivo, da Lei de Acesso à Informação, do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. No segundo capítulo, são analisados os aspectos da responsabilidade civil aplicáveis aos agentes que realizam o tratamento de dados pessoais com abordagem acerca do que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. O terceiro capítulo trata do dano moral por violação de dados pessoais, abordando aspectos do princípio da dignidade da pessoa humana, dos direitos da personalidade e do dano moral decorrente de ato ilícito, além de aspectos processuais relacionados à prova do dano moral. A pesquisa insere-se na área de concentração Políticas Públicas, Relações Privadas e Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito do Centro Universitário de Brasília – CEUB. A linha de pesquisa está relacionada a Políticas Públicas, Sociedade Civil e Proteção da Pessoa, pela qual se exploram políticas públicas, contextos, espaços e fundamentos éticos, pessoais e patrimoniais das relações entre a sociedade e o indivíduo e concentra-se na construção de políticas públicas por meio do direito privado ou de impactos da atuação estatal na vida privada. A investigação contém abordagem metodológica do tipo dedutivo com bases legal, jurisprudencial e bibliográfica.

Palavras-Chave: tratamento; violação; dados pessoais; dano moral.

DEFENSORIA PÚBLICA E GÊNERO: ATUAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES

Camila Lucas Mendes – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
camila_lucasm@hotmail.com
Patrícia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

O presente artigo trata da atuação da Defensoria Pública estadual, em especial, da Defensoria Pública do Distrito Federal, como instituição responsável pela orientação jurídica, pela promoção dos direitos humanos e pela defesa dos direitos dos necessitados e de grupos vulneráveis, principalmente levando em consideração questões relacionadas à tutela das mulheres e a todas as vulnerabilidades que permeiam as relações de gênero. Devem-se identificar os obstáculos que envolvem a temática de acesso à justiça na perspectiva de gênero, bem como analisar o papel da Defensoria Pública do Distrito Federal nessas relações e na efetivação de direitos. Ressalte-se que o surgimento de Defensorias Públicas ao longo da história se deu em razão da evolução do conceito de acesso à justiça e dos movimentos da sociedade. O termo e as ações de assistência judiciária ofertadas pelo Estado aperfeiçoaram-se, de modo a culminar no conceito de assistência jurídica, intrinsecamente relacionado ao papel das Defensorias Públicas notadamente a partir da Constituição Federal de 1988. O avanço institucional da Defensoria Pública coloca-a em posição de destaque na defesa e na proteção dos direitos das pessoas necessitadas. Para além da orientação jurídica, judicial e extrajudicial, a Defensoria Pública dispõe, tendo em vista a sua relação próxima e direta com a sociedade, da oportunidade de ampliar o seu eixo de desempenho em direção à participação social, na proposição e no aperfeiçoamento de políticas públicas, projetando-se como um ator político-social relevante para a definição do arranjo social. Assim, diante da necessidade de proteção de mulheres em situação de violência de gênero, a Defensoria Pública deve ser um instrumento para combate a todo tipo de violência e um mecanismo de promoção de direitos e acesso à justiça. Este trabalho não pode ser restritivo apenas à prestação jurisdicional resultante das ações judiciais, mas deve significar a efetivação dos seus direitos, proporcionando à mulher toda a orientação e acompanhamento necessários ao seu exercício. O enfrentamento responsável e duradouro da violência de gênero deve partir da quebra de paradigmas teóricos de significação e da possibilidade de orientação de políticas públicas que visem à equidade entre homens e mulheres e abram caminhos para a alteração dessa cultura de agressão. Sob esse viés, entra a Defensoria Pública, por vezes, como último recurso, para tutelar uma realidade social que confirma a fragilidade e a dificuldade da mulher em ver seus direitos assegurados. Ao final, propõe-se a atuação do defensor público como verdadeiro

agente de transformação social, na tutela dos direitos dos grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado, de modo a construir um sistema de justiça não discriminatório. O método a ser utilizado é o indutivo, partindo de premissas baseadas em pesquisa bibliográfica sobre o tema escolhido, para elaborar conclusões e propor soluções de aplicação geral, além de assumir o caráter interdisciplinar com a contribuição de outros saberes sobre o objeto pesquisado.

Palavras-Chave: Defensoria Pública; acesso à justiça; assistência jurídica; mulher; violência de gênero.

DESAFIOS DO GESTOR PÚBICO DIANTE DOS CONTORNOS NORMATIVOS DO CONSEQUENCIALISMO PREVISTO NA LEI E INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB)

Ana Amélia Maestracci de Tolentino – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
anaameliamt@yahoo.com.br
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@gmail.com

O objetivo da dissertação é analisar os desafios do gestor público, para demonstrar as consequências práticas da sua decisão em conformidade com a teoria consequencialista estabelecida pela Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB. O estudo é realizado, em primeiro momento, pela análise dos termos inseridos pelos novos artigos da LINDB, introduzidos por meio da Lei 13.655, de 2018, que incluiu disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público no Decreto-Lei 4.657, de 1942 (LINDB). Os novos artigos tratam, especialmente, das decisões nas esferas administrativas, judiciais e controladoras, como forma de propiciar segurança jurídica e melhorar as decisões dos agentes estatais. Em que pese se tratar das três esferas de decisões, a ênfase do trabalho dá-se em relação às decisões administrativas. Quanto às inovações, a lei apresenta itens vagos, por isso faz-se a análise dos termos contidos nos novos artigos inseridos na LINDB, em especial os artigos 20 e 21. Em seguida, são analisadas as decisões do Tribunal de Contas da União no tocante às deliberações dos gestores púbicos, quando baseadas em valores jurídicos abstratos. Assim, busca-se analisar como são realizadas as decisões da Corte de Contas que repercutem na forma de decidir dos gestores públicos, para descobrir quais são os seus desafios perante os contornos normativos do consequencialismo.

Palavras-Chave: consequencialismo; gestor público; LINDB; desafios.

DIREITO À MORADIA E COVID-19: O EFEITO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO DA MORADIA NO ÂMBITO DO TJDF DURANTE A PANDEMIA

Gabriel Espíndola Chiavegatti – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
gabriel.chiavegatti@sempreceub.com.br
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

O combate à covid-19, no Brasil, inseriu algumas discussões jurídicas de difícil ponderação, inclusive pelo conflito de interesses públicos e pelas agendas institucionais. Parte do conflito quanto aos direitos fundamentais está entre o ajuste de adequação das medidas de proteção à saúde pública e a agenda econômica atingida por essas medidas. Em primeiro momento, a principal atitude de combate foi o isolamento populacional, com objetivo de evitar a dispersão comunitária do vírus. Em razão disso, formulou-se, no meio legislativo, a necessidade de manutenção da moradia por núcleo de proteção pessoal. Em termos de senso comum, não havia assimilação coerente entre dizer para as pessoas "fique em casa" enquanto se permitia que o Estado utilizasse sua força social para retomar a "casa". Este trabalho focaliza-se em elaborar pequeno retrospecto histórico em torno da realização das atividades normativas das Leis n. 14.010, de 10 de junho de 2020, e n. 14.216, de 7 de outubro de 2021, ambas transitórias, que buscaram estabelecer medidas de proteção à moradia em função das iniciativas excepcionais de combate à covid-19. Faz-se um recorte do surgimento da preocupação com a modificação dos instrumentos jurídicos desde o princípio da pandemia como um fator político, ou seja, desde março de 2020 até maio de 2022. Com a identificação de fatos e instrumentos jurídicos, ao final, faz-se pequena análise crítica dos resultados da política de proteção à moradia nesse período e da efetividade dos instrumentos selecionados no arcabouço jurídico, relacionando-os com o debate teórico dos demais instrumentos à disposição. Por certo, o objetivo principal é o processo de identificação desses instrumentos de políticas públicas e a formação da agenda, uma vez que a avaliação das repercussões da referida política tem a intenção de contribuir pontualmente com o debate.

Palavras-Chave: direito; moradia; proteção; pandemia.

DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ENTRE IRMÃOS UNILATERAIS E BILATERAIS NA SUCESSÃO LEGÍTIMA: ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 1.841 DO CÓDIGO CIVIL

Rogerio Soares de Souza – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
rogerio.souza@sempreceub.com
Leonardo Roscoe Bessa – CEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

A pesquisa tem por objetivo identificar as razões pelas quais o atual Código Civil brasileiro, posterior à Constituição Federal de 1988 e suas diretrizes axiológicas, não promoveu tratamento igualitário entre irmãos unilaterais e bilaterais na sucessão legítima, mantendo a sistemática da codificação anterior. Busca-se, além disso, entender se as razões históricas dessa discriminação ainda se justificam à luz do atual contexto do direito de família e dos ideais de afetividade e solidariedade dele decorrentes, bem como observar junto à legislação de outros países de tradição romano-germânica se há correspondência ou justificativa que confirme a opção por esse tipo de tratamento. A pesquisa vale-se dos métodos histórico e doutrinário para abordagem, aprofundamento e detalhamento sobre o tema. Para tanto, procede-se ao estudo dos institutos históricos que influenciaram a legislação e as codificações civis brasileiras, além do arcabouço doutrinário disponível sobre o tema. Promove-se, ademais, a análise dos autores clássicos que se debruçaram sobre a sucessão legítima no direito civil brasileiro, bem como o cotejo entre edições de suas obras anteriores e posteriores à Constituição Federal de 1988, a fim de observar eventuais reflexões sobre o tratamento dos irmãos unilaterais e bilaterais que esse novo vetor interpretativo possa ter provocado. Outrossim, é considerada a produção científica especializada, com o objetivo de levantamento do estado da arte sobre o tema e dos posicionamentos e dos argumentos disponíveis. As hipóteses levantadas são: o artigo 1.841 do Código Civil brasileiro é inconstitucional, por violar a isonomia em relação a irmãos unilaterais e bilaterais, na sucessão legítima, uma vez que a distinção feita entre eles é fruto de uma construção histórica que não mais se sustenta, sobretudo, à luz da tábua axiológica presente na Constituição Federal de 1988; a regra representa uma tentativa de preservar o patrimônio no âmbito da família matrimonializada, ou seja, de manutenção em maior proporção da herança do irmão falecido, diante dos irmãos que compartilhavam os mesmos genitores, desconsiderando outros arranjos familiares e a procedência dos bens deixados pelo irmão falecido; a regra sucessória é incongruente com outras disposições do próprio Código Civil seja de natureza alimentar, seja no tocante ao próprio sistema sucessório, uma vez que a distinção entre irmãos não é feita em relação a colaterais mais distantes que herdam em

condições iguais. A constatação pela harmonia e pela constitucionalidade, ou não, do artigo 1.841 do Código Civil é o resultado desse percurso.

Palavras-Chave: sucessão legítima; irmãos; desigualdade.

ESQUECERAM O RÉU: A REPETIÇÃO DE AÇÕES COLETIVAS NO INSUFICIENTE MICROSSISTEMA PROCESSUAL COLETIVO BRASILEIRO

Weiquer Delcio Guedes Júnior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
weiquer@gmail.com
Jefferson Carlos Carús Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O presente trabalho tem como objetivo analisar os motivos que levam ao fenômeno da pulverização de ações coletivas no microssistema processual coletivo, contrariando o ideal de resolução molecularizada das demandas coletivas e aproximando-se do tratamento fragmentado do processo individual. Para tanto, é feita uma análise do direito processual coletivo sob a perspectiva do neoprocessualismo, examinando os princípios constitucionais aplicáveis ao processo coletivo e a busca pelo tratamento molecular almejado. Em seguida, são estudados os institutos que compõem o microssistema processual coletivo, estabelecendo paralelos, quando possível, com o sistema das *class actions* norte-americanas. Por fim, serão identificados os problemas decorrentes da multiplicidade de ações coletivas, utilizando-se a análise econômica do direito e a observação empírica da pulverização causada com uma exploração das soluções propostas nos projetos de codificação e apresentando possíveis iniciativas.

Palavras-Chave: direito processual civil; direito processual coletivo; litispendência; repetição de ações; coisa julgada.

FORÇA TAREFA DE INTERVENÇÃO PENITENCIÁRIA – FTIP: O SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL COMO PARADIGMA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A AVALIAÇÃO DE IMPACTOS DA FTIP/RN NA POLÍTICA PÚBLICA PRISIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Leonardo Sampaio de Almeida – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
leo_sampa@hotmail.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

O Brasil vive uma situação dramática e complexa em seu sistema prisional, com superlotação, violência e disseminada violação a direitos humanos. Nesse cenário de crise e confrontação criado por facções criminosas prisionais, além da incapacidade dos estados em atuar nesse ambiente de crise, a União passou de mera financiadora para os papéis de indutora e executora dessa política. Assim, houve a criação do Sistema Penitenciário Federal (SPF) no ano de 2006, que, hoje, conta com cinco unidades instaladas. Anos depois, houve a fundação de novo arranjo institucional em âmbito federal, a Força Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) ou a Força de Cooperação Penitenciária (FOCOPEN). Entre os estados em que houve a FTIP, chama a atenção o Rio Grande do Norte, notadamente, por contar com uma unidade do SPF instalada em Mossoró, inaugurada em 2008, pela ocorrência de grave crise no sistema prisional, em 2017 conhecida como “o massacre de Alcaçuz” e, mais recentemente, em 2023, grave crise dentro e fora de presídios no mencionado estado. Nesse cenário, o SPF parece apresentar certa pretensão a figurar como paradigma do sistema prisional brasileiro e ter seu modelo de governança disseminado por meio de FTIP. Assim, está delimitado o tema de pesquisa, com o fim de, partindo da premissa de que o SPF busca apresentar-se como paradigma de governança do sistema prisional brasileiro, promover a análise de impactos da FTIP na política pública prisional do Rio Grande do Norte. O problema de pesquisa questiona quais são os impactos produzidos pela Força Tarefa de Intervenção Penitenciária como arranjo institucional, para disseminar o modelo de governança do Sistema Penitenciário Federal na política pública prisional do estado do Rio Grande do Norte. A hipótese é a de que a FTIP busca disseminar o modelo de governança do Sistema Penitenciário Federal para os estados e que, no caso específico do Rio Grande do Norte, produziu impactos positivos na política pública prisional local, mas que não impediram a eclosão de novos episódios críticos na segurança pública e no sistema prisional. Sobre metodologia, é adotada a abordagem eminentemente empírica, com o fim de identificar os impactos da FTIP na política pública penitenciária do estado do Rio Grande do Norte. Assim, pretende-se realizar pesquisa qualitativa e quantitativa, para investigar os impactos dos arranjos institucionais já documentados na literatura, identificar e buscar informações diretamente com atores envolvidos na implementação da política pública,

acerca dos principais impactos percebidos e decorrentes da criação do SPF e das FTIP. Por fim, pretende-se verificar empiricamente os impactos da FTIP identificados por meio da coleta e da análise de atos normativos, atos administrativos, dados quantitativos, fluxo dos processos, requerimentos judiciais e administrativos etc., no contexto fático específico do estado do Rio Grande do Norte.

Palavras-Chave: FTIP; sistema penitenciário federal; impactos.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ANÁLISE ACERCA DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA DESENVOLVIDA PELO TJDFT COMO ALTERNATIVA PENAL

Izabel Messias Vasconcelos – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
adv.izabel@gmail.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

Trata-se de pesquisa acerca da política pública desenvolvida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, que aplica a justiça restaurativa como alternativa penal na resolução de conflitos decorrentes dos crimes de menor potencial ofensivo, com vistas à pacificação social. O objetivo geral do projeto de pesquisa é compreender o conjunto de práticas do Programa de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, no sentido de confrontá-lo com o arcabouço doutrinário que embasa a principiologia e a filosofia da justiça restaurativa, entendida como conjunto próprio de princípios e técnicas capazes de proporcionar o atendimento adequado e seguro às pessoas que se envolvem em evento delituoso como vítima, ofensor ou membro da comunidade direta ou indiretamente atingida, com vistas a aferir sua efetividade como método alternativo ao direito penal nos crimes de menor potencial ofensivo encaminhados. Os objetivos específicos são: pesquisar e analisar o arcabouço doutrinário que norteia e fundamenta a justiça restaurativa; confrontar o conjunto normativo da justiça restaurativa do TJDFT com a doutrina especializada; verificar se a metodologia utilizada nas intervenções restaurativas do TJDFT, isto é, a mediação entre vítima, ofensor e comunidade, é adequada para a intervenção restaurativa no Poder Judiciário; elencar os prós e os contras eventualmente identificados e relacionados à metodologia utilizada; identificar se os elementos estruturantes da intervenção restaurativa contribuem para atender a vítima, minimizar a reincidência criminal e promover a pacificação social; investigar a efetividade da intervenção por meio de pesquisa empírica, considerando quesitos, como restauração de relacionamentos rompidos, empoderamento dos envolvidos, não reincidência, maior conscientização sobre as consequências do fato crime, melhor visão do jurisdicionado em relação à justiça etc.; pontuar eventuais falhas observadas no programa, de modo a contribuir com o seu aperfeiçoamento. O estudo desenvolve-se em, no mínimo, três pontos. O primeiro tem por objetivo primordial uma pesquisa empírica com os principais atores da política, isto é, juízes, coordenadores, supervisores, facilitadores, e os usuários do sistema, a fim de colher mais informações acerca do impacto que a intervenção pode proporcionar aos jurisdicionados. O segundo ponto objetiva realizar uma revisão bibliográfica dos principais autores que tratam do tema e das principais obras científicas produzidas nos últimos cinco anos, especialmente as voltadas ao estudo sobre o Distrito Federal, se

houver. A finalidade é confrontar tal conhecimento com o modelo adotado pelo TJDFT e verificar a adequação à doutrina e os eventuais aspectos de melhoria. Após esta fase, o terceiro ponto busca averiguar a existência de eventuais propostas de leis que tratem da justiça restaurativa e possíveis discussões parlamentares e se há intenção de dar maior segurança jurídica a tais intervenções. Acredita-se que tais métodos sejam viáveis e adequados para produzir as respostas às indagações propostas.

Palavras-Chave: resolução de conflito; alternativa penal; pacificação social; autor; vítima.

O ARRANJO INSTITUCIONAL DA *ACCOUNTABILITY* DE UNMEM EM OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DE PAZ: UM ESTUDO SOBRE EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL À LUZ DO DIREITO OPERACIONAL

Paula Coutinho Bahia de Souza – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
paula.bahia@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

A *accountability* individual nas operações de manutenção de paz (Peacekeeping Operations – PKO) enfrenta uma dificuldade de institucionalização diante do contexto internacional em que se apresenta. A Organização das Nações Unidas (ONU) conduz operações de manutenção de paz em países que vivem em crises internas, com constantes e graves violações de direitos humanos, entre elas, as que ofendem a liberdade e a dignidade sexual. Para o desenvolvimento das missões, a fim de promoção do direito à paz, a ONU emprega civis e militares desdobrados como tropas ou especialistas em missão (UNMEM). Tais profissionais, eventualmente, são acusados da prática das denominadas falhas de conduta graves. Não obstante, a regulamentação da apuração dos fatos praticados pelo denominado UN Personnel apresenta uma dificuldade de compreensão do seu desenho institucional, o que ocasiona falhas na prestação de contas e na aplicação de sanções (*accountability*). A carência de *compliance* e a impunidade impactam a legitimidade e a confiabilidade da atuação da própria Organização. Nesse sentido, o trabalho visa definir o arranjo institucional da *accountability* de militares desdobrados como UNMEM em relação à imputação de fatos classificados como exploração e abuso sexual, com foco inicial na apreciação da jurisdição. Para tanto, entende-se que a análise deverá partir do estudo do direito operacional, disciplina que congrega a aplicação dos ramos do direito inerentes às operações militares. O problema de pesquisa é como o direito operacional poderá promover a *accountability* individual em situações de exploração e abuso sexual imputadas a militares brasileiros desdobrados na qualidade de UNMEM, em missões de paz. Trabalha-se com a hipótese inicial de que o direito operacional permite o desenho de um arranjo institucional capaz de definir a jurisdição para o processamento e o julgamento de militares brasileiros desdobrados como UNMEM em PKO. A metodologia empregada toma por base a abordagem de direito e políticas públicas, e utiliza-se a revisão bibliográfica e a pesquisa documental por meio da investigação jurídico-interpretativa e propositiva. Aplica-se o quadro de referências e o de problemas, estudados por Dallari Bucci, para definir o estágio atual e atingir ao objetivo proposto.

Palavras-Chave: *accountability*; direito operacional; exploração e abuso sexual; políticas públicas.

O CAPITALISMO DA VIGILÂNCIA E A DEMOCRACIA

Humberto Barbosa da Silva Leite – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
humberto.leite@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A sociedade saiu da era da informação para a da desinformação. No "capitalismo da vigilância", ou seja, o lucro com rastreamento, armazenamento de dados e monitoramento "infinito" de tudo o que todos que navegam na internet fazem, a política e a cultura são moldadas por algumas *big techs*, mas a maioria das pessoas não percebe. As ferramentas criadas começaram a desequilibrar a democracia, as relações e o funcionamento da sociedade. Por sua vez, as *big techs* só se preocupam em como prender a atenção dos usuários em suas plataformas, sem pensar nos impactos. Assim, mudanças políticas, sociais e de pensamento, no mundo, inspiram pensadores a defender que o modelo de democracia constitucional vigente sinaliza seu fim próximo, o que é catalisado quando se analisam fatores sociais ligados à tecnologia de análise de dados, à inteligência artificial e à manipulação digital das massas. Muito é discutido acerca da democracia em si mesma como um valor, mas talvez seja preciso amadurecer o sentido de democracia como procedimento a ser utilizado para evitar os abusos de autoridade e aprimorar os governos de forma pacífica e consensual. Não é possível falar de democracia, sem pensar em política. No século XX, o próprio sentido da política e a sua relação com a sobrevivência do ser humano foram objeto de reflexão. A política é muito importante, mas, a cada dia, perde mais o respeito e o apoio das sociedades e é considerada como nociva e um mal necessário, incurável e de alto custo que precisa ser tolerada, mas gasta muita energia mental e recursos materiais. É nesse cenário político e nessa sociedade digitalizada que o Estado exerce duas importantes funções: a produção das leis que materializam o direito e a revisão judicial. Este artigo sugere aplicar a teoria do diálogo e a racionalidade legislativa como meios de melhorar a formação do direito no Estado, diminuir a crise e creditar a política.

Palavras-Chave: capitalismo da vigilância; democracia; diálogo; racionalidade legislativa.

O CONTEÚDO NORMATIVO DO PRINCÍPIO DA JURIDICIDADE ADMINISTRATIVA PARA A CONCRETIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ivon Jorge da Silva – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
ivon.jorge@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A dissertação de mestrado analisa as normas possíveis de serem extraídas diretamente pela administração pública, a partir do princípio da juridicidade administrativa, com o fim de concretizar políticas públicas no âmbito do neoconstitucionalismo. Percorre, para esse fim, a evolução do princípio da legalidade na administração pública e a tensão gerada entre a legalidade e a juridicidade, com o advento do pós-positivismo e busca identificar o conteúdo jurídico da juridicidade. Então, analisam-se por amostragem as posições do Supremo Tribunal Federal sobre a juridicidade administrativa. Por meio de uma pesquisa hipotético-dedutiva e a partir de uma abordagem jurídico-dogmática, é identificado na administração pública brasileira o caminho percorrido pelo princípio nos modelos de administração patrimonialista, burocrática e gerencial, indo desde a legalidade estrita, onde o administrador somente podia fazer aquilo que a lei autorizava, até chegar ao momento atual. Assim, a partir do estudo das doutrinas do pós-positivismo e do neoconstitucionalismo como expressões do Estado constitucional de direito, chega-se à conclusão de que, na administração pública, sobretudo quando do exercício da função atípica de decisão jurídica no caso concreto, o princípio da legalidade cede lugar ao da juridicidade, para o qual é apresentado um sentido, como uma mitigação ou uma evolução, sendo essa uma das consequências do reconhecimento da força normativa da Constituição. Por fim, aponta-se que essa evolução ou mitigação do princípio da legalidade na administração deve ter como objetivo a realização de direitos fundamentais aos administrados.

Palavras-Chave: administração pública; princípio da legalidade; princípio da juridicidade; estado constitucional de direito; força normativa da constituição.

O CONTROLE EXTERNO NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS DE CAPITAL ABERTO: A INFLUÊNCIA CONTRATUAL E OS FENÔMENOS SOCIAIS EXTRASSOCIETÁRIOS

Matheus da Rocha Spiegel Bastos Pavetits – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
advmatheusbastos@gmail.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, também conhecida como a Lei das Sociedades Anônimas, modernizou o mercado de capitais e estimulou a concentração empresarial no Brasil. O controle nas sociedades anônimas ou nas companhias é o poder de influenciar o processo decisório ou determinar o funcionamento da atividade empresarial. Entre as formas de controle, a mais conhecida no mundo societário é o exercido pelo próprio acionista, o controle intrassocietário, previsto na Lei das S.A. Embora não haja previsão expressa do controle extrassocietário, observa-se que, dada a situação concreta, o controle da companhia poderia ser exercido por um não acionista ou por outros meios que não seja o exercício de voto direto nas deliberações. Diante disso, a pesquisa a ser desenvolvida busca analisar se fatores extrassocietários, como contratos firmados junto a terceiros e movimentos sociais, podem reduzir significativamente o âmbito de atuação das sociedades empresariais, condicionando as formas de decisão, impondo efetivo controle externo, o extrassocietário, sobre a companhia, apesar de o artigo 116 da Lei nº 6.404/1976 indicar a qualidade de acionista como elemento indispensável para a configuração do controle além de suas hipóteses e não prever o controle externo. A metodologia adotada é, principalmente, a pesquisa bibliográfica, abordando doutrinas clássicas de direito empresarial. Ademais, pretende-se realizar a análise de casos concretos de tomadas de decisão de companhias abertas que poderiam reafirmar as influências externas, o controle extrassocietário, contratuais ou sociais nos processos de decisões das sociedades anônimas.

Palavras-Chave: sociedade anônima; controle societário; controle extrassocietário; relações contratuais e fenômenos sociais; poder de controle.

O DEBATE ENTRE O STF E A JUSTIÇA DO TRABALHO QUANTO À TERCEIRIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: CAMINHOS PARA SOLUÇÃO DE UMA CONTROVÉRSIA INACABADA E INCONCLUSA

Carlos Eduardo Toniolo Silva – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
carlostoniolo@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.br

O presente estudo busca problematizar a seguinte situação: no contexto dos debates jurídicos quanto à chamada "terceirização" do mercado de trabalho, as decisões do STF têm gradativamente superado o entendimento consolidado pelo TST nas últimas décadas. Diante desse contexto, pergunta-se se as soluções apresentadas pelo STF para esse problema social e econômico têm pacificado o assunto, colocando um ponto final ao debate. Diante do questionamento a respeito das soluções jurídicas apresentadas pelo STF para o problema social e econômico da chamada "terceirização" do mercado de trabalho e se tais soluções teriam pacificado o assunto, a presente pesquisa aponta a hipótese de que tal pacificação tem sido alcançada apenas de modo parcial. Nesse contexto, investiga-se a possível solução sobre que a resistência de magistrados trabalhistas em acatar o entendimento do STF é assunto a ser resolvido pela instância máxima dessa justiça especializada – TST. Um elemento fundamental para que o TST possa orientar eventual estratégia a respeito é mensurar a dita resistência. Parte significativa desses dados estão registrados pelo STF. Assim, seria fundamental existirem acordos de cooperação técnica entre o TST e o STF, para esse fim. Na busca de respostas ao problema proposto e da possível comprovação da hipótese sugerida, o presente estudo adota a metodologia qualitativa e quantitativa. Como procedimento, é feita a revisão bibliográfica e a análise de documentos sobre o estado de arte existente, a fim de definir, com clareza, os conceitos empregados na pesquisa. No intuito de mensurar a resistência de parte da magistratura trabalhista em face das posições do STF, quanto ao tema "terceirização", é feito um levantamento quantitativo com coleta de dados sobre o número de reclamações constitucionais ajuizadas por tema. Diante dessa evidência empírica, a revelar assimetria entre órgãos superiores do Poder Judiciário, é feita uma investigação construtiva da verdade em relação ao tópico em questão.

Palavras-Chave: terceirização; STF; jurisprudência trabalhista; precedentes.

O DIREITO DO CÂNHAMO INDUSTRIAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA REGULAÇÃO E DE SEUS EFEITOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS

Leonardo Henkes Thompson Flores – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
leonardo@thf.adv.br
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.amin@afctf.adv.br

A dissertação aborda a regulação do cânhamo industrial no Brasil e seus impactos socioeconômicos e ambientais. Explora-se o marco regulatório, o potencial econômico, os benefícios ambientais e as contribuições para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Analisam-se estudos de caso internacionais, e propõem-se recomendações para o desenvolvimento sustentável do setor no país.

Palavras-Chave: cânhamo; economia; regulação; sustentabilidade; meio ambiente.

O DIREITO FUNDAMENTAL À SEGURANÇA CLIMÁTICA E A SUA EFETIVIDADE

Carlos Nestor Lima Passos da Silva Júnior – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
carlos.passos@agu.gov.br
Márcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A ciência tem alertado sobre o aquecimento do globo em razão das emissões antrópicas de gases intensificadores do efeito estufa. Esse quadro, se não revertido pela humanidade, coloca em risco o meio ambiente e a vida de futuras gerações. Diante de acordos internacionais sobre o tema e a Constituição brasileira, questiona-se se seria possível aduzir que existe um direito fundamental à segurança climática. Se positiva a resposta, indaga-se se esse direito fundamental tem sido efetivo. O objetivo da pesquisa consiste em perquirir, por meio de análise exploratória bibliográfica e pelo método dedutivo, as respostas para as referidas preguntas, suscitando como hipótese que há o direito fundamental humano à segurança climática, porém de fraca eficácia no Brasil e no mundo.

Palavras-Chave: aquecimento global; segurança climática; direito fundamental; efetividade.

O *HABEAS CORPUS* NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A VALORAÇÃO DA PROVA ILÍCITA: UMA ANÁLISE EMPÍRICA

Rayssa Martins Escosteguy – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
rayssamartins@armadvocacia.adv.br
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.bounocore@ceub.edu.br

A ilegalidade probatória no processo penal merece especial tratamento de modo que a sua exclusão é uma tarefa jurisdicional, a qual pode ocorrer inclusive "ex officio", em razão da inadmissibilidade dessa prova. Entre os mecanismos de tratamento processual da ilegalidade probatória, muito se tem utilizado o *habeas corpus*, por ser um procedimento célere e sumário, capaz de impedir a ilegalidade ou a inconstitucionalidade passível de constituir violação à liberdade. Ocorre que, com o aumento da sofisticação dos crimes, passou-se à necessidade de produção probatória por meio de buscas e apreensões, interceptações telefônicas, quebras de sigilos bancário e fiscal, ou seja, provas complexas. Porém, quando se verifica a existência de ilicitude em uma dessas provas complexas, motivadoras de impetração do remédio constitucional, muito se tem visto nos tribunais, como argumento para o não conhecimento do *habeas corpus*, a alegação de impossibilidade de dilação probatória. Entretanto, a utilização dessa jurisprudência defensiva vai de encontro à garantia ao direito fundamental, pois a prova pré-constituída deve ser analisada para verificar se existe ou não ilicitude probatória no processo penal, tendo em vista que a dilação probatória é diferente da análise da prova pré-constituída. Nesse sentido, o trabalho busca pesquisar se, no julgamento de habeas corpus que alegue a existência de prova ilícita, o Supremo Tribunal Federal tem confundido a dilação probatória com a análise da prova pré-constituída. Assim, o objetivo é coletar decisões com o marco temporal de janeiro de 2018 a dezembro de 2023, para verificar se a hermenêutica realizada pela Suprema Corte tem violado a garantia individual do *habeas corpus* quando utilizada a jurisprudência defensiva de impossibilidade de dilação probatória. Ao analisar os argumentos de prova ilícita, é realizada a análise crítica das mencionadas decisões judiciais proferidas.

Palavras-Chave: *habeas corpus*; dilatação probatória; jurisprudência defensiva.

O JULGAMENTO EM AMBIENTE ELETRÔNICO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOB A PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA, DA TRANSPARÊNCIA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Rodrigo Déde de Castro Leite – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
rodrigo.dede@sempreceub.com.br
Jefferson Carlos Carús Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O tema da pesquisa consiste em examinar o julgamento de processos em meio eletrônico. A adoção massiva desse modelo suscita a necessidade de verificar a transparência e a eficiência do procedimento de julgamento, além do atendimento ao devido processo legal e consectários, o que se propõe fazer pela avaliação do modelo adotado pelo STF. O julgamento em meio eletrônico não é tema pacífico e desperta acirradas críticas, especialmente sobre a aparente carência de mecanismos que favoreçam a interação entre os atores processuais. É possível extrair do contexto de algumas críticas lançadas contra o julgamento não presencial a desconfiança a respeito desse modelo de julgamento que consubstanciaria mecanismo de generalização das decisões judiciais voltado apenas à redução de acervo processual, no qual os julgadores não teriam completo conhecimento dos processos em julgamento. Assim, o devido processo legal seria meramente formal, e as partes processuais não atuariam na convicção dos julgadores, sendo surpreendidas, ao final, com o resultado do julgamento. Deve-se avaliar se a migração para esse novo modelo de julgamento e a busca por celeridade e eficiência judicial têm sacrificado o devido processo legal e seus corolários e a transparência dos atos estatais. A pesquisa busca verificar a eficiência do julgamento não presencial em ambiente eletrônico conduzido pelo STF, sob a perspectiva da transparência dos julgamentos e do cumprido ao devido processo legal. Busca-se saber se a transição do modelo presencial de julgamentos para uma plataforma semipresencial ou virtual cumpre o devido processo legal, a eficiência e a transparência ao processo de julgamento. O objetivo geral do trabalho é descrever e avaliar o modelo de julgamento em meio eletrônico empregado pelo STF. Os objetivos específicos são: detalhar os mecanismos da plataforma de julgamento eletrônico do STF; revisar os atos normativos que disciplinaram esse modelo de julgamento, para avaliar a evolução normativa que rege a matéria, a fim de detectar a propensão ao aprimoramento desse sistema; analisar qualitativamente decisões proferidas em julgamento não presencial, na amostra estabelecida e apurar o maior ou menor grau de participação das partes processuais no julgamento; analisar quantitativamente a participação dos julgadores nas votações de processos de outros ministros relatores. A pesquisa promove uma abordagem quantitativa sobre a eficiência desse modelo e prossegue com a avaliação do fluxo de

julgamento, para identificar se ele se desenvolve de forma transparente e se as partes e os julgadores têm conhecimento adequado sobre suas etapas. Por fim, é avaliado se as partes processuais dispõem de mecanismos ao exercício da ampla defesa e do contraditório, prosseguindo para uma abordagem qualitativa das decisões proferidas, de modo a aferir o atendimento ao devido processo legal substancial. A pesquisa responde ao problema formulado, apresentando conclusões sobre o emprego da nova forma de julgamento.

Palavras-Chave: julgamento virtual; STF; eficiência; transparência; devido processo legal.

O MARCO LEGAL DA INOVAÇÃO (LEI 13.243/16 – DECRETO 9.283/18) E SUA CARGA NORMATIVA INSUFICIENTE NA PROMOÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EFETIVA

Elisabete Ribeiro Alcântara Lopes – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
Elisabete.alcantara@gmail.com
Liziane da Silva Paixão – CEUB, professora orientadora
Liziane.oliveira@ceub.Edu.br

Os avanços tecnológicos mudam, a todo momento, a forma de produzir e de fazer negócios, e novas tecnologias, como nanotecnologia, automação, robótica, biotecnologia, tecnologia da informação, modificam completamente a sociedade. Há cada vez maior competição em nível mundial. Por sua vez, os grandes desafios nacionais, como baixo crescimento, desajuste fiscal, baixa produtividade, alto desemprego, entre outros, reforçam a necessidade de um sistema de inovação tecnológica pujante que ajude a promover o crescimento econômico e social. Diante desse contexto, o presente projeto revela-se útil na medida em que, caso comprovadas as hipóteses identificadas, ou seja, as lacunas normativas apontadas, abre-se ao poder público relevante instrumento para que esforços sejam envidados, de modo a sanar o déficit legislativo. Vale ressaltar que relacionar o desenvolvimento econômico à inovação é um assunto tratado há décadas. De acordo com a reconhecida teoria da destruição criativa, o fato de criar algo novo e melhor, que destrói o que já está estabelecido, permite a promoção de ciclos de desenvolvimento econômico. No entanto, o ato de inovar requer um conjunto de habilidades e capacidades que, em conjunto, geram um ambiente favorável à inovação que garanta as condições ideais, como investimento, capital humano, infraestrutura e, sobretudo, um arcabouço jurídico que responda às necessidades de demandas cada vez mais concretas, ao mesmo tempo em que se abra e atualize-se aos incrementos tecnológicos. Com isso, o Marco Legal de Ciência Tecnologia e Inovação adequado, sem os sobressaltos de lacunas normativas, diminui sensivelmente o grau de incerteza da atividade inovadora. Trata-se de política pública voltada para o desenvolvimento tecnológico e o sistema inovador do país, algo essencial ao estímulo do espírito empreendedor e da atuação privada. Posto isso, verifica-se a necessidade da presente pesquisa. Há de considerar-se que a inovação funciona como uma mudança de cunho radical que se justiça por fins estratégicos, estruturais, humanos, tecnológicos, culturais, políticos e de controle, sendo um processo custoso com grandes benefícios para a sociedade, mas com muito risco para os investidores privados. A maior ou menor conformidade do sistema jurídico e regulatório pode ensejar o sucesso ou o fracasso da atividade inovadora. Seu impacto movimenta a vida das empresas, define a eficiência dos instrumentos de financiamento e dos meios de cooperação entre empresas e

universidades, além de interferir na dinâmica das relações de trabalho e nos processos de pesquisa e desenvolvimento.

Palavras-Chave: marco legal; inovação tecnológica; sistema jurídico.

O *OPEN FINANCE* NO BRASIL E O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Diana Loureiro Maciel de Moura – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
dianalmm@hotmail.com
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

Trata-se de pesquisa sobre a adequação da regulação do *open finance* no Brasil ao direito à proteção de dados pessoais. Este direito encontra-se precipuamente disciplinado na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. O *open finance* trata de iniciativa do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional, que tem por base a titularidade dos dados pessoais pelo cliente a quem eles se referem e consiste em sistemática que visa a concretizar esse direito no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro, permitindo que seu titular possa decidir como pretende usar esses dados, para auferir benefícios patrimoniais daí decorrentes. É necessário, no entanto, que o *open finance* seja compatível com os ditames da proteção de dados pessoais, de modo que seus benefícios não venham a ser superados por eventuais danos à personalidade de seus titulares. Além disso, é salutar que seus potenciais benefícios possam ser aproveitados na maior e melhor medida possível. Nesse diapasão, entende-se oportuno e necessário investigar se o *open finance*, na forma como atualmente é regulado no Brasil, com seus objetivos, regras, salvaguardas de segurança, entre outros aspectos, encontra-se adequado ao direito fundamental à proteção de dados pessoais e, mais especificamente, aos princípios e às regras para tratamento de dados pessoais estabelecidos na LGPD. Mais que isso, pretende-se verificar se, na forma de sua regulamentação, o *open finance* brasileiro faz uso de todo o seu potencial para promover o empoderamento do titular de dados pessoais e, consequentemente, contribui para o desenvolvimento da autodeterminação informativa e econômica de seu titular no âmbito do SFN e do SPB. Diante disso, a pesquisa proposta busca responder sobre se a regulação do *open finance* no Brasil é compatível com o direito à proteção de dados pessoais e tem aptidão para concretizar os potenciais benefícios desse direito a seus titulares.

Palavras-Chave: *open finance*; dados pessoais; titular.

O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E AS EMENDAS DE RELATOR: O CASO DE DESVIOS DE RECURSOS PÚBLICOS EM UM MUNICÍPIO DO MARANHÃO

Ana Paula de Meneses Roza – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
ana.roza@sempreceub.com
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

As emendas de relator são um instrumento de destinação de recursos para a área de saúde. Em 19/12/2022, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu declarar a inconstitucionalidade das indicações de despesas por deputados e senadores para o chamado *orçamento secreto*. Trata-se de um exemplo disfuncional da utilização de recursos oriundos de emendas de relator, a demonstrar que a falta de controle da alocação do repasse público pode trazer prejuízos a sociedade. É o caso da cidade de Igarapé Grande (MA), em que a CGU e a PF, na Operação Quebra Ossos, investigam a inserção de dados falsos, com o intuito de aumentar o repasse de recursos provenientes de emendas parlamentares. A sujeição ao dever da transparência e de prestar contas precisa alcançar as emendas de relator para a manutenção da estabilidade da gestão pública e prevenir desvios de recursos públicos, garantindo a qualidade dos serviços públicos oferecidos pelos municípios. Esta pesquisa propõe-se a estudar o desvio de recursos públicos de emendas de relator por meio de revisão bibliográfica, da legislação infralegal e supralegal, com base em dados públicos de sites de transparência pública.

Palavras-Chave: transparência; emendas de relator; desvio de recursos públicos; prestação de contas; *accountabilitty*.

O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: UMA ABORDAGEM SOBRE A REVISÃO JUDICIAL (*JUDICIAL REVIEW*) À LUZ DAS TEORIAS DE RONALD DWORKIN E JEREMY WALDRON

José Henrique Borges de Campos – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
henriqueborges.advocacia@gmail.com
Patrícia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

A revisão judicial (*judicial review*) dos comandos legislativos, que permite aos magistrados ou aos órgãos colegiados a análise da compatibilidade de uma lei ou um ato normativo perante a Constituição, passou a integrar, de modo genérico, nosso ordenamento desde 1891 e advém do abandono, durante o período denominado República Velha (de 1889 a 1930), do padrão francês de organização política do Império, em que cabia ao Legislativo e ao Imperador, de modo exclusivo, realizar a interpretação, a suspensão e a revogação das normas constitucionais. Essa prática foi suplantada pela adoção do modelo estadunidense, despontado após o julgamento do célebre caso Marbury *versus* Madison, cuja decisão permitia ao Judiciário reconhecer a inconstitucionalidade de uma norma caso fosse vulnerável à Constituição. Feitas tais considerações sobre a introdução do controle de constitucionalidade em nosso sistema, que se desenvolveu e atingiu seu ápice na Constituição de 1988, cumpre o esclarecimento de que a escolha dos referidos autores se dá em virtude de eles terem travado proveitoso debate, no campo da teoria do direito, sobre o papel dos Tribunais no arranjo democrático e a possibilidade de suas decisões se sobreporem aos comandos emanados pelos outros dois Poderes. Ademais, outro fator importante que depõe sobre a possibilidade de descrever, com clareza, as divergências entre os dois autores reside no fato de eles concordarem em diversos aspectos, como, por exemplo: a insuficiência do positivismo tradicional; a possibilidade ou a necessidade de uma teoria jurídica liberal-democrática; a natureza interpretativa e argumentativa do direito. Porém, ambos discordam em relação à melhor ideia do que seria democracia e, principalmente, sobre qual é o papel de atuação do Poder Judiciário nesse cenário. Por isso, é sobre o entendimento das reais discordâncias entre os autores e a estrutura teórica que serve de base para sustentar as diferentes conclusões no que concerne à revisão judicial e ao papel do direito que reside o recorte a ser debruçado na pesquisa. Corroborando a ideia central da pesquisa, acredita-se que, para que haja completo entendimento das posições de um dos autores, faz-se necessário o contraste com as do outro. No que diz respeito à importância do tema, a relevância de melhor entendimento sobre o *judicial review* é clara, pois, inegavelmente, apesar de algumas fundadas críticas, constitui importante e eficaz meio para a concreção de direitos e garantias fundamentais. Desse modo, entende-se que, com a contraposição dos

desacordos apresentados pelos autores, será possível melhor entendimento, em última instância, do direito, da democracia e de seus reflexos na organização do Estado.

Palavras-Chave: *judicial review*; democracia; teoria do direito; filosofia do direito.

O PROCESSO ESTRUTURAL EM MATÉRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO PARA FORTALECIMENTO DO DIÁLOGO INSTITUCIONAL ENTRE OS PODERES

Gustavo Ferreira Alves – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
gustavofalves@hotmail.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A presente dissertação tem por finalidade buscar fundamentação teórica sobre o fortalecimento dos diálogos institucionais, o que se pretende fazer mediante a utilização do processo estrutural em matéria de políticas públicas, pelo Poder judiciário. Deixando o poder público de implementar as políticas públicas relevantes e necessárias, transfere-se ao Poder Judiciário o papel de efetivação desses direitos, o que interfere, diretamente, na tomada de decisão dos outros poderes. Essa crescente judicialização muda os papéis dos Poderes do Estado, porquanto a sindicabilidade das políticas públicas pode retirar o foco do Poder Executivo e do Poder Legislativo e passá-lo ao Poder Judiciário. Sendo o processo um instrumento para a solução imperativa de conflitos, valendo-se, pois, das técnicas processuais existentes, busca-se resolver a situação concretamente apresentada por meio da decisão judicial, abrangendo, basicamente, o postulante, na maioria das vezes, de forma individual, e o poder público. Esse procedimento aparece, então, como uma solução, buscando redesenhar as estruturas processuais clássicas e permitir que os sujeitos envolvidos alcancem uma solução para a situação posta. Dessa forma, o estudo do processo estrutural coloca-se como uma ferramenta relevantíssima para a solução da implementação das políticas públicas, por meio do Poder Judiciário, apresentando instrumentos capazes de direcionar não só a implementação, mas também a efetivação da política questionada. Ademais, pode-se argumentar que o desenvolvimento de suas técnicas e institutos permite um diálogo entre os atores do processo, quais sejam, o juiz, as partes, os demais Poderes do Estado e a sociedade, sendo ponto fundamental para encontrar a solução adequada para a resolução do problema estrutural, envolvendo a implementação de políticas públicas. Ademais, o diálogo institucional entre os Poderes pode evitar uma crise política e judicial, a partir do momento em que se apresentam como mecanismo as características do processo estrutural como meio de estreitamento dessa relação. Diante desse modelo específico de processo utilizado para o cumprimento da decisão judicial, com a verificação do problema estruturante em matéria de políticas públicas, encontra-se o cenário para análise do possível vetor de fortalecimento do diálogo institucional entre os Poderes. Caso esses padrões identificados sejam estabelecidos, pode-se evitar a judicialização de demandas relacionadas à implementação de políticas públicas diante do fortalecimento do diálogo entre as instituições, permitindo-se a solução no plano administrativo, também por uma visão

estrutural. Estabelecidas as premissas necessárias, passa-se, então, ao aprofundamento do tema com a análise dos elementos que permitirão, por meio do processo estrutural, em matéria de implementação de políticas públicas, o fortalecimento do diálogo institucional entre os Poderes.

Palavras-Chave: processo estrutural; diálogos; políticas públicas.

O SISTEMA JURÍDICO DAS EMPRESAS ESTATAIS EXPLORADORAS DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Edinei Silva Teixeira – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
edineisteixeira@terra.com.br
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A escolha do tema para a presente pesquisa decorre de uma inquietação sobre as dificuldades concretas enfrentadas pelas SEM, sobretudo, em razão de uma interpretação equivocada do TCU sobre as peculiaridades inerentes à natureza dessas companhias, por vezes, tratando-as como se fossem integrantes da Administração Pública direta e, consequentemente, aplicando-lhes o regime jurídico próprio de pessoas jurídicas de direito público. Dessa forma, ao, praticamente, ignorar a natureza híbrida e atípica dessas entidades – ao invés de exercer fiscalização e controle em prol do bom uso dos recursos e dos interesses das referidas companhias e, assim, imprimir maior eficiência e economicidade nas atividades por elas exercidas – o TCU profere decisões que acarretam prejuízos de ordem econômico-financeira, mormente, se se levar em consideração a relação com os seus concorrentes. Em razão disso, verifica-se na prática, também, um ambiente de temor por parte dos administradores em decidir os rumos dos negócios das companhias, decorrente da exacerbada ingerência dos órgãos controladores, de tal modo que os gestores, ao invés de focalizarem a gestão, no mais das vezes, atuam na defensiva, buscando proteger-se de eventual responsabilização futura. Em razão desse contexto e dessa inquietação, a presente pesquisa visa, sobretudo, propor a ideia da existência de verdadeiro "sistema jurídico das estatais", fundamentado em comando constitucional (art. 173, §1º) e suas regulamentações específicas (principalmente a Lei n. 13.303/2016 e o Decreto n. 8.945/2016) – e nas boas práticas de governança (normas de governança corporativa) – com o intuito de sensibilizar e, sobretudo, provocar uma mudança de atitude por parte do TCU no âmbito de suas fiscalizações relacionadas a empresas da espécie. Isso evitaria ou mitigaria eventuais excessos do controle que tanto prejudicam as SEM no mercado concorrencial em que atuam.

Palavras-Chave: estatais; sistema jurídico; reconhecimento.

PRECEDENTES JUDICIAIS E COVID-19: O SUPREMO E A TÉCNICA DA DISTINÇÃO DE PRECEDENTES EM TEMPOS DE ANORMALIDADE

Ana Luíza de Sousa Facchinetti – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
analuiza.facchinetti@sempreceub.com
Patrícia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

O trabalho pretende perquirir em que medida as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) tomadas em processos relacionados à pandemia de covid-19 divergiram de precedentes da própria corte, relativos a período de normalidade e investigar o(s) critério(s) adotado(s) pelo tribunal para aplicação da técnica da distinção nesses casos. O problema de pesquisa substantiva-se a partir do questionamento sobre qual(is) é (são) o(s) critério(s) adotado(s) pelo STF para a aplicação da técnica da distinção, para excepcionar precedentes da normalidade em julgamentos relacionados à pandemia de covid-19. Assim, o trabalho busca propor uma metodologia de aplicação da técnica da distinção entre precedentes, em etapas argumentativas, a partir da análise da técnica aplicada pelo STF, por ocasião da distinção dos seus próprios precedentes, em relação a julgamento de questões semelhantes, no contexto da pandemia. A hipótese que se mostra como suposta, provável e provisória resposta ao problema de pesquisa é a de que, na aplicação da técnica da distinção para excepcionar precedentes da normalidade em julgamentos relacionados à pandemia de covid-19, o STF teria adotado dois critérios, quais sejam, o de criação de uma exceção à *ratio decidendi* e o de interpretação restritiva da *ratio decidendi*, a depender do caso concreto submetido à sua apreciação. A intuição quanto à hipótese deu-se a partir do exame inicial e superficial do material colhido pelo grupo de pesquisa Cortes Constitucionais, Democracia e Direitos Humanos (CCDDH), coordenado pela orientadora, a professora Patrícia Perrone Campos Mell, pois, a partir do material levantado pelo grupo, observou-se que, de fato, o STF flexibilizou alguns dos seus próprios precedentes relativos a período de normalidade, tendo deixado de aplicar a correspondente *ratio decidendi* no julgamento de conflitos relativos à pandemia, em razão de peculiaridades decorrentes da crise. A pesquisa científica justifica-se a partir da identificação de uma lacuna científica quanto ao tema sobre o qual ora se pretende discorrer. Do estudo sobre o estado da arte quanto à teoria dos precedentes judiciais, observou-se que grande parte da produção acadêmica se concentrou em estabelecer critérios de aplicação das técnicas de operação com precedentes *ratio decidendi* (ou *holding*), *obiter dictum*, *distinguishing* e *overrruling*. Porém, menor ênfase foi dada à análise do critério adotado pelo STF para a não aplicação dos seus próprios precedentes a processos relacionados à pandemia de covid-19. Com efeito, aproveitando-se desse *gap*

científico, vislumbra-se a possibilidade de contribuição em direção ao avanço do conhecimento sobre o assunto.

Palavras-Chave: precedentes; STF; distinção; covid-19.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O DEVER DE AUTOCONTENÇÃO

Russielton Sousa Barroso Cipriano – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
russielto.barroso@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O termo "ativismo judicial" foi galgado primeiramente em um artigo do historiador Arghur Schlesinger Jr., intitulado *The Supreme Court: 1947*, em que o autor se presta a tentar classificar os "Justice's" em grupos, de acordo com a suas inclinações para praticar o ali denominado ativismo judicial. Destarte, a divisão entre ativismo e autocontenção tem por fundamento a visão dos juízes sobre o papel do Poder Judiciário na organização da sociedade e do Estado, isto é, a visão sobre a natureza da função jurisdicional. Neste prisma, busca-se analisar pormenorizadamente o nascimento e a evolução do ativismo judicial, qual forma toma nos tempos atuais das decisões exaradas pelo STF, buscando demonstrar a sua ascensão, transformação, virtudes e malefícios. Em segundo momento, em contraponto a essa conduta judicial, busca-se destacar as virtudes e os malefícios da autocontenção judicial e se esse deve ser o comportamento esperado da Cortes Constitucionais, restringindo a sua atuação criativa a casos relevantes e como defini-los, com vistas ao respeito mútuo das competências da tripartição dos poderes, evitando a utilização política do guardião da Constituição por forças políticas ou grupos de interesse que buscam transferir ao Judiciário decisões impopulares ou contra seus interesses, visando transferir os custos políticos a um poder imune à retaliação popular das eleições. Ronald Dworkin defende que existe um espaço reservado para a atuação ativista do Judiciário, isto é, somente deveria admitir-se tal comportamento diante de casos de elevada carga moral e de grande indefinição semântica, para as quais seria necessária interpretação principiológica para definição e posicionamento na discussão. Contudo, diante da incessante provocação dos atores, em especial os que são vencidos na disputa política, seria inescapável que o Judiciário atraísse para si a discussão e a eventual decisão sobre políticas públicas que contêm enormes custos políticos -e eleitorais e, justamente por tal motivo, não são discutidos ou modificados pelos demais Poderes competentes. Nesses casos, o Judiciário debruça-se sobre matérias e políticas públicas que seriam afetas à competência de outro Poder, mas, diante da ausência da dependência da opinião pública para manter-se em seus cargos, tem liberdade para decidir de forma livre. No entanto, quando a Corte resolvia manifestar-se, era facilmente perceptível que se tratava de um *hard case*, de alto impacto social, solução de insegurança jurídica ou institucional e grande complexidade. No constitucionalismo contemporâneo, apesar de a tarefa legislativa permanecer como objetivo primário do poder Legislativo, a extensão, a definição e a interpretação dos conteúdos das normas, especial, mas não limitadamente,

as afetas a direitos fundamentais, são compartilhadas com o intérprete, isto é, o Poder Judiciário. Os entraves expostos podem ser, assim, sintetizados em uma problemática consubstanciada na pergunta sobre se a criação de critérios objetivos e transparentes para orientação do dever de autocontenção do Judiciário seria um mecanismo suficiente para obstar o abuso da competência do Poder Judiciário por meio da judicialização da política e das políticas públicas.

Palavras-Chave: ativismo judicial; autocontenção; Supremo Tribunal Federal.

OS EFEITOS NA GOVERNANÇA CORPORATIVA DA EMPRESA PÚBLICA DECORRENTES DA SUA UTILIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REGULAÇÃO

Antonio Augusto Mamede – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
aamamede@gmail.com
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

A propriedade pública representa a regulação em sua forma mais completa e radical, ao passo que proporciona ao ente público o domínio dos meios de produção e distribuição, eliminando a discussão acerca da legitimidade em forçar interesses privados a servir objetivos públicos. Percebe-se, então, que as empresas estatais são instrumentos de regulação econômica, por meio dos quais o Poder Público atua na economia e busca alterar o comportamento dos demais agentes econômicos, desde produtores até consumidores. O Estado propõe-se, cada vez mais, a dividir o risco de suas atividades, de forma a incentivar a entrada dos particulares em iniciativas de interesse público voltadas ao desenvolvimento nacional e a minimizar seus custos operacionais. A regulação é o instrumento de impor limites e diretrizes a essa realidade. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, por sua vez, devem ser utilizadas como meio de intervenção na economia quando os particulares não tiverem interesse ou se, em função dos elevados custos de investimento inicial, aliados a riscos relevantes do negócio, reduzir-se o interesse dos agentes econômicos. De forma geral, a regulação consiste na opção preferencial do Estado pela intervenção indireta, puramente normativa. Revela-se, neste caso, a concepção de que a solução política mais adequada para obter os fins buscados consiste no não exercício direto e imediato pelo Estado de todas as atividades de interesse público. As empresas estatais são muito mais do que meras sociedades comerciais, porque, primeiro, mantêm um acionista controlador com enorme poder de mercado. O Estado tem capacidade de atuação robusta. Segundo, por meio do exercício desse poder de mercado, as empresas públicas e as sociedades de economia mista podem atingir os diversos objetivos. Um dos mais significativos, sem dúvida alguma, é alterar o comportamento dos demais agentes econômicos nos respectivos mercados relevantes, de forma direta ou indireta. A pesquisa é realizada mediante busca de normas constitucionais e infraconstitucionais, coleta de jurisprudência nacional a respeito do tema e consulta a projetos de lei em curso que tratam da possibilidade de utilização de empresas públicas, sociedades de economia mista, incluindo suas subsidiárias e controladas, como instrumentos de regulação pelo Estado e os seus efeitos na governança dessas sociedades. Especificamente, os objetivos da pesquisa consistirão no exame dos seguintes aspectos: pesquisar sobre o modelo de regulação da atividade econômica pelo Estado brasileiro; analisar o papel do Estado enquanto explorador da

atividade econômica; analisar as modalidades de intervenção do Estado, especialmente o fomento, a disciplina e a atuação direta; observar os elementos considerados como boas práticas de governança corporativa; examinar se a utilização da empresa pública para intervir no mercado fere algum elemento essencial dessas boas práticas.

Palavras-Chave: governança corporativa; empresa pública; regulação.

OS FUNDAMENTOS PARA O AMPLO CONTROLE JUDICIAL DAS SANÇÕES DISCIPLINARES APLICÁVEIS A SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Felipe Aires Leal Ricardo – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
felipericardo@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A dissertação propõe-se a analisar o alcance do controle judicial exercido nas decisões administrativas que imputam sanção disciplinar aos servidores públicos federais. O trabalho é produzido a partir de uma filtragem constitucional que faz do processo administrativo disciplinar (PAD), que é o instrumento de apuração de irregularidades praticadas por servidor no âmbito da Administração Pública, um instrumento a serviço de um sistema de direitos e garantias constitucionais dos acusados e não apenas um instrumento a serviço do poder punitivo do Estado-Administração. Em outro giro, analisando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o controle judicial do ato administrativo sancionador e deparando-se com diversas decisões que, sob o argumento da impossibilidade de adentrar-se no mérito administrativo, tem feito a Corte eximir-se de analisar a regularidade e a legitimidade das decisões punitivas da Administração, aponta-se a necessidade de amplo controle judicial a partir do reconhecimento de que os elementos que compõem uma decisão administrativa de responsabilização disciplinar, isto é, a suficiência da prova, o enquadramento jurídico e a adequação da penalidade, são aspectos de legalidade e não de mérito administrativo.

Palavras-Chave: poder punitivo do Estado; direito administrativo sancionador; controle judicial; aspectos de legalidade da decisão; sanção disciplinar a servidor público.

OS LIMITES À LIBERDADE NEGOCIAL NA COLABORAÇÃO PREMIADA: REPERCUSSÕES NOS DIREITOS, NAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS DE COLABORADORES E DELATADOS E NA EFICIÊNCIA DO ACORDO

Danilo Pinheiro Dias – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
danpdias@hotmail.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A presente dissertação trata da colaboração premiada sob o viés da liberdade de pactuação entre as partes e dos efeitos que os limites dessa liberdade têm sobre direitos e garantias de colaboradores e terceiros delatados, além do impacto que a ampliação do espaço de consenso provoca na eficiência do instituto. Procura-se, em primeiro lugar, contextualizar a utilização do direito premial e da justiça penal negociada no enfrentamento do fenômeno das organizações criminosas, demonstrando que a colaboração premiada é uma técnica especial de investigação imprescindível no reforço da capacidade probatória do Estado, em crimes graves e complexos praticados por entidades criminosas muito bem estruturadas e de difícil acesso pelos meios tradicionais de apuração criminal. Assim, delimita-se o conceito de organização criminosa, e diferencia-se da criminalidade comum, como forma de definir o âmbito de incidência da colaboração premiada. Suscita-se o compromisso brasileiro, perante a comunidade internacional, de aparelhar o Estado com instrumentos eficientes para combater a criminalidade organizada em todas as suas vertentes, por meio da Convenção de Palermo, que prevê a colaboração premiada como uma das ferramentas aptas a alcançar esse objetivo. Aborda-se o processo legislativo da Lei 12.850/2013, de modo a apresentar a aprovação desta norma como resposta do Estado brasileiro a uma demanda interna e externa de aperfeiçoamento do sistema de justiça criminal, para fazer frente ao novo fenômeno do crime organizado, inclusive com o regramento da colaboração premiada como um instrumento de justiça penal negociada. Diferencia-se a colaboração premiada dos demais instrumentos de justiça consensual e da delação premiada prevista em leis anteriores. Aborda-se o problema da obrigatoriedade e da disponibilidade da ação penal pública. Estabelece-se um panorama acerca do atual entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre os limites da liberdade de pactuação na colaboração premiada. Inventariam-se as principais críticas à ampliação dos limites legais ao autorregramento das partes, e tenta-se responder a elas. Finalmente, esboçam-se alguns parâmetros para o alargamento da liberdade negocial, destacando a necessidade de respeito ao devido processo consensual punitivo.

Palavras-Chave: colaboração premiada; crime organizado; liberdade negocial; limites; processo consensual punitivo.

OS LIMITES DO USO DAS NORMAS TRIBUTÁRIAS INDUTORAS COMO FORMA DE INTERVENÇÃO ESTATAL SOBRE O DOMÍNIO ECONÔMICO

Carlos Eduardo de Sousa Martins – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
eduardomartins@sempreceub.com
Marlon Tomazette – CEUB, professor orientador
marlon.tomazette@ceub.edu.br

O trabalho destina-se ao exame das normas tributárias indutoras e dos limites aos quais elas se submetem. As normas tributárias indutoras são também chamadas de "extrafiscais" e consistem no uso de mecanismos tributários, com o fim de regular comportamentos não meramente arrecadatórios. O que se busca responder é se, ao adotar determinada norma tributária com tal finalidade, é preciso observar estritamente os mesmos limites que seriam observados caso o objetivo fosse fiscal ou arrecadatório. Para tanto, o trabalho passa pela definição do domínio econômico e dos tipos de intervenção existentes no ordenamento jurídico brasileiro. Posteriormente, é feita a análise dos limites impostos à tributação de modo geral, entre os quais estão os princípios, as imunidades e a feição de cada uma das espécies tributárias. Em seguida, são apresentadas as normas tributárias indutoras, que se qualificam como espécie de intervenção sobre o domínio econômico. O último capítulo é destinado ao enfrentamento do problema propriamente dito. São apresentados os entendimentos da doutrina e da jurisprudência sobre o assunto, e, posteriormente, é feita a proposta de nova sistemática para a situação, que tenta, por meio da interpretação, conciliar as normas tributárias indutoras com a hierarquia do sistema e a máxima efetividade das normas constitucionais. Com isso, sugere-se o reconhecimento de dois regimes jurídicos distintos, a depender de onde estiver prevista a norma tributária indutora: se dentro ou fora da Constituição da República. Como os limites são constitucionalmente previstos, as normas indutoras cuja efetividade dependa da flexibilização de tais limites poderá flexibilizá-los. Por outro lado, a norma indutora sem previsão no texto constitucional não gozará da mesma possibilidade.

Palavras-Chave: intervenção; tributo; norma indutora.

PALAVRA E AÇÃO: PARA ALÉM DO DISCURSO, OS IMPACTOS DA INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Isabella Nunes Borges – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
isabella.borges@sempreceub.com
Inocêncio Mártires Coelho – CEUB, professor orientador
incencio.coelho@ceub.edu.br

A linguagem é um mecanismo estruturado de comunicação capaz de descrever, expressar preferências e transformar realidades. Neste sentido, votos proferidos pelos membros de um Tribunal podem fazer mais do que declarar uma circunstância jurídica. Eles podem constituir, desconstituir ou alterá-la. Uma vez que os órgãos públicos se prestam à consolidação das melhores situações jurídicas, o discurso judicial deve seguir o mesmo caminho. Na busca pela compreensão das consequências decorrentes das decisões judiciais, esta dissertação tem como objetivo responder sobre quais são os impactos, no campo dos direitos fundamentais, provenientes da aplicação da interpretação sistemática pelo Supremo Tribunal Federal. Para tanto, foram estabelecidos critérios de análise dos julgados da Corte, indicados quais são os padrões decisórios do Tribunal, quando da aplicação do método interpretativo, e estudado o impacto desse discurso na seara dos direitos fundamentais. Aplicaram-se as metodologias bibliográfica qualitativa e exploratória. Esta última foi manejada para a apresentação de dados quantitativos e qualitativos referentes ao estudo de cento e vinte Acórdãos prolatados pelo Supremo Tribunal Federal. Concluiu-se por uma tendência à abstração e à valoração da fundamentação dos votos, com menor atenção ao ambiente externo, o que dificulta a adequada proteção dos direitos fundamentais no caso concreto. Constatou-se a impossibilidade de o método interpretativo, por mais bem planejado que seja, impedir vieses e preferências ideológicas no discurso. Por outro lado, parcela dos julgados provou a capacidade da Corte de concretizar direitos fundamentais segundo as necessidades reais (e não abstratas) da sociedade, acompanhando a tendência global de constitucionalização, judicialização e proteção dos direitos fundamentais.

Palavras-Chave: hermenêutica sistemática; sistema jurídico; comportamento judicial; direitos fundamentais; judicialização.

PERSECUÇÃO PENAL DA CORRUPÇÃO E DOS CRIMES DO COLARINHO BRANCO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Melina Castro Montoya Flores – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
melinacastroflores@gmail.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A dissertação tem por objeto a análise de política pública relacionada ao enfrentamento da corrupção por meio do direito penal. Objetiva-se examinar, diante do contexto do caso Lava Jato, particularmente entre 2014 e 2022, como o Supremo Tribunal Federal passou a atuar em relação aos crimes contra a administração pública, de modo geral. A pesquisa selecionou quarenta e sete ações penais autuadas no período de 1/1/2014 a 25/10/2022, relativas à tipologia selecionada e localizou decisões de declínios, absolutórias e condenatórias. Foram realizadas análises de autos judiciais como estudo de caso. Em seguida, evidenciou-se que, entre os anos de 2015 e 2016, houve o maior número das quarenta e sete ações autuadas de acordo com a tipologia selecionada. Também a quantidade de provimentos de declínios de competência para as instâncias inferiores superou a de absolvição e a de condenação. Notou-se, na análise de algumas decisões, a ausência de parâmetros que pudessem definir a suficiência probatória dos elementos externos, aptos a confirmar as declarações dos colaboradores. Ademais, anotou-se que a doação eleitoral pode ser visualizada como propina legal ou ilegal, desde que preenchidos os requisitos que caracterizem crime de corrupção passiva e ativa. Por fim, não se confirmou a hipótese inicialmente formulada que atribuiu a responsabilidade pela seletividade da punição ao foro de prerrogativa de função.

Palavras-Chave: corrupção; Supremo Tribunal Federal; Operação Lava Jato; análise de decisões; estudo de caso.

POLÍTICA PÚBLICA EM REDE COMO GARANTIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO DISTRITO FEDERAL, À LUZ DO DECRETO DISTRITAL N° 42.808/2021

Vivianne Lorenna Silva Vieira de Melo – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
vivianne.melo.adv@gmail.com
Antônio Henrique Suxberguer – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O presente trabalho de dissertação tem por objetivo analisar conceitos de política pública em rede e sua imprescindibilidade quando da formulação de políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, no âmbito do Distrito Federal. A premissa dessa investigação consiste em comprovar que a política pública de enfrentamento à violência doméstica contra mulheres deve ser construída a partir da governança em rede, principalmente sob o aspecto da interinstitucionalidade, bem como a coordenação e a articulação entre os atores envolvidos. A atuação em rede, no âmbito do enfrentamento da violência doméstica e familiar, tem por objetivo dois princípios: não haver revitimização; evitar a rota crítica. No entanto, a realidade mostra-se cruel, e o que se verifica é a presença de serviços não especializados, ações fragmentadas e acesso restrito e deficiente às mulheres vítimas. Isso contribui, drasticamente, para a perpetuação da violência instalada e a concretização do mais alto grau da violência, o feminicídio. A política pública em rede é objeto de recentes pesquisas acadêmicas, sobretudo, na área de políticas públicas destinadas às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A pesquisa científica desenvolve-se em três fases. A primeira consiste na pesquisa bibliográfica e na revisão da literatura com relação às redes e à governança das políticas públicas. O objetivo é reunir, de forma qualitativa, a bibliografia acerca da temática, especialmente quanto à análise da política pública em rede, a mobilização dos atores e das instituições, bem como os que abordam o fenômeno da violência doméstica sob o aspecto multiforme de intervenção, ou seja, sob o aspecto jurídico, social e psicológico. Em segundo momento, a metodologia a ser utilizada é a pesquisa documental, cujo objetivo é incorporar à dissertação os instrumentos operacionalizadores da política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres, quais sejam, os planos nacionais, o pacto de enfrentamentos e os planos distritais, a fim de compreender a dinâmica governamental, seus arranjos institucionais e seu processamento. Na terceira e última fase, é realizada a pesquisa de campo, com o objetivo de coletar dados e informações a partir de dois equipamentos públicos de assistência à mulher vítima, a Casa da Mulher Brasileira e o Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher, implementado pela Polícia Civil do Distrito Federal. Em vista disso, este trabalho propõe debruçar-se sobre os aspectos formais e fundantes da política

pública em rede, segundo critérios técnicos de operacionalização e instrumentalização, para que o enfrentamento à violência doméstica e familiar se concretize de forma eficaz e sustentável.

Palavras-Chave: políticas públicas; violência doméstica e familiar contra a mulher; proteção integral.

PRECISAMOS FALAR SOBRE DROGAS: USUÁRIOS *VERSUS* TRAFICANTES – SEPARANDO O JOIO DO TRIGO

Juliana Ferreira de Freitas – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
julianaferreirafreitas.juliana@gmail.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

A partir do momento em que se observa, por meio de dados coletados no ano de 2017, referentes a vinte e dois estados brasileiros, que um a cada três presos se encontra encarcerado pelo crime de tráfico de drogas, percebe-se a importância desse tema. É difícil tratar de uma temática tão delicada, envolta em moralismos, dores familiares, além da sempre em voga política de guerra às drogas, ou seja, tudo relativo à referida ideia é levado a desdobramentos preconceituosos, como se o país, ao garantir direitos fundamentais de um sujeito denominado "traficante de drogas" defendesse alguém que não pudesse sê-lo, o responsável por todas as mazelas que circundam a segurança pública. Questiona-se se a descriminalização do uso ou do porte da maconha ou de todos os entorpecentes seria uma opção interessante. Na presente pesquisa, defende-se que a pura e simples descriminalização do uso ou do porte de entorpecentes, mediante a declaração de inconstitucionalidade do artigo 28, da Lei n. 11.343/06, não apresenta grandes respostas aos problemas já indicados, sendo necessário avançar quanto à definição do que seria o crime de tráfico de drogas. De fato, a lei é, por demais, genérica, deixando ao policial militar (em geral, o responsável pela apreensão) indicações subjetivas, o que desemboca em uma análise seletiva, enraizada em preconceitos. Pleiteia-se o estabelecimento de critérios objetivos para os casos de apreensão de entorpecentes, pelo que deverá ser levado em conta, essencialmente, a natureza e a quantidade da droga apreendida, com a ideia de minimizar a atual seletividade observada nas prisões efetuadas em que os enquadrados como traficantes são essencialmente negros e pobres. O objetivo geral da pesquisa é a diminuição da população carcerária, traçando critérios objetivos para a distinção entre traficantes e usuários, independentemente da análise simplória, muitas vezes, utilizada, levando-se em consideração, única e simplesmente, a condição social e a cor da pele do agente apreendido, como se um negro e pobre não pudesse nunca ser enquadrado como um usuário que necessita de tratamento médico, sendo tal prerrogativa uma exclusividade da classe alta ou média branca. A problemática dá-se a partir do momento em que se questiona até que ponto seriam, de fato, traficantes todos os sujeitos apreendidos portando entorpecentes. O tema é polêmico. Requer um diálogo transversal de áreas do conhecimento, sendo o direito, somente, uma das facetas necessárias, podendo-se citar, de igual importância, a medicina, a psicologia e a assistência social, ao menos, neste

primeiro momento. São utilizadas as seguintes metodologias: pesquisa bibliográfica e documental com a análise de teorias e dados oficiais, a fim de compreender como a objetivação quanto ao enquadramento do agente passivo apreendido com entorpecentes poderá influenciar a diminuição da população carcerária a médio e longo prazo; estudo de casos por meio de pesquisas de jurisprudência em que se analisam os possíveis vieses relativos à raça, além do nível socioeconômico, para a distinção atual efetuada pelos diversos atores quanto ao usuário e ao traficante de drogas.

Palavras-Chave: traficante; usuário; diferenciação; necessidade; urgência.

RECRUDESCIMENTO NORMATIVO E DECISÓRIO DO SISTEMA DE EXECUÇÃO PENAL INTERNO AO LONGO DO TEMPO: HISTÓRICO DE VIOLAÇÃO ESTATAL POSITIVADA EM CONSTANTE CONFRONTO COM A EVOLUÇÃO PROTETIVA DOS DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM CÁRCERE

Thiago Sotana Pereira – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
thiagosp87@hotmail.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.bounocore@ceub.edu.br

Realiza-se uma abordagem crítica ao caminho evolutivo do sistema normativo e de decisões judiciais ligados à execução penal, buscando apontar o inegável recrudescimento na mitigação total ou parcial de direitos já consagrados e o consectário desalinhamento com o âmbito internacional de proteção dos direitos humanos, cujas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH), medidas cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), da Regras de Mandela, da Regras de Bangkok, entre outros regramentos, formam importante conjunto de proteção a tais direitos. Para a elaboração e o desenvolvimento do trabalho, é feita uma análise normativa em um recorte temporal pré-fixado do sistema de execução penal brasileiro, confrontando-o com o sistema de proteção internacional dos direitos humanos. A dualidade entre o encrudescimento normativo e o decisório encontra abrigo em algumas hipóteses a ser futuramente aprofundadas. De início, é inegável a existência de uma construção histórica de luta, levando em consideração aspectos sociais e criminológicos nos quais a criminalização primária fica a cargo dos detentores de poder, sabidamente compostos pela elite. Do mesmo modo, a jurisdição e, consequentemente, as decisões são entregues à parcela social distante dos problemas estruturais e do sistema prisional. Ademais, não se olvida que os momentos de instabilidade democrática e política e a pressão social também são fatores aptos a cristalizar o contexto em apreço.

Palavras-Chave: sistema penitenciário; recrudescimento normativo e decisório; violação a direitos.

REGULAÇÃO DAS REDES SOCIAIS

Renata Helena Souza Batista de Azevedo Rudolf – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
renata82@gmail.com
Luís Roberto Barroso – CEUB, professor orientador
lrbarroso@uol.com.br

A revolução tecnológica propiciou mudanças para o cotidiano das pessoas, direcionadas pela tecnologia da informação e pela inteligência artificial. As comunicações digitais são marcadas pela simultaneidade e pela intertemporalidade, uma vez que as interações sociais sofreram mudanças significativas com a nova sociedade em rede. Em 2014, a empresa Global Science Research, ligada à Universidade de Cambridge, coletou dados pessoais de usuários do Facebook por meio de testes de personalidade na rede social, obtidos de um pesquisador externo que alegava recolher dados para fins acadêmicos. De posse dessas informações, os cientistas envolvidos nessa pesquisa criaram a consultoria Cambridge Analytica, que comercializou os dados de cerca de 87 milhões de usuários para partidos políticos de diversas partes do mundo. Essas informações foram usadas para influenciar o eleitorado desses países por meio de um sofisticado sistema de inteligência estratégica que utilizava indicadores de preferências, desejos e medos dos usuários como instrumentos de manipulação. As investigações concluíram que os dados, na realidade, foram usados para traçar perfis psicológicos detalhados de eleitores dos Estados Unidos e do Reino Unido, os quais foram usados posteriormente, para disseminar *fake news*, supostamente beneficiando a campanha presidencial pró-Donald Trump e pró-Brexit, respectivamente. O fenômeno ganhou os noticiários do mundo. Especialistas começaram a analisar o uso de *fake news* em campanhas eleitorais e de robôs em redes sociais que disseminavam a desinformação, de maneira a prejudicar ou beneficiar determinados candidatos. Verificou-se que, em diversos países, especialmente quando os seus eleitores eram submetidos a votações significativas que refletiriam no ambiente democrático, uma onda orquestrada de desinformação tomava conta do debate público, e o processo eleitoral era fortemente influenciado por *fake news*. Curiosamente, boa parte desses pleitos tinham em comum a presença de personalidades populistas que disseminavam desinformação e discursos de ódio, para deslegitimar seus oponentes com uma retórica anti-*establishment*. Foi assim com Donald Trump, nos EUA, Marine Le Pen, na França, Viktor Orbán, na Hungria e Jair Bolsonaro, no Brasil. Esse fenômeno geralmente culmina na ascensão de líderes autoritários que se aproveitam da situação, para legitimar seu comportamento e permanência no poder. Com isso, a democracia entra em crise, com a deslegitimação de instituições e o comprometimento do Estado democrático de direito. Logo, o estudo justifica-se pela necessidade de análise do fenômeno da desinformação na política, sob a ótica da democracia constitucional,

oferecendo ao leitor um panorama sobre a relação da ascensão de líderes populistas e o uso da desinformação como instrumento de poder e corrosão da democracia, para, então, identificar as melhores práticas de enfrentamento e resiliência. O que se pretende, ao longo deste trabalho, é analisar qual é o impacto das *fake news* na estabilidade da democracia e quais são as soluções jurídicas e de políticas públicas adequadas para o problema.

Palavras-Chave: regulação das redes sociais; desinformação; *fake news*; democracia constitucional; erosão democrática.

RELAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Felipe da Silva Balata – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
felipe.balata@sempreceub.com
Marlon Tomazette – CEUB, professor orientador
marlon.tomazette@ceub.edu.br

O tema versa sobre a proteção jurídica em função do uso de tecnologias disruptivas, em moedas virtuais. Ao longo dos últimos anos, problemáticas relacionadas às criptomoedas vêm crescendo, dada a falta de regulamentação na relação de consumo e por ser algo recente que ainda carece da devida atenção. O presente trabalho busca tecer informações sobre a problemática que envolve os usuários consumidores das criptomoedas e a atenção que precisa ser dada à instrumentalização a respeito da plataforma, do sistema e do funcionamento das criptomoedas. Em se tratando de algo tão recente e ainda pouco explorado, a utilização de criptoativos revela dificuldades, como o acesso às informações sobre os serviços prestados e o analfabetismo digital que ainda assola boa parte dos brasileiros. Faz se, assim, necessário discutir sobre a responsabilização desses agentes intermediadores nas operações com criptoativos, por falhas e eventuais danos ocorridos aos usuários dessas plataformas, dada sua vulnerabilidade. Pode-se definir a criptomoeda como uma moeda privada *outside* e fiduciária, uma combinação de boas propriedades das moedas baseadas em monitoramento, ou seja, as moedas *inside* e o papel sem lastro, com boas propriedades da moeda puramente fiduciária, já que contém a flexibilidade de configuração das moedas baseadas em monitoramento e a dispensabilidade de monitoramento de gerenciadores das moedas fiduciárias, baseadas em objetos encontrados em oferta e formatos fixos na natureza. Justifica-se o estudo do presente tema pela atualidade do contexto social, econômico e jurídico, uma vez que as relações que envolvem o processamento de pagamentos por produtos ou serviços, câmbio internacional e algumas transações financeiras hoje destacam o uso desse mecanismo típico do ambiente digital, que possibilita a troca do dinheiro de uma forma diferente da tradicionalmente utilizada pelos bancos físicos, sem, contudo, haver regulamentação típica. Em suma, o surgimento das criptomoedas insere um modelo disruptivo de “ativos virtuais” que suscitam diferentes interpretações e estão sujeitos a constante evolução econômica e legal, cujo caráter dinâmico representa um desafio para reguladores e, em especial, para os usuários que se veem à mercê de um tema que ainda carece de regulamentação e jurisprudência consolidada, ainda mais no contexto econômico atual, em que a população procura diferentes formas de conseguir renda extra, estando suscetível a danos provocados pelos intermediadores deste meio.

Palavras-Chave: criptomoeda; sistema jurídico brasileiro; usuários.

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS POR SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA ERA DA AUTOMAÇÃO

Marco Antonio Resende Sampaio Filho – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
marcoantoniorsampaio@gmail.com
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

Com o crescente avanço da inteligência artificial, surge a necessidade de estudar a responsabilidade civil por danos causados por esses sistemas. Nesse contexto, o problema central da pesquisa consiste em investigar os desafios jurídicos e as perspectivas de atribuição da responsabilidade por tais danos, incluindo-se a identificação dos responsáveis e a causalidade entre a conduta do sistema de inteligência e os danos. Desse modo, o objetivo da pesquisa é fornecer subsídios para o desenvolvimento de soluções legais e eficazes para os problemas apresentados, em compasso com as diretrizes da Constituição Federal e do Código Civil.

Palavras-Chave: inteligência artificial; responsabilidade civil; danos.

REVISÃO CONTRATUAL E TEORIA DA IMPREVISÃO

Clarissa Marques Brandão – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
clarissa.mb@sempreceub.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

O tema escolhido para a pesquisa visa demonstrar que, no ordenamento jurídico brasileiro, utiliza-se com muita recorrência a teoria da imprevisão para a revisão de contratos, não obstante a previsão legal do artigo 478 do Código Civil dispor sobre a resolução de contratos, em razão de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis. Dessarte, o presente estudo tem por objetivo demonstrar que o Judiciário brasileiro julga por equidade, objetivando resguardar a parte supostamente mais fraca da relação contratual. Fato é que tal modo de proceder enfraquece o contexto jurídico existente mormente nas relações contratuais, na medida em que leva à insegurança jurídica. O método a ser abordado será o dedutivo, adotando-se a pesquisa empírica para o alcance das conclusões.

Palavras-Chave: revisão; contratos; teoria; imprevisão.

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL: A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA FAIXA DE FRONTEIRA

Eliabe Gonçalves dos Santos – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
pqdeliabe@hotmail.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

O presente trabalho aborda, de um ponto de vista crítico, a formulação e a execução da política de segurança pública nas fronteiras do Brasil, relacionando-as com a ausência institucional das Forças Armadas como um dos órgãos executores da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, naquelas áreas. A problemática parte da constatação da existência de uma disfuncionalidade entre os sistemas legais que previnem e reprimem os delitos penais, praticados na faixa de fronteira, decorrentes da não integração institucional. Nesse contexto, com o intuito de debater essas questões, o estudo foi dividido em quatro partes, nas quais são apresentadas: o que se entende legalmente por faixa de fronteira no Brasil, bem como a sua importância para a garantia da própria soberania do país; como é formulada e executada a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social nas regiões de fronteira, investigando se há algum regime especial de política de segurança pública para as áreas limítrofes do Brasil e analisando a atuação institucionalizada dos órgãos de segurança pública que lá atuam; como se dá a atuação legalmente institucionalizada das Forças Armadas na área de segurança pública, nas regiões fronteiriças do país. Para isso, é levantado o arcabouço normativo construído para tal mister, e são apresentadas as razões pelas quais o legislador nacional resolveu optar pela inserção das Forças Armadas no combate aos crimes transfronteiriços e ambientais. Na parte final, são debatidos os motivos, as dificuldades e os prejuízos da não integração das Forças Armadas à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e, por consequente, ao Sistema Único de Segurança Pública (Susp). O método adotado é o dedutivo, e a pesquisa tem cunho bibliográfico e documental.

Palavras-Chave: segura pública; defesa social; Forças Armadas; faixa de fronteira.

SISTEMAS ELEITORAIS DE VOTAÇÃO E QUALIDADE DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DA CONFIANÇA INSTITUCIONAL

Ricardo Luiz Pereira Noronha – CEUB, aluno do Mestrado em Direito
ricardo.noronha@sempre.com
Patrícia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

O acentuado fervor político no país, inflamado especialmente durante as eleições gerais de 2022 fez robustecer contundentes questionamentos sobre a validade do sistema brasileiro de votação, especialmente a urna eletrônica. Do sigilo meramente auricular à ideia de voto eletrônico, passaram-se quase quinhentos anos. Apesar disso, tentou-se, por diversas vezes, estabelecer o voto impresso mediante alteração do texto constitucional. Não obstante a urna eletrônica seja utilizada há 26 anos, ainda há desconfiança de parte da sociedade sobre a integridade do processo eleitoral. Pelo mundo afora, há notícia de que vários países utilizam diversos sistemas de votação, alguns com urna eletrônica, outros com voto em cédulas, e demais com voto pela internet. Não se percebem, nesses países, questionamentos quanto à lisura do procedimento de votação ou quanto à confiança do sistema utilizado, que, em muitos pontos, demonstra-se mais frágil do que o sistema brasileiro pode aparentar. Assim, a compreensão da questão passa, indubitavelmente, pelo instituto da confiança institucional, o que, para a ciência política, é uma das razões de ser da persistente existência da democracia. O problema de pesquisa consiste em responder à questão sobre se há relação entre sistemas de votação e qualidade democrática, sob o prisma da confiança institucional. De acordo com a hipótese primária, não haveria relação direta de causalidade entre os sistemas de votação e a qualidade democrática, uma vez que o princípio da confiança institucional seria um balizador suficiente para legitimar qualquer sistema de votação, atestando, assim, a qualidade de uma democracia. De acordo com a hipótese secundária, haveria relação direta de causa e efeito entre os sistemas de votação e a qualidade democrática, de modo que um sistema de votação por cédulas ou com máquinas de votar poderia, na percepção dos cidadãos, ser mais ou menos seguro e influenciar a qualidade da democracia. O objetivo específico é analisar se o sistema eletrônico de votação brasileiro afeta a democracia e, se sim, de que modo a qualidade democrática é atingida, considerando o princípio da confiança institucional.

Palavras-Chave: democracia; sistema eletrônico de votação; confiança institucional; *accountability*.

TEORIA DA TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES: UM BEM NECESSÁRIO À CONCRETIZAÇÃO RACIONAL DO SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES

Monique Taborda Cavalheiro Tavares – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
monique.taborda.adv@gmail.com
Jefferson Carús Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O código de Processo civil de 2015 consagrou novo modelo de precedentes no ordenamento jurídico brasileiro, notadamente a partir da definição categórica de decisões judiciais dotadas de efeito vinculante e da necessidade de obediência a elas pelo Poder Judiciário. As normas em sentido formal, portanto, deixaram de ser os únicos paradigmas obrigatórios capazes de vincular a decisão do julgador. Todavia, a concretização desse modelo, especialmente de maneira racional, ainda não é uma realidade observável, na medida em que o descumprimento de decisórios de observância obrigatória ainda tonifica os repositórios jurisprudenciais. Muitas são as razões que justificariam esse cenário de ineficácia do recente sistema. Todavia, parece que o ponto nodal do problema reside na interpretação que o Supremo Tribunal Federal tem conferido ao que a norma definiu como precedente, em especial no que diz respeito à teoria da transcendência dos motivos determinantes, cuja aplicação é realizada pela Corte de modo desuniforme, em desprezo aos postulados da segurança jurídica, da isonomia e da efetividade da jurisdição. Diante desse cenário, do desenho institucional do Supremo Tribunal Federal e da necessidade de coerência e racionalidade na aplicação do direito, aliados à prematuridade do modelo jurídico de precedentes e do alto índice de desrespeito aos decisórios vinculantes, o projeto de pesquisa objetiva analisar a viabilidade da aceitação da teoria da transcendência dos motivos determinantes no âmbito do STF, para fins de vinculação das razões de decidir dos precedentes e não apenas de seu dispositivo. Em específico, pretende-se, a partir da pesquisa, pensar a efetiva concretização do sistema brasileiro de precedentes insculpido no CPC/2015 e na Constituição Federal, a partir da aceitação da teoria da transcendência dos motivos determinantes, garantindo a realização adequada dos princípios da segurança jurídica, da isonomia e da efetividade da jurisdição. Objetiva-se, em última análise, trazer coerência e racionalidade à aplicação do direito a partir dos precedentes.

Palavras-Chave: precedentes; transcendência; *ratio* vinculante.

TRATAMENTO DIFERENCIADO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONSTRUTOR NA OCORRÊNCIA DE FALHAS CONSTRUTIVAS OCULTAS

Erika Regina Araújo Albuquerque Calheiros – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
acalheiros.erika@gmail.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

O tema proposto objetiva abordar o tratamento diferenciado na determinação da responsabilidade civil do construtor decorrente de falhas construtivas ocultas pelo STJ. Isto é necessário, porque o Superior Tribunal de Justiça aplica duas teorias as quais autorizam a responsabilidade praticamente eterna do construtor. A primeira, denominada de *sine die*, autoriza o consumidor a pleitear indenização pela falha construtiva, a partir de sua constatação, independentemente de prazo limite para que isto ocorra. A segunda, denominada de teoria da vida útil, pressupõe que a falha oculta possa ser indenizada a partir de sua constatação pelo consumidor, tendo como limite temporal, no entanto, a vida útil do produto. Ambos os posicionamentos são aplicados, tendo em vista a suposta proteção ao consumidor, sem, contudo, atentar para o fato de que o ordenamento jurídico não autoriza a responsabilidade eterna do construtor e sem considerar que uma coletividade enorme de consumidores poderá ser prejudicada em decorrência das consequências práticas dessas decisões. Essa situação resulta em um cenário de insegurança jurídica especialmente para a indústria da construção e a coletividade de consumidores e adquirentes dos empreendimentos imobiliários. O objetivo deste trabalho é analisar o tratamento diferenciado da jurisprudência do STJ a respeito da responsabilidade civil do construtor, no tocante às falhas construtivas ocultas. A pesquisa desenvolve-se por meio de revisão bibliográfica, da jurisprudência do STJ e pela análise qualitativa amostral de um passivo de mais de 120 mil ações que tramitam na Justiça Federal, sobre essa temática. Como resultado, pretende-se apresentar soluções mais adequadas para a problemática da responsabilidade civil eterna, definindo-se os prazos de reclamação do direito e a prescrição da pretensão indenizatória consoante o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor. Com isto, propõe-se maior segurança jurídica para o setor da construção e o mercado imobiliário.

Palavras-Chave: falhas construtivas; vícios; defeitos; responsabilidade civil; construtor.

TUTELA DA INFÂNCIA *ONLINE*: ANÁLISE JURÍDICA DOS DIREITOS DE IMAGEM E PRIVACIDADE DO INCAPAZ, OBJETO DE CRIAÇÃO DE CONTEÚDO LUCRATIVO *ONLINE*, DIANTE DOS INTERESSES DO NÚCLEO FAMILIAR

Júlia Martins Machado – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
jummachad@gmail.com
Leonardo Roscoe Bessa – CEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

O tema aborda a análise da proteção do direito de imagem e do direito de personalidade envolvidos na prática de criação de conteúdo digital, que tem por objeto o incapaz a título remuneratório, perante os interesses particulares do núcleo familiar. O estudo baseia-se em circunstâncias atuais, para desvendar se os interesses familiares tanto dos responsáveis quanto dos incapazes envolvidos detêm embasamento jurídico quando do estudo da liberdade privada e da possibilidade de melhoria da qualidade de vida pelos rendimentos, para realizar a divulgação da imagem. Além disso, examinam-se questões de privacidade de quem não pode tomar decisões por si só, de modo irreversível, a título remuneratório. A pesquisa é de suma importância, por ser atual e visar desvendar o que ocorre com a parcela de hipervulneráveis expostos diariamente, em plataformas digitais próprias ou de terceiros. Atualmente, marcas são desenvolvidas, e publicidades são realizadas pelos incapazes que dão origem a este estudo, sem quaisquer regulamentações próprias para reger a atividade existente e que envolve parcela da população tão frágil que não pode permanecer em total desamparo. Há, na França, projeto de lei que visa regulamentar a atividade desenvolvida *online* por crianças, portanto o trabalho será realizado com base na análise jurídica de legislação interna, em comparação com legislações estrangeiras e precedentes, para além da mencionada, que sejam localizadas. Ademais, é realizada pesquisa doutrinária e legislativa com enfoque em possíveis leis aplicáveis por analogia, entre outros, de modo a trazer apreciação de casos reais, para exemplificar a importância da pesquisa realizada.

Palavras-Chave: imagem; privacidade; incapaz; digital.

USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELO PODER JUDICIÁRIO NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO: ANÁLISE CONSTITUCIONAL DE UMA CORTE ALGORÍTMICA

Adriele Pinheiro Reis Ayres de Britto – CEUB, aluna do Mestrado em Direito
adriele_britto@hotmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O presente projeto tem por temática a análise ética, jurídica e técnica do processo de tomada de decisão pelo julgador com o auxílio de inteligência artificial (IA). Serão estudados os casos brasileiros de análise de grande fluxo de dados (*big data*), as críticas e as vantagens da implementação desse sistema, além das repercussões e das barreiras da adoção da referida técnica pelo Poder Judiciário brasileiro.

Palavras-Chave: Poder Judiciário; inteligência artificial; corte algorítmica.

ANAIS DO 6º EnCUCA

DOUTORADO EM DIREITO



fapdf CNPq CEUB

A (I)LEGITIMIDADE DA INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA DECISÃO DE RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E NA FASE DE PRONÚNCIA NO TRIBUNAL DO JÚRI: UM APORTE CRÍTICO À JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Elder Loureiro de Barros Correia – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
elderhb@gmail.com
Sandro Lucio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A presente tese visa à análise da legitimidade, ou não, da incidência do princípio do *in dubio pro societate* na decisão de recebimento da petição inicial, em ação de improbidade administrativa e na fase da pronúncia no âmbito do Tribunal do Júri. Para cumprir esse desiderato, verifica-se, de um lado, a jurisprudência selecionada do STJ quanto ao tema. De outro, examinam-se posicionamentos doutrinários, concernentes à legitimidade da incidência do brocardo e um acórdão do STF, que propugna pela inconstitucionalidade de sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro, por violar os princípios da presunção de inocência, do *in dubio pro reo* e da supremacia da Constituição e das premissas do Estado democrático de direito e por considerar não haver amparo normativo para a incidência do instituto no país. Para assegurar melhor entendimento sobre o tema, esclarece-se, outrossim, o procedimento aplicável à ação de improbidade administrativa, perpassando a legitimidade ativa e passiva, a competência e o procedimento especial, incluído o duplo filtro de admissibilidade da pré-autuação e do pré-recebimento, bem como a distinção entre as fases *judicium accusationis* e *judicium causae* e os diversos momentos do juízo de acusação, concernentes ao oferecimento e ao recebimento da denúncia ou da queixa, à citação do acusado e à apresentação da resposta escrita, à réplica da acusação, à realização da audiência de instrução, às alegações finais e à decisão pela pronúncia, pela impronúncia, pela desclassificação ou pela absolvição sumária. Como resultado do estudo, procura-se demonstrar os argumentos favoráveis e contrários à adoção do princípio do *in dubio pro societate* no ordenamento jurídico pátrio e evidenciar que os argumentos jurídicos concernentes à sua não aplicação deveriam prevalecer.

Palavras-Chave: princípio *in dubio pro societate*; improbidade administrativa; recebimento da ação; tribunal do júri; fase de pronúncia.

A ANDRAGOGIA NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PRISIONAL

Nelcyvan Jardim dos Santos – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
nelcyvann@gmail.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A pesquisa busca entender a aplicação da andragogia na política pública, na educação prisional, no estado do Tocantins, concatenada com a agenda ONU 2030, da qual o Brasil é signatário, em garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento na reinserção social. Destaca-se como problema entender a aplicação da andragogia na política pública de educacional prisional, com reflexos na reinserção social. Diante do crescente número de recluso nos presídios brasileiros, tem-se a hipótese de que a andragogia não está implementada a contento, na política pública de educação prisional, e isto se reflete na reinserção social do educando. Nesta linha, propõe-se como objetivo entender como a andragogia é aplicada na política pública de educação prisional, no estado do Tocantins, visando garantir o direito à educação com reflexos na reinserção social, nas Unidades Penais de Cariri, Palmas e Araguaína. Para tanto, faz-se a revisão da literatura, o diagnóstico estrutural e o mapeamento da política pública da educação prisional mediante entrevistas com educandos, docentes, gestores e grupo focal com juízes, promotores e defensores públicos que atuam na execução penal, sem olvidar a análise dos dados no lapso temporal dos últimos 5 anos, de 2021 a 2025. Com base nos dados do CNJ, apenas 13,84% dos reclusos estudam. Assim, conclui a tese que a andragogia na educação prisional contém elementos que podem oferecer oportunidades em toda a sua riqueza desafiadora aos educandos do sistema penitenciário do estado do Tocantins.

Palavras-Chave: política pública; educação prisional; reinserção social; andragogia.

A APLICAÇÃO DA REGRA DA AUTONOMIA DA DECISÃO EMPRESARIAL AOS DIRETORES DE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: "BUSINESS JUDGMENT RULE"

Laila José Antônio Khoury – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
lailakhoury.adv@gmail.com e laila.khoury@sempreceub.com
Marlon Tomazzete – CEUB, professor orientador
marlon@opendf.com.br

A tese consiste em analisar a aplicação da regra da autonomia da decisão empresarial presente no §6º do artigo 159 da Lei 6404/1976 aos dirigentes das entidades fechadas de previdência complementar, uma vez que não há normas específicas nesse segmento, acerca dos parâmetros, para verificar a isenção e a mitigação da responsabilidade civil dos diretores dos Fundos de Pensão. A ausência de parâmetros para aferir o alcance da responsabilidade civil do diretor do Fundo de Pensão, especialmente quando os investimentos realizados pelas entidades de fechadas não se desempenham tal como esperado, pode acarretar responsabilidade ilimitada dos diretores. Essa situação não é desejada, uma vez que pode inibir a tomada de decisões de investimentos necessárias para que o benefício contratado seja pago nos moldes pactuados, além de frustrar o desenvolvimento do segmento de previdência complementar, pois as entidades são concebidas como importante *player* e investidor do mercado financeiro e de capitais. Ademais, não se vislumbra como legal e razoável a imputação de responsabilidade civil do dirigente se este observou, durante todo o processo de tomada de decisão, os normativos internos, a legislação aplicável e baseou a sua tomada de decisão em estudos técnicos das áreas competentes, isto é, se o ato deliberativo praticado foi regular de gestão, regra de autonomia da decisão empresarial, ressalvados os casos de corrupção. Neste cenário, é importante registrar que a obrigação do dirigente dos Fundos de Pensão em relação aos investimentos realizados é de meio e não de resultado. Assim, a análise tem como parâmetro o §6º do artigo 159 da Lei das Sociedades Anônimas. O método científico a ser utilizado no presente estudo é a pesquisa bibliográfica a partir da qual serão feitas análises e sínteses de informações relevantes, disponíveis em fontes bibliográficas, artigos científicos acerca dos conceitos e dos posicionamentos doutrinários de determinados autores que se dedicam aos estudos de temas relacionados às responsabilidades dos administradores nas companhias e nos Fundos de Pensão. É possível concluir pela aplicação da regra de autonomia da decisão empresarial aos dirigentes de Fundos de Pensão, quando das decisões tomadas acerca dos investimentos realizados nos segmentos autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

Palavras-Chave: regra de autonomia da decisão empresarial; responsabilidade civil; dirigentes de entidades fechadas de previdência complementar.

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE COMO LIMITE À TUTELA PENALDOS BENS JURÍDICOS COLETIVOS

Túlio Arantes Bozola – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
tulio.bozola@uemg.br
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

A tutela penal dos bens jurídicos coletivos tem-se intensificado nas últimas décadas, gerando uma política de criminalização no âmbito prévio, o que tem causado intermináveis controvérsias entre os estudiosos que defendem o direito penal compatível com o Estado constitucional e democrático de direito. Diante de tal circunstância, a pergunta norteadora da pesquisa é se a tutela penal dos bens jurídicos coletivos se coaduna com o princípio constitucional penal da ofensividade, sendo uma forma legítima de combater as novas espécies de criminalidade surgidas com a sociedade de riscos, na busca do direito penal eficaz e norteado pela proteção de interesses necessários à garantia da dignidade da pessoa humana. Isso se justifica, porque o direito penal contemporâneo vem sofrendo fortes críticas de parte da doutrina especializada, entre as quais a de que deveria fixar seu alicerce de legitimação somente naquelas incriminações relacionadas à proteção de bens jurídicos individuais, abrindo mão da intervenção penal que ultrapasse a visão individualista, como no caso dos bens jurídicos coletivos. Entretanto, é possível defender, como hipótese central, a legitimidade do direito penal na tutela dos bens jurídicos coletivos, coadunando-se com o princípio da ofensividade, desde que sejam traçados determinados fundamentos dogmáticos para que tal tutela seja compatível com o Estado democrático de direito. A intervenção penal clássica não teria aptidão suficiente para conservar o meio ambiente equilibrado para as gerações futuras, assim como proteger a saúde pública ou a segurança rodoviária, citando-se apenas alguns exemplos de bens jurídicos coletivos. Nesse sentido, defende-se a abertura do direito penal às transformações sociais, sendo a teoria do bem jurídico o epicentro dessa dinâmica transformativa. Para cumprir o mister proposto neste trabalho, elegeu-se a pesquisa teórica, pautada na análise da doutrina nacional e estrangeira, em especial a doutrina italiana, a espanhola e a alemã, com a compilação e a revisão de material bibliográfico acerca dos temas propostos. Para essa análise, faz-se necessário empreender um estudo jurídico pautado na investigação dos contextos dogmáticos que permita analisar o objeto escolhido como resultado de um processo dialético realista, social e histórico imprescindível para os contornos constitucionais do direito penal. Paralelamente a esse estudo teórico, adota-se a pesquisa documental com análise em profundidade da legislação pertinente e da jurisprudência pátria e internacional. Além disso, o raciocínio dedutivo marca o desenvolvimento desta pesquisa.

Palavras-Chave: bens jurídicos coletivos; expansão do direito penal; dogmática penal.

A ATUAÇÃO CONTRAMAJORITÁRIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS EM FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL COMO CONTRIBUTO À EFETIVAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE PESSOAL NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Bento de Andrade – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
rodrigobentodeandrade@yahoo.com.br
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A pesquisa surgiu da necessidade de examinar a atuação dos Tribunais de Contas delimitada pela defesa do erário e por suas competências de ordem constitucional, legal e normativa, em busca de fixar paradigmas de controle externo que vão além do texto normativo de lei, em uma ação denominada de contramajoritária, ou pró-minoritária, comum no âmbito do Poder Judiciário, cuja discussão ainda é incipiente no âmbito do controle externo desempenhado pelos Tribunais de Contas. Em face da missão constitucional específica desses Tribunais, sobre a apreciação de atos de pessoal, a qual determina a apreciação da legalidade para fins de registro desses atos, surgiu o imperativo de investigar com maior vagar se o paradigma a ser criado pelos Tribunais de Contas, ao desempenharem essa função, deve ser feito sobre as mudanças de valores imprimidas pela sociedade, em conjunto com princípios e regras jurídicas que não infrinjam o sistema de direito, ou se deve manter-se em consonância com uma atitude legalista e positivista, em nome de suposta segurança jurídica. Nesse sentido, a pesquisa perpassa a delimitação dos principais princípios que envolvem o tema, essencialmente quanto aos que abrangem, mais intrinsecamente, o direito administrativo e o direito constitucional, a exemplo dos princípios da legalidade, da moralidade, da segurança jurídica, da suposta prevalência do interesse público sobre o particular e a indisponibilidade do interesse público. O cerne da pesquisa é apreender os detalhes e as nuanças da relação jurídica examinada, qual seja, a existente entre os atos de pessoal, que, então, são apreciados para fins de registro, em conjunto com o direito de o servidor ter seu registro apreciado da melhor forma jurídica, em face de, via de regra, essas discussões chegarem primeiramente ao Tribunal de Contas, antes mesmo de ser eventualmente decididas, no futuro, pelo Poder Judiciário e, assim, buscar estabelecer melhores modelos jurídicos a ser formados pelos Tribunais de Contas, haja vista que poderão criar, modificar e extinguir direitos às partes durante muito tempo, antes de ser questionados pelos tribunais do Judiciário brasileiro.

Palavras-Chave: servidor público; atos de pessoal; registro; contramajoritária; política pública

A BUSCA DA VERDADE NO PROCESSO E OS FATORES EXTRAJURÍDICOS NA PRODUÇÃO E NA VALORAÇÃO DA PROVA ORAL

Ricardo Rocha Leite – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
rrochaleite@gmail.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

O objetivo do trabalho é investigar se existe um padrão científico para a busca da verdade do processo judicial e se há critérios para adentar-se na discussão de possíveis estados subjetivos, na produção e na valoração da prova, acerca dos fatos controversos, em uma relação processual. A busca pela verdade, de certa forma, é relativizada no processo, em determinados contextos, porquanto há, no ordenamento jurídico, o que se tem denominado de redução de exigências de prova, que culmina por permitir estados subjetivos na valoração da prova pelo juiz, tais como os indícios e as presunções judiciais, também conhecidas como máximas de experiência ou regras de experiência. A pesquisa é desenvolvida para responder à problemática jurídica existente sobre o modelo normativo de processo, em uma abordagem interdisciplinar, para análise das possíveis interferências extrajurídicas identificadas no contexto probatório. É realizada uma reflexão jurídica sobre o modo tradicional desenvolvido pelo sistema processual, para produzir e valorar a prova, baseado em uma visão de neutralidade cognitiva e de presunção. A presente investigação, de ordem teórica, com o suporte da abordagem qualitativa, é realizada em quatro partes. A primeira consiste em levantar as premissas epistemológicas necessárias para a construção do estudo da relação entre prova e verdade e dos padrões possíveis de valoração probatória. A segunda parte é destinada a analisar as peculiaridades da justificação da verdade no processo judicial, contexto no qual se aborda o dogma da verdade com a utilização da epistemologia como supedâneo a sua superação, em razão das limitações cognitivas dos sujeitos processuais. Na terceira parte, trata-se do conceito de *standard* probatório e das formas de sua utilização para a produção e a valoração das provas, com vistas à formação do convencimento do julgador. Por fim, na quarta parte, busca-se expor o estado da arte da praxe forense brasileira, notadamente no que diz respeito à prova oral, aliado a conhecimentos advindos de outras áreas do conhecimento. A finalidade é elucidar as limitações cognitivas das testemunhas e dos vieses cognitivos dos julgadores, ao valorar a prova. As metodologias inerentes à busca da verdade e à produção e à valoração da prova oral são pouco desenvolvidas na tomada de decisão judicial. Além do mais, a teoria da decisão judicial, isoladamente considerada, não resolve o problema apontado. Em que pese o contexto argumentativo da justificação auxiliar a busca pela estabilidade do direito, a partir da

prolação de decisões judiciais que esquadrinhem argumentos lançados no provimento decisório, o contexto da descoberta permanece algo enigmático.

Palavras-Chave: verdade; processo; prova; comportamento judicial.

A CRIMINALIZAÇÃO DA NATURALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS NO BRASIL

André Pereira Crespo – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
andrepcrespo@gmail.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
brunoamachado@hotmail.com

O fenômeno das migrações representa fluxo constante e incontrolável de pessoas e pode transformar o planeta em um território de deslocamentos cruzados. As migrações impactam, significativamente, a cultura dos territórios de destino. Nos países ocidentais, os sistemas penais estão intimamente ligados à gestão migratória e étnica, o que pode resultar na criminalização indevida das migrações. Na Europa, políticas restritivas, como a militarização das fronteiras e o aumento do encarceramento de estrangeiros, dificultam a imigração legal e levam muitos imigrantes a optar por caminhos irregulares. Isso pode gerar uma categoria de pessoas sem documentos sujeitas ao controle policial e à exclusão social, segmentando a sociedade em diferentes classes de cidadãos. O processo migratório atual contribui para a construção de uma imagem negativa do imigrante como "outro" e "socialmente perigoso", gerando suposta emergência imigratória. As políticas de exclusão levam muitos imigrantes a viver na clandestinidade privados de direitos e garantias. No contexto brasileiro, a Lei nº 13.445/2017 preconiza a política migratória sob a perspectiva dos direitos humanos, buscando evitar a criminalização da migração. No entanto, foram observados sinais de política *crimigratória* no país, como a Portaria nº 666, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que previa a deportação sumária de pessoas consideradas perigosas e que foi revogada após críticas e questionamentos à sua constitucionalidade. Além disso, arranjos institucionais restritivos podem levar estrangeiros à permanência ilegal no Brasil, por exigências, como a apresentação de documentos difíceis de obter. Um exemplo é a dificuldade enfrentada por alguns imigrantes que passaram a residir no Brasil ainda crianças e desejam obter a naturalização, mas são impedidos de fazê-lo por falta de uma certidão de antecedentes criminais de seu país de origem, o que pode resultar em sua condição jurídica irregular. Uma sugestão para melhorar essa questão seria permitir a aceitação da certidão expedida pela embaixada do país de origem, em funcionamento no Brasil, considerando que, atualmente, existem mais acessos a bancos de dados digitais que poderiam facilitar esse processo. Em resumo, as migrações são fenômeno complexo e desafiador e requerem políticas humanitárias e justas, para garantir melhores condições de vida e trabalho para os imigrantes. Ações restritivas e criminalizantes podem agravar a situação, além de levar pessoas à marginalização e dificultar sua integração na sociedade de destino.

Palavras-Chave: imigrantes; criminalização; naturalização.

A DESTINAÇÃO, PELA VIA JURISDICIONAL, DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E CIDADANIA AMBIENTAL: UM ESTUDO EMPÍRICO EM BUSCA DA RACIONALIDADE DA SÚMULA 629 (STJ, 2019) PELA TEORIA DOS PRECEDENTES COMO MECANISMO DE CONTRIBUIÇÃO PARA A CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÕES ANÁLOGAS A LITÍGIOS ESTRUTURAIS NA ESFERA AMBIENTAL

João Felipe da Silva Fleury – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
jfelipe.contato@gmail.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

Reflete-se sobre a perspectiva decolonial de um problema estrutural ambiental, a partir do estudo de caso da Súmula 629 (STJ, 2019), que autoriza a cumulação de danos morais coletivos em questões ambientais, para identificar uma racionalidade jurídica fundamentada no princípio ambiental da responsabilidade intergeracional e de segurança jurídica que caracterize demandas ambientais como parte de litígios estruturais, favorecendo a implementação de políticas públicas em educação e cidadania ambiental, por meio do poder jurisdicional, como mecanismo de transformação social, política e de acesso e garantia de direitos ambientais.

Palavras-Chave: precedentes; políticas públicas; litígios; ambiental.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PARA A COMPREENSÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG

Jackelline Fraga Pessanha – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
jackelline.pessanha@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@uol.com.br

O meio ambiente é o assunto da atualidade. É preciso pensar nele como um local único em que há interação entre os diversos tipos de seres vivos. É necessário entender que as pessoas são parte integrante da natureza e que precisam reconhecer sua importância para a própria sobrevivência humana. Por isso, o desenvolvimento sustentável é o ideal de vida digna para qualquer ser vivo, pois é cunhado em pensar em desenvolvimento econômico, social e ambiental como forma de crescimento da nação e equilíbrio do planeta. Junto com a necessidade de pensar em desenvolvimento sustentável, é preciso refletir sobre como alcançá-lo. Dessa forma, utiliza-se como um dos mecanismos para tentar almejá-lo o direito fundamental à educação como ideal de ampliação dos horizontes. Para alcançar esse pilar, o presente trabalho versa sobre a educação ambiental, na educação formal ou não formal. A educação ambiental é um aspecto constitucional importante para o desenvolvimento sustentável. Isso ocorre, porque o ponto ideal é que a sociedade seja parte do processo de manutenção e construção do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Mas, para isso, é preciso uma educação formal, dentro da escola, e não formal, na sociedade, capaz de gerar um cidadão crítico às questões e aos problemas ambientais existentes. Assim, a educação ambiental crítica é pautada na ecopedagogia e na cidadania planetária, com a atuação conjunta da educação com a sociedade, uma vez que deve gerar a consciência de que o ser humano é pertencente à natureza e precisa dela para sua sobrevivência. É necessário ponderar a cidadania planetária, isto é, o planeta é um ser vivo, inteligente e capaz de transformar a vida em uma conexão com os outros seres da Terra. Assim, é necessária a mudança de paradigma economicista do desenvolvimento sustentável, pautada no antropocentrismo. Nesse sentido, busca-se compreender o direito fundamental à educação ambiental com o estudo das legislações da Política Nacional do Meio Ambiente, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Política Nacional de Educação Ambiental; definir desenvolvimento sustentável como primado indispensável à qualidade de vida digna da coletividade; explorar as técnicas existentes nos estudos atuais, sobre a efetividade da educação ambiental crítica, para a busca de desenvolvimento sustentável; investigar a efetividade da educação ambiental por meio das atividades desenvolvidas em escolas, no município de Ituiutaba/MG, para a formação

do cidadão crítico sobre questões ambientais; por fim, propor novas técnicas para a efetividade da educação ambiental crítica para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: desenvolvimento sustentável; Base Nacional Comum Curricular; direito fundamental à educação; ecopedagogia.

A ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E A DEFESA DO DIREITO ACUMULADO DOS PARTICIPANTES E DOS BENEFICIÁRIOS DIANTE DO POTENCIAL PASSIVO JUDICIAL A DESCOBERTO: IMPLICAÇÕES DO MERCADO FINANCEIRO PREVIDENCIÁRIO E EVENTUAL REPARAÇÃO CÍVEL DECORRENTE DO ATIVISMO JUDICIAL

Edilson Enedino das Chagas – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
enedinotjdf@msn.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – CEUB, professor orientador
ivo.gicco@uniceub.edu.br

É possível aferir que a migração da previdência pública para a do tipo privada, fechada e estrita ou privada aberta e associativa, em um cenário econômico de privatização das relações individuais, encontre um Judiciário ainda imaturo para compreender os efeitos de suas decisões nessa efervescente alteração de referenciais. Esse fenômeno, o do prejuízo da transição, já mostra seus exemplos nessa mudança do parâmetro público para o privado, no setor da previdência. A previdência privada é matéria afeta ao direito civil, econômico, empresarial, previdenciário e financeiro e é enquadrada no direito do trabalho. Essa externalidade é considerada nos custos da transação e na definição dos riscos e dos benefícios futuros. As decisões judiciais, na maioria das situações, têm passado muito distante de analisar as teorias orientadoras e os resultados econômicos que produzem. O amparo em uma decisão judicial favorável impede a aplicação de quaisquer dos remédios econômicos. O equívoco da interpretação judicial, ao negar o caráter autônomo da relação civil-previdenciária do contrato de previdência privada, por ter sido constituído paralelamente ao contrato de trabalho, está associado à interpretação das causas próxima e remota da ação judicial. O contrato de previdência privada de entidade fechada, objeto desta pesquisa, tem sua natureza civil e baseia-se em instrumentos econômicos e de matemática atuarial. O primeiro problema refere-se às decisões judiciais que teimam em tratar a previdência privada como acessória aos direitos trabalhistas, inclusive com diversas demandas tramitando na Justiça Federal do Trabalho, discutindo exclusivamente a matéria sobre previdência privada, seja de entidade aberta, seja de entidade fechada. Afastam-se as regras do contrato e de mercado, além da regulamentação do setor de previdência privada. O segundo problema é o tratamento dado aos participantes da EFPC que tem sido ora de um trabalhador hipossuficiente, ora de um consumidor, também, hipossuficiente, descaracterizando-o como participante, cotista. O terceiro problema é a forma de realizar o equacionamento dos déficits da entidade, o qual é atribuído em 50% a eles. O quarto problema trata da formação de um passivo judicial a descoberto. As decisões judiciais que interpretam os contratos entre participantes e EFPC, tratando-os como trabalhadores ou consumidores, tendem a impor à EFPC a majoração do valor dos proventos pagos aos participantes, sem

a devida recomposição da reserva matemática. O déficit da EFPC deverá ser repartido com todos os participantes (50%) e com a patrocinadora (50%).

Palavras-Chave: previdência complementar; passivo judicial; responsabilidade.

A ESSENCIALIDADE DA INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL CIVIL COM O OBJETIVO DE REDUZIR AS DESIGUALDADES PROCESSUAIS PARA A EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL

Maurício Alves Santana – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
eitamauricio@gmail.com
Jefferson Carrús Guedes – CEUB, professor orientador
professor.carusguedes@gmail.com

A pesquisa trata da existência de algum relacionamento entre os conceitos de igualdade processual e eficiência na prestação da tutela jurisdicional. É interessante tratar do assunto, voltando os olhos para o passado do processo civil, para o histórico das práticas e da legislação processual de outrora. Isso facilita a verificação de evolução legislativa, objetivando a devida promoção de igualdade processual, que não se contrapõe aos privilégios processuais, como prazo em dobro, inversão do ônus da prova, entre outros, os quais são, em verdade, mecanismos processuais de redução de desigualdades processuais. A noção de privilégio, justamente pela sua mensagem pejorativa no âmbito do direito, não é normalmente utilizada no processo civil. Cabe à pesquisa demonstrar quais seriam esses privilégios, suas razões históricas e de manutenção e suas relações com a redução de desigualdades processuais. A título inicial, argumentativo, é interessante notar que, recentemente, na história do direito processual civil brasileiro, duas partes hipotéticas na mesma situação fática poderiam obter provimentos jurisdicionais interlocutórios ou finais diversos. As falhas ou o descumprimento de pressupostos processuais impedem o exame do mérito e, com isso, a realização da pretensão. Isso poderia acontecer na vigência do recém-revogado Código de 1973, que prevaleceu até 2016, quando entrou em vigor a Lei n. 13.105/2015, o atual Código de Processo Civil. A base desta pesquisa é a premissa de que qualquer alteração legislativa no âmbito das leis processuais deve levar em consideração a busca da correção de desigualdades. Além disso, cabe ao julgador verificar a existência de desigualdade processual e utilizar os instrumentos processuais disponíveis para afastá-la. Diante dessas diretrizes, pensar em um sistema que promova a desigualdade social seria inviável. Ao final, no último capítulo, por exemplo, evidencia-se que a intepretação da teoria dos precedentes vinculantes adotada pelas normas processuais, atualmente em vigor, deve sempre atender à finalidade de redução das desigualdades processuais como passo para redução das desigualdades sociais.

Palavras-Chave: desigualdade processual; eficiência; interpretação; processo civil.

A EXECUÇÃO PENAL E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL E DOS DESAFIOS PARA O CUMPRIMENTO DAS REGRAS ESTABELECIDAS PARA OS REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA MEDIANTE A REALIDADE TOCANTINENSE

Ciro Rosa de Oliveira – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
ciro.oliveira@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
Antonio.suxberger@ceub.edu.br

As principais críticas ao sistema penitenciário brasileiro vão da ineficácia na ressocialização do detento às dificuldades enfrentadas pelo egresso, quando do retorno à sociedade, passando pelas estruturas e pelas formas de execução, com situações que não se coadunam com os direitos garantidos pela legislação ordinária e, sobretudo, pela ordem constitucional vigente no Brasil. Diante disso, a temática escolhida para o desenvolvimento da pesquisa tem como objeto central o atual estado de execução das penas aplicadas aos condenados no Brasil e se esse sistema de execução se conecta, de forma orgânica e eficiente, ao sistema penitenciário, atendendo aos ditames constitucionais em relação ao que preceitua a ordem constitucional brasileira, sob a égide da Constituição Federal de 1988. Considerando, sinteticamente, a exposição do tema, sua delimitação circunscreve-se da seguinte maneira: quanto ao objeto central, o seu conteúdo situa-se na relação do sistema de execução penal, em especial à observação dos ditames constitucionais-legais para o cumprimento das regras estabelecidas para os regimes de pena, sua progressão e possibilidade de regressão e as eventuais ocorrências do estado de coisa inconstitucional no plano da execução penal; o aspecto espacial da pesquisa tem lugar na análise das aplicações de políticas públicas nacionais e regionais relacionadas à execução das penas previstas e como elas são aplicadas no sistema penitenciário existente no estado do Tocantins; a temporalidade tem como referência o momento presente e o contexto da Constituição Federal de 1988, para verificar se há um estado de coisa inconstitucional no enquadramento fático recortado. O problema de pesquisa escolhido estabelece-se da seguinte maneira: diante dos direitos e das garantias fundamentais estabelecidos pela ordem constitucional vigente no Brasil, após a Constituição Federal de 1988 e das experiências extraídas da aplicação do sistema de execução penal, quanto às formas de aplicação dos regimes de penas, no âmbito do sistema penitenciário no estado do Tocantins, indaga-se quais fundamentos sociojurídicos devem ser observados para a sistematização legal e material de políticas públicas que materializem os direitos e as garantias fundamentais e afastem as ocorrências de estado de coisa inconstitucional na execução das penas, no Brasil. Como hipótese primária, apresenta-se a seguinte resposta: as formas de execução das penas e

as condições materiais para o funcionamento do sistema de progressão dos regimes a elas estabelecidos, no âmbito do sistema penitenciário tocantinense, não se dá de maneira orgânica, revelando distorções nas condições materiais implementadas por políticas públicas nacionais e regionais e fundamentos sociojurídicos que evidenciam a ocorrência do estado de coisa inconstitucional na execução das penas, no Brasil. Na busca pela resposta ao problema, tem-se como objetivo geral analisar como são estruturadas as políticas públicas para a efetivação da execução da pena no plano local e nacional, como e por meio de quais fundamentos sociojurídicos é possível a sua implementação no âmbito local e regional, de modo a afastar a ocorrência do estado de coisa inconstitucional reconhecido pelo STF, ao analisar a medida cautelar Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 347 do Distrito Federal. O método de abordagem da pesquisa é qualitativo com usos secundários da abordagem quantitativa. Os modos de raciocínio variam a partir das necessidades de cumprimento dos objetivos específicos, perpassando pelo dedutivo, pelo indutivo e pelo dialético.

Palavras-Chave: execução penal; regime de cumprimento de pena; estado de coisa inconstitucional; sistema penitenciário; direitos e garantias fundamentais.

A IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ATÍPICAS NO PROCESSO ESTRUTURAL

Filipe Bastos Nogueira – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
filipebastos1987@hotmail.com
Jefferson Carús Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O presente trabalho tem como força motriz analisar se as medidas atípicas se revelam como o instrumento processual apto a promover a efetividade da execução do processo estrutural. Dessa forma, o presente projeto de pesquisa tem como intuito analisar propostas de soluções de ordem processual e procedimental e, especificamente, verificar de que forma as medidas atípicas contribuem para a efetividade das decisões estruturantes.

Palavras-Chave: processo estrutural; medidas atípicas; efetividade.

A INSTITUCIONALIDADE DO CONTROLE PENAL NOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

Fabio Macedo Nascimento – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
fabiompdft@gmail.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

Analisando os arranjos institucionais em torno dos crimes contra as finanças públicas, indaga-se se o controle penal brasileiro tem sido efetivamente orientado a dar respostas a esses desvios. Considerando as institucionalidades tradicionais dos Tribunais de Contas e dos Ministérios Públicos de Contas, bem assim a incipiente incursão do Ministério Público comum nos dados da contabilidade pública e a forma como se articulam as autonomias dessas instituições e suas específicas e isoladas agendas, não existe, para além de alguns voluntarismos, real e eficaz institucionalização de mecanismos de investigação e apuração de responsabilidades criminais em torno da gestão fiscal. A pesquisa, portanto, além de comentar os problemas dos arranjos por meio de análise de documentos públicos e revisão bibliográfica, a partir da doutrina e da jurisprudência correlata, objetiva propor algumas ideias, de modo a sugerir padronização de trabalho na busca de uniformização eficaz que consiga alavancar a persecução em nível racional. Com efeito, cuida-se de preocupação não apenas de controle penal, mas também do que veio para coibir a malversação do dinheiro público, a falta de estudo e de planejamento dirigidos aos gastos e, em última análise, ao déficit na concretização de direitos sociais que dependem do bom uso da coisa pública. Para tanto, pretende-se buscar, junto ao CNMP ou ao CNJ, a partir das tabelas de taxonomia, quantas ações criminais foram ajuizadas, considerando os códigos fonte que alimentam os sistemas do PJE, para os crimes previstos no artigo 359, de A a H do CP. Ademais, é aplicado um questionário qualitativo em grupo de procuradores de contas, visando obter a sua percepção acerca da capacidade e da autonomia do MPC, para lidar com os dados que circundem os possíveis delitos, e são realizadas entrevistas exploratórias com membros do MPDFT, do MPC junto ao TCDF, que trabalharam com a matéria, a fim de perquiri-los sobre os aspectos sensíveis ligados a este tipo de persecução penal.

Palavras-Chave: finanças públicas; controle penal; arranjos institucionais.

A NOVA MOLDURA LEGISLATIVA CONFERIDA PELA LEI 13.964/2019 SOBRE AS MEDIDAS CAUTELARES E SEUS USOS NA COMARCA DE PALMAS, TOCANTINS: A IDEOLOGIA, O PROCESSO, O CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SISTEMA CARCERÁRIO

Rafael Assunção Godinho – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
profgodinho.rafael@gmail.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@gmail.com

Mobilizando os conceitos de ideologia, processo, contexto político-institucional e políticas públicas no sistema carcerário, o presente projeto de pesquisa doutoral delimita o seu tema nos marcos das medidas cautelares, no processo penal, o que inclui o novo regime jurídico das prisões cautelares, consorciado à nova moldura legislativa estabelecida pela Lei nº 13.964/2019. Delimita-se espacialmente o estudo sobre os dados e os usos das medidas cautelares, na Comarca de Palmas, Tocantins. Temporalmente, a temática situa-se entre os anos de 2020 a 2025. O método é o de pesquisa bibliográfica, acompanhada por caráter exploratório, tratando-se, portanto, de uma pesquisa documental e de levantamento. Com o advento da Lei nº 11.719/2008, da Lei nº 12.403/2011 e da Lei nº 13.964/2019, a sistemática da prisão cautelar muda sensivelmente, em um regramento que a realoca na moldura processual enquanto última *ratio* das medidas cautelares, o que impõe diversos desafios em torno da força normativa de concretude do novo regime jurídico das prisões cautelares, na Justiça Criminal.

Palavras-Chave: prisão; cautelar; ideologia; processo; cárcere.

A OBRIGATORIEDADE DA OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESANA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES DA LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL

Alexis Sales de Paula e Souza – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
souza.alexis1@gmail.com
Marlon Tomazette – CEUB, professor orientador
marlon.tomazette@ceub.edu.br

A introdução da tese apresenta o problema observado empiricamente que ocorreu na aplicação da Lei Anticorrupção Empresarial (LAE), especificamente no que se refere a uma falha na preservação da atividade econômica das empresas punidas. São duas as hipóteses contestáveis. Na primeira, há um princípio implícito na Constituição de que a empresa, entendida como atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, em razão de sua função social, deve, sempre que possível, ser preservada na aplicação das sanções do direito penal econômico, notadamente as previstas na LAE. A segunda hipótese contestável é que o princípio constitucional da preservação da empresa não alcança as denominadas "empresas criminosas", porque, em verdade, não há empresa, mas apenas uma pessoa jurídica constituída para cometer ou permitir o cometimento de crimes. Para tanto, discorre-se sobre os conceitos de empresa, empresário e de ordem econômica. Trata-se da função social da empresa como decorrência da função social da propriedade. Em seguida, o trabalho procura provar que o princípio da preservação da empresa é constitucional implícito que decorre dos princípios da livre iniciativa, da garantia do desenvolvimento e da soberania nacional e da função social da propriedade dos recursos produtivos. Ademais, detalha-se o princípio da preservação da empresa na Lei de Recuperação Judicial e na Lei do CADE. Trata-se do direito penal econômico, dos delitos empresariais e do direito penal das pessoas jurídicas. Analisam-se os tipos administrativos da LAE. Por fim, discute-se a aplicação do princípio da preservação da empresa nas sanções da LAE.

Palavras-Chave: princípio; preservação; empresa; corrupção.

A POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS PRESTADOS PELAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUAS ZONAS DE AMORTECIMENTO COM BASE NO ASPECTO SOCIAL: UMA RELEITURA DA POLÍTICA NACIONAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Lorene Raquel de Souza – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
lorene.raquel@gmail.com ou lorene.raquel@hotmail.com
Márcia Dieguez Leuzinger – CEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@uol.com.br

A tese analisa a possibilidade de financiamento dos serviços ambientais prestados pelas Unidades de Conservação, que, muitas vezes, estão sobrepostas às terras indígenas ou ocupadas por populações tradicionais e por suas zonas de amortecimento, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas. Para tanto, defende-se a criação de um modelo de Pagamento por Serviços Ambientais com base no pressuposto social ou multidimensional, já que envolve o pilar ambiental e social, como forma de estimular a adoção de condutas protetivas positivas pelas populações situadas nessas áreas. O trabalho gira em torno da seguinte hipótese de pesquisa: indaga-se se é possível defender que as ações individuais ou coletivas de manutenção, recuperação ou melhoria dos serviços ecossistêmicos, encampadas pelas populações tradicionais residentes em Unidades de Conservações ou pelas pessoas inseridas no seu entorno sejam recompensadas por meio de Pagamento por Serviços Ambientais. Nesse caso, sustenta-se que o objetivo principal é promover o bem-estar dessas comunidades, o que equipararia o pressuposto social ao ambiental ou colocaria aquele em posição de precedência sobre este, uma vez que a garantia de prestação de serviços ecossistêmicos ficaria em segundo plano. O objetivo geral da pesquisa é analisar a aplicabilidade e a pertinência do estabelecimento de Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, sedimentado no princípio do provedor-recebedor, tendo como finalidade precípua a melhora das condições socioeconômicas dos responsáveis pelas ações de robustecimento dos serviços ecossistêmicos, uma vez que a gestão das unidades de conservação se torna mais eficiente quando há o envolvimento das comunidades locais. Trabalha-se sobre os seguintes objetivos específicos: levantamento do arcabouço teórico, normativo e jurisprudencial, nacional, regional e internacional, sobre a Prestação de Serviços Ambientais e o princípio do provedor-recebedor, que a fundamenta, compreendendo suas nuanças e possíveis aplicações; levantamento do arcabouço teórico, normativo e jurisprudencial, nacional, regional e internacional, sobre as Unidades de Conservação, compreendendo suas nuanças, possíveis aplicações e o ponto de confluência com a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; identificação das Unidades de Conservação com a população tradicional residente e o quantitativo de

UC com e sem zona de amortecimento definida; pesquisa e identificação dos Programas de Pagamento por Serviços Ambientais que impactaram positivamente a dimensão socioeconômico de uma comunidade; construção de uma ligação entre as políticas públicas ambientais abordadas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; apresentação de uma proposta de programa e de um projeto de PSA com base social, com o objetivo de garantir, ao mesmo tempo, a proteção social e a do meio ambiente nas UC e nas suas zonas de amortecimento.

Palavras-Chave: pagamento por serviços ambientais; desenvolvimento sustentável; unidades de conservação.

A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA E A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES SOCIAIS

Giselle Feliz Santiago – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
giselle.santiago@sempreceub.com
José Levi Mello do Amaral Júnior – CEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

Pensar as categorias “mulher” e “deficiente” implica adentrar a discussão de processos que excluem esses grupos sociais de direitos e marginalizam-nos. Nessa esteira, a política pública é o grande “guarda-chuva”, dentro do qual há políticas sociais, econômicas, fiscais, cambiais, entre outras, inclusive as afirmativas. As políticas públicas nascem para possibilitar equidade, conceito que reconhece os indivíduos não possuírem as mesmas oportunidades e mediante o qual a sociedade trata, de formas desiguais, os diferentes a partir de critérios de raça, classe social, pertencimento religioso, orientação sexual e identidade de gênero. O Brasil detém políticas específicas para mulheres e pessoas com deficiências físicas e intelectuais. Contudo, o grande desafio é a eficiência e a resolutividade dessas políticas, ou seja, em que medida elas são capazes de enfrentar a vulnerabilidade e a vida nua com as quais vivem as mulheres deficientes. Muitas vezes, a consequência desse cenário é a ampliação da vulnerabilidade das mulheres deficientes e a violação do princípio constitucional da dignidade humana. Nesse contexto, o objetivo da tese é avaliar a proteção constitucional das mulheres com deficiência, a efetivação de políticas públicas que lhes garantam direitos, a compreensão da legislação de proteção da mulher com deficiência física e intelectual e sua efetividade, as políticas afirmativas de proteção à mulher com deficiência física e intelectual, a medição da efetivação de políticas públicas para mulheres com deficiência e seus impactos no enfrentamento da desigualdade. O trabalho tem o direcionamento dos eixos temáticos a ser valorizados na tese.

Palavras-Chave: deficiência; proteção constitucional; políticas públicas; mulheres.

A REGULAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA NO DIREITO INTERNACIONAL DOS INVESTIMENTOS

Leonardo Vieira Arruda Achtschin – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
leovarruda@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitishi.monebhurrun@ceub.edu.br

A pesquisa busca analisar o instituto da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) em tratados de investimentos, investigando seu papel na interpretação dos direitos conferidos a investidores estrangeiros, em tratados bilaterais de investimentos (TBI). Até então concebido para proteger os interesses dos investidores, o regime do Direito Internacional dos Investimentos tem passado por um processo de revisitação, no sentido de conferir maior equilíbrio à relação entre o Estado receptor de investimentos e os investidores. Nesse processo, encontra-se o instituto da RSC, voltado para a contribuição dos investidores para a promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países receptores de seus investimentos. Embora se caracterize como um parâmetro com *status* de *soft law*, não ensejando deveres vinculantes para as empresas estrangeiras, o referido instituto, presente expressamente em alguns TBI, não pode ser compreendido como destituído de qualquer funcionalidade no âmbito de um tratado de investimentos. Assim, ainda que guarde a característica de voluntariedade, é avaliada a potencial utilização da RSC como mecanismo de interpretação dos direitos dos investidores estrangeiros. Diante dessa compreensão, a RSC funcionaria como vetor analítico do grau de proteção jurídica a ser conferida ao investidor em dois sentidos: como vetor de interpretação dos próprios padrões de tratamento (garantias substanciais); como vetor de interpretação para a adjudicação de direitos em nível de solução de controvérsias (garantias procedimentais). A análise dessa função da RSC dá-se a partir da investigação decomposta de seus principais objetos de tutela jurídica: a proteção do meio ambiente; a proteção das relações de trabalho; a proteção dos direitos humanos; as medidas anticorrupção. Para a testagem da hipótese, a pesquisa vale-se do método empírico em suas dimensões quantitativa e qualitativa. A análise quantitativa dá-se mediante a coleta, a manipulação e o exame de dados obtidos, permitindo determinar a relevância de diferentes fatores de evolução do Direito dos Investimentos. A análise qualitativa dá-se por meio de pesquisa de campo (entrevistas e questionários), possibilitando uma avaliação da dinâmica de mudança de comportamento no cenário do direito dos investimentos, por vezes, inviável de captura pelo método quantitativo. Faz-se pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, capazes de aportar descobertas recentes.

Palavras-Chave: tratados de investimentos; responsabilidade social corporativa; regulação.

A REGULAÇÃO DO REGIME ECONÔMICO-FINANCEIRO DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO DIANTE DA PROMOÇÃO DA CONCORRÊNCIA INSTITUÍDA PELO NOVO MARCO DO SANEAMENTO BÁSICO

Christianne Dias Ferreira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
christiannedferreira@gmail.com
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

O novo Marco Legal do Saneamento Básico, consubstanciado na Lei n. 14.026, de 15 de julho de 2020, adveio da necessidade de enfrentamento do atraso do setor do saneamento básico, em relação aos outros setores da infraestrutura que lograram alcançar a universalização e a adequada prestação de serviços. Diante de 35 milhões de brasileiros sem acesso à água tratada e de 100 milhões sem acesso à coleta de esgoto, o novo Marco Legal do Saneamento Básico tratou de determinar a universalização em 99% do serviço de abastecimento de água e em 90% do serviço de esgotamento sanitário, até o ano de 2033. Para isso, baseou-se em três principais pilares: maior competição por meio de participação do setor privado, diante da necessidade de investimento exigida; a possibilidade de prestação do serviço de forma regionalizada; a criação de uma instância regulatória nacional que pudesse dar diretrizes e uniformizar as regras praticadas no país. Considerando que há uma multiplicidade de atores com competências privadas e comuns que atuam no sentido de elaborar políticas públicas, regular serviços e fiscalizar contratos, a definição do campo de observação da pesquisa repousa na tutela de direitos fundamentais da pessoa humana, alcançados por meio de adequada prestação de serviços de saneamento básico. É importante a análise crítica acerca da nova política pública, à luz dos condicionantes técnicos, econômicos, (da reserva de mercado para prestadores públicos, da observação do federalismo cooperativo e da autonomia administrativa do ente municipal, da regulação eficiente por instituição uniformizadora de normas de referência, da regionalização e da instituição de competição pelo mercado, de forma gradual e efetiva, respeitando os contratos já firmados e admitindo a entrada de novos *players*. O tratamento dos contratos de programa, que eram renovados automaticamente, sem revisão de metas, investimentos e estruturação tarifária, merecem especial atenção da atividade regulatória para que recebam apropriado tratamento no momento de transição de um modelo cuja participação do prestador privado passa a competir pelos serviços, sob as mesmas condições do prestador público. Consequentemente, à luz do escrito e do prescrito no texto constitucional e na legislação infraconstitucional, sob o ponto de vista da harmonia com o ordenamento jurídico, a autonomia constitucional dos municípios deve ser analisada sob o enfoque de uma política pública que vise alcançar a universalização dos serviços, mas que tenha a

capacidade de resguardar-se dos concessionários aventureiros, tanto os *ex ante*, que aceitam tomar riscos desconhecidos, quanto os *ex post*, que contam com vultosos reequilíbrios que modificam as condições presentes nos contratos originários. O paradigma que norteia as premissas metodológicas é o Estado democrático de direito e a atividade articulada de seus entes federativos, com o fim de aproximar o direito positivado da realidade social. Para tanto, é essencial estabelecer conexão entre a produção de políticas públicas com uma teoria constitucional-administrativista que seja capaz de dar suporte, para enfrentar os desafios atuais.

Palavras-Chave: concorrência; regulação; universalização; regionalização; recursos públicos.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DIGITAL PELOS DANOS CAUSADOS POR ROBÔS AUTÔNOMOS INTELIGENTES EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE NATUREZA PRIVADA

José Eustáquio de Melo Júnior – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
jose.eustaquio@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

As tecnologias da informação e comunicação (TIC) encontram-se em ritmo acelerado de desenvolvimento, e, entre elas, destaca-se a inteligência artificial (IA), cujo potencial propicia mudanças benéficas significativas em várias áreas, como saúde, transporte e sustentabilidade. Existem diversas questões envolvendo as implicações oriundas do uso dessa ferramenta tecnológica que carecem de solução, como é o caso da responsabilidade civil pelos danos causados por robôs autônomos inteligentes. Com efeito, a aplicação dos princípios tradicionais de responsabilidade civil nesse contexto é um desafio para o direito, pois as leis em vigor foram desenvolvidas perante atos humanos, por isso surgem diversos questionamentos em relação a sua aptidão para lidar com situações nas quais ações autônomas de máquinas inteligentes resultem em danos, mormente no cenário de ausência de regulação específica. Em razão das incertezas que cercam o tema, surge a oportunidade e a urgência de apresentar uma proposta de tipologia da responsabilidade civil digital. Diante disso, o problema de pesquisa desta investigação é investigar como se apresenta a tipologia da responsabilidade civil digital pelos danos causados por robôs autônomos inteligentes. O objetivo geral deste estudo é analisar a responsabilidade civil dos robôs autônomos inteligentes. Para a consecução desse objetivo, a pesquisa aborda os limites da responsabilidade civil clássica, para reparar os danos causados por robôs autônomos inteligentes; analisa a superação dos limites da responsabilidade civil clássica, como o remanejamento teórico mediante a instituição da responsabilidade civil digital pelos danos causados por robôs autônomos inteligentes; expõe o desenho metodológico da responsabilidade civil digital pelos danos causados por robôs autônomos inteligentes. Metodologicamente, utiliza-se a pesquisa teórico-bibliográfica, documental e qualitativa, valendo-se do método dedutivo. A análise indica que os parâmetros tradicionais da responsabilidade civil não são suficientes para a reparação dos danos causados por robôs autônomos inteligentes.

Palavras-Chave: inteligência artificial; responsabilidade civil; robôs autônomos; relações internacionais.

A SOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO PROPULSOR DO DESENVOLVIMENTO DAS REDES DE TELECOMUNICAÇÕES

Raquel Joyce Araújo da Silva Salgado – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
raquel.joyce@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

A pesquisa pretende avaliar como a arquitetura institucional de atuação conjunta das agências reguladoras impacta a solução de conflitos que envolve acesso à infraestrutura de rede de telecomunicações e se isso tem reflexo no desenvolvimento das redes de telecomunicação do Brasil. Em relação aos procedimentos operacionais metodológicos, escolheu-se a pesquisa qualitativa, pois aplica-se ao estudo das relações, das representações, das percepções e das opiniões dos seres humanos, de como vivem ou constroem suas realidades. As ações envolvem o levantamento da atual arquitetura institucional por meio da análise de leis, decretos e regulamentos que tratam do tema. Adicionalmente, examinam-se os conflitos apresentados à Anatel na última década que tenham por objeto o acesso à infraestrutura de outros serviços de interesse público. Com intuito de observar a percepção dos agentes sobre a questão da resolução em conjunto dos conflitos, pretende-se avaliar as contribuições à Consulta Pública n. 28, de 2018, a respeito de diagnóstico preliminar referente ao tema "Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações"; à Consulta Pública n. 32 sobre proposta de recriação da Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo); à Consulta Pública n. 17, de 2022, acerca de proposta de Resolução Conjunta Anatel-ANEEL, que aprova o Regulamento de Compartilhamento de Postes entre Distribuidoras de Energia Elétrica e Prestadoras de Serviços de Telecomunicações.

Palavras-Chave: agências reguladoras; solução de conflitos; redes de telecomunicações.

A VIRTUALIZAÇÃO DIGITAL DO ACESSO À JUSTIÇA E O REDIMENSIONAMENTO PRINCIPIOLÓGICO PROCESSUAL: ANÁLISE TEÓRICO-CONCEITUAL DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS E SUA INSERÇÃO NA TEORIA GERAL DO PROCESSO

José Maria Lima – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
josemarialima@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

Os fundamentos teórico-conceituais que regem o direito processual têm como referência uma série de procedimentos e rituais materiais que, para ser concretizados, necessitam da presença física nos mais diversos e comezinhos atos judiciais, da materialização do processo fisicamente, da territorialização dos atos, entre outras questões limitantes do acesso à justiça e da efetiva prestação jurisdicional. Ocorre que, com a institucionalização mandatória do processo judicial eletrônico, a partir da Lei n.º 11.419/2006, nova realidade impõe-se, levando o legislador a repensar não só o direito processual, mas também todo o sistema de justiça, gerando um redimensionamento de toda a ordem jurídico-processual, em especial a principiológica, com a nova sistemática processual eletrônica. Diante disso, considerando a temática dos princípios que regem o direito processual, parte-se à delimitação temática no tocante ao objeto da pesquisa proposta neste projeto, qual seja a análise teórico-conceitual da nova ordem principiológica processual, oriunda da virtualização do processo judicial, hiper-realizado por meio das plataformas de processo judicial eletrônico, implementadas a partir das premissas legais disciplinadas na Lei n.º 11.419/2006, em resoluções do Conselho Nacional de Justiça e dos Tribunais de Justiça dos estados que compõem a República Federativa brasileira. A conjunção da delimitação do conteúdo teórico-conceitual e fático espaço-temporal corporifica-se mediante análise teórico-conceitual dos princípios processuais e sua inserção na teoria geral do processo. A partir do tema apresentado, o problema de pesquisa a ser respondido é o seguinte: diante da nova ordem processual virtualizada, com a implantação do processo judicial eletrônico, a partir das premissas traçadas na Lei n.º 11.419/2006 e das normas subsequentes, indaga-se quais são os fatores e as estruturas determinantes para o redimensionamento principiológico processual e os seus impactos no aprimoramento da prestação jurisdicional e na ampliação do acesso à justiça. A hipótese que principia a análise situa-se na seguinte resposta: houve uma mutação nas estruturas de alguns princípios existentes, transformando-os e, em alguns casos, dando origem a outros que ainda são pouco compreendidos nas estruturas e no seu modo de agir no plano da teoria geral do processo, em especial na sistemática da processualística cível, impactando negativamente a qualidade da prestação jurisdicional e o efetivo acesso à justiça. Em relação ao objetivo geral, a proposta é analisar as

mutações principiológicas do sistema processual a partir dos fatores e das estruturas que determinam o seu redimensionamento e as transformações no plano da teoria geral do processo, bem como os seus impactos e possibilidades de aprimoramento da prestação jurisdicional e ampliação do acesso à justiça. Sobre o quadro metodológico, a pesquisa caracteriza-se, quanto à sua tipologia, na conjunção do tipo jurídico-diagnóstico com o jurídico-compreensivo. Sobre o primeiro, há a necessidade de identificar as causas da problemática que envolve a relação do direito com as novas tecnologias da informação e a implantação do processo judicial eletrônico como fator de redimensionamento dos princípios regentes do direito processual; quanto ao segundo tipo, considerando o caráter teórico-conceitual da pesquisa, é possível um aprofundamento teórico das causas que remete à hipótese primária apresentada neste projeto, possibilitando, com isso, sua validação ou sua refutação a partir dos resultados.

Palavras-Chave: direito digital; princípios processuais digitais; direito processual eletrônico; acesso à justiça; realidade virtual.

ACORDO SUBSTITUTIVO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA: EM BUSCA DO DEVIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO CONSENSUAL

Raquel Mousinho de Moura Fé – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
raquelmmourafe@gmail.com
Sandro Lúcio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

O campo do direito contém desacordos e desavenças. No direito administrativo sancionador, se, em regra, acorda-se sobre o tipo de argumento ou prova que é relevante, desacorda-se de todo o mais – por exemplo, do teor dos incontáveis conceitos jurídicos indeterminados que descrevem os tipos infracionais e, muito mais, sobre se alguém que foi sancionado administrativamente pode acordar com a Administração uma forma substitutiva de como restaurar a ordem jurídica turbada. Os efeitos prospectivos e prodrômicos da transação em matéria de sanção administrativa e, especificamente, qual deveria ser o rito específico para a celebração do consenso com a Administração Pública negocial são objeto deste estudo. Partindo da malha de desacordos que envolve o tema em comento e apoiado na premissa de que a sanção administrativa prevista em lei nem sempre é o meio hábil à restauração da ordem jurídica turbada, à regulação de conduta dos particulares ou a realizar o interesse público, procurou-se responder a dois principais questionamentos. O primeiro deles indaga se, no direito administrativo sancionador brasileiro, o acordo substitutivo de sanção administrativa geral é alternativa válida que, em tese, pode satisfazer à finalidade e à eficiência exigidas pelo princípio da legalidade administrativa, devendo sempre ser considerada quando da ponderação do interesse público comum no caso concreto. A atuação profissional na advocacia pública, notadamente com o direito sancionatório administrativo, há mais de um decênio, tem-se enriquecido de experiências práticas que soletram a conveniência de refletir-se seriamente sobre o assunto, com o intuito de, obstinadamente, desafiar o ordenamento jurídico a entregar solução menos simplista e ilitchiana aos casos reais da vida complexa e nada estéril do direito administrativo sancionador. É também a experiência acumulada e a leitura da doutrina especializada que recomenda não inflamar empreendimento reflexivo e crítico da fórmula pronta do *one fits all*, como se a sanção prevista em lei fosse a única e melhor solução do caso concreto sempre, isolando-a de ruminação igualmente séria a respeito do desenho do devido processo administrativo consensual, a ser planificado, considerando-se as garantias constitucionais e convencionais e o possível rearranjo das instituições democráticas para o eficaz combate à corrupção – direito fundamental, que, ao lado de outros, deve também ser concretizado pela Administração Pública. Desse modo, a segunda parte deste relatório presta-se a responder ao segundo questionamento que norteou a presente pesquisa e que indaga quais são os parâmetros

mínimos, constitucionais e convencionais do processo administrativo consensual por meio do qual a Administração Pública realiza seu dever proativo de combate à corrupção no devido processo administrativo consensual.

Palavras-Chave: administração pública consensual; interesse público comum; devido processo administrativo consensual.

ALCANCES DO FUNDEB NAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS SOB A PERSPECTIVA DA SOLIDARIEDADE

Naiara Cardoso Gomide da Costa Alamy – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
naiaraalamy@gmail.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@uniceub.edu.br

As políticas públicas, algo explicitado pela concepção de paradigma, mobiliza significados, representações, crenças e valores sobre uma questão social e transforma-a em problema público, articulando recursos administrativos, capacidades institucionais e instrumentos de política. No campo das políticas educacionais, foram mobilizados diferentes paradigmas orientados por concepções de justiça. A tensão entre as matrizes paradigmáticas tem efeitos na implementação, mas, sobretudo, no desenho dos instrumentos de política. A política de fundos na educação básica reflete processos de negociação entre atores e mobiliza ideais de justiça e educação. O problema central refere-se às dificuldades de alocação de valores aos instrumentos de política, isto é, oferecer argumentos de justiça coerentes com os instrumentos utilizados. A reflexão a respeito dos argumentos de justiça utilizados na discussão do FUNDEB auxilia o esclarecimento dos sentidos mobilizados. O objetivo da tese é investigar as implicações do financiamento público da educação básica – mecanismo do FUNDEB – nas oportunidades educacionais, sob a perspectiva da solidariedade. Para atingir o proposto, faz-se a pesquisa exploratória sobre a legislação, as obras doutrinárias, os artigos de revistas especializadas e os bancos de dados da CAPES. Parte-se do pressuposto de que a educação é bem público e deve estar à disposição da população. A tese segue a articulação histórica e o balanço da ação entre paradigmas, com a finalidade de esclarecer analiticamente as diferentes posições e seus significados políticos. O trabalho dividido em três partes inicia-se com a discussão sobre as argumentações de justiça, no contexto neoliberal e social e seus reflexos na solidariedade. Na segunda parte, reflete-se sobre o FUNDEB, considerando sua natureza jurídica, seus limites e suas consequências na sociedade. Por último, problematizam-se as narrativas dos atores na implementação da política de financiamento educacional, com base nas argumentações de justiça.

Palavras-Chave: solidariedade; FUNDEB; política pública; financiamento.

ANÁLISE ECONÔMICA DO REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA

Arthur Lachter – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
alachter@gmail.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – CEUB, professor orientador
gico@gicoadvogados.com.br

A tese é focalizada na análise do regime jurídico da magistratura nacional, a partir das disposições regulamentares previstas na Constituição, na Lei Orgânica da Magistratura e nos Atos Normativos expedidos pelo CNJ, sob a ótica exoprocessual, em busca de meios para alcançar a maior eficiência produtiva possível na atividade adjudicativa. Para tanto, faz-se discussão científica sobre o impacto de determinados incentivos regulamentares na atuação dos julgadores, além da análise profunda da organização industrial do Poder Judiciário. Para tanto, usa-se como base a relação entre os incentivos efetivamente disponíveis para o julgador alcançar o melhor resultado possível sob o ponto de vista da eficiência produtiva. A regulação da atuação dos magistrados, fora do âmbito jurisdicional, também leva em consideração a relação entre os colegas (agentes), a partir da teoria dos times, para tentar entender se os membros do Poder Judiciário trabalham em equipe e como sua atuação interfere na melhor qualidade do resultado entregue à população. Além de incentivos gerais, como regras de remuneração e de movimentação na carreira (promoção e remoção), são analisados os incentivos específicos, como a carga horária desempenhada e as vedações a atividades concorrentes ao exercício da judicatura. Da mesma forma, são abordadas a criação de metas e o cumprimento das metas impostas aos julgadores e qual o seu resultado concreto. Ao fim, são analisados todos os resultados à luz dos critérios e das diretrizes, mediante a análise econômica do direito, para apontar se o regime jurídico como o existente funciona da melhor forma possível e, caso não funcione, qual é o caminho mais adequado para otimizá-lo.

Palavras-Chave: magistratura; análise econômica; eficiência.

APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EFETIVIDADE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL NO ESTADO DE MATO GROSSO

Thiago Cícero Serra Lyrio – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
tcsl7@hotmail.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A análise das funções da Administração Pública, do Poder Judiciário, do Registro de Imóveis e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA evidencia a interação destes atores sociais na política pública da regularização fundiária. Nessa esteira, almeja-se entender se as elaborações e os debates das políticas públicas avançam na efetivação da regularização fundiária rural. As antípodas forças caracterizadas pelos latifundiários e pelos assentados lutam incessantemente para obter benefícios e vantagens para a sua categoria na elaboração das políticas públicas de regularização fundiária rural. Entretanto, esse procedimento afeta, macula e adia direitos e garantias postos aos cidadãos tanto na obtenção de um crédito rural quanto na aquisição de um lote de assentamento. A efetividade na implementação pode ser influenciada negativamente pela falta de possibilidade de ação do INCRA e pela falta de acesso de financiamento junto às instituições financeiras, em razão de conflitos oriundos da elaboração das políticas públicas em instâncias superiores, muito longínquas da terra em debate. Pretende-se expor que, na verdade, o conflito nas políticas públicas da regularização fundiária rural é complexo e farto de interesses, que há avanço de efetividade nesta esfera; entrementes, o potencial que se vislumbra é de resultados mais expressivos. Busca-se consolidar a política de ordenamento territorial com a produção sustentável, garantindo a segurança necessária à regularização e preservando os interesses do Estado no atendimento aos anseios sociais. O objetivo é pesquisar se há avanços portentosos e consideráveis nos elementos da funcionalidade e da efetividade da política pública para a implementação da regularização fundiária rural no estado de Mato Grosso. De forma mais específica, os objetivos descrevem-se em estudar e facilitar a viabilização de: verificar as ações empreendidas para a elaboração e a execução da política pública da regularização fundiária rural; atualizar os instrumentos de política de regularização fundiária rural; analisar criticamente as ações e as contribuições do INCRA, do Poder Judiciário e do Registro Imobiliário para a implementação da regularização fundiária rural; investigar a situação fundiária da região e os avanços alcançados com a implementação da regularização fundiária rural; examinar se o direito à propriedade, o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas foram alcançados com a implementação da regularização fundiária rural. O trabalho fundamenta-se no estudo da Constituição e das leis federais relativas às políticas públicas sobre a Regularização

Fundiária Rural e às Leis dos Registros Públicos mediante análise instrumental, com enfoque normativo e jurídico. São utilizados o método dedutivo e o monográfico. Como técnica de pesquisa, são utilizadas a a documental e a bibliográfica. Em seguida, analisa-se o vínculo e o campo em que se encontram e partilham informações sobre as políticas públicas e os registros públicos, elaborando-se uma pesquisa empírico-documental e normativa.

Palavras-Chave: regularização fundiária rural; INCRA; registro de imóveis; estado de Mato Grosso.

AS CONTRIBUIÇÕES DAS CONTADORIAS JUDICIAIS UNIFICADAS ESTADUAIS NO BRASIL PARA A CELERIDADE PROCESSUAL E A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

Arthur Emílio Galdino de Sousa Rodrigues – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
arthur.rodrigues@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

Com o surgimento do processo eletrônico, no que diz respeito à organização da força de trabalho, permite-se otimizar e reorganizar a força de trabalho dos contadores judiciais, distribuindo os processos para cálculos de forma igualitária e equânime, com o objetivo de dar maior celeridade ao processo e diminuir o tempo de sua tramitação. Para tanto, surgem as contadorias judiciais unificadas. Assim, é necessário verificar se houve ou não contribuições, quantos tribunais estaduais já implantaram a contadoria judicial unificada, quais são as melhores práticas adotadas em tais contadorias, se o processo se tornou mais célere e quais são os impactos causados, se positivos ou negativos. O estudo é baseado nas normas vigentes, nas rotinas de trabalho vivenciadas e diagnosticadas pelos contadores judiciais mediante documentos ou relatórios técnicos produzidos pelas contadorias. Após as verificações, é possível aperfeiçoar e aprimorar as ferramentas, dando mais celeridade aos processos nas contadorias judiciais. Tem-se como objetivo geral analisar a atuação das contadorias judiciais unificadas à luz da celeridade processual e da razoável duração do processo. Os objetivos específicos são: explicitar a função do contador judicial, quais as suas atribuições e os impactos sociais da profissão em diferentes ordenamentos jurídicos, com ênfase no pátrio; descrever o processo de criação e implantação das contadorias judiciais unificadas, a fim de verificar as repercussões em suas diferentes dimensões no cenário nacional; propor implementações ao sistema a partir dos resultados obtidos da investigação que servem como norte para os demais tribunais que queiram implantar a mesma estrutura. Os procedimentos metodológicos requeridos para o desenvolvimento do relatório técnico são pesquisas bibliográficas e estudos sistemáticos de leis e demais normativas correlacionadas ao objeto da pesquisa, acessados por meio virtual. Após a coleta e a análise dos dados dos relatórios institucionais, podem ser identificadas possíveis falhas nos trabalhos desenvolvidos pelas contadorias judiciais unificadas. Assim, são sugeridas modificações e melhorias, diagnosticando-se se o tempo de permanência dos processos para cálculos nas contadorias judiciais unificadas resulta da falta de políticas públicas. O método abordado é o dedutivo, o qualitativo e o quantitativo. Utiliza-se a subsunção, analisando as regras adotadas pelas contadorias judiciais unificadas à prática jurídica de apuração dos trabalhos. Entre as atribuições do objeto de estudo em questão, está o

planejamento estratégico e a gestão administrativa dos tribunais, estabelecendo metas para cumprimento entre as diversas cortes da justiça brasileira.

Palavras-Chave: Tribunais de justiça estaduais; contadorias judiciais unificadas; celeridade processual.

AS PLATAFORMAS DE ONLINE DISPUTE RESOLUTIONS E O ACESSO À JUSTIÇA: NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO JUDICIÁRIO COMO FORMA DE REDUÇÃO DE CONFLITUOSIDADE

Marcelo Sant'anna Vieira Gomes – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
marcelo.vgomes@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A pesquisa envolve a análise das Políticas Públicas de Acesso à Justiça realizadas pelo Poder Judiciário sob a orientação do Conselho Nacional de Justiça e seu impacto para a garantia do acesso à justiça substancial. Essa discussão decorre do fato de que o artigo 196 do Código de Processo Civil permite ao Poder Judiciário a ampliação da utilização de tecnologia, colocando-a como a verdadeira responsável pela diminuição dos conflitos e por maior redução das desigualdades entre as partes, por garantir maior democratização de acesso à composição conflitual. Ocorre que é preciso verificar se a utilização de todo esse aparato tecnológico, de fato, tem sido responsável por garantir a preservação do parâmetro de acesso à justiça substancial, estabelecido na Constituição Republicana de 1988. Nesse ínterim, a investigação tem como hipótese analisar se a ampliação de acesso à justiça por meio de plataformas digitais tem conseguido atender à população mais pobre. Ao que parece, há um discurso ideológico nesse contexto que determina a quantidade de demandas resolvidas ser sinônimo de efetividade da pacificação social. Mas, é preciso observar se essa lógica não tem, em verdade, ocasionado exclusão dos vulneráveis tecnológicos e tem-se preocupado apenas com aqueles que possuem acesso. Em vários casos, o que se observa é as soluções realizadas por meio de autocomposição serem transportadas do físico (humano) para o digital, sem qualquer tipo de adaptação. Assim, não se observa uma modificação do procedimento quando realizado nesse formato, e os dados observados têm-se direcionado à vertente de que ainda existe boa parcela da população brasileira sem acesso a meios e instrumentos que lhe permitam adequar-se a essa realidade. Diante disso, é preciso identificar se, de fato, houve uma redução de conflituosidade com a utilização da tecnologia ou se existem dados ocultos que não vieram, ainda, ao debate, estando o Judiciário a utilizar-se de uma ideologia neoliberal para sustentar os avanços tecnológicos.

Palavras-Chave: *online dispute resolutions*; acesso à justiça; ideologia; vulneráveis tecnológicos.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE ENFRAQUECIMENTO DA DESIGUALDADE SEXISTA NO TRABALHO REPRODUTIVO NÃO REMUNERADO: UM COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Nathalia Canhedo – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
nathalia.canhedo@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – CEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O valor monetário global do trabalho de cuidado não remunerado, prestado especialmente por mulheres a partir da faixa etária de 15 (quinze) anos, é de US$ 10,8 trilhões de reais por ano, baseando-se em um sistema falho e sexista, permitindo que pessoas acumulem riquezas e poder, em parte, explorando a força de trabalho feminina. A economia do cuidado, portanto, acarreta uma desigualdade de acesso ao mercado de trabalho das mulheres, impactando negativamente suas aposentadorias por ausência de contribuição pelo trabalho reprodutivo não reconhecido e marginalizado. Nesse contexto, surge o objeto de estudo deste trabalho, qual seja analisar se as políticas públicas relacionadas ao trabalho feminino buscam minimizar a desigualdade entre homens e mulheres referente ao trabalho do cuidado. Para que este estudo alcance seu objetivo, o percurso metodológico é realizado mediante pesquisa qualitativa, centrando-se na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais, partindo-se de um fenômeno global para o local, de modo que a pesquisa, primeiro, é realizada em nível internacional para, depois, inserir-se em âmbito nacional. A pesquisa é descritiva, contemplando análise documental mediante bibliografia internacional e nacional, com análise das normativas do tema em estudo.

Palavras-Chave: economia do cuidado; políticas públicas; trabalho feminino; trabalho reprodutivo não remunerado.

ATIVISMO CONTROLADOR: O QUE ACONTECE QUANDO O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SE EXCEDE, AO PRESTIGIAR A ECONOMICIDADE EM DETRIMENTO DA LEGALIDADE?

Karina Amorim Sampaio Costa – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
karinakasc@gmail.com
Sandro Lucio Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A tese tem como objetivo principal investigar a preponderância do princípio da economicidade em detrimento do princípio da legalidade, na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como as repercussões que esse prestígio de um, em face de outro, gera na segurança jurídica necessária em qualquer processo administrativo, em especial os relacionados às licitações que são realizadas e aos contratos que são firmados no país, todos os dias. O ativismo controlador é comportamento pernicioso que causa efeitos contrários aos pretendidos, gerando disfunção e insegurança jurídica. A pesquisa envereda por essa análise. A hipótese central indica que esse tipo de comportamento interpretativo do TCU, em vez de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de compras públicas no Brasil, tem efeito contrário, desacreditando-o, uma vez que os licitantes que participam de certames cotidianamente deixam de seguir o regramento fixado pelo edital – para atendimento das condições de habilitação e qualificação exigidas de todos os participantes – para focalizar apenas o preço, que é um dos elementos de avaliação. A opção metodológica adotada para o desenvolvimento da tese situa-se nos limites da linha jurídico-dogmática, empregando o raciocínio dedutivo, e especialmente nos acórdãos do Tribunal de Contas da União que tratam diretamente do objeto de estudo. Trata-se, além disso, de uma pesquisa documental e de levantamento. A contribuição central consiste em identificar os potenciais riscos no afastamento do princípio da legalidade, nos certames públicos, em homenagem ao princípio da economicidade, demonstrando que o eventual prestígio da economia de recursos públicos nas licitações, na verdade, desacredita todo o arcabouço normativo que foi desenvolvido para sustentar a igualdade entre os concorrentes, culminando em distorção e insegurança jurídica. Se um desses participantes, por exemplo, por ter apresentado o menor valor, descumpre as regras fixadas no edital – de ordem legal e normativa – e, ainda assim, pode ser chancelado por entendimento da Corte de Contas federal, perde-se toda a lógica de exigências de habilitação e qualificação indicadas na legislação em vigor.

Palavras-Chave: licitação; economicidade; legalidade; segurança jurídica; Tribunal de Contas da União.

BUSCA PESSOAL: HISTÓRIA E PRÁTICA JURÍDICA DA VIGILÂNCIA DE CLASSE

Antonio Carlos Alves Linhares – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
aca.linhares@gmail.com
Bruno Tadeu Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

A pesquisa tem como tema as abordagens policiais no Brasil. O objetivo é demonstrar como tais práticas revelam as permanências autoritárias historicamente presentes na sociedade brasileira, hoje atualizadas por tal instituto jurídico. Pretende-se estudar a criação e o desenvolvimento das instituições repressivas no Brasil, desde o Império, revelando as restrições à locomoção e à privacidade das classes trabalhadoras e dos escravos libertos inclusive na República, a pretexto de manutenção da ordem pública e instrumentalizando-se o sistema jurídico, sobretudo a legislação penal, e o aparelhamento repressivo. Estuda-se o autoritarismo como característica presente de forma permanente, na sociedade e no Estado brasileiro e como o advento do neoliberalismo alavanca perspectivas radicalmente mais autoritárias. Pretende-se examinar tecnicamente o instituto da abordagem policial conforme regulação legal, dogmática e jurisprudencial, perfazendo um marco histórico segundo sua justificação política e normalização jurídica, a teor de aproximação com o direito constitucional, administrativo e processual penal. A atualização de tal prática, no início do século XXI, é viabilizada pelas abordagens policiais em via pública que obedecem à tripla filtragem: geográfica, social e racial. Os métodos utilizados são o bibliográfico e o empírico. É realizada a revisão bibliográfica sobre o tema, e pretende-se verificar a possibilidade de quantificar as abordagens realizadas pela PMDF anualmente e avaliar eventuais boletins surgidos de tais procedimentos. Tendo-se em conta que há, no DF, o maior adensamento urbano do Brasil, pretende-se empreender avaliação de dados quantitativos sobre abordagens policiais no local, realização de entrevistas semiestruturadas com pessoas componentes de grupos representativos de potenciais alvos de abordagens, análise de grupos focais, envolvendo, separadamente, tais pessoas e policiais militares.

Palavras-Chave: busca pessoal; suspeição; direito de locomoção e privacidade; discriminação racial e de classe.

COMPARTILHAMENTO DE DADOS NA SEGURANÇA PÚBLICA: A INTERSEÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DOS PLANOS FEDERAIS E DO DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Dhiego Melo Job de Almeida – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
dhiegojob@hotmail.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A tese tem como problema de pesquisa avaliar, na perspectiva de proteção de dados pessoais, quais são os arranjos jurídico-institucionais que norteiam o compartilhamento de dados no âmbito da segurança pública. O método empregado é o exame documental de fontes primárias e secundárias e a análise de conteúdo de todos os Planos Federais de Segurança Pública editados desde 1991, além de documentos estatais sobre o tratamento de dados pessoais pelo poder público. Em seguida, busca-se mapear a estruturação da Política Pública de Segurança Pública Federal, com base no modelo de Quadro de Referências, e a Política Pública de Proteção de Dados Pessoais, com base no modelo Quadro de Problemas, para, então, abordar o tema de proteção de dados pessoais no contexto de segurança pública. A tese está estruturada em quatro eixos. No primeiro, Direito e Políticas Públicas e Análise de Conteúdo, mobilizam-se as categorias do ciclo de políticas públicas, o direito como arranjo institucional e a análise de conteúdo como ferramenta. No segundo eixo, Segurança Pública, examinam-se juridicamente os conceitos de dever, direito e responsabilidade previstos na Constituição Federal, e analisam-se os Planos Federais de Segurança Pública editados desde 1991, sob a perspectiva de compartilhamento de dados, abordado sob a ótica da análise criminal, da inteligência policial e dos modelos modernos de policiamento. No último eixo, Proteção de Dados Pessoais, extraem-se os conceitos fundamentais da temática, os princípios gerais e os direitos dos titulares, para, por fim, analisar a proteção de dados no contexto da segurança pública, sob a ótica do sigilo, das tecnologias da vigilância e dos documentos relevantes, como a Diretiva 680/2016 e o Anteprojeto da LGPD Penal.

Palavras-Chave: políticas públicas; segurança pública; compartilhamento; proteção de dados.

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O LICERÇAMENTO DO HUMANISMO JURÍDICO COMO CATEGORIA CONSTITUCIONAL NA EDIFICAÇÃO DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

Alex Pires Andrade – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
alxpires@hotmail.com
Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – CEUB, professor orientador
carlos.britto@ceub.edu.br

A pesquisa visa investigar o papel da educação na garantia dos direitos fundamentais e no fortalecimento do humanismo jurídico como um conceito constitucional crucial para a construção de uma sociedade sustentável. O objetivo é analisar como a educação pode ser uma ferramenta para promover e assegurar os direitos dos indivíduos, ao mesmo tempo em que estabelece uma base humanista no âmbito jurídico. O método utilizado compreende revisões bibliográficas, análise de legislação e estudos de caso, buscando elaborar a reflexão sobre o tema, em diferentes perspectivas e contextos. Os resultados demonstram que a educação desempenha um papel fundamental na efetivação dos direitos fundamentais, uma vez que pode capacitar as pessoas a conhecer seus direitos e deveres, bem como a participar ativamente na sociedade, promovendo maior conscientização e empoderamento dos indivíduos. Além disso, a pesquisa destaca que o humanismo jurídico, quando incorporado como uma categoria constitucional, pode guiar a interpretação e a aplicação das leis de forma mais justa e sensível às necessidades humanas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e sustentável. Conclui-se que investir na educação como instrumento para a efetivação dos direitos fundamentais e na valorização do humanismo jurídico é essencial para a construção de uma sociedade sustentável, na qual se assegure a dignidade e a igualdade de todos os cidadãos. Essa abordagem interdisciplinar entre educação, direitos fundamentais e humanismo jurídico pode ser um caminho promissor para enfrentar os desafios contemporâneos e construir um futuro mais justo e harmonioso para a sociedade.

Palavras-Chave: educação; direitos fundamentais; humanismo jurídico; sociedade sustentável; efetivação dos direitos.

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DISCURSIVAS NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES E SUA NATUREZA VINCULANTE NA ORDEM JURÍDICO-PROCESSUAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE JULGADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS APÓS O CPC DE 2015

Glacielle Borges Torquato – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
glacielletorquato@gmail.com
Patrícia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

O objetivo da pesquisa é compreender como se constitui o sistema de precedentes, estabelecido pelo Código de Processo Civil brasileiro, a partir das suas categorias analíticas estruturantes e dos discursos desenvolvidos nos julgamentos que consolidam e estabelecem a vinculação de determinados julgados em detrimento de outros, para, a partir da percepção estrutural do sistema legal de precedentes brasileiro, propor uma modelagem hermenêutica que atenda os pressupostos legais da vinculação dos precedentes e promova, de forma efetiva, a segurança jurídica ampla. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa a partir da análise amostral de julgados do Tribunal de Justiça do Tocantins, entre 2016-2021, sobre temas com precedentes vinculantes firmados pelos Tribunais Superiores. Parte-se de um movimento inicialmente dedutivo do contexto de adesão do ordenamento jurídico ao sistema de precedentes, seguindo-se à perspectiva indutiva com os julgamentos locais e seu diálogo com o novo sistema instituído, e, finalmente, abre-se novamente para o método dedutivo, ao incluir a perspectiva nacional do sistema de precedentes. É realizada a análise do fenômeno jurídico a partir da positivação do sistema de precedentes no ordenamento jurídico brasileiro, notadamente a maneira como tais conceitos legais foram recepcionados na rotina dos juristas e seus reflexos para a sociedade. São utilizadas fontes primárias mediante os julgados dos Tribunais Superiores e os do Tribunal de Justiça do Tocantins, além de fontes secundárias, por meio de pesquisa bibliográfica de nomes que são referência no tema dos precedentes judiciais e na teoria do discurso jurídico, com o propósito de compreender o direito e o sistema jurídico a partir de uma perspectiva comunicativa, com foco na linguagem, no discurso e no diálogo. Também, busca-se compreender, por meio da pesquisa bibliográfica, a concepção teórico-conceitual da segurança jurídica como norma jurídica nas suas dimensões principiológica, regrativa e postulatória. Espera-se, com a pesquisa, demonstrar que a segurança jurídica prospectada e esperada do Código de Processo Civil de 2015, até o presente momento, não foi atingida em razão da ausência de clareza e da permanência de indefinições dos discursos jurídicos.

Palavras-Chave: precedentes judiciais; teoria do discurso; segurança jurídica; ordenamento jurídico brasileiro.

CULTURA DIGITAL, CONTRASTES INSTITUCIONAIS NORMATIVOS E TENSÕES ENTRE PODERES: UM APRENDIZADO PÓS-PANDÊMICO

Olívia Guimarães Ribeiro – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
oliviagribeiro@yahoo.com.br
Luiz Edson Fachin – CEUB, professor orientador
luiz.fachin@uniceub.br

O objetivo geral da presente tese é analisar em que medida a cultura digital tem impacto nas tensões advindas dos conflitos entre as normas e os poderes que emergem dos atores em tempos pandêmicos, como o causado pela pandemia decorrente da covid-19. A expressão "cultura digital" é compreendida nesta tese doutoral como novo formato das relações culturais, decorrente do entrosamento das pessoas com influência das mídias, o que estimula a produção e a circulação de informações de maneira intensa. Por norma jurídica, entende-se a regulamentação de condutas para o convívio em sociedade. Para fins desta tese, é utilizada a expressão "universo normativo emergencial", que se refere ao arcabouço normativo editado a partir de 2020, para regulamentar o enfrentamento da pandemia causada pela covid-19. Atores são definidos pelo direito como os indivíduos considerados como o próprio povo, pessoas físicas e jurídicas que compõem o território; as empresas multinacionais e as instituições financeiras; outras coletividades divididas em institucionalizadas – quando criadas de fato e direito, como as ONG – e não institucionalizadas – quando criadas apenas de fato, como as facções. Os primeiros a adquirir personalidade jurídica de direito internacional público foram os Estados soberanos e as organizações internacionais, que passaram a ser sujeitos de direito internacional. Atores políticos são aqueles cuja posição resulta de mandatos eletivos, como parlamentares, governadores, prefeitos e membros eleitos do Executivo federal. Por fim, *pandemia* é um termo usado em referência ao aumento de casos de uma doença em ampla área geográfica e, no caso da presente tese, refere-se à covid-19, doença provocada pela cepa da família do coronavírus, denominada SARS-CoV-2. A justificativa para o desenvolvimento da presente tese é utilizar a experiência obtida durante o enfrentamento da pandemia causada pela covid-19, no Brasil, com seus erros e acertos, para deixar um aprendizado pós-pandêmico que possa ser usado como guia útil em casos de eventuais situações similares. Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa é normativo-jurídica; utiliza o método indutivo e dedutivo para a coleta de dados e a técnica qualitativa e fontes de pesquisa primárias e secundárias. A tese narra, inicialmente, os entraves visualizados no universo normativo emergencial, nas condutas praticadas pelos atores envolvidos e na utilização da cultura digital como elementos que dificultaram o melhor enfrentamento da pandemia. Em seguida, discorre-se sobre as possíveis condutas a ser adotadas nesses três âmbitos como forma de tentar contornar

as tensões que emergiram no Brasil, durante o enfrentamento da pandemia causada pela covid-19. Ao final, demonstra-se o resultado alcançado, com vistas a superar as tensões, para conferir maior efetividade ao combate da crise sanitária causada pelo SARS-CoV-2

Palavras-Chave: pandemia da covid-19; universo normativo emergencial; atuações contrastantes; cultura digital institucional cooperativa; aprendizado pós-pandêmico.

DA (IM)POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO INSTRUMENTO DE *TRUST* COMO MECANISMO DE TRANSFERÊNCIA DO ESTABELECIMENTO MERCANTIL NO DIREITO BRASILEIRO

João Paulo Vieira Deschk – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
jp.deschk@gmail.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

A tese tem por objetivo indicar a possibilidade do instrumento do *trust* como forma de transferência do estabelecimento mercantil no direito brasileiro. O instituto anglo-saxão denominado *trust* surgiu na Idade Média como meio de transmissão de propriedade de terras, e, após longo e intenso processo de transformação, apresenta-se na sociedade contemporânea como instrumento apto à administração de bens e direitos. Na configuração atual, o *trust* ajusta-se perfeitamente ao dinamismo da noção de patrimônio, possibilitando melhor exploração do potencial de bens com razoável delimitação de riscos, propiciando maior segurança e inúmeras atividades típicas da sociedade, entre elas, a securitização de créditos, as aplicações em fundos de investimento e os negócios imobiliários. O contrato de *trust* é oriundo dos países da *commom law*, onde o proprietário do bem (*settlor*) transfere determinada parcela de seu patrimônio a um administrador (*trustee*), que, seguindo as determinações expressas no instrumento que cria o *trust*, cuida de tal patrimônio, devendo destinar o benefício oriundo da administração a determinada pessoa ou causa (*cestui que trust*). A partir dos instrumentos de análise do direito comparado, por o *trust* ser um instituto oriundo da *commom law*, sua aproximação da *civil law* começa a ter contornos a partir da Convenção de Haia, sobre a lei aplicável aos *trusts* e sobre o reconhecimento deles, concluída e assinada em 1 de julho de 1985, que se torna de extrema importância para a compreensão deste instituto pelos países da *civil law*, pois tal ordenamento tem por finalidade traduzir os principais efeitos do acordo em instrumentos que possam ser absorvidos pelos ordenamentos de tradição romano-germânica. Assim, o trabalho busca como conclusão verificar a possibilidade de aclimatação do *trust* no direito brasileiro e, em caso positivo, avaliar, mediante a análise dos diversos tipos de transferência de estabelecimento mercantil, qual seria o mais próximo, ou concluir pela existência de novo tipo, qual seja, a plena aplicação e utilização do *trust* no direito legalmente previsto e empiricamente utilizado.

Palavras-Chave: *trust*; estabelecimento mercantil; transferência de estabelecimento.

DEBAIXO DA TERRA: A AGENDA DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL

Marcos André Alamy – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
malamy@terra.com.br
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

O objetivo da tese é analisar até que ponto o novo modelo regulatório do saneamento básico e as estratégias priorizadas pela Lei 14.026/2020 se revelam mecanismos hábeis a promover, a partir de uma visão holística e estratégica, a universalização do saneamento básico no Brasil. A omissão governamental em relação ao saneamento básico pode ser percebida em metas repetidamente postergadas e longe de ser cumpridas, como, por exemplo, a persistência de inúmeros lixões. O pequeno volume de recursos públicos aplicados para a solução de problemas de drenagem urbana e o pífio montante destinado ao saneamento no Orçamento da União levam à baixa expectativa quanto à eficácia das novas diretrizes legais. De início, apresenta-se estudo crítico do ciclo de políticas públicas de saneamento básico no Brasil, destacando-se possíveis causas para a não priorização de tal agenda. Em seguida, passa-se a analisar pontos de tensionamento entre os arranjos institucionais e territoriais do saneamento básico, antes e depois do Novo Marco Legal do Saneamento. A questão das metas de universalização do acesso e da efetiva prestação dos serviços é abordada com enfoque para os aspectos relacionados ao planejamento e à gestão de riscos. Conclui-se que o ciclo das políticas públicas é coberto de falhas. A edição e a reedição de marcos legais, por si só, não implicam solução para a questão do acesso universal ao saneamento básico. Para alcançar o proposto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e teórica, priorizando a análise de conteúdo. A relevância do estudo está ligada à necessidade de repensar a agenda da política de saneamento básico no Brasil e, principalmente, de adotar medidas efetivas, condizentes com a modernidade da legislação.

Palavras-Chave: políticas públicas; saneamento básico; marco legal do saneamento; arranjos institucionais.

DEMANDAS PREDATÓRIAS NO CONTEXTO DO DIREITO DIGITAL: O REDIMENSIONAMENTO DA TEORIA GERAL DO PROCESSO E A ESTRUTURAÇÃO DE FLUXOS DE GESTÃO PROCESSUAL PARA O CONTROLE DA HIPERJUDICIALIZAÇÃO DECORRENTE DE DEMANDAS PREDATÓRIAS

Vera Lúcia Pontes – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
veraluciapontes@hotmail.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O direito digital, enquanto evolução do próprio direito, abrange princípios fundamentais e institutos, de maneira que pode influenciar o pensamento jurídico e a judicialização de demandas com novos elementos. A pesquisa busca verificar se o atual estado da arte da definição conceitual para as chamadas demandas "predatórias", no contexto do direito digital, é suficiente à identificação de todas as características que as diferenciam das demais demandas de massa na fase postulatória, de modo a conduzir uma estruturação de fluxos de gestão processual que evitem ou diminuam os danos à prestação jurisdicional no contexto do sistema de justiça, no Tocantins.

Palavras-Chave: direito digital; jurisdição predatória; demandas de massa.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA INDEPENDÊNCIA JUDICIAL EM TEMPOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AUTOMATIZAÇÃO PROCESSUAL

Arióstenis Guimarães Vieira – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
ariostenis@gmail.com
Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – CEUB, professor orientador
secretaria@ayresbritto.com.br

A propósito da independência do juiz – tema central do projeto de pesquisa – é preciso ressaltar a legitimidade das limitações constitucionalmente impostas ao exercício da própria atividade jurisdicional, inclusive no alcance do que chamamos de "independência". Por outro lado, assegura-se a importância da autonomia jurisdicional para o bom funcionamento do Estado democrático de direito. Neste cenário, persistem abertas as indagações sobre o que é a independência judicial e se há liberdade plena para o juiz decidir. Quando se reflete sobre o conceito de liberdade da alma humana, a boa resposta veio de Cecília Meireles: "liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta; não há ninguém que explique e ninguém que não entenda". Mas, a liberdade que tanto bem faz à alma dos homens e das mulheres e que há de alimentar os sonhos na vida e na coletividade não se aplica – pelo menos, não de forma plena – aos juízes. De fato, os juízes têm uma liberdade mitigada, uma independência submetida a outros parâmetros. Indaga-se quais são esses parâmetros; como agir com liberdade e independência em um ambiente com poder cada vez mais concentrado e cada vez mais complexo; Como assegurar independência ao juiz em um ambiente jurídico cada vez mais incrementado com ferramentas tecnológicas e com a inteligência artificial; qual é o impacto do sistema de precedentes, cuja consolidação é tão relevante para o bom funcionamento da ordem jurídica e para a atividade econômica, quanto à redefinição do que se entende por independência judicial. A construção de respostas a tais questionamentos recomenda profunda análise que vai muito além do direito e da ordem jurídica.

Palavras-Chave: independência judicial; inteligência artificial; revolução tecnológica.

DESJUDICIALIZAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO CIVIL ÀS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E REGISTROS

Natália Granja Machado – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
nataliagranjamachado@gmail.com
José Levi Melo de Amaral Júnior – CEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

Trata-se de tema inserido nas políticas públicas de desjudicialização, o que se alinha ao programa de doutorado do CEUB. A ideia inicial é pesquisar os impactos dessa transformação no Processo Civil, sob o viés do aprimoramento das instituições ao cidadão, sua viabilidade jurídica e econômica, com análise de custo e benefício, perquirindo se tal modificação é mais eficiente, célere e menos onerosa aos jurisdicionados, ao mesmo tempo em que preserva as garantias constitucionais do devido processo legal e quais procedimentos da execução poderiam ser migrados às serventias extrajudiciais, além de outros pontos relevantes.

Palavras-Chave: desjudicializacão; tabelionato de protesto; processo de execução.

DIREITO E DEMOCRACIA: CONSTRUÇÃO, CRISE, RESISTÊNCIA E ESTABILIDADE DE UM PROJETO CIVILIZATÓRIO

Nara Pinheiro Reis Ayres de Britto – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
nara.ayresbritto@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A tese que se pretende desenvolver trata de direito e democracia. Em primeiro momento, é abordado o conceito de democracia, seu contexto histórico desde a Grécia antiga até os avanços democráticos brasileiros. Em segundo momento, trata-se da democracia e dos movimentos antidemocráticos no mundo: Hungria, Itália, EUA, Polônia, Brasil. Por fim, analisa-se a consolidação da democracia a partir de precedentes do Supremo Tribunal Federal, desde 2018 até o momento final da tese.

Palavras-Chave: democracia; resistência; constitucionalismo.

DIREITOS HUMANOS NA POLÍTICA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O DISCURSO EM CONTRASTE COM A REALIDADE DE IMPERATRIZ/MA

Clóvis Marques Dias Júnior – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
clovisjrs@gmail.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

Esta tese investiga a efetividade da política curricular em relação à educação em direitos humanos, nas instituições de ensino superior de Imperatriz, Maranhão. Diante do cenário socioeconômico brasileiro, marcado por graves violações dos direitos humanos, o estudo aborda a relevância da educação voltada para os direitos humanos como forma de resgate e luta pela concretização desses direitos fundamentais. O percurso metodológico envolve a seleção de cursos específicos, como ciências sociais, comunicação, direito, educação, humanidades, saúde e bem-estar, para análise, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação. Utiliza-se a abordagem qualitativa crítica, questionários e entrevistas semiestruturadas, aplicados a discentes, docentes e coordenadores de curso com a análise de conteúdo como técnica de apreciação das entrevistas. Discute-se o papel da educação em direitos humanos no currículo do ensino superior como política para o fortalecimento dos direitos fundamentais e a emancipação humana. Questões relacionadas à inclusão da educação em direitos humanos nas Diretrizes Curriculares Nacionais também são abordadas. Apresentam-se os desafios e as limitações encontrados para a concretização da política curricular de direitos humanos em Imperatriz. Resistências institucionais, falta de formação docente adequada e escassez de recursos educacionais voltados para os direitos humanos são questões discutidas. No entanto, experiências exitosas de promoção da educação em direitos humanos são destacadas, como práticas junto a comunidades vulneráveis e produção acadêmica focalizada nos direitos humanos. Ao superar as limitações e indicar possibilidades para uma política curricular favorável aos direitos humanos e à emancipação humana, a tese sugere a criação de uma base nacional comum de diretrizes curriculares em direitos humanos para todos os cursos de graduação. A integração entre agentes institucionais e sociais é apontada como um caminho para a prática educacional mais aberta e comprometida com os direitos humanos. Em conclusão, esta pesquisa contribui para o debate sobre a concretização da educação em direitos humanos no ensino superior, em Imperatriz, identificando desafios, limitações e possibilidades para o fortalecimento dos direitos fundamentais e a promoção da emancipação humana no contexto educacional.

Palavras-Chave: educação em direitos humanos; política curricular; ensino superior; educação emancipatória.

EFICÁCIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL DO DISTRITO FEDERAL

Paulo Rogério Santos Giordano – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
paulo.giordano@sempreceu.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

O objetivo do projeto de dissertação é examinar o funcionamento das instituições que compõem o sistema de justiça criminal do Distrito Federal, considerando o contexto da diminuição contínua das taxas de homicídios que experimenta o Distrito Federal. Mais especificamente, compõem os objetivos do projeto os seguintes procedimentos: pesquisar e examinar o fluxo de justiça no Distrito Federal, a partir de dados do sistema referentes a todos os processos de homicídios consumados e julgados no Distrito Federal, entre os anos de 2010 e 2019; conceber os tempos do fluxo de justiça criminal no Distrito Federal, por meio da adoção de método longitudinal e prospectivo, que consiste no seguimento das ocorrências ingressas no sistema, em período determinado, do início ao final; analisar os dados obtidos e, assim, precisar o funcionamento do sistema de justiça criminal sob os prismas da eficácia, mensurando o impacto do tempo do processo e das taxas de condenações na diminuição dos índices de homicídios, no Distrito Federal.

Palavras-Chave: eficácia; sistema de justiça criminal; homicídios

ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS URBANAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE CIDADES INTELIGENTES: A EXPERIÊNCIA DE BRASÍLIA

Tatiana Reinehr De Oliveira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
tatianaro25@gmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

A presente tese tem por objetivo investigar medidas estratégicas de *inteligenciamento* urbano com enfoque em Brasília, considerando-se a racionalidade do ciclo de políticas públicas. Busca-se apresentar soluções capazes de maximizar a qualidade de vida e a sustentabilidade do meio ambiente na cidade, mas que, ao mesmo tempo, possam preservar os valores essenciais do CUB e, consequentemente, salvaguardar o seu patrimônio histórico-cultural, de modo a garantir o direito à cidade inteligente. Em última instância, pretende-se apresentar estratégias para facilitar a elaboração de futuro Plano Diretor de Cidades Inteligentes (PDCI), tendo em vista as peculiaridades da capital federal, focalizado nos eixos mobilidade, sustentabilidade e participação cidadã. Acredita-se, além disso, que tal metodologia pode ser aproveitada e aplicada no desenvolvimento de PDCI para outras cidades, considerando-se, é claro, as peculiaridades de cada território. Parte-se da hipótese principal segundo a qual estratégias de *inteligenciamento* urbano direcionadas a auxiliar a elaboração de um Plano Diretor de Cidades Inteligentes, considerando o ciclo de políticas públicas, tornam-se indispensáveis para promover um processo de urbanização adequado em Brasília, de modo a inspirar a transformação da capital federal em uma cidade inteligente, humana e sustentável, sobretudo quando amparada em modelagens de boas práticas internacionais. As ideias principais para comprovar a hipótese são: a adoção de soluções inteligentes, segundo a racionalidade do ciclo de políticas públicas, pode contribuir para que princípios, normas e diretrizes aplicáveis aos processos de *urbanificação* se tornem mais efetivos e causem melhores impactos no caso concreto de transformação da cidade de Brasília em um ambiente urbano inteligente, humano e sustentável; os arranjos jurídico-institucionais existentes no contexto de modelagens internacionais, sobretudo das cidades de Viena, Copenhagen e Brasília, contribuem para assegurar a implementação de infraestruturas urbanas inteligentes, de modo a impactar positivamente a qualidade de vida dos seus habitantes e do meio ambiente urbano; instrumentos jurídicos que fundamentam a elaboração da política pública de implementação de infraestruturas urbanas *smart*, adotados internacionalmente, teriam auxiliado a criação de um ambiente urbano inteligente, humano e sustentável em sintonia com as necessidades da população local e em respeito ao meio ambiente, incluindo a sua dimensão artificial e cultural para abranger a proteção ao patrimônio

histórico local; a experiência internacional tem demonstrado que a implementação de infraestruturas urbanas inteligentes introduz melhora nos serviços urbanos e influencia positivamente a qualidade de vida dos seus cidadãos. Observam-se reflexos importantes das inovações nas áreas relacionadas à energia, às telecomunicações, à mobilidade e ao transporte público, aos sistemas de saúde e educação e à governança.

Palavras-Chave: *smart city* Brasília; inteligenciamento urbano; mobilidade ativa; gestão participativa.

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ALTO VALOR AGREGADO

Andrea Karla Cavalcanti da Mota Cabral de Oliveira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
andrea.cabral@camara.leg.br
Gustavo Ferreira Ribeiro – CEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

A pauta brasileira de exportação é basicamente de produtos primários sem qualquer agregação de valor. Assim, questiona-se por que isso acontece e se a adição de alguma transformação pode resultar em valor de venda muito maior do que a exportação do produto *in natura*. O problema pode estar na disponibilidade de crédito, que pode não estar disponível de acordo com a demanda. Pode haver cobranças excessivas de tributos na cadeia produtiva, o que desincentiva a exportação, mas incentiva o mercado interno.

Palavras-Chave: exportação; crédito; tributos; valor agregado.

GESTÃO ESTRATÉGIA DO JUDICIÁRIO E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Luciana Yuki Fugishita Sorrentino – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
luciyfs@gmail.com
Ivo Gico Júnior – CEUB, professor orientador
gico@gicoadvogados.com.br

O congestionamento do Poder Judiciário é um problema conhecido, cuja solução está longe de ser alcançada apesar das inúmeras reformas processuais, em sua maioria, realizadas sem base em estudos empíricos, mas a partir do senso comum de sua causa, como, por exemplo, a qualidade das leis, a inobservância de regras pelo Estado e a cultura da litigância. Diante de tal quadro, tendo como fio condutor o princípio da eficiência, o presente trabalho visa investigar, mediante análise empírica, as iniciativas adotadas pelo CNJ para fins de gestão judiciária, como, por exemplo, os Núcleos de Gestão de Demandas Repetitivas e os Centros de Inteligência. A partir dos dados analisados, é verificada a viabilidade de utilizar os indicadores *taxa de reversibilidade* e *taxa de recorribilidade* para fins de aferição de gestão judiciária.

Palavras-Chave: princípio da eficiência; gestão judiciária; centros de inteligência; taxa de recorribilidade; taxa de reversibilidade; jurimetria.

GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL COMO INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Leila Maria de Souza Jardim – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
leillajk@hotmail.com
Liziane Dourado – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

No ordenamento jurídico brasileiro, a salvaguarda ambiental encontra chancela em sede constitucional, em diversos dispositivos, sendo o principal deles o artigo 225, o qual determina que todos são detentores do direito ao meio ambiente equilibrado e saudável, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e as futuras gerações. Pretende-se investigar como o Poder Judiciário brasileiro enfrenta o desafio da institucionalização da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e se a Estratégia Nacional desenvolvida por meio da Meta 9 é suficiente para integrar medidas que promovam o combate às alterações climáticas e seus impactos no meio ambiente. Partindo dessas premissas, cabe, então, expor o problema que serve como guia para os esforços empreendidos nesta pesquisa: indaga-se se a estratégia de governança socioambiental adotada pelo Conselho Nacional de Justiça com a institucionalização da Agenda 2030 das Organização das Nações Unidas, em especial, no que se refere ao ODS 13, é capaz de contribuir para a efetivação da redução das alterações climáticas e do direito humano ao meio ambiente equilibrado.

Palavras-Chave: sustentabilidade; Poder Judiciário; CNJ; inovação; Agenda 2030.

IMPACTO DAS MUDANÇAS POLÍTICO-SOCIAIS NA ORGANIZAÇÃO E NO FUNCIONAMENTO DOS *THINK TANKS*: O CASO DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reinaldo Rossano Alves – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
reinaldorossano@yahoo.com.br
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
brunoamachado@hotmail.com

A pesquisa pretende demonstrar a hipótese de que as mudanças político-sociais impactam a organização e o funcionamento dos *think tanks*, abordando a atuação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública nesses períodos, no campo da política criminal e na produção legislativa penal e processual penal.

Palavras-Chave: *think tanks*; política criminal; impactos; FBSP.

INTERRELAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS CURSOS DE DIREITO NA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO JURÍDICO CRÍTICO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO MEC/CNE 08/2018

Ana Carolina Figueiró Longo – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
anacarolinaflongo@gmail.com
ana.longo@ceub.edu.br
Frederico Agusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A qualidade e a capacidade de reflexão dos profissionais com formação jurídica são, em essência, a base estrutural do Estado e o propulsor das transformações sociais positivas. A percepção comum é que, sem a presença de profissionais bem qualificados, o exercício dos poderes públicos fica comprometido a experiências não refletidas, dificultando, sobremaneira, o desenvolvimento de um Estado democrático de direito. Quando não se formam profissionais capazes de pensar no desenvolvimento das sociedades, certamente, o Estado pode falhar na prestação dos serviços públicos: o Executivo não tem condições de pensar, a longo prazo, políticas públicas de efetiva melhoria da sociedade; o Legislativo não é capaz de concretizar as estruturas normativas que vão orientar os comportamentos sociais; o Judiciário e todas as funções essenciais podem ter uma composição incapaz de produzir decisões justas. Todavia, não há clareza sobre o que se espera de um bacharel e que tipo de formação é necessária para o avanço social. Desde a criação dos primeiros cursos jurídicos no Brasil, há controvérsias sobre este conceito, e todas as definições foram objeto de muitas críticas seja por parte da própria academia, seja por parte dos atores políticos envolvidos. Para além de não haver consenso, o que se vê, hoje, é que a prática das instituições de ensino está descolada do discurso contido nos documentos públicos definidores das diretrizes políticas da educação jurídica. Historicamente, a estrutura, as definições e as diretrizes fixadas pela Administração Pública das políticas para a educação jurídica superior foram organizadas por dois instrumentos: os currículos (inicialmente rigidamente definidos pelo Estado e, mais recentemente, por meio de diretrizes gerais) e pelos sistemas de avaliação, que mensuram a aptidão do bacharel ao exercício profissional. Assim, os documentos estabelecem os normativos para a concepção dos cursos jurídicos, e os processos avaliativos mensuram de que forma as instituições de ensino habilitaram profissionalmente seus alunos. O estudo que se propõe analisa os conceitos do que é esperado do bacharel em Direito contidos nos documentos públicos definidores dos currículos dos cursos, em contraponto à crítica à sua implementação concreta pelas instituições de ensino. Especial atenção volta-se para a implementação do conteúdo da Resolução MEC/CNE 05/2018, que explicita a conformação dos cursos a uma estrutura

muito diferente do que estava estabelecido antes, pois muda a dinâmica de aprendizagem por conteúdo para aprendizagem por habilidades e competências. Entretanto, há dúvida, com a intervenção dos diversos atores no processo de implementação, se houve uma mudança concreta na definição do que seja a expectativa de formação do bacharel em Direito.

Palavras-Chave: currículo; resolução CNE 05/2018; qualidade do ensino; políticas públicas para a educação superior.

JUSTIÇA MULTIPORTAS: A OBRIGATORIEDADE PRÉVIA DOS MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS DE CONFLITOS

Benigna Teixeira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
benigna.adv@gmail.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A justificativa da tese está no fato de que poucos estudos problematizam a mediação sob a perspectiva da política pública. A problemática de pesquisa é saber como o modelo de mediação de outros países, em especial a Argentina, pode auxiliar a melhoria da efetividade da política judiciária do procedimento de métodos consensuais de conflitos. Parte-se do pressuposto de que a mediação pode ser instrumento de política pública de acesso à justiça. Assim, indaga-se se é desejável que a mediação seja instrumento de avaliação de política pública judiciária e se é desejável o procedimento regulatório do Brasil tornar possível a efetividade dos métodos consensuais de conflitos. O objetivo da pesquisa é traçar um plano de melhoria na política pública judiciária dos métodos consensuais de conflitos, tendo como paradigma a Argentina, o primeiro país latino-americano a implantar a mediação. No Brasil, o marco regulatório dos métodos consensuais foi realizado pelo Conselho Nacional de Justiça com a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesse (PJNTACI), por meio da Resolução 125, de 2010. Para testar essa hipótese, o estudo é dividido em três etapas. Na primeira, faz-se o levantamento da documentação da política pública do CNJ – tanto a que normatiza quanto as que avaliam essa política pública. Em seguida, na segunda etapa pesquisa-se a experiência da mediação na Argentina, pela coleta de dados oficiais da política pública daquele país, bibliografia e documentos, para saber se a institucionalização da mediação foi determinante para o sucesso das práticas dos métodos consensuais. Por último, na terceira etapa, coletam-se dados para confrontar as informações contidas na primeira e na segunda etapas, a fim de propor mudanças e alterações se o caso da Argentina não for adequado à realidade do Brasil, isto é, no caso em que a hipótese seja falseada. Mesmo assim, o estudo não é em vão, porque é possível propor mudanças pontuais que impliquem a melhoria da qualidade da política pública judicial. A metodologia da pesquisa é a bibliográfica, documental, dogmática, exploratória, indutiva, jurisprudencial, em que se identificam casos em outros países onde a sociedade civil tenha participação efetiva na política pública judiciária de acesso à justiça. É feita a revisão de literatura, a pesquisa documental, jurisprudencial, legislativa e de normativos infralegais, as pesquisas de identificação e o estudo de caso comparado entre o CNJ e a Lei argentina, que determina a obrigatoriedade prévia de acessar a mediação, antes de buscar o Judiciário, para verificar como a sociedade civil e o Judiciário

argentino se comportam com tal obrigatoriedade. Ao final, utilizam-se os dados coletados para propor alteração legislativa e aplicações práticas para a efetividade da política nacional de tratamento adequado de conflitos de interesse, coordenada pelo CNJ.

Palavras-Chave: processo civil; justiça multiportas; mediação.

LIMITES CONSTITUCIONAIS À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E AOS LIMITES DOS LIMITES

Amilar Domingos Moreira Martins – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
amilar.martins@gmail.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A pesquisa em desenvolvimento adentra na investigação dos limites constitucionais à inteligência artificial (IA) e dos inerentes a essas restrições. O tema, de relevância na contemporaneidade, demanda uma análise cuidadosa e multidisciplinar, levando em conta os desafios e as possibilidades que a tecnologia apresenta ao ordenamento jurídico. A metodologia aplicada envolve uma abordagem de pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica e análise das legislações emergentes. Faz-se uma análise jurisprudencial para entender se as questões envolvendo inteligência artificial são levadas aos Tribunais e como estes têm respondido a elas. Nesse sentido, a pesquisa inclui estudos de caso para proporcionar uma visão prática das questões teóricas abordadas. Para tanto, centra-se na definição dos conceitos relevantes, tais como *privacidade*, *dignidade* e *inovação tecnológica*. O entendimento dessas categorias é vital para aprofundar a compreensão das interseções entre a IA e o ordenamento constitucional. Abordam-se questões emergentes na interface entre tecnologia e direito constitucional, em que se exploram os desafios práticos, teóricos e filosóficos que surgem na aplicação dos limites constitucionais à IA e como esses limites, por sua vez, podem ser circunscritos ou expandidos. A pesquisa, embora ainda em desenvolvimento, busca contribuir para o entendimento de um campo em expansão, onde o direito e a tecnologia se encontram. A complexidade do tema requer uma abordagem cuidadosa e bem fundamentada, e a tese em elaboração tem a intenção de oferecer uma análise sólida e equilibrada dessas questões, sem perder de vista os princípios constitucionais que devem nortear o desenvolvimento tecnológico.

Palavras-Chave: inteligência artificial; limites constitucionais; inovação.

LOBOS EM PELE DE CORDEIRO: OS JUIZADOS ESPECIAIS E O MITO DO ACESSO À JUSTIÇA

Victor Hugo Gebhard de Aguiar – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
gebhard.vh@gmail.com
Jefferson Carlos Carus Guedes – CEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A pesquisa tem como objetivo analisar a efetividade dos Juizados Especiais como meio de promover o acesso à justiça em litígios de menor complexidade e valor econômico. Para isso, são explorados e desvendados os contornos históricos, sociais e jurídicos da criação dos Juizados Especiais, que foram apresentados como uma alternativa para corrigir deficiências estruturais do Poder Judiciário no tratamento desse tipo de litígio. Além disso, abordam-se os desafios enfrentados pelos Juizados Especiais, incluindo o risco de arbitrariedades por parte dos magistrados e possíveis inconstitucionalidades relacionadas à sua criação. Também se desenvolve análise a respeito do impacto socioeconômico da criação dos Juizados Especiais na forma de prestação da atividade jurisdicional, com enfoque em possível segregação das classes sociais de menor renda. Outro aspecto relevante da pesquisa é a análise do enraizamento dos Juizados Especiais na cultura social e jurídica brasileira, com destaque para sua associação a demandas de consumo e sua estrita relação com o fenômeno da "litigiosidade contida". Em um viés sociojurídico, fazem-se apontamentos sobre particularidades dos Juizados Especiais que incentivam a litigiosidade e proporcionam um esvaziamento de meios alternativos de solução de conflitos. Ademais, a tese examina a falibilidade dos Juizados Especiais como instrumento de promoção do acesso à justiça efetivo, sobretudo, quando considerada a condição desigual à qual o procedimento sumaríssimo submete as partes. Nesse contexto, também se questiona a prometida simplicidade dos Juizados Especiais, em que ainda há forte apego às tradições jurídicas e aplica-se um procedimento lacônico com um sistema recursal exageradamente complexo e sem um órgão efetivo de uniformização da jurisprudência. Ao final, são apresentados elementos a indicar que os Juizados Especiais são inadequadamente utilizados como instrumento de desafogo do Poder Judiciário em detrimento do acesso efetivo à justiça. Em linhas gerais, a pesquisa busca fornecer uma avaliação crítica dos Juizados Especiais, destacando suas limitações como mecanismo para garantir efetivamente o acesso à justiça, permitindo reflexões para o aprimoramento do procedimento sumaríssimo e do tratamento das causas de menor complexidade ou valor econômico.

Palavras-Chave: Juizados Especiais; procedimento sumaríssimo; acesso à justiça; litigiosidade.

MEDIDAS PROTETIVAS, FATORES DE RISCO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: ANÁLISE A PARTIR DE DADOS COLETADOS PELA PCSVDF-MULHER

Raphaella Karoline de Freitas Camargos – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
raphaellakfc@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil é um problema grave, crônico, complexo e envolve não apenas a questão criminal, mas também o acesso ou não ao atendimento em rede, desde o sistema de saúde pública até o sistema de justiça. Esta pesquisa tem por objetivo analisar, a partir de dados coletados pela PCSVDF-Mulher, a possível correlação entre atuação em rede e observância de protocolos, em face dos índices de mortes violentas de mulheres, em contexto doméstico e familiar. Especificamente, são analisados os fatores de risco de feminicídio nos dados coletados e a observância ou não de pronta e articulada resposta institucional por medidas protetivas de urgência. A pesquisa empírica tem ponto de partida nos dados coletados pela PCSVDF-Mulher, é caracterizada pela transdisciplinaridade e adequada à complexa análise do fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher. As possíveis assimetrias entre regiões pesquisadas, não só do ponto de vista geográfico, mas também racial e socioeconômico, é o mote da análise qualitativa desses dados. Pretende-se realizar a categorização de dados coletados pela PCSVDF-Mulher conforme as variáveis de interesse, para identificar, quantitativamente, os índices de deferimento ou indeferimento das medidas protetivas e, em caso de deferimento, o *quantum* de cumprimento ou descumprimento. Na sequência, planeja-se selecionar duas localidades diametralmente opostas nos níveis quantitativos descritos na etapa anterior, para, depois, realizar a triangulação com dados obtidos do sistema judiciário das respectivas localidades pesquisadas. Ademais, pretende-se realizar entrevistas em profundidade ou em grupos focais, com profissionais das localidades em análise, a fim de rastrear eventual adesão a protocolos para concessão de medidas protetivas de urgência. Por fim, podem ser selecionados casos emblemáticos de feminicídios em ambas as localidades eleitas, para verificar a possível correlação entre as mortes violentas de mulheres, em contexto doméstico e familiar, em face da atuação protocolar em rede e intersetorial e da celeridade na concessão das medidas protetivas de urgência. Como a pesquisa se encontra em fase de análise e categorização de dados, os resultados e as conclusões serão explicitados no futuro.

Palavras-Chave: violência contra a mulher; feminicídio; fatores de risco; medidas protetivas; atendimento em rede.

MÉTODOS DE MITIGAÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DA MEDICINA: UMA ANÁLISE DA HUMANIZAÇÃO E DA INCLUSÃO SOCIAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO SUS

Rômulo Gustavo de Moraes Ovando – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
romuloovando@hotmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
asmgodoy@gmail.com

A pesquisa tem como escopo apontar informações úteis e contemporâneas aos pacientes, aos hospitais, às clínicas, aos laboratórios, aos profissionais da saúde, à sociedade e aos operadores do direito no que concerne à gestão legal do risco hospitalar, expondo, de maneira sucinta, a importância de garantir a incolumidade dos estabelecimentos ligados à saúde. Dessa forma, diante das proporções das atividades de risco exercidas pelas instituições declinadas, as medidas de prevenção tornaram-se imprescindíveis, levando-se em consideração o expressivo aumento de demandas judiciais e administrativas, a extenuante jornada de trabalho dos profissionais da saúde e a precária situação da saúde pública. Assim, o trabalho foi estruturado em quatro partes. A primeira delas teve como foco compreender a relevância do tratamento humanizado, a fim de garantir a dignidade do ser humano que se submete a procedimentos médicos. Na segunda parte, o interesse foi avaliar as políticas de saúde relacionadas à gestão de riscos hospitalares, abrangendo os objetivos desta gestão e os fatores de riscos que podem ensejar eventos adversos. A metodologia utilizada foi a bibliográfica com seleção de livros, artigos e periódicos sobre o tema. Os primeiros resultados indicam a importância de uma política de saúde voltada para a gestão legal do risco hospitalar, uma vez que faz toda a diferença em um sistema de saúde, bem como demonstrar o papel de todos os setores existentes no hospital – da presidência ao porteiro – na contribuição para a redução drástica dos incidentes e dos eventos adversos. Por fim, à luz dos resultados parciais, é possível concluir que a ausência ou a gestão precária dos riscos hospitalares certamente culminará em inúmeros prejuízos e transtornos, podendo, inclusive, determinar a falência da instituição, pois a negligência quanto à administração dos possíveis riscos é um atestado para o declínio.

Palavras-Chave: políticas de saúde; gestão de riscos; humanização; judicialização.

MIGALHAS ALÉM DA FOME: O DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Mariana Amorim Murta – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
mariana_murta@hotmail.com
Marcelo Dias Varella – CEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

Faz-se importante a compreensão das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) brasileiras quando se diz respeito ao direito humano à alimentação adequada. O objetivo do artigo consiste em analisar a construção do quadro normativo-jurídico do direito à alimentação no desenho das políticas públicas de SAN, bem como os riscos oferecidos pelos alimentos como fatores decisivos para as condições de saúde e nutrição da sociedade. Para tanto, pretende-se analisar normas, diretrizes e principais temáticas atinentes ao assunto por meio de pesquisa instrumental, para a subsequente categorização dos atores sociais e estatais, de acordo com suas respectivas estruturas institucionais, a fim de analisar a gestão e a implementação das políticas públicas de SAN. Por fim, é estudada a relação entre os ciclos de formação das políticas de SAN e o processo decisório dos gestores envolvidos para a compreensão da substantivação do direito humano à alimentação adequada, realizando-se uma pesquisa empírico-documental e normativa. Conclui-se que a agenda de nutrição e alimentação no país é proposta e defendida de maneira transversal às demais ações de saúde, tendo em vista que, embora sua formulação, execução e avaliação se encontrem inseridas nas atividades e nas responsabilidades do sistema de saúde, são apresentados contornos e intersecções próprios do campo amplo e intersetorial da Segurança Alimentar e Nutricional. Assim, recomenda-se a adoção, por parte de instituições públicas e privadas, de novas medidas capazes de orientar as escolhas alimentares das pessoas rumo a direções que irão melhorar sua saúde.

Palavras-Chave: direito humano à alimentação adequada; guia alimentar para a população brasileira; riscos oferecidos pelos alimentos.

MIGRAÇÃO VENEZUELANA E REDE DE EXPLORAÇÃO SEXUAL NA FRONTEIRA DO BRASIL, NO ESTADO DE RORAIMA: MECANISMOS USADOS PARA O ENFRENTAMENTO

Jinny Nice Brandão Bitar – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
Jinnybitar@hotmail.com
José Francisco Rezek – CEUB, professor orientador
jose.rezek@ceub.edu.br

O tema do trabalho é a migração venezuelana e a rede de exploração sexual na fronteira do Brasil, no estado de Roraima. Para tanto, investigam-se os mecanismos usados pelo Estado para seu enfrentamento. Aborda-se a dificuldade na aplicação da lei e, como consequência, a ineficiência estatal no contexto da fronteira entre Brasil e Venezuela. Com isso, é gerada a insegurança das garantias dos direitos fundamentais da pessoa humana, abrindo precedentes não só para outros ciclos migratórios, mas também por busca de alternativas para sobrevivência das vítimas, consequentemente escancarando a impunidade dos rufiões para a exploração sexual e a violação dos direitos universais. Diante desse breve cenário, a presente pesquisa dá-se em torno de como garantir a proteção das migrantes venezuelanas vítimas da exploração sexual no estado de Roraima e como intervir para mitigar, efetivamente, o crescimento da indústria sexual e sua criminalidade. O objetivo geral desta pesquisa é descrever como funcionam as redes de exploração sexual e tráfico de pessoas para fins sexuais, em âmbito transnacional, na fronteira entre Brasil e Venezuela. Os objetivos específicos são: identificar e descrever o perfil da migrante frequentemente cooptada pela rede de exploração sexual e a que tipos de crime são submetidas; analisar a atuação do Estado brasileiro e investigar como são realizadas as operações de enfrentamento à indústria do sexo sob a ótica da Polícia Federal e do Ministério Público Federal em terras brasileiras; propor formas de intervenção social efetivas para o enfrentamento da exploração sexual ligada ao fluxo de mulheres migrantes. A hipótese inicial é que, para o enfrentamento efetivo da exploração sexual das venezuelanas, é necessário reunir as prerrogativas elencadas no protocolo de Palermo, mediante o Decreto 5.017/04 e as legislações referentes à Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para a mitigação da exploração sexual, além de maior intervenção estatal em outras frentes, com inovações e reformulações legislativas mais eficientes e imediatas que contribuam para a imposição de dificuldades quanto ao crescimento dessa indústria criminosa e a tudo que lhe norteia, bem como para a proteção à vítima pelo Estado, incluindo, possivelmente, o sigilo aos seus dados e localização. Este projeto justifica-se, em primeiro lugar, porque as relações de explorações sexual na fronteira ente Brasil e Venezuela são pouco estudadas, configurando-se como um campo inexplorado, apesar de afetar o restante do país. Nessa fronteira, por onde mulheres são trazidas, esse fato passa despercebido, pois a maior

preocupação do Estado, ali, é o combate ao tráfico de drogas, armas e combustíveis e não o tráfico humano para fins de exploração sexual.

Palavras-Chave: migração internacional; exploração sexual; rede de exploração.

O BOICOTE NO MERCADO TRANSNACIONAL COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO DEMOCRÁTICA:EM BUSCA (OU RUMO AO) DO RESPEITO AOS DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS?

Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
henriqueta_chaves@yahoo.com.br
Patrícia Perrone Campos Mello – CEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

Volvendo o olhar aos exemplos de boicote desde a África Sul, passando por Israel, até desembocar na realidade brasileira, observa-se que, embora tenha causado efeitos distintos, como impactos políticos significativos de reestruturação de organização social e, no Brasil, especificamente, o destaque ao problema ambiental e à premência de mudança de postura, sobretudo política, quanto ao enfrentamento a problemas globais, o boicote revela-se, a priori, como instrumento de intervenção democrática, quer por ampliar a arena de debate, quer por impactar a economia social, injetando ou deslocando investimento. Assim, deve ser "capturado" tecnicamente pelo direito, enquanto indutor de políticas públicas, inclusive, do investimento. Conquanto os exemplos mais comuns encontrados seja o boicote do consumidor e da sociedade civil, sendo mais incomuns posturas das próprias empresas investidoras ou de Estados, observam-se instrumentos, tais como o painel de inspeção do Banco Mundial, donde se depreende a ampliação de cenários de participação mais democráticos, de atuação em rede, em que preocupações com direitos socioambientais se impõem. A participação política não institucionalizada da sociedade civil, das empresas e de Estados contra práticas consideradas incompatíveis com a lógica de mercado transnacional, onde a preocupação tão somente com o lucro se revela insuficiente, urgindo um olhar voltado à proteção de direitos, de valores democráticos, não para, embora a efetividade do arcabouço jurídico seja ainda tênue. Assim, o objetivo geral da tese é pesquisar a função do direito, enquanto indutor de políticas públicas, na efetivação do boicote como instrumento de intervenção democrática, com aproximação integrada aos direitos humanos, internacional econômico e do investimento, utilizando o método da revisão bibliográfica e os estudos de casos. De modo incipiente, a pesquisa demonstra que, entrementes, as ambições do direito internacional de regular o poder global e garantir uma ordem mundial pacífica sofrem restrições significativas ante a incapacidade de fazer cumprir seus comandos, pondo em risco a efetivação de direitos, como ao meio ambiente saudável, de relevo ao desenvolvimento sustentável e à democracia. Daí, impõe-se a rediscussão do papel dos atores sociais nesse cenário e a "captura" pelo direito de fenômenos, como o boicote, ante seu potencial de intervenção democrática.

Palavras-Chave: boicote; direitos socioambientais; intervenção democrática.

O DEVER DE REQUERER COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Vladimir Barros Aras – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
Vladimiraras@hotmail.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

Esta tese cuida de direitos fundamentais no processo penal transnacional, sobretudo, do dever de proteção vitimária nos contextos de estraneidade. Aproveitando a categoria jurisprudencial e doutrinária das obrigações processuais positivas (OPP), desenvolve-se a classificação de OPP de primeiro e de segundo nível. Entre aquelas, estão os deveres genéricos de investigar, processar e, em sendo o caso, punir os autores de crimes internacionais *stricto sensu* – do campo do direito internacional penal – e dos delitos de relevância internacional previstos nos regimes globais de proibição, que são objeto das *crime-suppression conventions* e compõem o direito penal transnacional. Entre as medidas de segundo nível, estão outras providências de persecução penal, não meramente acessórias, que são cruciais para o *due process of law* e a prestação jurisdicional a tempo e modo, na tutela de direitos fundamentais dos intervenientes no processo, também essenciais para o direito penal interno. Como um incidente da persecução penal nessas três dimensões do direito substantivo, a cooperação jurídica internacional em matéria penal é classificada na categoria das obrigações de segundo nível, ao lado de outras relacionadas a *due dilligence estatal*, especialmente das agências de persecução criminal, na perspectiva da proteção de vítimas e de outros sujeitos processuais. A partir do conceito de "diligência devida", acolhido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, e do dever de "investigação efetiva", surgido na jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos, a tese aborda os mecanismos de cooperação jurídica internacional sob novo enfoque. Tradicionalmente, os pedidos de assistência para a obtenção de provas, a captura de foragidos ou a recuperação de ativos são examinados pela doutrina especializada como temas que devem observar as garantias do devido processo legal na perspectiva do investigado ou do acusado ou do condenado, sob o viés da cooperação passiva, isto é, aquela a ser prestada pelo Estado requerido, conforme a *comity* ou seus compromissos convencionais. Contudo, havia um hiato nesta concepção. Na conjugação dos tratados gerais ou específicos de cooperação jurídica internacional em matéria penal – dos três regimes jurídicos em questão – com as convenções multilaterais de proteção à pessoa humana, forma-se um sistema binário no qual as providências de cooperação ativa, relativas a extradição e entrega, à obtenção de provas, à repatriação de ativos ou à proteção da integridade física de vítimas, testemunhas, peritos e colaboradores, aparecem como obrigações estatais inerentes a uma persecução penal efetiva e diligente, de responsabilidade do Estado requerente.

Tem-se, assim, para os Estados não apenas um dever passivo, sob demanda, de prestar cooperação internacional, como obrigação decorrente da *comity* ou de compromissos internacionais previstos em tratados de cooperação internacional ou da regra *aut dedere aut iudicare*. A tese identifica, assinala e descreve o dever proativo, também convencional, para os Estados jurisdicionantes (sejam os do *locus delicti commissi* ou que reclamam jurisdição por outros critérios), de lançar mão de medidas de assistência jurídica internacional em matéria penal, na persecução criminal. Na gramática convencional, tais medidas são alocadas como recursos efetivos, que devem existir no direito interno dos Estados impactados pelo crime; devem ser efetivamente empregados na persecução criminal transnacional; devem ser validados pelo Poder Judiciário, quando observado o devido processo segundo a principiologia própria da cooperação entre Estados soberanos ou da cooperação vertical com organizações internacionais. A tese aponta também as consequências, no plano da responsabilidade internacional dos Estados, do descumprimento das OPP de segundo nível. Tais deveres estatais resultam dos tratados de proteção à pessoa humana e da jurisprudência das cortes regionais de direitos humanos, sendo essenciais à implementação de direitos humanos substantivos e processuais.

Palavras-Chave: cooperação internacional; obrigações processuais positivas; direito penal transnacional.

O DIREITO HUMANO À PRIVACIDADE DIGITAL NO ÂMBITO DA ORDEM ECONÔMICA

Jacqueline Salmen Raffoul – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
jsalmenraffoul@gmail.com
Nitish Monebhurrun – CEUB, professor orientador
nitishi.monebhurrun@ceub.edu.br

A tese trata do direito humano do consumidor à privacidade digital no âmbito da ordem econômica, especificamente no tocante ao direito do consumidor e ao direito da concorrência. Busca-se analisar como os instrumentos jurídicos podem contribuir para a proteção do direito em questão. Para isso, inicialmente, é necessário mapear as possíveis repercussões do direito humano à privacidade digital no âmbito da defesa do consumidor e da concorrência, com a finalidade de, em seguida, analisar os instrumentos jurídicos existentes, em âmbito internacional e nacional. A metodologia utilizada consiste na análise de casos das jurisdições das autoridades antitruste com melhor avaliação, bem como em pesquisa realizada em doutorado "sanduíche" no exterior. Assim, é possível verificar como os instrumentos contribuem ou poderiam contribuir para aprimorar a proteção à privacidade digital nas esferas do presente estudo.

Palavras-Chave: direito humano à privacidade; direito do consumidor; direito da concorrência; proteção de dados e ordem econômica.

O IMPACTO DA CARGA TRIBUTÁRIA INDIRETA SOBRE O CONSUMO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO AUXÍLIO EMERGENCIAL EM 2020

Francelino das Chagas Valença Júnior – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
francelino.junior@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O presente projeto pretende investigar se os valores recebidos pela população beneficiada pelo auxílio emergencial, em 2020 e 2021, sofreram redução significativa em decorrência da tributação indireta, incidente sobre bens e serviços, de modo a impactar sensivelmente o valor destinado a prover, pelo menos em tese, o mínimo necessário à manutenção da própria existência material. Para tanto, realiza-se uma reflexão jurídica, mas não apenas dogmática, sobre os impactos da matriz tributária sobre os sistemas de transferência de renda do Governo Federal para a população mais vulnerável. Dessa forma, este estudo busca verificar o modelo de tributação adotado no Brasil, se causa impacto relevante nos benefícios sociais de transferência de renda, notadamente, no auxílio emergencial pago em decorrência da pandemia de coronavírus a parcela significativa da população, nascendo, dessa maneira, o problema de pesquisa que norteia o presente estudo: indaga-se se o benefício de transferência de renda do Governo Federal, denominado auxílio emergencial, pago em 2020 e 2021, teve redução significativa de valor em decorrência da tributação indireta, comprometendo a manutenção do mínimo existencial. A carga tributária brasileira em 2019 encontrava-se no patamar de 33,17% do Produto Interno Bruto – PIB. Apesar de o senso comum afirmar que seria uma das maiores do mundo, encontra-se em um patamar inferior ao da média dos países da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico – OCDE, situada em 34,5% do PIB, o que coloca o Brasil na vigésima primeira posição. Observando a distribuição da carga tributária nas bases de incidência de renda, patrimônio e consumo, constata-se que há significativa disparidade entre o Brasil e os países membros da OCDE. No caso brasileiro, há preferência por maior carga tributária que incide sobre os bens e os serviços, e, quanto à renda e ao patrimônio, há menos incidência. Essa opção de modulação da carga tributária torna o sistema do país bastante regressivo, impactando fortemente o consumo, ao atingir mais diretamente os extratos sociais situados nos menores patamares de renda, provocando perceptível injustiça tributária.

Palavras-Chave: carga tributária; regressividade; sistema tributário.

O MITO DO ESPAÇO PÚBLICO DEMOCRÁTICO EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA: ESTRATIFICAÇÃO HIERÁRQUICA NA COMPOSIÇÃO FUNCIONAL DO JUDICIÁRIO ESTADUAL A PARTIR DOS MARCADORES SOCIAIS

Juliana Alencar Wolney Cavalcante Aires – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
julianaaires@yahoo.com.br
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
lizianepaixao@gmail.com

A presente tese visa apresentar a baixa representatividade nos cargos gerenciais de mulheres, nos quadros funcionais do Poder Judiciário estadual e analisar a legitimidade democrática diante do déficit apresentado. A pesquisa desdobra-se em três abordagens. A primeira consiste na revisão bibliográfica e no método qualitativo e quantitativo, em que se analisa a democracia e sua relação com a desigualdade de gênero na esfera pública, indicado, especialmente, por dados que evidenciam a representatividade de magistradas nas funções gerenciais do Judiciário e de servidoras nos cargos gerenciais. Em segundo momento, mediante pesquisa empírica, dados quantitativos da força de trabalho foram coletados junto a diversos Tribunais de Justiça estaduais os quais são analisados e categorizados pelo método de análise de conteúdo. Na terceira e última abordagem, foram aplicadas técnicas de entrevistas semiestruturadas e grupo focal, aprovadas e supervisionadas pelo Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos do Uniceub, a servidoras e magistradas do Tribunal de Justiça do estado do Tocantins, que contou com quase 30 participantes e mais de 30 horas de áudio, para análise empírica, com abordagem qualitativa, de modo a extrair do seu conteúdo, mediante o método de análise de conteúdo, as correlações com as etapas anteriormente levantadas. Em conclusão, formula-se a tese de que há estratificação hierárquica na composição estrutural do Judiciário estadual, a partir dos marcadores sociais de gênero e raça, reforçada pela pouca efetividade da política institucional existente no âmbito do Conselho Nacional de Justiça ao qual compete coordenar a política nacional do Poder Judiciário e consequentemente dos Tribunais pesquisados, configurando uma barreira para a ascensão de mulheres aos espaços de poder, impedindo-as de ocupar cargos gerenciais, desequilibrando o fluxo de acesso e deslegitimando o papel democrático do Judiciário estadual a partir do pressuposto de que somente com o incremento da diversidade nos quadros do Judiciário é que seu ânimo e princípio democráticos são reafirmados.

Palavras-Chave: gênero; representatividade; Judiciário estadual; democracia; política institucional.

O MODELO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DIFUSO ADOTADO NO DIREITO BRASILEIRO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

João Batista Perígolo – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
joao.perigolo@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.br

O modelo de controle difuso de constitucionalidade adotado no direito brasileiro, com supedâneo na doutrina e na jurisprudência, parece mostrar-se ligeiramente afastado do verdadeiramente instituído pelas Constituições brasileiras, especialmente pela Carta Cidadã de 1988. Com enfoque nas pesquisas preliminarmente realizadas na doutrina constitucional-histórica e nas normas jurídicas correlatas, lastreado nos métodos de interpretação jurídica e na jurisprudência da Corte Suprema, parece ser bastante possível afirmar e conceber que a Lei Magna não contém autorização expressa para que o juiz exerça incidentalmente o controle de constitucionalidade. Na Carta Federal, tal competência jurisdicional foi atribuída expressamente apenas aos Tribunais e aos órgãos judiciários colegiados. No piso infraconstitucional, constata-se que a mesma singularidade normativa ocorre nos Códigos de Processo Civil (CPC), de Processo Penal (CPP), de Defesa do Consumidor (CDC), Tributário Nacional (CTN), na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN) e na Leis dos Juizados Especiais, tanto os comuns quanto os federais ou de fazenda pública. Historicamente, apenas na Lei n. 221, de 20/11/1894, encontrava-se prevista tal autorização normativa, que, sequer, era pacificamente aceita. Por isso, não caberia ao juiz de primeiro grau decidir ou declarar a inconstitucionalidade incidental de normas jurídicas em casos concretos, sob sua jurisdição, como corriqueiramente admite a doutrina e a jurisprudência, sob pena de esvaziar-se o desenho do sistema jurídico constitucional delineado pela Constituição Federal. Assim, é possível cogitar, de modo absolutamente provisório, que o modelo difuso de controle de constitucionalidade pretendido para o país seja verticalizado, no qual, como regra, caberia ao Supremo Tribunal Federal a competência para dirimir conflitos, quando presente o dissenso com norma federal, e apenas por exclusão tal tarefa seria de competência dos Tribunais de Justiça dos estados quando o objeto fosse uma norma estadual ou municipal.

Palavras-Chave: controle de constitucionalidade; modelo difuso; interpretação constitucional; segurança jurídica; competência.

O PACTO SOCIAL, SEU INADIMPLEMENTO E A RESPONSABILIZAÇÃO DOS QUE LHE DERAM CAUSAS: UM FOCO NAS CORTES DE CONTAS

Bruno Ribeiro Marques – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
brunomarquesxxx@hotmail.com
Sandro Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

O direito administrativo mostra-se fragmentado em múltiplos dispositivos, mas nem sempre foi assim. Inicialmente, o direito administrativo nasce como um contrato do cidadão com seu soberano. Ocorre que os abusos do poder estatal demandaram uma série de dispositivos que objetivavam frear essa instância de poder. O direito administrativo passa, assim, a ter duas perspectivas: a subjetiva, referente ao direito do cidadão de ter seus recursos empregados no bem coletivo, e a objetiva, relativa ao ato emanado do Leviatã na concretização do bem público. As perguntas que se apresentam são o que fazer quando esse pacto é rompido e quem deveria ser responsabilizado. A problemática advém do fato de que o Estado é uma ficção jurídica, uma abstração que, embora corporificada, não se sustenta sem seus agentes que deveriam, de fato, responder. O estudo focaliza as Cortes de Contas nacionais, institucionalmente incumbidas de responsabilizar os agentes quando da inaplicação correta dos haveres coletivos, a contrapartida do pacto social. A metodologia aplicada é indutiva, isto é, parte-se de estudos de casos, para confirmar a hipótese de que a administração pública não tem responsabilizado adequadamente seus agentes quando da ruptura do pacto social, por meio da técnica de análise de discurso e conteúdo que objetiva examinar as decisões, os votos e os acórdãos proferidos para os diversos casos de inaplicação de haveres estatais. O objetivo geral é analisar se a administração pública tem responsabilizado adequadamente seus agentes e contratados. Para tanto, os objetivos específicos desdobram-se em averiguar a responsabilização dos agentes estatais e investigar se a administração tem feito uso da melhor literatura. Assim, trata-se do pacto social e do Estado liberal kantiano. Adotando-se a metodologia dialética, aborda-se a escola de Frankfurt, seus pensadores hegelianos e as relações do Estado com o cidadão. Trata-se do Estado de bem-estar social provedor. Trabalham-se os principais autores italianos, franceses e germânicos que discutiram a responsabilidade civil e o direito administrativo, com o intuito de refazer a ponte com o pacto social.

Palavras-Chave: pacto social; rompimento do contrato social; responsabilização dos agentes estatais.

O PARADOXO DA INOVAÇÃO NACIONAL: UMA INCURSÃO SOBRE AS CAUSAS DA INEFETIVIDADE DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DA INOVAÇÃO

Philippe Dall'Agnol – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
philippedallagnol@gmail.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – CEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

A tese identifica as ineficiências dos arranjos institucionais com um dos principais fatores que comprometem os resultados das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. De início, é delineado o paradoxo da inovação nacional e as principais causas, barreiras e ineficiências do arranjo institucional estruturante da CT&I brasileira. Em seguida, são apresentadas as políticas estruturantes da CT&I nacional com o delineamento da formação e do funcionamento dos atores do Sistema Nacional de Inovação – SNI. Com a apresentação do SNI, foi realizado diagnóstico da efetividade dos arranjos e enfrentada a assincronia no funcionamento das instituições, com a argumentação de que o controle e a juridicidade das políticas públicas são imprescindíveis para a reorganização dos arranjos, de forma a facilitar e simplificar a estrutura estatal destinada a fomentar a transformação de ciência e tecnologia em inovação.

Palavras-Chave: arranjos institucionais; ineficiências; CT&I; políticas públicas.

O PARADOXO DE O SISTEMA JURÍDICO PATRIARCAL BRASILEIRO USAR A MULHER COMO IMAGEM DA JUSTIÇA

Raquel Xavier Vieira Braga – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
raquelxb07@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O objetivo da tese é investigar o paradoxo da justiça, tendo em vista as representações iconográficas da justiça serem femininas ao passo que o sistema jurídico brasileiro é androcêntrico. Parte-se do exame das questões de identidade pelo gênero, investigam-se os contratos social e sexual, as heranças do patriarcado, e examinam-se os imaginários social e jurídico brasileiro sobre a mulher. Em segundo momento, há análise das evidências de que as mulheres são culturalmente preteridas diante da luta pelos seus direitos, do pouco acesso à justiça, do tratamento jurídico por elas recebido na história do direito brasileiro, da baixa representatividade feminina nas instituições e da complexidade da sororidade nos ambientes profissionais do direito. Em seguida, analisam-se as alegorias da justiça, e avança-se para as aporias quando, então, verifica-se o paradoxo de a representação da justiça ser feminina, sendo ela, na verdade, masculina, constatando-se o caráter paliativo das intervenções estatais no que diz respeito às políticas de gênero e concluindo-se que a opressão misógina é estrutural. Para tanto, utilizam-se fontes primárias e secundárias de pesquisa, como documentos históricos, imagens iconográficas e historiográficas, registros de julgamentos, coleções de jornais, revistas, periódicos e obras em série, dados quantitativos e qualitativos, jurisprudência, legislação e doutrina clássica.

Palavras-Chave: direito; justiça; iconografia; paradoxo; mulher.

O PROCEDIMENTO CORRECIONAL BRASILEIRO: UNIFORMIZAR É PRECISO

Luciano Rosa Vicente – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
luciano.rosa@rfb.gov.br
Sandro Dezan – CEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A tese é na área do direito administrativo, na subárea disciplinar, e o tema é o procedimento correcional brasileiro, que carece de uniformidade para que os servidores acusados recebam tratamento similar em todo o território nacional, com um arcabouço mínimo de respeito aos seus direitos fundamentais. O problema da pesquisa indaga qual é o nível de uniformidade dos procedimentos administrativos disciplinares da União e dos estados com estatutos anteriores à CF-88. A hipótese principal é que a uniformidade é muito baixa em razão das lacunas e das imprecisões do estatuto federal que se agravam com a defasagem dos estatutos estaduais anteriores à CF-88, fragilizando a uniformidade dos processos e a segurança jurídica. O objetivo principal é descobrir o nível de uniformidade dos procedimentos correcionais federal e dos estados com estatutos anteriores à CF-88, para propor uma fórmula de uniformização. A pesquisa justifica-se, porque casos semelhantes reclamam tratamento similar, para que o acusado no Acre receba o mesmo trato que o acusado na Paraíba, daí a importância de aperfeiçoar a uniformidade dos procedimentos correcionais. Isso evita a reversão de punições disciplinares no Judiciário, com PAD mais previsíveis, seguros e uniformes, para não se desperdiçarem os escassos recursos públicos e não ofender direitos fundamentais dos acusados. Quanto à metodologia, a pesquisa é exploratória e bibliográfica com técnica de documentação indireta. Elegeram-se doze temas correcionais controversos na esfera federal, para analisar como são manejados na União e nos oito estados, com estatutos anteriores à CF-88. Cada tema forma um capítulo, iniciando-se com a apresentação da controvérsia na esfera federal e como ela é solucionada, para, em seguida, abordar como os estados enfrentam o problema.

Palavras-Chave: procedimento correcional brasileiro; uniformidade; segurança jurídica; tratamento isonômico.

O PROCESSO CIVILIZADOR APLICADO À INSOLVÊNCIA: UMA HISTÓRIA DA FALÊNCIA

Bruno Sampaio da Costa – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
brunosampaiodacosta@gmail.com
Marlon Tomazette – CEUB, professor orientador
marlon.tomazette@ceub.edu.br

O presente trabalho objetiva demonstrar que sociedade e direito evoluem em um padrão a ser descrito com precisão, em sua organicidade e coesão, ainda que, a rigor, não possa ser direcionado por qualquer de seus atores. Tal processo civilizador não se restringe ao conceito sociológico aplicável tão somente à vida social, mas abrange a ciência jurídica, pois os mesmos mecanismos dinâmicos se aplicam ao direito, que se constitui como relevante espaço da vida social, destinado à prevenção e à solução de conflitos. Isso ocorre pelo fato de o ordenamento jurídico de certa civilização refletir a sociedade que disciplina, portanto as evoluções e as involuções das sociedades civilizadas e seus respectivos ordenamentos jurídicos caminham historicamente, lado a lado, refletindo-se mutuamente. Assim, é possível verificar o polimento das relações sociais e a complexificação das instituições e dos comportamentos interpessoais no caminhar da história. O método consiste na aplicação do processo civilizador, na concepção de Norbert Elias, à insolvência, ramo do direito privado, em particular sobre como as regras e os princípios aplicados a esse instituto se modificaram com o passar do tempo. Mais detidamente, analisa-se a evolução da disciplina legal aplicada à insolvência, partindo dos primórdios do direito romano, passando pela Idade Média europeia até os dias atuais, no Brasil. O resultado é a aparente evolução. Inicialmente, as regras são reputadas como desumanas para os padrões contemporâneos; primeiro, com a perda da vida; depois, com a perda da liberdade do devedor, considerado incivilizado; até os dias atuais, nos quais o devedor perde apenas o seu patrimônio, mas mantém sua vida e dignidade. Discute-se que, tanto no universo social como no jurídico, os indivíduos adaptam-se a comportamentos desejados, o que faz surgir, a longo prazo, o *habitus* social, visto como inerente ao ser humano pelo observador desatento, todavia, fruto de uma internalização paulatina por toda a comunidade. Do mesmo modo, dá-se com as instituições, que adaptam a resposta às infrações cometidas pelos integrantes no âmbito social, conforme ditam as expectativas e os anseios de determinado tempo. Para tanto, nesta tese, aplica-se a metodologia de pesquisa documental e a revisão bibliográfica disponível sobre os autores referenciais em direito empresarial, notadamente na história desse ramo acadêmico, bem como a literatura circundante sobre questões relevantes e pungentes das sociedades estudadas ao longo dos séculos de aperfeiçoamento do instituto objeto de análise. Pelo método dedutivo, buscou-se demonstrar a incidência do processo civilizador elisiano como fenômeno abrangente em toda a sociedade, inclusive no âmbito

do ordenamento jurídico, em especial, no contexto da insolvência, manifestação única da vida social. Ao final, conclui-se que é aplicável o conceito de processo civilizador a diversas áreas do comportamento humano, notadamente ao direito e, em especial, à história da insolvência no ordenamento jurídico ocidental, mais particularmente no brasileiro, o que se evidencia pela evolução constatada nesses sistemas, a partir da análise da história das penas e das sanções aplicadas aos devedores inadimplentes, ao longo do tempo.

Palavras-Chave: processo civilizador; insolvência; falência; direito.

O USO DE CRIPTOATIVOS PARA ADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS EM RELAÇÕES COM O ESTADO NO BRASIL

Victor Valença Carneiro de Albuquerque – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
victor.albuquerque@gmail.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

O primeiro criptoativo moderno foi proposto em 2008, como um sistema de dinheiro ponto a ponto, intitulado *Bitcoin*. Sua construção baseia-se em registro descentralizado de transações eletrônicas, utiliza tecnologia chamada *blockchain* e propõe substituir a dependência de intermediários de confiança por controle de transações fundado em criptografia avançada e mecanismos algorítmicos de funcionamento automático. O sistema criou, igualmente, um ativo criptográfico nativo da rede descentralizada utilizada, denominado também *bitcoin* (BTC). Desde seu lançamento, o BTC pretendeu-se um ativo paralelo ou substituto de moedas estatais circulantes no sistema financeiro tradicional. Nos 15 anos desde o lançamento do BTC, milhares de projetos derivados surgiram, e os valores associados aos chamados criptoativos já alcançaram 1 trilhão de dólares em julho de 2023, em queda, em relação ao máximo de 3 trilhões, em novembro de 2021. A proposta é estudada por Estados como meio complementar a suas moedas estatais, dando origem às chamadas moedas digitais emitidas por bancos centrais (Central Bank Digital Currencies - CBDC). A proliferação de criptoativos trouxe consigo debates jurídicos sobre sua natureza e uso, em especial para efeitos de adimplemento de obrigações pecuniárias. A pesquisa a ser desenvolvida faz um recorte do tema, para avaliar a juridicidade no Brasil de seu uso, para o adimplemento de obrigações pecuniárias, envolvendo o Estado. De fato, como sujeito de direito, o Estado, em suas diversas esferas, contrai rotineiramente obrigações pecuniárias seja como devedor, seja como credor. O modo normal de adimplemento de tais obrigações é a entrega (quando devedor) ou o recebimento (quando credor) de moeda estatal, ou seja, de reais. Nada obstante, o ordenamento brasileiro não desconhece a possibilidade da entrega (ou do recebimento) de bens distintos de dinheiro para o adimplemento das obrigações, como imóveis, créditos ou serviços. É, pois, sob esse contexto geral que se propõe investigar se, atualmente, a ordem jurídica brasileira permite o adimplemento, no país, de obrigações pecuniárias, envolvendo o Estado com criptoativos. O trabalho revisa a literatura jurídica nacional sobre criptoativos, obrigação pecuniária e relações de crédito e débito entre o Estado e particulares no Brasil. Levanta, de igual modo, a incipiente atividade normativa nacional sobre criptoativos, sua classificação e uso no país, assim como sua compreensão por entes federais, como a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e o Banco Central do Brasil – BCB. Ainda que não se utilize propriamente

metodologia de direito comparado, o trabalho examina textos jurídicos estrangeiros provenientes de países com forte influência sobre o mercado financeiro, como os EUA e a União Europeia. Por fim, são analisados também textos para discussão e relatórios produzidos sobre criptoativos por organismos internacionais, como o Banco Internacional de Compensações – BIS, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial.

Palavras-Chave: moeda; criptoativos; obrigação pecuniária; adimplemento.

O USO DO TELETRABALHO NO JUDICIÁRIO E SEU IMPACTO NOS GRUPOS DE VULNERÁVEIS: UM RECORTE DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NO CONTEXTO APÓS A COVID-19, NO MUNICÍPIO DE MINEIROS-GO

Romulo Renato Cruz Santana – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
romulorenatos@sempreceub.com
Bruno Tadeu Palmieri Bonicori – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.Edu.br

Durante os anos de 2020 e 2021, é possível perceber o impacto da pandemia de covid-19 na efetivação da assistência judiciária gratuita. Tal acontecimento impulsionou o CNJ a recomendar o seguimento das atividades dos Tribunais de Justiça e dos órgãos afins em modo de teletrabalho. Contrapondo-se a esse fator ligado à hipersuficiência tecnológica das instituições acima mencionadas, a presente pesquisa pretende estabelecer como problema a indagação sobre como efetivar a assistência judiciária gratuita por meio dos Núcleos de Práticas Jurídicas, diante das adequações impostas pelo CNJ, no contexto durante e após a pandemia. Como objetivo geral, evidencia-se a necessidade de delinear o impacto do teletrabalho do Poder Judiciário na efetivação da assistência judiciária gratuita, na perspectiva antes e após a covid-19. No que tange os objetivos específicos, busca-se analisar a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário brasileiro, bem como sua adaptação ao modelo imposto pela pandemia de covid-19; compreender do papel do Estado no apoio ao acesso democrático à internet; classificar como cada vertente do ensino superior (público e privado) se adequou à pandemia e ao teletrabalho com relação ao funcionamento do Poder Judiciário e dos Núcleos de Práticas Jurídicas; mapear a existência de fatores impeditivos da efetivação da assistência judiciária gratuita diante da necessidade de letramento digital dos assistidos, do ponto de vista da efetividade e se há um alinhamento eventualmente com políticas públicas correlatas; refletir se, por intermédio das atividades dos Núcleos de Prática Jurídica, é possível descobrir meios de efetivação de suporte técnico e operacional que garantam o acesso à tecnologia para os grupos de vulneráveis no contexto da ausência de Defensoria Pública estadual, no estado de Goiás e da necessidade de modernização e letramento digital da comunidade carente sob o viés dos direitos humanos. A hipótese defende que o Poder Judiciário, após a pandemia de covid-19, não está alinhado com as políticas sociais de letramento digital dos hipossuficientes. A pesquisa é desenvolvida de forma descritiva, pautada na abordagem qualitativa, com um viés na amplitude das conceituações iniciais e analíticas das políticas judiciárias e educacionais desenvolvidas no Brasil, de 2010 a 2021. É também desenvolvido um processo de falseamento ou corroboração da hipótese. Quanto ao método auxiliar de pesquisa, é utilizada a forma comparativa pelo método hipotético-dedutivo. O distanciamento social imposto pelas autoridades, na pandemia, ocasionou

impactos na atividade jurisdicional, como processos paralisados, atendimentos presenciais limitados, audiências e sessões de julgamento canceladas, prazos suspensos, que são, pouco a pouco, restabelecidos em função do novo "normal" de audiências por videoconferência e teletrabalho. Mesmo com o aumento considerável da produtividade, o Poder Judiciário, por meio de normas administrativas do CNJ, reagiu e promulgou atos infralegais, na tentativa de minimizar os impactos até o restabelecimento da atividade jurisdicional presencial e, posteriormente, enalteceu a alta produtividade do Judiciário brasileiro em contexto pandêmico. O fenômeno da judicialização já ocorria antes do forte impacto decorrente da pandemia. Assim, investiga-se se a suposta efetividade do Poder Judiciário na pandemia é resultado de relatórios ou se há um alinhamento com o real acesso à justiça no novo cenário da justiça 100% digital.

Palavras-Chave: teletrabalho do Poder Judiciário; covid-19; assistência judiciária gratuita; políticas públicas; letramento digital.

OS IMPACTOS DA REGULAÇÃO RESPONSIVA NA DESTINAÇÃO DO ESPECTRO DE RADIOFREQUÊNCIA

Antônio Alex Pinheiro – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
antonio09alex@gmail.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A pesquisa pretende analisar, a partir da participação social, em que medida a visão teórica tradicional do bem público espectro de radiofrequência, que orienta as políticas públicas de realocação desse bem público escasso, não é mais suficiente para alocação desse recurso pelo fato de ter-se tornado o grande objeto de desejo do século XXI. Para tanto, aplicando a técnica de análise de conteúdo temática, a pesquisa examina as contribuições inseridas nas Consulta Pública da Anatel, que subsidiaram a função normativa da agência na implantação das políticas públicas de comunicação móvel, para, assim, compreender o comportamento dos atores envolvidos com o processo. O trabalho aponta que, diante da complexidade obtida pelo processo de realocação do bem público espectro de radiofrequência, a visão teórica tradicional estanque desse bem público é insuficiente para nortear as políticas de leilões de radiofrequência. Com essa análise, a pesquisa pretende avaliar em que medida a tradicional visão teórica do bem público espectro de radiofrequência necessita de ajustes, para orientar as políticas públicas de realocação desse bem público escasso, que se tornam mais complexas. O trabalho destaca-se pela sua originalidade, por submeter à prova uma visão teórica do bem público espectro de radiofrequência, proposta há cem anos, antes da consolidação do rádio, da televisão aberta, do surgimento da internet e, principalmente, da convergência tecnológica.

Palavras-Chave: Anatel; espectro de radiofrequência; participação social.

OS POSSÍVEIS IMPACTOS SOCIAIS DA LEGISLAÇÃO A PARTIR DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E DAS TEORIAS DA INTERVENÇÃO

Paulo Ricardo Aguiar de Deus – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
prdeus@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A presente tese busca utilizar ferramentas da análise econômica do direito, para interpretar os impactos gerados pelo que se chama de inflação legislativa na ordem social. Da mesma forma que a moeda é responsável, em um sistema de mercado, por regular as interações comerciais e o processo inflacionário deturpa essas interações, as leis são responsáveis por regular as interações sociais, de maneira que um processo inflacionário legislativo tem potencialmente o efeito de desvalorização da própria legislação. Para entender essa relação, é preciso deixar claro o paralelo entre moeda e legislação, bem como entre o Banco Central e a Casa Legislativa responsável por criar legislações. Nesse ponto, é crucial definir o que se entende por legislação e distingui-la, se for o caso, de outras expressões, como norma, lei, decreto etc. Então, é possível avaliar o impacto da intervenção legislativa na sociedade e como isso interage com outros institutos jurídicos, como as políticas públicas. Para verificar a relação de paridade entre moeda e legislação, foram utilizados métodos de análise de intervenção econômica na sociedade utilizados para medir a inflação, que é uma intervenção por excelência, aplicados à legislação e ao processo legislativo. Seguindo esse método e considerando as definições estabelecidas ao longo da tese, foi possível verificar que a inflação legislativa é responsável não apenas por tornar disfuncional uma ordem social, mas também por perverter outros institutos, como as políticas públicas e a própria lei. Nesse sentido, a criação de regras legais voltadas a coordenar o processo legislativo, adequando-o, no sentido de otimizar seu impacto e efetividade com o espaço de interação social, tem o condão de, ao mesmo tempo, pacificar a sociedade e influenciar o debate sobre a legística.

Palavras-Chave: legislação; inflação; intervenção; ordem social.

PACHA MAMA: ENTRE O DIREITO AMBIENTAL, O ECOFEMINISMO E A CULTURA INDÍGENA – ASPECTOS JURÍDICOS DA LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL

Érica Ferrer Santos – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
ericaferrergeografia@gmail.com
Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – CEUB, professor orientador
carlos.britto@ceub.edu.br

A presente pesquisa versa sobre a inovação no tratamento da natureza como sujeito de direitos, advinda da cultura indígena latino-americana, exteriorizada em produções jurídicas, como é o caso da Constituição do Equador. A perspectiva da "mãe natureza", chamada de "Pacha Mama" por alguns povos indígenas latino-americanos, apresenta ligações com o ecofeminismo e a cultura indígena, o que proporciona um debate sobre o respeito tanto às mulheres quanto à natureza. Assim, a presente pesquisa visa trazer um debate que conecta três dimensões: o direito ambiental, o ecofeminismo e a cultura indígena. Essa visão tridimensional é aplicada à análise de jurisprudências que envolvam a luta política de mulheres indígenas do Brasil em temas, como preservação ambiental, demarcação de terras indígenas, proteção do patrimônio genético e da biodiversidade, direitos humanos e mudança climática, direitos humanos e o direito à água limpa, direito ao meio ambiente limpo e saudável.

Palavras-Chave: direito ambiental; ecofeminismo; pacha mama; cultura indígena.

POLÍTICA JUDICIÁRIA E FONTES DO DIREITO: A REPERCUSSÃO GERAL E O RECURSO REPETITIVO

Renato Cesar Guedes Grilo – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
renatogrilu@hotmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O objeto da pesquisa do doutorado tem como foco o problema da reclassificação das fontes primárias do direito e da política judiciária no contexto da formulação de teses repetitivas e de repercussão geral (RG). Em pesquisa de mestrado no CEUB, investigou-se a necessidade de efetivo diálogo institucional entre os Poderes, para a construção de uma compensação fiscal, no contexto da prolação de decisões judiciais paradigmáticas. Na ocasião, o problema estava centrado no impacto fiscal das decisões paradigmáticas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Em anexo de risco fiscais, a lei orçamentária chegou a prever o risco na ordem de 1,3 trilhão de reais. Concluiu-se que havia a necessidade de composição de uma equipe de trabalho interinstitucional para a acomodação fiscal de precedentes que impactem severamente as contas públicas. Com o fim da pesquisa no âmbito do mestrado, adveio o interesse pelo tema da RG, no contexto do julgamento de demandas repetitivas, sob a perspectiva das fontes formais do direito e da teoria da separação dos Poderes. Constatou-se que o Supremo Tribunal Federal já apresenta quase 1.300 temas submetidos à análise da sistemática da RG, tendo firmado teses com aparente forte carga normativa primária. Nesse contexto, durante a presidência do ministro Luiz Fux, foi editada a Recomendação n. 134, de 9/9/2022. Diante disso, delimita-se o problema de pesquisa de doutorado nos seguintes termos: indaga-se se os temas de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal são fonte formal primária do direito, interferindo na concepção de separação dos Poderes. Se sim, questiona-se se o protagonismo do Judiciário recomenda mudança de comportamento institucional. Nesse contexto, constatou-se que, diferentemente do controle de constitucionalidade, no qual o Supremo comunica ao legislador a sua decisão, o tema de RG é uma comunicação direta entre o STF e o cidadão. A questão central da pesquisa, portanto, está focalizada na teoria geral do direito, especificamente nos temas de fontes do direito e de separação dos Poderes e investiga como o sistema de teses impacta a tradicional visão das fontes do direito e da separação dos Poderes. Ademais, questiona-se se há a necessidade de apontar possíveis avanços a ser adotados no âmbito do STF e do STJ.

Palavras-Chave: fontes formais do direito; política judiciária; separação dos Poderes; recursos paradigmáticos.

POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PROPOSTA DE UMA *SMART CITY*: *QUO VADIS*, VITÓRIA?

Sayury Silva de Otoni – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
sayuryotoni@gmail.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O foco do trabalho é a análise da dimensão da inclusão social da mulher e a garantia do seu exercício pleno do direito de ser, estar e conviver, a ser considerada especificamente na cidade de Vitória. Além disso, faz-se a propositura de ações de política pública para a promoção da igualdade pretendida. Nesse sentido, busca-se responder ao questionamento sobre em que medida as políticas públicas aplicadas no município de Vitória/ES fazem ser efetivo o direito fundamental à igualdade na apropriação, pelas mulheres, da cidade de Vitória, considerando a transformação da cidade em *smart city*, no sentido mais amplo da expressão. Trabalha-se com as seguintes hipóteses: a primeira considera a agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU, objetivo 5 - Igualdade de Gênero, os preceitos da Constituição da República do Brasil e o disposto na Lei 8.040/06 e entende ser necessário novo olhar sobre as políticas públicas, particularmente em Vitória/ES, para fazer efetivo o direito fundamental à igualdade notadamente no combate à violência de gênero e na apropriação, pelas mulheres, da cidade que pretende ser reconhecida globalmente como *smart city*; a segunda aponta que os indicadores estabelecidos para as metas de governo do município de Vitória carecem de sistematização e não contemplam ações efetivas para o combate à violência de gênero e a promoção da igualdade da mulher. O objetivo do trabalho consiste na análise do estado da arte no que tange à implementação de políticas públicas que visem ao combate à violência de gênero com mapeamento de necessidades e apresentação de propostas para efetivação do direito fundamental à igualdade, nos diversos aspectos da vida da mulher, no *hogar*, no labor, na Corte e em todo o lugar, pela implementação de políticas públicas, com indicadores adequados, contribuindo para atender o terceiro eixo de sustentação da *smart city*, qual seja, a melhoria de vida dos cidadãos e, particularmente, das mulheres da cidade de Vitória/ES. Quanto à metodologia adotada, a presente pesquisa partiu, portanto, do estado da arte, por meio de pesquisa documental, com coleta e análise de dados, considerando Vitória como cidade passível de intervenção, configurando estudo de caso sobre a cidade, com a utilização do método hipotético-dedutivo, com a interpretação sistemática como forma. Quanto aos fins, a pesquisa é aplicada pela necessidade de resolução de problema concreto e intervencionista, pela possível intervenção na realidade estudada, utilizando-se o conhecimento multidisciplinar. A escolha da cidade de Vitória não é aleatória. Trata-se da cidade em que

a autora do presente trabalho habita, o que lhe impõe um compromisso de contribuir, pela pesquisa, com a sociedade capixaba. Por outro lado, a cidade tem um tamanho e um modelo de urbanização que permite a replicação do estudo em outras cidades brasileiras. É, pois, um ponto de partida.

Palavras-Chave: igualdade de gênero; *smart city*; violência de gênero.

POLÍTICAS DE ACESSO À JUSTIÇA POR MEIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: A PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Munique Teixeira Vaz – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
vazmunique@hotmail.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A pesquisa analisa a atuação do Ministério Público nos casos de discursos de ódio homotransfóbicos, com o objetivo de mapear a política pública institucional voltada para a proteção do público LGBTQIA+. O enfoque especial da análise está na implementação, com especial atenção às ações que asseguram o acesso do grupo à instituição. A justificativa do estudo é encontrada nas conclusões obtidas na pesquisa do mestrado, quando foi analisada a atuação do Ministério Público do estado do Tocantins em face dos discursos de ódio homotransfóbicos. Na oportunidade, foram localizados pouquíssimos casos de atuação dessa natureza no recorte temporal então estabelecido. A principal conclusão obtida foi a de que a ausência de medidas especiais de promoção do acesso ao grupo, que se atentem para as suas peculiaridades de população altamente fragilizada, constitui um entrave para a promoção de seus direitos. No doutorado, a finalidade é aprofundar os estudos sobre política pública e sua aplicação para as ações institucionais do Ministério Público, ao mesmo tempo em que se busca realizar um mapeamento sobre o tema, envolvendo a instituição em âmbito nacional. O objetivo é, a partir de um olhar que atente para as subjetividades do grupo, apresentar um retrato de como o órgão trata do acesso de grupos altamente fragilizados ao Ministério Público enquanto uma das portas de acesso à justiça. A pesquisa encontra-se em fase inicial de estudo da literatura sobre o tema. O mapeamento é realizado em unidades selecionadas em cada região do país, e sua operacionalização ocorre mediante levantamento e análise documental, entrevistas e observação participativa, voltada para compreender as condições favoráveis e desfavoráveis de acesso.

Palavras-Chave: Ministério Público; acesso à justiça; política pública; homotransfobia.

POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: RUMOS PARA SUA EFETIVIDADE

Marco Roberto Serra Lyrio – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
serralyrio@hotmail.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – CEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

O avanço na implementação da Regularização Fundiária Urbana (Reurb) é claro em determinadas Comarcas do estado de Mato Grosso, em razão de: formação de Comissões de Regularização Fundiária locais, integradas pelo Poder Executivo local, pelo Poder Judiciário, pelo Poder Legislativo, pelo Ministério Público, pela OAB e pelo Serviço de Registro de Imóveis, que estuda quais são as diretrizes a ser tomadas para o bom andamento da Reurb da Comarca; cooperação entre Prefeitura e Serviço de Registro de Imóveis para levantamento da base documental dos imóveis urbanos atingidos; aprovação do Plano Diretor local pelos vereadores da Câmara Municipal; possibilidade legal de distinção das modalidades da regularização fundiária urbana em Reurb-S (regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população de baixa renda) e Reurb-E (regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na Reurb-S). Porém, em determinadas Comarcas do estado de Mato Grosso, há entraves que geram problemas para a implementação da Regularização Fundiária Urbana, como reuniões extremamente espaçadas das Comissões de Regularização Fundiária locais em razão da morosidade de algumas prefeituras para a elaboração obrigatória do projeto de regularização fundiária; ausência de apresentação de algumas prefeituras do auto de demarcação urbanística ; divergência fática entre Planos Diretores aprovados e as realidades urbanas; falta de estudo pelos poderes públicos locais, para distinguir os núcleos urbanos informais ocupados por população de baixa renda ou não; falta de acesso à informação aos beneficiários da regularização, mormente aos cidadãos hipossuficientes. O objetivo desta tese é analisar a efetividade das políticas públicas para a regularização fundiária urbana. De forma mais específica, os objetivos são: verificar a efetividade da implementação da Reurb a partir da Lei nº 13.465/2017; levantar e analisar as ações dos Poderes Executivos locais para concretização da Reurb ; mapear os motivos pelos quais os núcleos urbanos informais a ser regularizados não são concluídos; identificar e analisar o papel dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário na política pública urbanística, à luz da legislação pertinente; observar o diálogo entre os poderes públicos locais para a implementação efetiva da política pública urbana. A metodologia utilizada avança na pesquisa, indo das fontes mais objetivas às mais subjetivas. A matéria-prima deste projeto é o texto jurídico, a legislação. Assim, faz-se a análise normativa, seguida de um

levantamento de dados documentais junto aos poderes públicos locais. Por fim, busca-se a interpretação doutrinária, feita por revisão bibliográfica, fundamental para o estudo do direito, que é um observador, um vigilante do trabalho dos legisladores e dos tribunais.

Palavras-Chave: regularização fundiária urbana; políticas públicas; efetividade.

POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTRUTURAÇÃO ESTATAL PARA ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES

Esmar Custódio Venâncio Filho – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
esmarfilho@uol.com.br
Bruno Amaral Machado – CEUB, professor orientador
brunoamachado@hotmail.com

A presente tese tem por objetivo verificar a estrutura de atendimento. O problema que se mostra é a inexistência de políticas públicas estruturantes. O estudo encontra-se em estágio de levantamento documental e entrevistas estruturadas e semiestruturadas da existência, da composição e do funcionamento das equipes multidisciplinares assim como em investigação dessas ocorrências nos Juízos da infância e da juventude no estado do Tocantins, com competência exclusiva ou concorrente. O ponto de partida é a constatação, profissional e pessoalmente, da inexistência de estrutura de atendimento ao adolescente em conflito com a lei e portador de transtornos mentais. A tese delimita-se na verificação das estruturas de atendimento em algumas unidades da federação e no estado do Tocantins, em face da demanda e dos arranjos. Feita a investigação das redes de atendimento, a questão central reside na existência ou não de políticas públicas voltadas a este fim e no melhor interesse ao adolescente. A falta de políticas públicas estruturantes conduz a arranjos variados que se configuram em adaptações. Neste viés, pretende-se demonstrar que o atendimento ao adolescente, por imperativo legal, necessita de políticas públicas, que o planejamento e a institucionalização de políticas públicas específicas para este atendimento fazem parte das garantias constitucionais do adolescente. A atual fase é a de levantamento de dados: demanda, arranjos, soluções e consequências, além de questionários e entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Mediante a pesquisa documental exploratória, são levantadas as legislações regulamentadoras, inclusive, as normas de natureza administrativa, assim como o material jurisprudencial.

Palavras-Chave: políticas públicas; estrutura estatal; atendimento ao adolescente em conflito com a lei; transtorno mental.

QUAL É O VERDADEIRO PAPEL DA CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO?

Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
jacqueline.oliveira@sempreceub.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

Por meio do presente estudo, pretende-se buscar respostas acerca do verdadeiro papel exercido pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, verificando se está ou não conforme o desenho que lhe foi dado pelo texto constitucional. Após o período ditatorial, durante o qual garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público foram cassadas, a Constituição de 1988 conferiu ao *Parquet* o papel de instituição permanente, essencial à função jurisdicional, incumbindo-o da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, valores solapados durante o período de exceção. Perante o controle abusivo exercido sobre o Ministério Público, no período que precedeu a redemocratização do país, considerando a relevância dos valores cuja defesa lhe incumbiu o poder constituinte, não prevaleceram possíveis tentativas de criar formas de controle da atividade finalística de seus membros durante a elaboração da Constituição Federal de 1988. O texto constitucional conferiu ao Ministério Público autonomia funcional, administrativa e financeira e aos seus integrantes garantias e prerrogativas que permitissem exercer seus misteres livres de ingerências externas. Com o passar dos anos, constatou-se, todavia, a necessidade de criação de órgão de controle do Ministério Público, alavancado pelo movimento que crescia também em relação ao Poder Judiciário, o que, após longas discussões, resultou na criação do Conselho Nacional do Ministério Público e da Corregedoria Nacional, incumbida, entre outras responsabilidades, de receber reclamações e denúncias contra os membros da instituição. Nesse contexto, por meio de revisão bibliográfica e documental, busca-se analisar os fatos históricos e os principais projetos legislativos que precederam a criação do Conselho Nacional do Ministério Público e a da Corregedoria Nacional, bem como suas atribuições e competências. Sequencialmente, pretende-se examinar a modelagem institucional da Corregedoria Nacional, as atribuições do corregedor e seu processo de escolha, assim como seus instrumentos de atuação e a relação com as Corregedorias locais. Em seguida, passa-se ao estudo das atribuições atípicas desenvolvidas pela Corregedoria Nacional, para analisar se isso se configura desvirtuamento de sua função constitucional, e, ao final, concluir se a Corregedoria Nacional, em sua atual conformação, exerce, a contento, suas funções orientativa e fiscalizadora.

Palavras-Chave: democracia; Ministério Público; Corregedoria Nacional.

REABILITAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DA PESSOA AUTORA DA AGRESSÃO DOMÉSTICA E FAMILIAR: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DESPERTAR NO ESTADO DO TOCANTINS

Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
cirlene.maria@tjto.jus.br
Antônio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
Antonio.suxberger@ceub.edu.br

Estudos e políticas públicas voltados para a reabilitação e a ressocialização da pessoa autora de violência doméstica e familiar são raros e encontram pouco amparo jurídico na legislação, visto que as políticas públicas, a legislação e os estudos acadêmicos sobre violência intrafamiliar são direcionados à proteção da mulher em situação de violência. O trabalho foi realizado com um recorte temporal e geográfico, para viabilizar a análise dos diversos programas de reeducação e ressocialização do agressor, optando-se por pesquisar, ao menos, um programa voltado para a temática, por região, a partir da publicação da Lei 11.340/06. Objetiva-se pesquisar e, ao final, apontar caminhos práticos e eficazes para a diminuição da violência contra a mulher. Para tanto, são aplicados questionários para os profissionais dos programas pesquisados e magistrados que atuam na área, e apontadas as conclusões resultantes das observações durante os trabalhos das equipes com os agressores. Foi realizado breve apontamento sobre os movimentos de mulheres e sua importância para a redução da desigualdade de gênero; o percurso da legislação, na perspectiva da proteção de gênero; as políticas públicas com instrumentos protetivos para mulheres em situação de vulnerabilidade decorrente da violência familiar; serviços públicos de atendimento às mulheres em situação de violência intrafamiliar; ressocialização do homem agressor doméstico e as políticas públicas voltadas para a reinserção social do autor de violência doméstica. Ao final, é feita uma avaliação das políticas públicas e dos serviços de atendimento aos homens que praticam violência no âmbito familiar, apresenta-se tese conclusiva quanto aos resultados dos programas pesquisados, e, se possível, evidenciam-se números e percentuais sobre a reincidência específica em crimes envolvendo violência doméstica e familiar e a dicotomia entre os reincidentes que foram submetidos a programas de reeducação e ressocilização e os que não participaram dos programas educativos. Ao final, comparam-se os programas vinculados ao Poder Judiciário com os desenvolvidos pelos departamentos do Poder Executivo em âmbito estadual ou municipal, apontando quais apresentam melhores índices de ressocialização, visando indicar ao Poder Judiciário diretrizes sobre os programas realizados por determinação do Conselho Nacional de Justiça, isto é, se os programas vinculados ao Judiciário apresentam melhores índices de

recuperação. Em caso negativo, conclui-se que não é competência do Judiciário a execução dos programas de ressocialização e a reeducação do agressor doméstico.

Palavras-Chave: violência; família; agressor.

REESTRUTURAÇÃO DO CONCEITO ANALÍTICO DE CRIME: BUSCA DE ADEQUADA VALORAÇÃO DOS ELEMENTOS SUBJETIVOS

Luis Roberto Cavalieri Duarte – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
luis.roberto@sempreceub.com
Bruno Tade Palmieri Buonicore – CEUB, professor orientador
bruno.buonicore@ceub.edu.br

A tese visa reestruturar o conceito analítico de crime, buscando nova perspectiva dos elementos subjetivos, que se encontram inalterados desde a década de 1930. Confronta as pesquisas dogmáticas da época sobre os requisitos da conduta humana, as causas de inimputabilidade, o estágio atual das doenças mentais, os impulsos e as vulnerabilidades humanas como propulsores da conduta, com a tentativa de ajustar-se às teorias mais recentes sobre o tema, com olhar interdisciplinar. O texto apresenta o problema do discernimento contido na culpabilidade de análise puramente normativa, mas descolado da vontade e da consciência, que se encontram inseridos na conduta. A hipótese de resolução visa trabalhar com o discernimento como mais um requisito para propulsionar a conduta humana. Verificam-se os incidentes internos que interferem na dinâmica humana de reflexão e impulso. A tese realiza uma crítica sobre a análise subjetiva da culpabilidade, diante da teoria puramente normativa, presente no atual Código Penal, o que faz gerar conflito com a teoria vigente. O substrato que se busca é uma tentativa de aliar os resultados teóricos, cujo objetivo é compreender cientificamente os elementos objetivos, normativos e subjetivos do crime a partir de diversos aspectos, mas especialmente empíricos, em que pese a infinidade de probabilidades de motivos propulsores do delito. Em seguida, faz-se um estudo científico de fatos, para justificar a subsunção normativa à luz de uma verificação dos elementos subjetivos. Na tese, emerge a inquietação quanto à capacidade de entender o caráter ilícito de o fato encontrar-se dissociado da consciência do agente. Enquanto a capacidade de entender está na culpabilidade, quando da análise da imputabilidade, a consciência do agente está na análise do fato típico, que se envereda na análise da conduta. Para melhor compreensão dessa problemática, verifica-se se uma pessoa sem capacidade de entender pode ter desvinculada a sua consciência na conduta. Por isso, tem-se a importância de buscar solucionar essas questões, para que, pelo menos, haja respostas interessantes para resolver essas problemáticas. Não se desconsideram os sistemas já apresentados para a análise do delito, mas, diversamente dessa conjectura, o que se tenta é apresentar novos contornos para identificar a similitude ou a distinção entre conduta e culpabilidade do agente, para definir a melhor tipicidade penal ou estabelecer a melhor medida consequencial a ser adotada.

Palavras-Chave: crime; consciência; discernimento; conduta; inimputabilidade.

REFORMA TRIBUTÁRIA E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO SOB A PERSPECTIVA DO FEDERALISMO BRASILEIRO

Rachel Nogueira de Souza – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
rachelnsouza@gmail.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – CEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

O entendimento sobre a forma de estruturação do federalismo fiscal brasileiro tem repercussão imediata na verificação de quais são os pontos de tensão entre os entes federados. O relatório elaborado pela OCDE em 2015 apontou o modelo federativo brasileiro como integrado e não descentralizado, tendo em vista a elevada participação de transferências intergovernamentais e o reduzido grau de codeterminação e de responsabilidade fiscal dos entes subnacionais. De acordo com Alfred Stepan (1999), uma democracia constitucional que se denomina federativa precisa ter garantias confiáveis e mecanismos institucionais que assegurem o respeito às prerrogativas das unidades da federação. No Brasil, em razão da falta de regras claras sobre competências tributárias, observa-se o que se costuma denominar "guerra fiscal", na qual se verifica uma disputa entre estados e municípios, cujo objeto é a instituição de incentivos fiscais. Estudos do IPEA indicam que cada ente federativo busca maximizar a sua arrecadação, mas poucos se dedicam a demonstrar os incentivos e os motivos desencadeadores das ações que favorecem os conflitos federativos. Nesta perspectiva, destaca-se a visão de Robert D. Cooter, que parte do pressuposto de que a Constituição corresponde à lei máxima e que a democracia consiste na melhor forma de governo. O autor propõe-se a analisar as consequências de formas alternativas de organização democrática para a satisfação dos cidadãos, no sentido de que muitos poderes constitucionais não contêm sanções explícitas para o seu uso indevido ou violação, e, mesmo sem sanções explícitas, as Constituições criam incentivos passíveis de análise econômica. As sucessivas tentativas de reforma tributária focalizam o seu discurso nos entraves tributários à eficiência da produção e à competitividade do setor produtivo privado, mas não nos entraves à resistência dos entes da federação envolvidos. Sendo similar ao texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 7, de 2018, o texto da PEC nº 45/2019 prevê a criação, por meio de lei complementar, do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), substituindo o ICMS e o ISS, e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que ficará no lugar do PIS, do PIS-Importação, da Cofins e da Cofins-Importação. Partindo destes pressupostos, a tese busca responder ao seguinte problema: indaga-se de que maneira a análise econômica do direito pode colaborar com o endereçamento da resolução dos problemas federalistas da Reforma Tributária Brasileira. A hipótese da pesquisa é a de que a metodologia da análise econômica do direito (AED), especificamente relacionada à

economia institucional, pode contribuir para a resolução dos problemas federalistas que se pretendem ser endereçados por meio dos rearranjos institucionais propostos na PEC nº 45, de 2019. Busca-se, assim, identificar os seus impactos no que concerne ao pacto federativo brasileiro, de modo a averiguar os possíveis efeitos (intencionais ou não) sobre o comportamento dos agentes econômicos.

Palavras-Chave: federalismo; análise econômica do direito; reforma tributária.

RESOLUÇÃO 125/2010 DO CNJ: POLÍTICA PÚBLICA DE TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS – CONTINGÊNCIAS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Edilia Ayres Neta Costa – CEUB, aluna do Doutorado em Direito
edilia.ayres@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – CEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A partir da instituição da política pública fomentada pelo CNJ, que coaduna com os objetivos nacionais de criação de programas voltados para a solução dos litígios, de maneira mais dialógica e cooperativa, foi formulada a Resolução 125/2010, a política nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesse. Por meio de formas alternativas e consensuais, inauguraram-se as estruturas judiciárias denominadas Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC. Com essa inovação do Judiciário, na criação de uma política pública, o que, legalmente, era delegado apenas às esferas do Executivo e do Legislativo, inaugura-se uma fase de participação direta na formulação, na implementação e na avaliação de uma política pública em sua área de atuação, o que não deixou de acender críticas quanto a sua legitimação para a empreitada de formulação de políticas públicas, uma vez que se formam e são institucionalizadas no bojo do Estado, devendo ser observadas por todos os Poderes. O protagonismo do CNJ na formulação de uma política pública gerou desconfianças quanto à possível infração do princípio democrático, na tomada de decisão política, de forma unilateral. A implementação dessa política ocorre pela criação dos CEJUSC, mediante seus planejamentos estratégicos. A partir de 2009, o CNJ passou a incorporar como seus valores e objetivos estratégicos o acesso ao sistema de justiça e a responsabilidade social, baseados na concretização de direitos. Esses valores ganham corpo, ao menos teoricamente, em seus atos normativos, em especial, a Resolução 125, de 2010. Os tribunais estaduais marcam o estágio da materialização da política de consensualização formulada e gerenciada pelo CNJ. Essa implementação focaliza suas diretrizes centralizadas no cidadão, convocando e normatizando a consensualização como modelo mais adequado para que o cidadão possa resolver suas demandas, obedecendo a um modelo hierárquico, implantado de cima para baixo (top-down), em que o cidadão é chamado a conciliar e reduzir sua inquietação litigante.

Palavras-Chave: políticas públicas; consenso; neoliberalismo; violência simbólica.

SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS QUE INTEGRAM O SISTEMA S: REFLEXÕES EM ABORDAGEM CONSTITUCIONAL

Wilson Simões de Lima Júnior – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
wsljunior@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – CEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

Os serviços sociais autônomos surgiram no Brasil, no início do século XX e deveram-se mormente à incapacidade estatal em formar profissionais qualificados nos mais diversos setores produtivos – indústria, comércio, transportes, rural – além de buscar suprir políticas de saúde, lazer e cultura à classe trabalhadora. Reconhecendo dificuldades e obstáculos para promover algumas políticas públicas que auxiliariam as pessoas jurídicas produtivas a desempenhar melhor, foi delegado às pessoas jurídicas de direito privado a possibilidade de tal papel, o qual se revelou importante à época, dadas as circunstâncias políticas e econômicas. Para tanto, os serviços sociais autônomos desempenharam esse papel, tendo sido custeados por meio de tributação sobre a folha de pagamento das próprias empresas (conforme setor de atividade). Por outro lado, a evolução legislativa e a adequação a diferentes ordens constitucionais encerraram em várias críticas e polêmicas referentes ao "Sistema S", nos últimos anos. Citam-se algumas delas: indefinição do papel e do campo de atuação das entidades do "Sistema S"; necessidade de transparência na gestão e na distribuição de recursos; seleção na contratação de pessoal e nepotismo; finalidade, pertinência legal e conformidade temática na criação de entidades; imunidade tributária; corrupção; limites dos princípios e das normas da Administração Pública; gratuidade na prestação de serviços e atividades desenvolvidas pelos serviços sociais autônomos, além de outros assuntos. É notório assumir que o objeto de estudo – serviços sociais autônomos que integram o "Sistema S" – está rodeado de incertezas e necessidade de profundas reflexões. A problematização deste presente projeto de pesquisa é direcionada a tais incertezas, na medida em que, se devidamente debatidas e refletidas, podem apresentar elementos teóricos aptos por formular, na dogmática constitucional vigente, a correta determinação, compreensão e viabilidade do espaço jurídico-social ocupado pelos serviços sociais autônomos na atualidade. As hipóteses giram em torno da análise sobre se os serviços sociais autônomos pertencem ou não à Administração Pública, ao interesse público, aos limites de atuação dos atores participantes e à correspondência com o sistema dogmático-constitucional vigente. A metodologia é baseada em uma pesquisa exploratória, a qual requer pesquisa bibliográfica e documental mediante banco de dados públicos, como *leading cases* no STF e no TCU, que envolvam perspectivas de atuação dos serviços sociais e relatórios de gestão de serviços sociais autônomos. Em uma análise qualitativa, pretende-se chegar às

conclusões, por meio de análise crítica, utilizando a dogmática constitucional vigente como norte para a coerência dos resultados.

Palavras-Chave: serviços sociais autônomos; Sistema S; natureza jurídica; abordagem constitucional.

SUPERENCARCERAMENTO E POPULAÇÃO CARCERÁRIA NA GESTÃO PRISIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENCARCERAMENTO À LUZ DAS DIRETRIZES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS MEDIANTE A EXPERIÊNCIA DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO TOCANTINS, DE 2008 A 2022

Antônio Dantas de Oliveira Júnior – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
antoniodantastjto@gmail.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – CEUB, professor orientador
Antonio.suxberger@ceub.edu.br

O tema tem como delimitação o sistema prisional e as políticas públicas de gestão prisional brasileira. Os dados centrais e as matrizes teóricas são extraídas das formulações de decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O referencial de experiência local, passível de comparação com outros, nos demais estados brasileiros, é o do estado do Tocantins. Com relação ao tempo de análise referente ao sistema prisional tocantinense, é o período de 2008 a 2022, em que atuo como magistrado no Tribunal de Justiça do estado do Tocantins.

Palavras-Chave: superencarceramento; sistema prisional; direitos humanos.

TOKENIZAÇÃO DE ATIVOS: UMA PROPOSTA DE CATEGORIZAÇÃO TAXONÔMICA NO DIREITO DIGITAL PARA A ECONOMIA DESCENTRALIZADA

Antônio Marcos Fonte Guimaraes – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
antoniomfguimaraes@gmail.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

As operações de *tokenização* de ativos têm sua origem e desenvolvimento no advento da tecnologia *blockchain* e na sua utilização na integração dos "contratos inteligentes", que têm promovido ganho de escala e eficiência na negociação de diversos ativos atinentes aos mercados financeiro e de capitais. Essa tecnologia é utilizada para gerar modelos de negócio inovadores e disruptivos com grande potencial de alterar, sobremaneira, a forma como interagimos na sociedade, em todos os aspectos. Nesse sentido, diversos empreendimentos têm-se valido das estruturas de *tokenização* de ativos, que, com as vantagens das tecnologias *blockchain*, buscam agregar valor aos modelos de negócios existentes nos mercados financeiros, de capitais e no setor de transações imobiliárias, especialmente os relacionados ao modelo de multipropriedade. Ocorre que o mercado de *tokenização* de ativos, em razão de sua complexidade operacional e tecnológica, além do seu ineditismo como modelo de negócio, apresenta inúmeras dúvidas para os profissionais de direito e para os reguladores que têm a obrigação legal de lidar com esse novo cenário operacional. Uma evidência da complexidade desse debate verifica-se na constituição, por intermédio da Resolução nº 273, de 12 de dezembro de 2022, no Banco Central do Brasil, de um grupo de trabalho dedicado a estudar esse modelo de negócio, bem como sua integração no mercado financeiro e de pagamentos constituídos. Verifica-se a dificuldade de classificar essa nova sistemática em face do arcabouço jurídico vigente, por meio das manifestações públicas apresentadas pela Comissão de Valores Mobiliários, por intermédio do Parecer de Orientação CVM nº 40, de 11/10/2022, do Ofício-Circular nº 4/2023/CVM/SSE, 4/04/2023 e do Ofício-Circular nº 6/2023/CVM/SSE, 5/07/2023. Essas declarações, nas quais o regulador do mercado de capitais tenta esclarecer quais operações de *tokenização* estariam sujeitas à sua jurisdição, evidenciam, entre outras questões, a dificuldade que os órgãos do Estado identificam em enquadrar esses novos modelos de negócio em conformidade com a ordem legal e infralegal em vigor. Em contrapartida, o mercado de *tokenização* de ativos tem o potencial de impulsionar a economia em diversos segmentos da sociedade. Assim, faz-se urgente a mitigação de toda a insegurança jurídica a respeito de quais aspectos jurídicos, legais e infralegais, pois cada modalidade de operacionalização de *tokens* negociados deveria estar subordinada ao território nacional. Dessa forma, propõe-se o desenvolvimento de análises que visam a atacar os seguintes problemas que se encontram presentes no

universo da *tokenização* de ativos: a construção de uma classificação taxonômica para as modalidades de *tokenização* de ativos que se desenvolvem no mercado de negociações de recebíveis financeiros, em operações de securitização de recebíveis e em contratos de investimentos coletivos; o exame de aprimoramento da segurança jurídica para a negociação *tokenizada* de ativos representativos de bens imóveis no Brasil; a viabilidade jurídica da *tokenização* de ativos no Brasil; a eventual necessidade de ajustes regulatórios.

Palavras-Chave: *tokenização*; mercado financeiro; valores mobiliários.

UMA CRÍTICA AO SISTEMA REGULATÓRIO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO APLICADA ÀS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA

Paulo Roberto Alonso Viegas – CEUB, aluno do Doutorado em Direito
prviegas@gmail.com
Daniel Amin Ferraz – CEUB, professor orientador
daniel.amin@afctf.adv.br

Pretende-se estudar aspectos do setor elétrico brasileiro, notadamente, quanto à sua evolução, em termos de concentração econômica e das formas de regulação aplicadas, consideradas à luz do direito societário.

Palavras-Chave: políticas públicas; relações privadas e desenvolvimento; energia elétrica; distribuição; preços.

ANAIS DO 6º EnCUCA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIC 2022/2023



fapdf CNPq CEUB

"CHEGA DE PAPELÃO! QUEREMOS MORADIA E PÃO!" UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Yago Rocha de Almeida - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
yago.almeida@sempreceub.com
Sabrina Durigon Marques - CEUB, professora orientadora
sabrina.marques@ceub.edu.br

Nas ruas da capital, onde os cenários da vida se entrelaçam, emerge um chamado urgente à compreensão e à ação. A pesquisa acadêmica sobre as políticas públicas adotadas pelo Distrito Federal para a população em situação de rua é um mergulho profundo na realidade que muitos prefeririam não ver. Por meio da exploração das causas que conduziram indivíduos a esse limiar da sociedade, esta pesquisa tece uma narrativa que revela não apenas a complexidade das histórias pessoais, mas também a dificuldade inerente ao papel do Estado em proporcionar amparo a todos. Além de mapear as políticas em vigor, a pesquisa sonda a essência das causas que levam pessoas às margens da sociedade, lançando uma luz crítica sobre a lacuna entre as intenções do Estado e a complexa realidade nas ruas. O estudo da legislação revela as bases regulatórias que moldam o relacionamento entre o Estado e essa população marginalizada, destacando tanto as proteções quanto as limitações dos arcabouços legais. Enquanto as leis buscam delinear os contornos da assistência à população em situação de rua, a pesquisa ilumina os desafios que permanecem intransponíveis. A pandemia, como um vendaval imprevisto, interpôs mais uma sombra sobre esses indivíduos já vulneráveis, aumentando suas fileiras. Ao mesmo tempo, a pesquisa oferece uma visão esperançosa, enfocando a importância de uma compreensão profunda dessas questões para uma sociedade mais coesa e justa. Ao mergulhar nas políticas públicas, nas leis que regulam e nas consequências da pandemia, esta pesquisa convoca os leitores a não apenas reconhecer, mas também a agir. Trata-se de um apelo a ampliar a compreensão, fortalecer o compromisso e construir uma teia de solidariedade que componha a harmonia social tão desejada.

Palavras-Chave: pessoas em situação de rua; políticas públicas; efeitos da pandemia.

A (DES) EDUCAÇÃO SEXUAL ENTRE OS JOVENS UNIVERSITÁRIOS

Ana Carolina Alves Meneses - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
ana.cmeneses@sempreceub.com
Sâmia Daiene de Melo Lins - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
samia.lins@sempreceub.com
Cristiane Henriques Soares de Paiva Lopes - CEUB, professora orientadora
cristiane.lopes@ceub.edu.br

Analisar o conhecimento dos jovens universitários sobre educação sexual é o objeto de estudo nesta investigação, considerando ser esta problemática um desafio para a sociedade, os pesquisadores, os profissionais e os gestores da saúde. Nesse aspecto, a abordagem quanto à saúde individual e coletiva juvenil, à concepção, à anticoncepção e às infecções sexualmente transmissíveis torna-se essencial no presente estudo, tendo em vista a parcela significativa da população que inicia a vida sexual estar sem orientações a respeito de uma prática segura e planejada. Trata-se de um estudo descritivo com enfoque quantitativo, aprovado pelo Comitê de Ética sob o nº 5.663.062 e com levantamento de dados entre os anos de 2022 e 2023. A pesquisa é baseada na aplicação de um questionário aos participantes, por formulário eletrônico, pela plataforma Google Forms e divulgado pelo Whatsapp, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os critérios de inclusão abrangem os jovens universitários com idade entre 18 e 24 anos que estejam cursando o nível superior em escolas públicas ou privadas. Como critérios de exclusão, destacam-se jovens universitários menores de 18 anos e maiores de 24 anos. O cálculo amostral foi de 240 participantes, baseado nos dados da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal (FUNAB). Após a coleta, os dados foram agrupados, tabulados e analisados, utilizando o programa StatisticalPackage for Social Sciences (SPSS). Espera-se que a pesquisa contribua, de forma singular, como referencial teórico sobre o tema, incentivando outros trabalhos acadêmicos e fornecendo maior subsídio e fundamentação científica para a melhoria da educação sexual.

Palavras-Chave: educação sexual; sexualidade; infecções sexualmente transmissíveis.

A EQUOTERAPIA NA QUALIDADE DE VIDA, O ESTRESSE PARENTAL E A FORÇA MUSCULAR DE CRIANÇAS ATÍPICAS

Ariadne Isis Sousa dos Santos - CEUB, PIC Parceiros - ANDE/FAP, aluno bolsista
ariadne.isis@sempreceub.com
Ana Vitória Silva Matos - CEUB, PIC Parceiros - ANDE/FAP, aluno voluntário
ana.vmatos@sempreceub.com
Alessandra Vidal Prieto - CEUB, professora orientadora
alessandra.prieto@ceub.edu.br
Ana Cristina Saúde - ANDE BRASIL, colaboradora
aninhasaude@gmail.com

A equoterapia é um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo em uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de indivíduos com deficiências. O objetivo do presente estudo foi verificar e comparar a efetividade da equoterapia e da fisioterapia na qualidade de vida, na redução do estresse parental, na força muscular e na mobilidade de crianças com transtorno do espectro autista (TEA), síndrome de Down (SD) e paralisia cerebral (PC). Trata-se de um estudo de campo transversal de caráter qualitativo e quantitativo com crianças atípicas de 2 a 18 anos. A coleta de dados foi realizada na Associação Nacional de Equoterapia (ANDE) e no Centro de Atendimento à Comunidade (CAC), e foi feita uma comparação intragrupo. Para mensuração dos resultados, utilizou-se um questionário validado sobre qualidade de vida e estresse parental e um semiestruturado sobre a percepção familiar. Nos dois primeiros, não houver diferença significativa. Quanto à percepção familiar, os efeitos da equoterapia e da fisioterapia na funcionalidade melhoraram de maneira individual. Com relação à força de grupos musculares específicos, foi utilizado o Teste do Esfigmomanômetro Modificado (TEM), para mensurá-la. No grupo da equoterapia, houve melhor desempenho em comparação com o grupo da fisioterapia. Os resultados foram obtidos mediante a estatística descritiva, a partir do programa IBM SPSS, versão 21.0. Por meio desta pesquisa, conclui-se que o estresse parental e a qualidade de vida comparados não tiveram alteração significativa de acordo com o diagnóstico dos participantes, contudo, separadamente, os grupos estão com os níveis de estresse parental moderados. Em relação à força muscular, houve maior efeito no grupo A, em comparação com o grupo B.

Palavras-Chave: equoterapia; qualidade de vida; força muscular.

A HISTÓRIA DE BRASÍLIA PELOS ESPAÇOS DE CINEMA: DO CINE BRASÍLIA AO *DRIVE IN*

Bárbara Leandro de Araújo - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
barbara.leandro@sempreceub.com
Aline Stefânia Zim - CEUB, professora orientadora
aline.zim@ceub.edu.br

Esta pesquisa aborda a intersecção entre a história, a arquitetura, a cultura e os festivais de cinema em Brasília, com o objetivo de alcançar uma compreensão mais aprofundada sobre esses temas. Ao longo do estudo, são explorados aspectos, como a análise sucinta da história de Brasília, desde sua construção até seu simbolismo como capital do Brasil. Um item de destaque reside na contribuição dos trabalhadores migrantes, conhecidos como candangos, que desempenharam um papel importante na construção da cidade. Além disso, a presença de espaços cinematográficos notáveis em Brasília aprimora a experiência cinematográfica tanto para os residentes quanto para os visitantes. O Cine Brasília, por exemplo, ocupa uma posição especial na paisagem cultural da cidade, fornecendo um espaço dedicado a exibições de filmes, discussões e retrospectivas. O Cine Drive In, com sua atmosfera externa singular, acrescenta um toque nostálgico à experiência cinematográfica, permitindo que os espectadores desfrutem de filmes no conforto de seus veículos. Por fim, porém não menos relevante, o Cine Teatro Brasília, que, embora já tenha sido demolido, desempenhou importante papel na vida dos candangos e dos pioneiros que laboraram e estabeleceram-se nesta região, além de ser um dos primeiros espaços de cinema da nova cidade, fortalecendo, assim, a presença desse gênero artístico entre cidadãos e visitantes. Ademais, é abordado o pioneirismo do cinema brasiliense, ao documentar esse processo histórico, revelando o olhar e a perspectiva dos cinegrafistas da época. Portanto, foi feito breve panorama da presença da arte no Distrito Federal, com foco no campo audiovisual, a fim de destacar os espaços e os festivais de cinema mais renomados, selecionados com base em pesquisas, em fontes autênticas, como meio de promover esse gênero da arte, fortalecer os laços culturais da cidade e facilitar o acesso a eles. Paralelamente a isso, foram escolhidos os filmes exibidos nos locais onde ocorreram esses festivais e que retratam ou se passam em Brasília, independentemente de representar ou não a realidade da nova cidade. Por fim, com o intuito de aprimorar e sintetizar a compreensão dos assuntos e dos eventos abordados ao longo da pesquisa, foram desenvolvidas uma linha do tempo com os principais acontecimentos durante a construção de Brasília e uma tabela dos espaços e dos festivais de cinema selecionados, juntamente com os filmes vencedores que retratam ou se passam no Distrito Federal.

Palavras-Chave: arquitetura; história de Brasília; espaços de cinema.

A IMPLANTAÇÃO DE APARELHO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA NO HOSPITAL REGIONAL DE PLANALTINA, DISTRITO FEDERAL, CONSOANTE SOLICITAÇÕES ENTRE 2021 E 2022

Luiz Felipe Falcão de Souza - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
lffalcaosouza@gmail.com
Carolinne Camila de Souza Scarcela - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
carolinnescarcela@gmail.com
Gerson Fernando Mendes Pereira - CEUB, professor orientador
gerson.pereira@ceub.edu.br

Nos últimos anos, incontáveis exames complementares foram introduzidos na prática médica para auxílio ao diagnóstico. Entre eles, houve destaque para a tomografia computadorizada (TC), que contém diversas vantagens em seu uso e, como consequência disso, possibilita a identificação de várias indicações, como acidente vascular encefálico, abdome agudo e traumas. Por essa razão, a falta de aparelho de TC no serviço médico pode gerar prejuízos em relação ao diagnóstico e, consequentemente, à conduta adequada para certas condições, como acontece no caso do Hospital Regional de Planaltina (HRPl), no Distrito Federal, que não disponibiliza tal equipamento. O objetivo da pesquisa é analisar características clínicas e epidemiológicas dos pacientes com solicitação médica de TC, por meio do laudo para a solicitação da Autorização de Procedimento Ambulatorial (APAC), no HRPl, no período entre 2021 e 2022. Para isso, a metodologia utilizada é a coleta de dados secundários, transversais e retrospectivos, fornecidos pelo hospital, com informações anônimas de pacientes que tiveram TC requisitada pelo profissional médico durante o período citado. Assim, as variáveis analisadas, de forma quantitativa, foram sexo, faixa etária, procedimento solicitado, realização do procedimento, região anatômica estudada, indicação de tomografia computadorizada, locais com tomógrafos disponíveis e utilizados por pacientes oriundos do HRPl. No período estudado, houve o total de 9.319 APAC preenchidas para uma série de procedimentos; 2.627 foram preenchidas para a realização de TC. Em relação aos resultados encontrados, sintetizou-se que a principal indicação para o exame foi traumatismo cranioencefálico, por isso o principal sítio anatômico solicitado para análise foi o crânio. Verificou-se que a maioria das TC que o HRPl requisita é realizada no Hospital Regional de Sobradinho (HRS), totalizando 1.649, o que decorre da relativa proximidade entre os dois hospitais (20,6 km) e da disponibilidade de um tomógrafo no HRS. Ademais, uma série de outras indicações e sítios anatômicos foram evidenciados na pesquisa. Diante da demanda pela TC, para auxílio ao diagnóstico médico, consolidada por protocolos do sistema público e privado, fato evidenciado na pesquisa e na literatura médica e proposto pelo Ministério da Saúde por meio da recomendação de

disponibilidade de um tomógrafo a cada 100 mil habitantes, é de fundamental importância a implementação desse equipamento no HRPI.

Palavras-Chave: tomografia computadorizada; diagnóstico; protocolo.

A INFLUÊNCIA DA TRÍADE SOMBRIA NA INTENÇÃO DE CORRUPÇÃO

Carolyne Costa Salvador - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
carolynes@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto - CEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

A corrupção apresenta prejuízos econômicos, sociais e políticos à sociedade, sendo passível de compreensão a partir de modelos psicológicos, como teorias de personalidade, em uma perspectiva com foco individual. A tríade sombria (TS) é uma teoria da personalidade que surgiu para aprofundar os aspectos socialmente aversivos do ser humano, sendo composta por três traços: psicopatia subclínica, narcisismo subclínico, e maquiavelismo. Dessa maneira, a presente pesquisa busca avaliar o papel moderador da punição na relação entre a tríade sombria e a corrupção. Participaram da pesquisa 158 pessoas que responderam à Dark Triad Dirty Dozen, adaptada para o contexto brasileiro (maquiavelismo α=0,59; psicopatia α=0,70; narcisismo α=0,82), e às medidas de intenção de corrupção (α=0,79) e punição (α=0,90). Verificou-se que a corrupção tem uma relação significativa com os traços de maquiavelismo e psicopatia. No que se refere ao narcisismo, não foi possível observar uma relação significativa com a intenção de corrupção. Desta forma, vale refletir sobre a possível interferência da face fragilizada do narcisismo, em que o indivíduo com índices desse aspecto tem como objetivo a aprovação social e a admiração e, em busca da grandiosidade desejada, pode seguir as normas da sociedade. Sobre a moderação, foi identificado que os traços de maquiavelismo e psicopatia contêm um efeito significativo na corrupção, restrito à punição alta. Desse modo, como hipótese *post-hoc*, pode-se pensar que o perfil dos traços da tríade agem em cenários de corrupção, buscando excitação. Com isso, conclui-se que uma análise da personalidade dos sujeitos, por meio da tríade sombria, contribui para a compreensão da corrupção e o papel da punição, já que esta última não exerce efeito inibitório na população. Isso indica a necessidade de maior investigação dos efeitos da punição para a prevenção da corrupção, com a presente pesquisa abrindo portas para pensar-se em novas maneiras de inibir comportamentos antiéticos, em especial, a corrupção.

Palavras-Chave: corrupção; tríade sombria; punição.

A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS EM TEMPOS DE COVID 19

Sarah Vasconcelos Arruda - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
sarah.vasconcelos@sempreceub.com
Carolina Oliveira Gomes - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
carolina.gomes@sempreceub.com
Ester Mascarenhas Oliveira - CEUB, professora orientadora
estermascarenhas@gmail.com

A pandemia de covid-19 apresentou mudanças significativas na vida dos universitários, redefinindo a forma como eles(as) se relacionam e impulsionando o uso das redes sociais durante os períodos de confinamento. Diante deste cenário, a presente pesquisa tem como objetivo geral conhecer a influência das redes sociais na saúde mental de universitários em tempos de covid-19, na capital brasileira. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando a análise de discurso de Bardin, que compreende três fases essenciais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretação. A amostra incluiu 115 estudantes universitários de uma instituição de ensino superior no Distrito Federal, sendo a coleta de dados realizada entre novembro de 2022 e fevereiro de 2023. Para direcionar o estudo, foram identificadas duas categorias relacionadas à saúde mental dos universitários: mecanismo de fuga e entretenimento; ansiedade nas redes sociais. Durante o período de confinamento, as redes sociais tornaram-se um meio de escape e distração da realidade, proporcionando vantagens, como o entretenimento, a manutenção de relações sociais e a facilidade de inserção na sociedade, além de fornecer informações rápidas.

Palavras-Chave: covid-19; redes sociais; universitários.

A INFLUÊNCIA DE FATORES ESTRESSORES EXTERNOS NA GRAVIDEZE SUAS CONSEQUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTODO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Maressa Pacheco dos Santos - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
maressa.pacheco18@gmail.com
Larissa Rodrigues de Almeida Rego Oliveira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
larissa.rodrigues31@sempreceub.com
Sandra Brusasco Fernandes - CEUB, professora orientadora
sandra.fernandes@ceub.edu.br
João de Sousa Pinheiro Barbosa - CEUB, colaborador
joao.barbosa@ceub.edu.br

O transtorno do espectro autista (TEA), popularmente conhecido como autismo, é uma doença neurológica que gera alterações no desenvolvimento. Ele é caracterizado por limitada comunicação e interação social, bem como alterações comportamentais estereotipadas. A etiologia do TEA ainda não é bem elucidada, mas sabe-se que sua causa é multifatorial. Evidências recentes demonstraram a variação de 40% a 50% no risco do TEA, por influência dos aspectos ambientais na gravidez, o que chama mais a atenção para que ela seja investigada. Sendo assim, observa-se maior incidência de TEA em crianças cujas mães passaram por eventos estressores na gravidez, como violência, presença em desastres naturais, rompimento da estrutura familiar, fatores imunes e sofrimento psicológico, que, associados à predisposição genética, agem como estressores importantes, de modo a fundamentar essa teoria. Dessa forma, tem-se como objetivo analisar a incidência e a prevalência de fatores estressores durante a gestação e sua relação com o desenvolvimento do TEA na criança. Trata-se de um estudo epidemiológico transversal, de caráter exploratório e retrospectivo. A coleta de dados acontece a partir do procedimento técnico de levantamento. É uma pesquisa quantitativa, de natureza básica, com o intuito de melhorar as teorias científicas e aumentar o conhecimento disponível. Sendo assim, os resultados proporcionam uma oportunidade de melhor gestão dos recursos públicos, para atender mães e crianças a partir da capacitação de profissionais, da distribuição adequada de centros de atendimento e escolas, de acordo com o perfil epidemiológico das regiões administrativas, além de prover oferta precisa de informação para as gestantes, tratamento precoce dos casos diagnosticados e, consequentemente, melhor prognóstico das crianças. Entre os resultados encontrados, destaca-se o aumento na prevalência do TEA, com o aumento da idade materna e paterna, além de constatar-se que a quantidade de gestações e os casos confirmados de TEA na família podem influenciar o desenvolvimento do transtorno. Observou-se a forte influência da depressão pós-parto e do *baby blues* e o desenvolvimento do TEA juntamente com situações de rompimento

amoroso e violência psicológica, principalmente quando ocorridas no 2° e no 3° trimestres de gestação. O PSS-14, quando aplicado a mães de crianças diagnosticadas com TEA, revelou o aumento médio de 6 pontos na pontuação geral, em comparação com a aplicação do mesmo instrumento em mulheres grávidas de outro estudo. Conclui-se, portanto, que vários fatores estressantes analisados neste estudo foram capazes de gerar discussões relevantes para a análise da relação causal entre esses fatores e o desenvolvimento do TEA nas crianças. Por outro lado, alguns itens não obtiveram dados suficientes para a análise, evidenciando a necessidade de mais estudos nessa área.

Palavras-Chave: transtorno do espectro autista; fatores ambientais; estresse.

A INFLUÊNCIA MICROCLIMÁTICA DA VEGETAÇÃO NA ESCALA RESIDENCIAL DE BRASÍLIA

Júlia Almeida Gonçalves - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
julia.almeidag@sempreceub.com
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária - CEUB, professor orientador
gustavocantuaria@gmail.com

Nas últimas décadas, o notável aumento na temperatura tem sido observado no Distrito Federal, destacado pelo doutor em geologia e professor da Universidade de Brasília (UnB), Gustavo Macedo de Mello Baptista, em seu estudo sobre o crescimento térmico na região, atribuído ao fenômeno das "ilhas de calor", intrinsecamente ligado ao ambiente urbano que representa condições microclimáticas em que a umidade relativa do ar é mais baixa do que a temperatura ambiente, causando modificações nos padrões de vento e outros fatores influentes. Os resultados desta pesquisa destacam a presença de vegetação como um fator significativo na redução da temperatura relativa do ar e do nível de umidade. A vegetação, seja em forma isolada ou em agrupamentos, intercepta boa parte da radiação solar que atinge as edificações. Isso, conforme mencionado por Furtado (1994), resulta em resfriamento passivo por meio de sombreamento e evapotranspiração, contribuindo para a diminuição das temperaturas tanto internas quanto externas. A metodologia de pesquisa envolveu a seleção criteriosa de locais de medição, abrangendo variações na densidade de vegetação, fluxo de carros e permeabilidade do solo. Foram escolhidas quadras da Asa Sul (308, 708 e 409) e da Asa Norte (308 e 708), para representar diferentes níveis de arborização, além de áreas contrastantes na Estrutural e no Riacho Fundo I. Para compreender as discrepâncias entre essas localidades, foram definidos três horários para medição: 9h, 15h e 21h. Às 9h, com o sol subindo, a iluminação e a temperatura aumentam gradualmente. Às 15h, com o sol no zênite, a intensidade da radiação solar e a temperatura atingem seu ápice. Às 21h, após o pôr do sol, a luminosidade reduz, e a noite inicia. Equipamentos universitários foram empregados para medição, incluindo a câmera termográfica FLIR C2, para captar temperaturas superficiais, o medidor de CO2 com termo-higrômetro Ak786, para avaliar a qualidade do ar, e o termo-higrômetro MTH-1360, para medir a temperatura em Celsius e a umidade relativa. Essa abordagem metodológica proporcionou informações valiosas sobre as discrepâncias ambientais entre áreas mais arborizadas e menos arborizadas, bem como as variações horárias, contribuindo para uma compreensão aprofundada sobre o ambiente investigado. A pesquisa destacou disparidades na vegetação presente nos locais investigados: a Asa Sul e a Asa Norte mostraram boa arborização, enquanto a Estrutural carece de vegetação pelo desenvolvimento inicial desordenado. O Riacho Fundo I, embora mais organizado que a Estrutural, também apresentou carência vegetal. Análises comparativas indicam

resultados positivos nas áreas bem arborizadas e desfavoráveis nas menos arborizadas. Isso evidencia a influência da vegetação no microclima urbano, reduzindo temperaturas, aumentando a umidade e diminuindo o CO^2. A ausência de infraestrutura nessas áreas resulta da interligação entre a falta de vegetação e o planejamento urbano inadequado. Conclui-se que o planejamento urbano integrado com a vegetação é vital, aprimorando o conforto térmico por evapotranspiração e sombreamento, buscando áreas urbanas saudáveis.

Palavras-Chave: vegetação urbana; microclima; ilhas de calor.

A POLÍTICA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS E A EVOLUÇÃO DAS IST NO PERÍODO DE 2006 A 2021, NO BRASIL

Jéssica Rezende Maggioni - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
Jessica.maggioni@sempreceub.com
Luana Rafael de Albuquerque Oliveira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
Luana.albuquerque@sempreceub.com
Gerson Fernando Mendes Pereira - CEUB, professor orientador
gerson.pereira@ceub.edu.br

A adolescência é um período marcado por mudanças físicas, psicológicas e sociais, as quais coincidem com a formação do conhecimento acerca da sexualidade. Crenças e pensamentos conservadores costumam silenciar debates sobre a sexualidade em adolescentes, de modo a não promover a educação em saúde sexual para essa população, a qual se torna vulnerável às infecções sexualmente transmissíveis (IST) e à gravidez na adolescência. A escassez de conhecimento no âmbito da educação sexual está intimamente relacionada com o aumento do número de casos de IST, as quais são consideradas um problema de saúde pública pela OMS. O ambiente escolar configura-se como ideal para promoção da educação, o que inclui a educação em sexualidade. O presente estudo objetiva analisar dados referentes à evolução dos casos de IST na população jovem, de modo a correlacionar-se com a eficácia das políticas brasileiras sobre educação sexual. Foi realizada uma busca de dados epidemiológicos na plataforma TabNet fornecida pelo Sinan, além dos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde acerca das principais IST. Também foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as políticas brasileiras de educação sexual mais relevantes do período de 2011 a 2021. Os dados epidemiológicos revelaram que, no período mencionado, houve aumento de 800% nos casos de sífilis, na população total. Entre jovens de 15 a 19 anos, foi relatado aumento de aproximadamente 1.109,8%, com maior prevalência da população feminina. Os casos de aids referentes ao período de 2006 a 2021 apresentaram diminuição de cerca de 6,79% na população total, ao passo que, na população de 15 a 19 anos, houve aumento de aproximadamente 18%, com incremento de cerca de 111% nos casos do sexo masculino e diminuição de cerca de 44% relativa ao sexo feminino. Referente à hepatite B, no período de 2010 a 2021, o panorama foi de redução de aproximadamente 53% no número de casos, com redução de cerca de 88% na população masculina de 15 a 19 anos e de cerca de 86% na população feminina da mesma faixa etária. Portanto, tendo em vista que a hepatite B é uma doença imunoprevenível e que as demais apresentaram aumento no período vigente, observa-se a falta de efetividade na implementação das políticas brasileiras de educação sexual, nas instituições de ensino. Esse panorama

reforça a necessidade do desenvolvimento de novas políticas de educação integral em sexualidade, bem como sua implementação efetiva nas instituições.

Palavras-Chave: educação em sexualidade; infecções sexualmente transmissíveis; políticas em saúde.

A POLÍTICA EXTERNA RELATIVA ÀS QUESTÕES CLIMÁTICAS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL, ESTADOS UNIDOS E FRANÇA (2015-2021)

Natalia Meirelles Alencar - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
natalia.meirelles@sempreceub.com
Vítor Costa Silva Santos - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno voluntário
vitor.cs@sempreceub.com
Aline Maria Thomé Arruda - CEUB, professora orientadora
aline.arruda@ceub.edu.br

As mudanças climáticas e o meio ambiente são temas contemporâneos que remetem diretamente à urgência e às crises. Ao explorar de que modo os líderes governamentais de Estados relevantes, como Brasil, Estados Unidos da América e França, constroem suas estratégias de discurso sobre esses temas, é possível analisar como os atores de diferentes orientações políticas utilizam esse assunto como parte de uma interação com sua própria população e uma expressão da política externa de sua nação. O trabalho busca responder à questão sobre quais estratégias discursivas relacionadas às mudanças climáticas são utilizadas por agentes-chave no cenário internacional. Para tanto, a metodologia adotada foi a análise do discurso e o método comparativo. Ao longo da pesquisa, foram coletados e examinados os discursos oficiais proferidos pelos presidentes e pelos ministros das Relações Exteriores durante os governos de Jair Bolsonaro (2018-2022), de Donald Trump (2017-2021) e de Emmanuel Macron (2017-2021), atores diretamente envolvidos na política externa dos países comparados, e, como segunda fonte, *tweets* publicados em seus perfis oficiais online. Os principais conceitos discutidos são o "*framing*" (Nisbet; Newman, 2015) e a "relativização dos fatos" nas políticas da pós-verdade (Schindler, 2020) como possíveis estratégias discursivas utilizadas por esses atores. O primeiro, o *framing*, é uma estratégia usada para impactar a compreensão e o engajamento do público, reenquadrando a comunicação sobre um tema, como a mudança climática, e aplicando preocupações e questões locais com as quais as pessoas têm intimidade, aumentando a eficácia da comunicação. O segundo conceito, a relativização dos fatos, é uma estratégia comum usada por líderes contemporâneos de extrema-direita em muitos assuntos, incluindo mudanças climáticas, quando duvidam de dados científicos sobre o aquecimento global, por exemplo. Após a análise, notou-se que os discursos de Trump e Bolsonaro, ainda que tenham diferenças, baseiam-se na exaltação do nacionalismo assim como na relativização dos discursos científicos e na descredibilização da preocupação internacional com o tema, criando, por vezes, realidades paralelas à concreta, caracterizada pela crença de que, por trás de dados e acordos internacionais, existem interesses individuais que miram o malefício de seus Estados e da população. Macron, por outro lado, apresenta um discurso mais

aprofundado, baseado em argumentos científicos e ferramentas democráticas. No entanto, mesmo com fortes divergências entre as abordagens dos americanos e as do francês, todos usam a estratégia do *framing* para conectar as mudanças climáticas com seus interesses nacionais: Trump usa narrativas que entendem políticas climáticas, como o Acordo de Paris, como prejudiciais à economia, à energia e ao trabalho nos EUA, e Bolsonaro conecta temas, como desenvolvimento econômico, gestão dos recursos naturais e soberania nacional, para convencer seu eleitorado de que a ajuda dos países na Amazônia é baseado em interesses externos e prejudiciais ao país, enquanto Macron associa temas que farão a população mobilizar-se em prol de políticas climáticas, como a saúde, a migração e a segurança da população.

Palavras-Chave: discurso; mudanças climáticas; crise.

A RELAÇÃO ENTRE O ESTRESSE E A ADAPTAÇÃO ACADÊMICA NO ENSINO SUPERIOR

Lucas Boudens Rocha - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
lucas.boudensr@sempreceub.com
Adriana Satico Ferraz - CEUB, professora orientadora
adriana.ferraz@ceub.edu.br

O período de formação no ensino superior pode ser um momento extremamente positivo na vida do estudante, proporcionando grandes sentimentos de realização pessoal e profissional. Entretanto, a depender do modo como se adapta a essa fase, da maneira pela qual a enxerga e das estratégias que utiliza para lidar com os estudos e com as situações estressantes, é possível que o aluno apresente problemas, como estresse, frustração e fragilidade emocional. Diante disso, o presente estudo visa investigar a relação entre as variáveis de adaptação acadêmica, motivação e estresse, por meio da análise correlacional e de mediação. A adaptação acadêmica foi avaliada pelo Questionário de Adaptação ao Ensino Superior (QAES), que investiga as vivências, as opiniões e os sentimentos do estudante diante deste período. A motivação, por sua vez, foi medida pela Escala de Avaliação da Motivação para Aprendizagem (EMAPRE-U), que examina o perfil motivacional do aluno de acordo com as metas de realização. O estresse foi mensurado a partir da Escala de Estresse Percebido, que explora os sentimentos e os pensamentos do indivíduo nos últimos trinta dias. A meta *aprender* apresentou correlações positivas com a dimensão institucional, o planejamento de carreira e os comportamentos relacionados ao estudo, assim como correlações negativas com a dimensão pessoal e emocional e o estresse. A meta *performance e aproximação* obteve correlação positiva apenas com os comportamentos relacionados ao estudo, enquanto a meta *performance* e *evitação* apresentou correlações positivas com a dimensão pessoal e emocional e o estresse, além de correlações negativas com a dimensão institucional, o planejamento de carreira e os comportamentos relacionados ao estudo. A presente pesquisa mostra-se relevante na medida em que contribui com a compreensão de aspectos que influenciam a saúde mental e a motivação do estudante, possibilitando um aumento em seu desempenho acadêmico e em sua chance de sucesso profissional.

Palavras-Chave: adaptação acadêmica; estresse; metas de realização.

A RELAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE DEPRESSÃO, ANSIEDADE E ESTRESSE NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO COM ALUNOS DOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE MENTAL E ADAPTAÇÃO ACADÊMICA

Gabriela Vitório Carvalho Cavalcanti Vitório - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
gabriela.vitorio@sempreceub.com
Adriana Satico Ferraz - CEUB, professora orientadora
adriana.ferraz@ceub.edu.br

Durante o desenvolvimento do estudante, a transição para o ensino superior pode ser considerada como um marco em que ocorrem inúmeros processos individuais de aprendizagem e socialização. As instituições de ensino têm grande valor para a ampliação de habilidades e competências, com ênfase nos aspectos sociais, cognitivos e de saúde. As mudanças experimentadas pelos alunos nesse ambiente criam demandas ligadas à saúde mental, a que as instituições deveriam atentar-se. Isto posto, o presente projeto de pesquisa versa sobre os impactos observados a partir das associações entre os níveis de sintomatologia depressiva, de ansiedade e de estresse e as dimensões da adaptação acadêmica de alunos matriculados em cursos da saúde. Participaram da pesquisa 310 universitários regularmente matriculados em instituições públicas e particulares de diversas universidades do país, que responderam remotamente a instrumentos de autorrelato que avaliam os construtos supracitados. Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritiva e inferencial (teste de correlação). Como resultados, identificou-se a existência de correlação estatisticamente significativa, positiva entre a sintomatologia depressiva, ansiosa e estressora e a adaptação pessoal-emocional e institucional. O estresse demonstrou correlação significativa com a dimensão da adaptação social. Ressalta-se que o período reportado nesta pesquisa equivale ao meio do semestre letivo em instituições particulares e públicas de todo o território nacional, em que se inicia o período das avaliações. De acordo com os resultados, é prevista a continuidade da coleta de dados, buscando a ampliação amostral, com o intento de avaliar e identificar aspectos psicopatológicos que podem ter ligação com a (in)adaptação acadêmica.

Palavras-Chave: adaptação acadêmica; sintomas psicopatológicos; saúde mental.

A TECNOLOGIA COMO FACILITADORA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: AMPLIANDO CONHECIMENTO DAS ESPÉCIES DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA MEDIANTE O USO DE APLICATIVO

Karolyne Peters Costa Rocha - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
karolyne.peters@sempreceub.com
Débora Dias Silvino de Oliveira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
deboradso@sempreceub.com
Stéfano Salvo Aires - CEUB, professor orientador
stefano.aires@ceub.edu.br
Derick Naor Oliveira de Lima - colaborador
derick.olima@gmail.com
Ésio Talles Cavalcante Santos - CEUB, colaborador
esio.talles@sempreceub.com

A educação ambiental deve ser pensada para incluir e atingir os cidadãos. Nesse caso, a utilização de espaços ao ar livre para o aprendizado é essencial. Os ambientes institucionais de pesquisa e conservação são considerados locais não formais de educação, como zoológicos, jardins botânicos, museus e aquários. São espaços de livre acesso com presença de indivíduos com idade, gênero e classe social diferentes. Isso pode ser um desafio, mas não deveria fazer diferença para a educação ambiental se houvesse aceitabilidade. Esses ambientes não formais só conseguem ser vetores de informação se o visitante estiver disposto a recebê-la. Isto ocorre, porque muitos comparecem ali, apenas para entretenimento. O Jardim Botânico de Brasília conta com inúmeras espécies nativas e exóticas e espaços diferenciados, como trilhas, jardins temáticos, horto medicinal, jardim sensorial, orquidário e outros. Aqueles que visitam o local deparam com ações culturais, exposições, palestras, placas, *banners* e passeios guiados com interações, mesmo que informais, com guias e monitores. Apesar disso, é necessário questionar sobre esses ambientes não formais de educação, uma vez que não há grande quantidade de informações ao público visitante nem servidores disponíveis a todo o tempo, principalmente pela falta de recursos do governo. Os ambientes de livre acesso à informação científica deveriam proporcionar formas dinâmicas para atrair visitantes. Muitos contêm aplicativos e jogos para que os visitantes sejam entretidos e aumentem os conhecimentos obtidos. Segundo o censo do IBGE, 98% das pessoas que utilizam a internet fazem-no por meio de um aparelho móvel, logo uma alternativa seria ter um aplicativo que unisse dados nos quais, além do conhecimento básico, seria possível encontrar informações adicionais, como nível de ameaça de extinção, ocorrência e utilização da espécie. O objetivo deste trabalho é a organização de dados e a criação de um aplicativo. Foi realizado um levantamento no Jardim Botânico, junto aos gestores e à

equipe técnica, sobre a percepção acerca do lugar, as informações contidas nas placas de identificação, o entendimento e a quantidade adequada e desejada de informações. Em seguida, o aplicativo foi desenhado, e as páginas de espécies foram providas pelo levantamento bibliográfico. Por fim, foram gerados aproximadamente 70 QR Codes, um para cada página criada, para ser fixados nas placas presentes no JBB para que visitantes possam ter acesso ao aplicativo.

Palavras-Chave: educação não formal; identificação botânica; ambientes; tecnologia.

ACESSIBILIDADE E PAINÉIS TÁTEIS NO METRÔ DF: MAPEAMENTO E ANÁLISE – IDENTIFICANDO METAS DA ODS 11- AGENDA 2030 - ONU

Laila Sanchi Cardoso do Amaral - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluna bolsista
laila.sanchia@sempreceub.com
Andréa Gonçalves Moreira Bernardes - CEUB, professora orientadora
andrea.bernardes@ceub.edu.br

Ao pensar-se na vida em comunidade, a inclusão social torna-se um aspecto indispensável que deve ser aplicado por todos. Seres humanos possuem suas diferenças e condições, e o meio em que vivem precisa atender a cada um independentemente da diferença física ou mental, auxiliando também a conquista da Agenda 2030 escrita pela ONU, especificamente a meta ODS 11, que trata justamente de acessibilidade, transportes seguros e condições às pessoas com algum tipo de deficiência. Acessibilidade é essencial em todos os lugares, mediante edificações, equipamentos, mobiliários, áreas urbanas e rurais. Os equipamentos urbanos em que a acessibilidade necessita estar presente são os de mobilidade, como o metrô e suas estações, para que pessoas com condições físicas possam transportar-se e usufruir de tal equipamento de forma segura e autônoma. O objetivo da pesquisa é analisar o estado e o funcionamento das estações de metrô no Distrito Federal, em relação ao acesso livre e eficaz de deficientes visuais, identificando a existência de recursos auxiliares, como painéis e pisos táteis, em todas as estações de metrô. Inicialmente, foram feitas leituras em livros e artigos sobre o tema, desenvolvendo os conhecimentos da área e formando uma base para, em seguida, começar os estudos *in loco*. Em conjunto com o estudo bibliográfico, foram realizadas as visitas técnicas pelas 27 estações em funcionamento, observando-se a existência dos recursos citados, além da acessibilidade de maneira geral, detectando-se a presença e o funcionamento de escadas rolantes e elevadores. Como resultados coletados, destaca-se que 85% das estações não atendem as normas técnicas referentes, como a NBR 9.050, pois, apesar da existência de piso e painel tátil em metade das estações, o trajeto do piso não leva até o painel, tornando-o impossível de utilizar-se. Por outro lado, praticamente, todas as estações contêm elevador em funcionamento, com legenda em braile e indicações sonoras que auxiliam os deficientes visuais. O projeto de pesquisa sobre acessibilidade nas estações de metrô do DF pode servir de auxílio para possíveis adequações dos recursos de apoio aos deficientes visuais, nos diferentes locais de emprego desses equipamentos, retomando a forma correta, ao situá-los, além de incentivar a reflexão sobre a inclusão social.

Palavras-Chave: acessibilidade para deficientes visuais; painel e piso táteis; estações de metrô.

ANÁLISE DA PREVALÊNCIA E DOS FATORES QUE MOTIVAM A HESITAÇÃO VACINAL ÀS VACINAS BIVALENTE E QUADRIVALENTE CONTRA O PAPILOMA VÍRUS HUMANO NA REGIÃO DE SAÚDE NORTE DO DISTRITO FEDERAL

João Cassiano Lopes da Cruz - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
joao.cassiano@sempreceub.com
Gabriel Nogueira Rizzi - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno voluntário
gabriel.rizzi@sempreceub.com
João de Sousa Pinheiro Barbosa - CEUB, professor orientador
joao.barbosa@ceub.edu.br

A hesitação vacinal é definida como atraso ou recusa de vacinas mesmo com disponibilidade dos serviços. Discute-se a história das vacinas, incluindo a oposição inicial e os exemplos, como a Revolta da Vacina no Brasil, em 1904. O foco, então, volta-se para a hesitação vacinal contemporânea, explicando que o sucesso das vacinas levou algumas pessoas a questionar a necessidade de vacinação. Isso tem levado a um impacto negativo na saúde pública, resultando no ressurgimento de doenças antes raras ou erradicadas, como poliomielite e sarampo, além de consequências financeiras, pelo custo do tratamento dessas patologias. Aborda-se a hesitação vacinal no sexo masculino, destacando maior taxa de abandono da segunda dose contra o HPV, nesse grupo. Dados sobre a cobertura vacinal são apresentados, demonstrando um aumento significativo nas doses administradas, após a implementação da vacina quadrivalente. Enfatiza-se a importância de considerar os fatores regionais e temporais, ao analisar a hesitação vacinal, e conclui-se que entender essas nuanças é fundamental para desenvolver estratégias eficazes de promoção de saúde e conscientização sobre a vacinação. Nesse sentido, a vacinação contra o HPV é um avanço crucial na saúde pública, pois protege contra infecções virais graves, incluindo câncer. Iniciar a vacinação aos 9 anos é promissor para estabelecer uma defesa precoce, embora a preferência pela faixa etária de 10 a 11 anos busque equilibrar a imunidade e a aceitação. A diminuição da adesão com a idade e as doses destaca a importância de conscientizar-se sobre os benefícios contínuos da imunização. O maior abandono à segunda dose entre homens reforça a necessidade de estratégias de conscientização. Avanços na vacinação de meninos refletem conscientização sobre a proteção de gênero cruzado. A vacinação para o HPV é crucial para a saúde a longo prazo e requer esforços contínuos, para garantir sua eficácia e alcance abrangente.

Palavras-Chave: hesitação vacinal; prevalência; HPV.

ANÁLISE DA TAXA DE EFICÁCIA E TOLERÂNCIA DA TOUCA DE CRIOTERAPIA CONTRA A ALOPECIA DURANTE O TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO PARA O CÂNCER DE MAMA

Aline Belle Moraes Gonçalves - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
aline.belle@sempreceub.com
Maria Alice Montalvão Ferraz - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
maria.ferraz@sempreceub.com
Márcio Rabelo Mota - CEUB, professor orientador
marciormota@gmail.com

Diante das consequências advindas do uso de quimioterápicos, durante o tratamento de neoplasia, o presente trabalho teve como objetivo principal avaliar o impacto do uso da touca de crioterapia na queda capilar, durante o tratamento de pacientes com câncer de mama. O método utilizado foi a avaliação de 27 pacientes que estavam em tratamento para o câncer de mama, por meio de coleta de fios de cabelo, aplicação de relatório específico da pesquisa e análise dos fios de cabelo em microscópio. Após a realização da pesquisa, foi evidenciado que, entre as pacientes que fizeram uso da touca de crioterapia, houve percepção de alteração do fio do cabelo em relação ao período pré-tratamento. As mudanças mais evidentes foram: fio mais opaco, diminuição da espessura do fio, porém sem nenhuma mudança de aspecto, apesar de as pacientes relatarem que tais alterações não afetam diretamente seu cotidiano e não concorrem para a recusa ao uso da touca. As pacientes que fazem uso da crioterapia relatam não ter interesse em interrompê-la, em razão de ser instrumento chave para a autoaceitação e a melhora da autoestima, pela diminuição da queda capilar associada ao fato de que não querem aparentar que estejam em enfrentamento ao câncer. Ademais, relatam que seguem corretamente o protocolo referente ao uso da touca e que a diminuição e a expectativa quanto à queda dos fios, na maioria do grupo analisado, estão presentes, corroborando o presente projeto, que prevê a redução da queda capilar com o uso da touca, conforme os estudos realizados anteriormente. Em relação ao grupo que não fez o uso da touca, as pacientes referem, de forma mais significativa, que perceberam mudança na diminuição da espessura, aumento da espessura do fio, fio mais quebradiço e opaco, impactando diretamente a forma e a aparência do fio no cotidiano. A análise documental, portanto, demonstra que o uso da crioterapia minimiza os danos psicológicos que o tratamento quimioterápico representa, principalmente no que tange a queda capilar, a consequente autoestima e a autoaceitação feminina, visto que, na maioria do grupo analisado que fez uso da touca, houve diminuição da perda dos fios e, desta forma, menos impacto na percepção de como isso afeta seu cotidiano em relação ao grupo que não fez o uso da touca, que relatou, em sua integralidade, de forma significativa, o impacto social da alopecia.

Palavras-Chave: crioterapia; alopecia; quimioterápicos.

ANÁLISE DE REAÇÕES CRUZADAS EM TESTES RÁPIDOS E SOROLÓGICOS PARA DENGUE EM PACIENTES ADMITIDOS COM INFECÇÃO POR SARS-COV-2 EM HOSPITAIS DO DISTRITO FEDERAL

Maria Fernanda Inocente Messias Pinheiro - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
maria.pinheiro@sempreceub.com
Laura Campos Modesto - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
laura.cmodesto@sempreceub.com
Fabiola Fernandes dos Santos Castro - CEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

O novo coronavírus, também conhecido como SARS-CoV-2, é pertencente à família *coronaviridae*. Seu primeiro caso ocorreu em dezembro de 2019, na província de Wuhan, na China. Inicialmente, foi diagnosticada uma pneumonia de etiologia desconhecida, e, apenas no início de 2020, foi descoberto que se tratava de novo coronavírus que causava uma síndrome respiratória aguda grave. Em Cingapura, no mesmo ano, foram relatados 2 casos de pacientes diagnosticados com a covid-19, com possível reação cruzada com o vírus da dengue. Em ambos, houve a constatação de tratar-se de caso falso-positivo. Tais reações não são incomuns, principalmente quando se refere à dengue. A arbovirose, quando analisada com o zika vírus, por exemplo, contém uma similaridade em suas proteínas e ácidos nucleicos, principalmente na proteína do envelope viral (E), que estimula a produção de anticorpos. Tal fator influencia o aparecimento de testes falsos-positivos ou reações cruzadas entre as doenças. Diante do exposto, em razão da possibilidade de reação cruzada entre a dengue e o novo coronavírus ou de possível coinfecção entre eles, foi proposta, no Brasil, a realização de testes imunológicos e rápidos para dengue em pacientes diagnosticados com o SARS-CoV-2. O trabalho tem como objetivo analisar prontuários de pacientes diagnosticados com covid que foram admitidos na UTI, em 2020 e 2021 e que tiveram teste rápido ou algum dos testes sorológicos reagentes para dengue, com a finalidade de estabelecer possível reação cruzadas entre ambas as patologias. Trata-se de um estudo com análise qualitativa, descritiva, retrospectiva e documental em pacientes de qualquer idade, sexo e comorbidades com exames laboratoriais, admitidos na UTI, com covid-19. Não houve contato com os indivíduos durante as coletas, e somente seus prontuários eletrônicos foram avaliados. Os dados foram analisados quanto à realização do NS1 e do teste sorológico para dengue, e, em seguida, foi feita uma comparação dos resultados obtidos. Foram analisados 600 prontuários entre 2020 e 2021. Destes, apenas 55 (7,85%) apresentaram testes sorológicos ou imunocromatográficos para dengue. Além disso, entre os selecionados, no ano de 2020, houve a predominância do sexo masculino, enquanto, em 2021, o sexo feminino foi mais numeroso. Em relação às comorbidades,

em 2020 e 2021, a HAS foi a mais presente entre as analisadas. Com relação aos testes para dengue, nos indivíduos que realizaram pelo menos 1 deles, a grande maioria apresentou reatividade para IgG e IgM. A coinfecção entre dengue e covid-19 pode ser observada principalmente em países endêmicos para a arbovirose. Diante disso, é importante que haja a realização de testes diagnósticos para ambas as doenças, principalmente em períodos de sazonalidade, a fim de descartar ou diagnosticar precocemente as duas patologias e não haver complicações tardias.

Palavras-Chave: coinfecção; covid-19; dengue.

ANÁLISE DO IMPACTO DA INSATISFAÇÃO COM A IMAGEM CORPORAL EM PACIENTES SUBMETIDOS À CIRURGIA BARIÁTRICA EM HOSPITAL PÚBLICO NO DISTRITO FEDERAL

Juliana Barrozo Fernandes Borges - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
juliana.bb@sempreceub.com
Regina Tavares Carmona - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
regina.carmona@sempreceub.com
João de Sousa Pinheiro Barbosa - CEUB, professor orientador
joao.barbosa@ceub.edu.br

Nos últimos anos, a obesidade tornou-se um problema de saúde pública global, uma vez que a quantidade de pessoas obesas aumentou no mundo. Existem algumas opções para o manejo da obesidade, como a adoção de dieta associada à prática de atividade física, o uso de medicamentos associado à mudança no estilo de vida e a abordagem cirúrgica, reservada a pacientes com IMC > 50 Kg/m^2 ou indivíduos com IMC > 40 Kg/m^2 refratários ao tratamento clínico e, por fim, pacientes com IMC > 35 Kg/m^2, com comorbidades associadas. Entre as questões envolvendo a intervenção cirúrgica, um dos efeitos pós-operatórios relatados é a insatisfação com a imagem corporal, que participa da construção individual e é definida a partir de medidas antropométricas, formato do corpo e componentes cognitivos, perceptivos, afetivos e comportamentais de cada indivíduo. Assim, a insatisfação com a imagem corporal é delimitada a partir da incongruência com a percepção entre a imagem corporal individual e alguma imagem idealizada e é é um transtorno que pode estar associado com outras questões psicopatológicas, como a depressão e a ansiedade, além da adoção de comportamentos nocivos à saúde, com a adesão a dietas inadequadas para o biotipo do indivíduo e dietas não nutritivas, com o objetivo de alcançar o corpo idealizado. O presente estudo verificou que a maioria dos pacientes submetidos ao procedimento cirúrgico faziam parte do sexo feminino. Para a pesquisa, foi utilizada a Escala de Medida da Imagem Corporal, por meio da qual foi obtido o total de 379 pontos sobre a questão da apresentação corporal, com média de 75,8 pontos, 887 pontos sobre o ideal corporal de cada indivíduo, com média de 80,63 e, por fim, 524 pontos sobre a realidade corporal, com média de 74,85 pontos. A partir do entendimento do sofrimento psíquico que pode ser provocado pela insatisfação da imagem corporal, fica nítida a importância de compreender a relação entre esse distúrbio e o pós-operatório da cirurgia bariátrica, além de desenvolver táticas para acompanhamento regular dos pacientes.

Palavras-Chave: cirurgia bariátrica; imagem corporal; transtornos.

ANÁLISE DO POTENCIAL ANTIMICROBIANO DE LIQUENS EM CULTURAS DE MICRORGANISMOS PATOGÊNICAS

Vinícius Arêdes Diniz - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
vinicius.aredes@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima Barbastefano - CEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br

Um dos maiores desafios no que tange a saúde pública em aspecto global é a crise antibiótica. Existe vasta literatura científica acerca de tal problemática em que autoridades no assunto afirmam ser uma questão de urgência; caso contrário, o cenário futuro não é otimista e promissor para a humanidade neste sentido. Ciente deste obstáculo, pesquisadores de diversas áreas investem em pesquisas sobre essa problemática, e muitos trabalhos realizados demonstram a existência de organismos com alguma propriedade antimicrobiana contra patógenos de interesse médico. Entre eles, os liquens são um grupo alvo de estudos atrelados a essa questão que demonstram a propriedade antimicrobiana desses seres. Sendo assim, o presente trabalho busca investigar o potencial antimicrobiano de extratos de liquens oriundos do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek contra três bactérias patogênicas, *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus* e *Enterococcus faecalis*. Foram desenhadas duas metodologias para a execução dos experimentos, nomeadas como M1 e M2, que orbitam ao redor de um ponto central: a aplicação dos extratos contra colônias das bactérias supracitadas sobre discos de difusão. A semeadura dos inóculos bacterianos foi feita em placas de petri, com meio de cultura Mueller-Hinton. Foi possível observar a formação de halos, indicando a sensibilidade das bactérias contra o extrato. Das 17 amostras coletadas, três apresentaram resultados interessantes, as LC11, LC12 e LC17, contra *S.aureus*, *E.coli* e *E.faecalis*, respectivamente. Todas as amostras coletadas continham uma morfologia foliosa. Das três amostras de interesse, LC11 foi submetida à metodologia M1, e LC12 e LC17, à M2; entre elas, o halo mais marcante e notório foi o do extrato obtido de LC11 contra *S.aureus*. A partir dos resultados obtidos ao longo deste trabalho, o Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek pode ser considerado um local portador de uma comunidade liquênica de interesse para futuros estudos com enfoque na problemática sobre a crise antibiótica.

Palavras-Chave: liquens; extratos; bactérias patogênicas.

ANÁLISE DO VALOR PREDITIVO DO QUESTIONÁRIO "HAGOS" NA EFICÁCIA DO TRATAMENTO CONSERVADOR DA SÍNDROME DO IMPACTO FEMOROACETABULAR

Bethowem D'Lucas Freitas Pereira - CEUB, PIC Parceiros - IPE-HOME/FAP, aluno bolsista
bethas16@sempreceub.com
Mauro Souza Tagliatte - CEUB, PIC Parceiros - IPE-HOME/FAP, aluno voluntário
mauro.tagliatte@sempreceub.com
Maria Beatriz Silva e Borges - CEUB, professora orientadora
maria.borges@ceub.edu.br

A articulação do quadril, que consiste na interação entre o fêmur e a cavidade acetabular, apresenta uma forma esférica que viabiliza a ampla gama de movimentos. Em virtude de sua notável mobilidade, essa articulação está sujeita a várias condições patológicas, uma delas é o impacto femoroacetabular (IFA), que se refere ao contato entre a borda da cavidade acetabular e a porção próxima ao fêmur. Quando as estruturas ósseas envolvidas apresentam uma anatomia normal, o impacto pode ocorrer durante movimentos de amplitude máxima. Contudo, mesmo pequenas variações na forma dessas estruturas podem levar a um contato frequente, resultando em sensações dolorosas. O objetivo desta pesquisa é avaliar prospectivamente a evolução de pacientes portadores de síndrome do impacto femoroacetabular, submetidos ao tratamento conservador, com a finalidade de definir se o questionário HAGOS tem a capacidade de predizer a eficácia do tratamento de acordo com o escore obtido pelo paciente. Este estudo é analítico e prospectivo, no qual foram avaliados pacientes com diagnóstico de síndrome do impacto femoroacetabular (SIFA) e encaminhados para um regime de tratamento conservador, no hospital HOME, no período entre agosto de 2022 e agosto de 2023. Por meio do HAGOS, avaliaram-se os pacientes em 6 domínios diferentes: sintomas, rigidez, dor, atividade do dia a dia, atividades esportivas e lazer e qualidade de vida. Após os 6 meses de tratamento conservador, observou-se que é possível avaliar o tratamento, mas, por outro lado, não foi possível saber, ao certo, a relação entre o sucesso e o insucesso do tratamento. O tratamento conservador mostra-se importante para a preservação da função mecânica da articulação do quadril, principalmente em pacientes que apresentam estágios iniciais de IFA.

Palavras-Chave: síndrome do impacto femoroacetabular; questionário HAGOS; tratamento conservador.

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA COVID-19 ENTRE OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, NO BRASIL, ENTRE OS ANOS 2020 E 2021

Júlia Moura de Barros Barreto - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
juliambarreto@sempreceub.com
Isabela Caroline de Freitas Domingos - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
isabella.caroline@sempreceub.com
Gerson Fernando Mendes Pereira - CEUB, professor orientador
gerson.pereira@ceub.edu.br

O atual cenário pandêmico exigiu de toda a população uma reformulação do estilo de vida em decorrência da implementação de estratégias de distanciamento social e isolamento domiciliar. Tornaram-se necessárias, portanto, adequações na administração da vida pessoal e profissional de toda a sociedade, em especial no serviço prestado pelos profissionais de saúde, os quais, além de lidar com os sentimentos de medo e incertezas diante do novo vírus, precisaram reformular suas habilidades técnicas e competências, a fim de proporcionar o melhor cuidado perante o aumento da demanda populacional, no contexto da pandemia. Dessa forma, profissionais de saúde constituem o grupo de maior risco para a covid-19, pois submetem-se, diariamente, a diferentes formas de exposição ao vírus. Além das más condições de trabalho, da sobrecarga dos sistemas de saúde e da insuficiência de equipamentos básicos de proteção individual, que favorecem o adoecimento dos profissionais de saúde, a análise dos índices de morbimortalidade entre as equipes deve considerar o efeito causado pela existência de variáveis sociais, como comorbidade, idade, gênero, raça, cor e área de atuação na saúde, que justificam as discrepâncias dos números de contaminados entre as equipes de saúde. Dessa maneira, diante do elevado índice de infecção, faz-se necessário ampliar as reflexões e os estudos sobre os profissionais de saúde infectados, observando-se, a partir da análise do total de casos, os dados epidemiológicos e os fatores de risco para o contágio pelo novo coronavírus entre esses trabalhadores. Sendo assim, a avaliação da situação epidemiológica, das taxas de morbimortalidade e dos fatores de risco é relevante para a identificação dos profissionais predominantemente acometidos, contribuindo para a prevenção de infecções futuras.

Palavras-Chave: covid 19; profissionais de saúde; epidemiologia.

AS DINÂMICAS PSÍQUICAS DO ÓDIO E SUAS FORMAS DE EXPRESSÃO NAS SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS

Ana Tereza Certain Simas de Paula - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
ana.tpaula@sempreceub.com
Juliano Moreira Lagoas - CEUB, professor orientador
juliano.lagoas@ceub.edu.br

De acordo com a perspectiva psicanalítica, o ódio é um afeto constitutivo do ser humano e das relações sociais, o que significa que não tem apenas um caráter negativo e gerador de situações de violência, mas também exerce um papel fundamental nos processos de formação das subjetividades, na cultura e na organização política das sociedades. É notável que o tema dos discursos de ódio é, sobremaneira, veiculado nos meios de comunicação, nos últimos anos, em parte, pela sua manifestação expressiva na sociedade brasileira, tanto nas interações sociais presenciais quanto nas virtuais. Uma expressão disso foi o cenário de disputa eleitoral para a Presidência da República, no ano de 2022, contexto de realização desta pesquisa. Partindo desse cenário, o objetivo deste trabalho é investigar os discursos de ódio na atualidade brasileira, procurando identificar e compreender alguns de seus modos de manifestação e seus impactos nos processos de subjetivação e de sofrimento psíquico. Tratou-se de compreender o lugar das ambivalências afetivas nos modos de manifestação do ódio e analisar o papel da racionalidade neoliberal na formação dos discursos de ódio, na atualidade. A abordagem metodológica utilizada foi a análise de discurso psicanalítica, que articula os princípios da análise de discurso de matriz francesa aos aportes teórico-clínicos da psicanálise. A pesquisa deu-se em três etapas principais. Na primeira, foi realizado um levantamento de produções científicas da área das ciências sociais e humanas sobre os conceitos pertinentes à temática. Na segunda, divulgou-se um formulário elaborado na plataforma Google Forms, direcionado a pessoas que acreditavam ser (ou ter sido) afetadas por discursos de ódio disseminados em mídias digitais e nas relações sociais. Por fim, na terceira etapa, procedeu-se a uma busca nas redes sociais por publicações que veiculassem discursos de ódio contra grupos sociais. O material coletado foi selecionado a partir da relevância e da relação de seu conteúdo com a temática do ódio e do contexto social e político brasileiro. Nesse sentido, foram analisadas quatro publicações das redes sociais e treze respostas do formulário a partir dos referenciais teóricos da psicanálise e das ciências humanas e sociais. Os resultados encontrados apontaram para a existência de processos históricos e culturais da sociedade brasileira legitimadores da manifestação de discursos de ódio. Foi possível observar a prevalência de expressões de ódio direcionadas a grupos sociais específicos, como a população nordestina, os negros e as mulheres.

Palavras-Chave: discurso de ódio; psicanálise; subjetividade.

AS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS DE JOVENS EM TEMPOS DE PANDEMIA POR CORONAVÍRUS NO DISTRITO FEDERAL

Bruna Maria dos Santos Silva - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
brunamari@sempreceub.com
Samara Luana Lopes de Oliveira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
samara.olivaira@sempreceub.com
Julliane Messias Cordeiro Sampaio - CEUB, professora orientadora
julliane.sampaio@ceub.edu.br

O isolamento social, adotado como medida sanitária durante o período da pandemia por coronavírus, resultou em uma redução do contato social e restringiu as atividades fora de casa, afetando, assim, as relações interpessoais. Tendo em vista que a fase da juventude já é naturalmente cheia de desafios ligados principalmente à idade, a adição de questões relacionadas a gênero, sexualidade e preconceitos sociais resulta em uma temática complexa e multifacetada. Diante disso, este trabalho propõe analisar o impacto que a pandemia causou no comportamento afetivo-sexual dos jovens da capital federal brasileira. Trata-se de um estudo descritivo e transversal de abordagem quantitativa. Observou-se que muitos jovens adotaram a abstenção sexual durante o período de isolamento, assim como o uso de meios alternativos para relacionar-se, mantendo o distanciamento. Nessa perspectiva, é importante respeitar a escolha de cada um e principalmente fornecer informações seguras e corretas sobre saúde sexual e reprodutiva. É responsabilidade do profissional de saúde desenvolver medidas de educação em saúde que busquem cada vez mais conscientizar e acolher esses jovens. Os resultados da pesquisa atual podem estimular e acrescentar futuras investigações acerca do assunto, bem como subsidiar medidas de educação em saúde sobre a temática. Embora se apresentem resultados promissores no que tange ao impacto do isolamento social no comportamento sexual dos jovens, outros estudos com maior magnitude na amostra e nos testes estatísticos devem ser estimulados, a fim de desenvolver medidas que busquem compreender, mais profundamente, a relação entre o isolamento social e os impactos que ele pode causar.

Palavras-Chave: pandemia; sexualidade; isolamento social.

AUXÍLIO AO DIAGNÓSTICO DE DOENÇAS EMOCIONAIS E TRANSTORNOS UTILIZANDO TÉCNICAS DE APRENDIZADO DE MÁQUINA

Artur de Souza Ribeiro - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluno bolsista
artur.souzar@sempreceub.com
Wandré Nunes de Pinho Veloso - CEUB, professor orientador
wandre.veloso@ceub.edu.br

O presente projeto visou contribuir para o auxílio ao diagnóstico de doenças emocionais e transtornos por meio da aplicação de técnicas de aprendizado de máquina. Com natureza exploratória e descritiva, a pesquisa busca investigar a relação entre temperamentos e condições emocionais complexas, com o objetivo de oferecer uma abordagem inovadora para os profissionais da saúde mental. O estudo foi realizado online, permitindo a participação aberta e diversificada de pessoas interessadas em contribuir. A amostra englobou a faixa etária predominantemente jovem, entre 18 e 33 anos, porém a pesquisa acolheu participantes de todas as idades com delimitação ampla e inclusiva. Utilizando um formulário online com técnicas de *machine learning* incorporadas, foram coletadas informações detalhadas sobre temperamentos e suas possíveis associações com doenças emocionais e transtornos. Os dados foram submetidos a análises quantitativas com o apoio de algoritmos de aprendizado de máquina, e a interpretação dos resultados passou pela *expertise* do pesquisador idealizador. Os resultados preliminares indicaram tendências que sugerem possível ligação entre certos temperamentos e doenças emocionais específicas, como a inclinação de indivíduos com temperamento melancólico para depressão e de pessoas de temperamento sanguíneo para ansiedade. No entanto, essas observações devem ser consideradas hipóteses preliminares, uma vez que o tema é intrinsecamente complexo e requer investigações mais aprofundadas e abrangentes. Em síntese, este projeto de pesquisa apresenta contribuições valiosas para o campo da saúde mental, destacando o potencial das técnicas de aprendizado de máquina no auxílio ao diagnóstico de doenças emocionais e transtornos. A abordagem multidisciplinar, o método de coleta de dados inovador e a análise cuidadosa dos resultados fornecem uma base sólida para pesquisas futuras, que certamente serão necessárias para alcançar-se o entendimento mais profundo e abrangente das interações complexas entre temperamentos e aspectos emocionais.

Palavras-Chave: aprendizado de máquina; doenças emocionais e transtornos; temperamentos e características psicológicas.

AVALIAÇÃO COMPARATIVA IN VITRO DA CEFALEXINA E DOS FITOTERÁPICOS CALENDULA OFFICINALIS, UNCARIA TOMENTOSA, ROSMARINUS OFFICINALIS E ANACARDIUM OCCIDENTALE NO TRATAMENTO DE MASTITE EM BOVINOS

Paula Sales - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
paula.salesr@sempreceub.com
Adriana Pla Pujades - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
adriana.pla@sempreceub.com
Francislete Melo - CEUB, professora orientadora
francislete.melo@ceub.edu.br

A mastite bovina tem alta prevalência em rebanhos leiteiros, e seu tratamento alopático, apesar de ter eficácia quando efetivamente conduzido, culmina em resistência microbiana, assim como traz prejuízos financeiros, possíveis alterações celulares e da microbiota do feto, além de risco à saúde do animal. Quando usado em doses inadequadas, pode gerar intoxicação, resistência ao medicamento, e, se não respeitado o período de carência, os resíduos do antibiótico podem ser ingeridos no leite, o que configura ameaça à saúde humana. Na tentativa de uma metodologia terapêutica alternativa, este projeto busca avaliar a atividade *in vitro* de quatro fitoterápicos com potencial antimicrobiano, anti-inflamatório e antioxidante, *Calendula officinalis* (calêndula), *Anacardium occidentale* (cajuzinho-do-cerrado), *Uncaria tomentosa* (unha de gato) e *Rosmarinus officinalis* (alecrim), comparados com a ação de uma cefalosporina de primeira geração, cefalexina, cujo uso é amplo e indiscriminado em propriedades leiteiras. Os metabólitos secundários dessas plantas, como taninos, saponinas e flavonoides, são alguns dos compostos capazes de, individualmente ou em sinergia, promover efeitos medicinais, proporcionando uma alternativa associativa para diminuição do uso de alopáticos. O projeto foi separado em duas etapas. Primeiramente, avaliou-se a ação dos quatro fitoterápicos diante do alopático selecionado, obtendo-se resultados antimicrobianos relevantes quanto à *C. officinalis* e à *A. occidentale*. A segunda etapa, por sua vez, testou essas plantas separadamente e em associação, comparando os três extratos com a cefalexina. O resultado obtido apresentou efeito inibitório para a *A. occidentale*, quando comparado com o antibiótico, que apresentou um efeito atenuante, o que confirmou a resistência bacteriana a esse alopático e o potencial antimicrobiano da planta.

Palavras-Chave: mastite; fitoterápicos; medicina veterinária integrativa.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DE EXTRATOS VEGETAIS PERANTE A ESCHERICHIA COLI

Kyara Moreira Brito - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
kyara.mb@sempreceub.com
Lorena Cunha Mota - CEUB, professora orientadora
lorena.mota@ceub.edu.br

O presente artigo buscou avaliar os efeitos antibacterianos da tintura de sucupira e da tintura de orégano contra as cepas de *Escherichia coli*. A análise foi realizada pelo método de difusão em ágar, para confirmar a eficácia antibacteriana das tinturas. Foram embebidos 3 discos na porcentagem de 100% da tintura de orégano, 3 discos na porcentagem de 100% da tintura de sucupira; 2 discos na porcentagem de 90% da tintura de orégano e 10% da tintura de sucupira, 2 discos na porcentagem de 90% da tintura de sucupira e 10% da tintura de orégano; 2 discos na porcentagem de 70% da tintura de orégano e 30% da tintura de sucupira, 2 discos na porcentagem de 70% da tintura de sucupira e 30% da tintura de orégano; 4 discos na porcentagem de 50% da tintura de orégano e 50% da tintura de sucupira. Os resultados demonstraram efeito antibacteriano e sinérgico das tinturas, ao realizar a combinação de 50% da tintura de orégano e 50% da tintura de sucupira.

Palavras-Chave: extrato vegetal; sinergismo; resistência antibacteriana.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DOS EXTRATOS DO GUARANÁ (*PAULLINIA CUPANA*), DO MARUPÁ (*ELEUTHERINE BULBOSA*) E DO PORANGABA (*CORDIA SALICIFOLIA*) EM CULTURAS DE BACTÉRIAS PATOGÊNICAS

Nicoly Machado de Sousa - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
nicoly.machado@sempreceub.com
Milena de Oliveira Guedes - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
mioguedes@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima Barbastefano - CEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br

A resistência antimicrobiana é reconhecida como uma ameaça pública com urgência cada vez maior e trata de um problema mundial que ocorre quando as bactérias não reagem ao tratamento antimicrobiano. O uso de plantas na prevenção, no tratamento e na cura de enfermidades está presente desde o advento das primeiras sociedades humanas, consolidando-se como uma das formas mais antigas de prática medicinal. Diante disso, alguns estudos observaram que as propriedades antimicrobianas advindas de substâncias naturais encontradas em plantas são novas alternativas para o tratamento destes patógenos. Por meio desta perspectiva, o presente estudo tem por finalidade investigar o potencial de ação antimicrobiana do guaraná (*Paullinia cupana*), do marupá (*Eleutherine bulbosa*) e do porangaba (*Cordia salicifolia*) em cultura de células de bactérias patogênicas, como *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus* e *Enterococcus faecalis*. Para isso, foi utilizada a folha e a casca do porangaba, o bulbo do marupá e o pó do guaraná que foram triturados, homogeneizados em 40 ml dos solventes álcool etílico e acetona, e o extrato obtido foi ressuspenso em água destilada. Por fim, as bactérias foram cultivadas em placas de petri, com discos de papel filtro estéreis, onde 10 µl de cada extrato foi adicionado e armazenado por 48h, em estufa bacteriológica a 37°C. Assim, após a realização da pesquisa e dos experimentos, constatou-se a presença de halos de inibição ao redor dos discos, com o extrato do bulbo do marupá extraído tanto com acetona quanto com álcool etílico, nas placas semeadas com *Enterococcus faecalis*. Entretanto, fazem-se necessários outros testes amostrais para a verificação mais eficiente de inibição do crescimento bacteriano. Assim, fica evidente que plantas são promissoras para a proposta estabelecida neste estudo, pois contêm moléculas potenciais para fins de produção de insumo humano e animal.

Palavras-Chave: resistência bacteriana; antibióticos; marupá.

AVALIAÇÃO DAS TAXAS DE MORTALIDADE POR HIV/AIDS COM NOTIFICAÇÃO NO MOMENTO DO ÓBITO, NO PERÍODO DE 2018 A 2022, NO DISTRITO FEDERAL

Lorena Tavares Ferreira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
lorenatavaresf@sempreceub.com
Thanane Fernandes Avelino - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
lorenatavaresf@sempreceub.com
Conrado Carvalho Horta Barbosa - CEUB, professor orientador
conrado.barbosa@ceub.edu.br

A infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) e sua manifestação clínica em fase avançada, a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), caracterizam um problema de saúde pública de grande relevância por sua transcendência e seu evidente estado pandêmico. O Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) registrou, no Distrito Federal (DF), de 2016 a 2020, 526 óbitos, tendo a aids como causa básica. Desse total, 72,8% ocorreram entre homens (383), e 27,2% entre mulheres (143). Em 2019, foram 73 mortes do sexo masculino com aids como causa básica, e 25 do sexo feminino no DF. Um aspecto extremamente preocupante nesse contexto é a alta proporção de óbitos por aids notificados no Sinan, pelo critério excepcional de óbito. Do total de casos de aids identificados no Brasil, desde o início da epidemia (1980) até junho de 2013, cerca de 9% só foram conhecidos após o óbito, caracterizando uma falha no sistema de vigilância epidemiológica. O objetivo geral desta pesquisa é avaliar as taxas de mortalidade por HIV/AIDS, mediante as notificações de óbito, no período de 2018 a 2022, no Distrito Federal, com a finalidade de identificar os fatores causais associados e reduzir os óbitos evitáveis. O objetivo específico foi analisar a variação da mortalidade por HIV/AIDS, no Distrito Federal, com ênfase na proporção das notificações, por critério de óbito, entre o total de óbitos por AIDS. Mediante a análise dos servidores da Gerência de Informação e Análise de Situação em Saúde (GIASS) e da Gerência de Vigilância de Infecções Sexualmente Transmissíveis (GEVIST), traça-se o perfil epidemiológico dos pacientes notificados com HIV/AIDS, no momento do óbito, de modo a propor intervenções que visem facilitar o acesso ao diagnóstico precoce e reduzir os óbitos evitáveis. Por meio deste estudo, foi possível avaliar a mortalidade por HIV/AIDS, no Distrito Federal, identificando fatores relacionados à notificação de HIV, com enfoque ao momento do óbito, realizados pelo SIM. As taxas de novos casos chamam a atenção, pois persistem acima dos 700 casos ao ano, no Distrito Federal, sendo a maior parte de novos diagnósticos realizados pelo critério HIV positivo. Quanto aos diagnósticos por critério de óbito por AIDS/HIV, há o decréscimo ao longo dos anos, mas a prevalência encontra-se maior no sexo masculino, na faixa etária de 20 a 59 anos, com maior concentração em regiões do entorno do Distrito Federal, nos mais diversos graus de escolaridade e

ocupação. É de fundamental importância insistir na identificação precoce, no apoio aos pacientes diagnosticados com HIV, bem como no preenchimento adequado das fichas de notificação, para, assim, estruturar um cuidado integralizado, individualizado e baseado nas evidências atualizadas, buscando dirimir a presença dos CID B20 e B24 como causa básica nas declarações de óbito.

Palavras-Chave: vírus da imunodeficiência humana; síndrome da imunodeficiência adquirida; mortalidade.

AVALIAÇÃO DE RESISTÊNCIA A CARRAPATICIDAS EM RHIPICEPHALUS (BOOPHILUS) MICROPLUS EM PROPRIEDADES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

Fabio Zacheu Conti - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno bolsista
fabio.conti@sempreceub.br
Janaína Bonfim de Figueiredo - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
janaina.bonfim@sempreceub.br
Lucas Edel Donato - CEUB, professor orientador
lucas.donato@ceub.edu.br

A cadeia de leite do Brasil ocupa a terceira posição mundial em produção, e o Distrito Federal - DF, inserido no bioma cerrado, tem produtividade acima de 37 milhões de litros anuais, com contribuição de cerca de 1% do resultado nacional. Os prejuízos, econômicos e de bem-estar à saúde animal, ocasionados pelo carrapato *Rhipicephalus microplus* são elevados e causados pela infestação do parasito no país. O controle mediante a utilização de carrapaticidas apresenta índices de eficiência variáveis pela resistência desenvolvida aos princípios ativos utilizados em suas fórmulas. O teste conhecido por carrapaticidograma demonstra a quais acaricidas determinada amostra apresenta susceptibilidade ou resistência. A Embrapa Gado de Leite oferece este serviço a todos os produtores brasileiros gratuitamente. Para proceder à pesquisa, foram coletadas 9 amostras de carrapatos, com quantidades de indivíduos amostrais variando entre 8 e 253 unidades de fêmeas ingurgitadas, em propriedades rurais de produção de bovinos de leite semi-intensiva, onde não houvessem sido feitas aplicações de carrapaticidas nos 35 dias anteriores à coleta. O material coletado foi enviado à Embrapa para análise pelo carrapaticidograma, que avaliou a sensibilidade a produtos com princípios ativos constituídos de organofosforados, organofosforados associados a piretroides e diamidina. Adicionou-se à pesquisa um questionário para correlação de conhecimentos e atitudes sobre o controle de carrapatos, aplicado aos produtores ou aos responsáveis presentes, de modo virtual ou durante a coleta dos carrapatos no local. Os resultados demonstraram a inexistência de relação entre localização espacial da propriedade rural, mesmo que vizinhas, com sensibilidade dos parasitos aos carrapaticidas. Com as respostas obtidas no questionário, foi possível confirmar, pela literatura, que o manejo é uma das principais causas de resistência apresentada aos produtos destinados ao combate de carrapatos. Observando que apenas 12,6% dos produtores do Distrito Federal utilizaram, nos últimos 5 anos, o serviço da Embrapa de análise de sensibilidade dos carrapatos, conclui-se que a escolha do princípio ativo para o rebanho necessita de instrução ao produtor sobre a utilização de ferramentas disponíveis e as estratégias envolvidas no controle de carrapatos com eficiência.

Palavras-Chave: carrapaticidograma; suscetibilidade; resistência.

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A OBESIDADE EM ESTUDANTES DE MEDICINA DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA DO DISTRITO FEDERAL

Catherine Rezende Vitoi - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
catherine.rvitoi@sempreceub.com
Camila Beatriz de Lima Ferreira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
camila.beatriz@sempreceub.com
Isabella Santiago de Melo Miranda - CEUB, professora orientadora
isabella.mmiranda@ceub.edu.br

A obesidade é uma doença crônica, complexa, multifatorial, de elevada prevalência e está associada à alta morbimortalidade. Apesar disso, a maioria dos pacientes não recebe os cuidados adequados. O nível de conhecimento sobre obesidade obtido durante os anos de educação dos estudantes parece ser deficiente. Dada a importância do tema, foi realizado um estudo analítico transversal por meio de um questionário com 12 questões de múltipla escolha, a fim de avaliar e comparar o conhecimento sobre obesidade dos estudantes de medicina do 1° e do 8° semestres de uma universidade privada do Distrito Federal e uma seção especial com quatro questões subjetivas direcionadas apenas aos alunos do 8° semestre. Do total de 138 questionários, 16 foram excluídos, por os entrevistados deixarem questões em branco ou por terem idade inferior a 18 anos, resultando em uma amostra final de 122 questionários a ser analisados. Os alunos do oitavo semestre obtiveram um rendimento significativamente maior na maioria das questões quando comparado ao dos estudantes do primeiro semestre. Porém, ainda foi possível identificar lacunas no conhecimento dos estudantes do último semestre do ciclo clínico, principalmente em relação ao tratamento da doença. Além disso, percebeu-se que há estigmatização e insegurança em grande parte desses estudantes, ao abordar e tratar pacientes com excesso de peso. Fazem-se necessários estudos mais aprofundados com outras universidades da região, a fim de buscar ferramentas que melhorem o ensino e a aprendizagem dos futuros profissionais.

Palavras-Chave: obesidade; estudantes de medicina; conhecimento.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS LIGAS ACADÊMICAS NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Lais Araújo Souto - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
lais.souto@sempreceub.com
Melissa Amorim Martins - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
melissa.amorim@sempreceub.com
Ana Cláudia de Souza - CEUB, professora orientadora
ana.claudia@ceub.edu.br

As ligas acadêmicas (LA) são organizações protagonizadas por estudantes com orientação de um docente e baseiam-se no tripé indissociável ensino, pesquisa e extensão. Nelas, são desenvolvidas diversas atividades, como aulas, simpósios, congressos e atividades assistenciais. O objetivo desta pesquisa foi analisar o impacto da liga acadêmica na formação do estudante de medicina do Centro Universitário de Brasília (CEUB). Nesse sentido, realizou-se um estudo transversal descritivo com estudantes do curso de medicina do CEUB, nos meses de março a agosto do ano de 2023. O instrumento de pesquisa foi um questionário aplicado por meio do Google Forms. Foi respondido o total de 100 formulários (questionários), a média de idade dos entrevistados foi de 24 anos, e a faixa etária que mais participou do estudo foi entre 22 e 25 anos. O estudo teve a participação de alunos de todos os semestres da faculdade com destaque para o nono (n=22) e o décimo primeiro semestres (n=22). Quanto ao tempo de permanência e à participação nas ligas, a maioria (n=74) permaneceu mais de dois anos. A maioria dos entrevistados (n=84) consideraram que o interesse na futura especialidade é um dos principais motivos para ingressar na liga, e 98 entrevistados declararam que ela é importante para aprofundar seus conhecimentos na determinada área estudada. Por meio da liga, 24 entrevistados tiveram o primeiro contato com a pesquisa, e, por influência da LA, 79 participaram de alguma atividade extracurricular, como extensão. Concluiu-se que o impacto das ligas acadêmicas na formação do estudante de medicina do CEUB é positivo, no sentido de que contribui para que o acadêmico tenha um direcionamento na escolha de sua especialidade e concorre positivamente para a inserção do acadêmico de medicina na pesquisa e na extensão.

Palavras-Chave: liga acadêmica; ensino; currículo.

AVALIAÇÃO HISTOLÓGICA DE FRANGOS DE CORTE DESAFIADOS COM SALMONELLA *HEIDELBERG*

Anna Carolina Fonseca de Mattos - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
anna.mattos@sempreceub.com
Luanna Silva Barreto - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
luanna.barreto@sempreceub.com
Lorena Cunha Mota - CEUB, professor orientador
lorena.mota@ceub.edu.br

A produção avícola desempenha um papel crucial no atendimento à crescente demanda global por proteína animal, mas enfrenta desafios significativos relacionados à segurança alimentar. A presença da bactéria patogênica *Salmonella heidelberg* em rebanhos avícolas é uma ameaça persistente tanto para a saúde pública quanto para a economia. O objetivo deste projeto é avaliar a ampla prevalência da *Salmonella heidelberg* em aves de criação, bem como investigar sua interação com os tecidos-alvo, incluindo baços e tonsilas, por meio da análise de lâminas histológicas. Foram coletadas amostras do baço e das tonsilas cecais de aves saudáveis e de aves desafiadas com *Salmonella heidelberg*. As aves não desafiadas apresentaram menor número de linfócitos no baço e nas tonsilas cecais. Entretanto, as aves desafiadas apresentaram maior número de linfócitos no baço. Aves infectadas por *Salmonella heidelberg* apresentaram mecanismo de defesa por meio de células leucocitárias agranulares, de forma satisfatória.

Palavras-Chave: aves; bactérias; histologia.

BIOLOGIA REPRODUTIVA DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*THAMNOPHILUS TORQUATUS*): QUANDO E ONDE REPRODUZIR?

Laura de Oliveira Costa - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
laura.costa@sempreceub.com
Raphael Igor Dias - CEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

A biologia reprodutiva de grande parte das espécies de aves neotropicais permanece desconhecida. Mesmo informações básicas de história natural não estão disponíveis na literatura para o enorme número de espécies. A família *Thamnophilidae* é composta por aves encontradas em áreas de florestas úmidas e formações savânicas. A choca-de-asa-vermelha (*Thamnophilus torquatus*) é uma espécie socialmente monogâmica e sexualmente dimórfica. O presente estudo teve o objetivo de apresentar informações sobre a biologia reprodutiva da choca-de-asa-vermelha, envolvendo pesquisa de campo, levantamento de dados da literatura e de informações disponíveis em repositórios de ciência cidadã. As atividades de campo foram realizadas na ESECAE, no Distrito Federal, durante o período de agosto de 2022 a maio de 2023. Foram realizadas buscas ativas por ninhos em territórios monitorados. Dois ninhos foram localizados no mês de janeiro, tinham formato de cesto, eram compostos por galhos finos e estavam fixados em uma forquilha próxima ao solo, por três a cinco pontos de amarração. Adicionalmente, indivíduos jovens foram registrados na companhia de adultos, nos meses de outubro e fevereiro. De acordo com os dados secundários, o período reprodutivo da espécie ocorre ao longo de todo o ano. No entanto, registros de nidificação só foram realizados entre os meses de agosto a março. Na área de estudo, o período reprodutivo parece estar concentrado nos meses de dezembro e janeiro. Outras espécies da família *Thamnophilidae* têm registros reprodutivos durante todo o ano. Porém, a variação sazonal na precipitação parece influenciar o período reprodutivo da família, possivelmente pela tendência à insetivoria. Para o aproveitamento do estudo, outros registros de demais famílias foram feitos, que se somam ao estudo de aves neotropicais e às definições de reprodução da avifauna do Cerrado.

Palavras-Chave: nidificação; período reprodutivo; *Thamnophilidae*.

BIOPROSPECÇÃO DE ACTINOBACTÉRIAS ISOLADAS DO SOLO DO CERRADO E AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA

André Felipe Costa Alves - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluno bolsista
andre.calves@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima Barbastefano - CEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br

As actinobactérias são fontes promissoras de compostos bioativos, incluindo antibióticos. A resistência bacteriana aos antibióticos é um problema crescente na saúde pública, e a busca por novos compostos é um propósito contínuo. Com isso, o objetivo do estudo é isolar actinobactérias do solo do cerrado e avaliar suas atividades antimicrobianas contra várias bactérias patogênicas. Para tanto, foi feita a coleta de amostras do solo em áreas específicas do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, localizado no cerrado brasileiro. Em laboratório, foi realizado o isolamento e a identificação das actinobactérias por meio de técnicas morfológicas, bioquímicas e moleculares. Por fim, utilizaram-se 40 placas de Petri preparadas com o meio de cultura Mueller-Hinton e o método de difusão de discos, das quais 10 foram descartadas e 30, utilizadas para analisar os halos de inibição de crescimento bacteriano. As bactérias testadas incluem *Escherichia coli*, *Klebsiella pneumoniae*, *Proteus mirabilis* e *Enterococcus faecalis*. Este estudo destaca a importância da busca por novos agentes antimicrobianos principalmente diante da resistência bacteriana global. Além disso, enfatiza a necessidade de conscientização da população, o uso racional de antibióticos e as ações para evitar a disseminação de microrganismos resistentes. Concluiu-se que, apesar de o estudo revelar a capacidade antimicrobiana específica das actinobactérias contra a *Klebsiella pneumoniae*, os resultados indicam a necessidade de investigações adicionais com diferentes actinobactérias e microrganismos, para ampliar a possibilidade de novos compostos antimicrobianos com amostras mais robustas de inibição do crescimento bacteriano, testando outras actinobactérias do cerrado e microrganismos. Além disso, é possível concluir que o estudo incentiva a realização de novos experimentos para testar a ação antimicrobiana dessas actinobactérias.

Palavras-Chave: antibióticos; bactérias resistentes; actinobactérias.

CHINA E TAIWAN NA OMC: TENSÕES E CONTRADIÇÕES

Henrycco Garcia - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
henrycco.garcia@sempreceub.com
Gleisse Ribeiro Alves - CEUB, professora orientadora
gleisse.alves@ceub.edu.br

A presente pesquisa demonstra como a Organização Mundial do Comércio (OMC) foi responsável por mudar o cenário político e econômico tanto de Taiwan quanto da China após a entrada das duas partes na organização, além de analisar quais são os comportamentos das duas na OMC. O processo de adesão à OMC é um marco crucial para países que buscam integrar-se ao sistema de comércio global. Percebe-se que a OMC detém uma importância nas relações sino-taiwanesas. As transformações ocorridas nesses dois governos, após a entrada da organização é algo a ser considerado de forma indubitável. Embora haja tensões políticas, as relações econômicas entre Taiwan e China têm-se expandido. Taiwan é importante parceiro comercial da China, e muitas empresas taiwanesas têm investimentos e operações na China continental. No entanto, essa interdependência econômica também pode ser percebida como um ponto sensível nas relações bilaterais. A estabilidade do leste asiático é de interesse mundial, uma vez que qualquer escalada de tensões na região pode ter repercussões globais. A China frequentemente faz exercícios militares e operações perto de Taiwan, levantando preocupações sobre possível intervenção militar para reunificar a ilha com o continente. Isso tem levado o Estado insular a aumentar seus esforços para fortalecer suas capacidades de defesa. O conflito de interesses entre os dois territórios é, portanto, também refletido nas negociações dentro das organizações internacionais. Algumas decisões dessas organizações motivaram mudanças que ocasionaram consequências drásticas no relacionamento conflituoso entre China e Taiwan. Decerto, o maior exemplo dessa afirmação é o caso da OMC. A China utilizou e ainda usa o ambiente da OMC para implementar suas políticas de comércio. Por exemplo, ao ingressar na OMC, a China classificou-se como país menos desenvolvido e, ainda hoje, utiliza-se das vantagens concedidas pela organização aos países com menor desenvolvimento econômico. Com tais vantagens, como o não respeito aos Acordos da OMC, a China conseguiu enviar produtos para o território dos outros membros, além de ampliar sua capacidade de tornar Taiwan dependente do continente. Assim, a competição dentro da OMC já começou desigual, o que privilegia a China e limita Taiwan. Para a ilha, a adesão à OMC ainda enfrenta obstáculos políticos intrincados pelo seu *status* político e diplomático. O caminho para a adesão é uma jornada complexa que exige uma estratégia cuidadosa para garantir a representação dos interesses taiwaneses no sistema de comércio global. Ao demonstrar que a OMC trouxe ganhos relativos para os dois atores, forma-se a seguinte

problemática: a China obteve maior capacidade e justificativa para controlar Taiwan, e Taiwan progressivamente acredita ser uma nação independente por participar nas OI e ter uma forma de defender-se institucionalmente. Essa contradição teve como gênese a OMC. Com os acontecimentos recentes, não se espera que apenas a interdependência sirva como escudo para a paz na região.

Palavras-Chave: Organização Mundial do Comércio; China; Taiwan.

CIGARROS ELETRÔNICOS E SAÚDE CARDIOVASCULAR: ANÁLISE DO CRONOTROPISMO E DO INOTROPISMO AO REPOUSO E AO ESFORÇO

Beatriz Vieira Nascimento Silva - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
vieirabeatriz212@sempreceub.com
Camila Nakamura Perissê Pereira - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
camilaprss@sempreceub.com
Luciano Janussi Vacanti - CEUB, professor orientador
luciano.vacanti@ceub.edu.br

O uso de cigarros eletrônicos é tradicionalmente percebido como inofensivo, com tendências recentes mostrando um aumento não só entre fumantes, como também entre não fumantes, principalmente quando se trata de adolescentes e jovens adultos. Esses dispositivos contêm nicotina, que, comprovadamente, tem ação direta sobre o sistema cardiovascular. Entretanto, também contêm outros produtos químicos nocivos, como metais, e substâncias, como cádmio, cromo, chumbo, níquel e silicatos. Assim, estudos recentes evidenciam efeitos agudos do uso de cigarros eletrônicos na pressão arterial e na frequência cardíaca, bem como nos parâmetros de rigidez arterial. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo comparar, de forma quantitativa, a resposta da frequência cardíaca e da pressão arterial durante teste de esforço máximo, em esteira ergométrica, entre três grupos compostos por usuários de cigarros eletrônicos, usuários de outros tipos de cigarros com nicotina e não fumantes saudáveis. Foram excluídos do estudo indivíduos com doença física ou mental incapacitante, os considerados sedentários pelo questionário internacional de aptidão física (iPAQ), na versão curta, os obesos (IMC > 30 Kg/m2), os indivíduos com pressão arterial sistólica (PAS) > 140 mmHg e pressão arterial diastólica (PAD) > 90 mmHg ou frequência cardíaca (FC) em repouso > 99 bpm. Logo, no presente estudo, não houve diferença estatisticamente significativa nas variações FC entre os grupos, e todos os participantes atingiram 85% da FC máxima esperada, fato que pode ser justificado por a amostra ser composta de indivíduos jovens, entre 18 e 30 anos, sendo a maioria deles considerados ativos ou muito ativos. Contudo, foi encontrada uma tendência à diferença entre os deltas da PAS e da PAD, sugerindo melhor resposta dessas variáveis no grupo controle, apesar de que não se obteve diferença estaticamente significativa entre os grupos. Em acréscimo, no momento final da fase de recuperação (Rec 6), os grupos compostos por fumantes de cigarros eletrônicos e de outros tipos de cigarro não retornaram aos valores da PA do repouso, variação que foi alcançada pelo grupo controle. Muitos estudos relacionam a recuperação lenta da PAS pós-esforço com a presença de doença arterial coronariana. O presente estudo teve como limitações a amostra pequena e a dificuldade para encontrar jovens que fumam apenas cigarros classificados em “outros tipos de cigarro”, como o

industrializado, o cigarro de palha ou tabaco. Dessa forma, estudos com amostras maiores ou longitudinais são fundamentais para desvendar os efeitos dos cigarros eletrônicos no sistema cardiovascular, tanto a curto quanto a longo prazo. Todavia, mesmo na necessidade de mais pesquisas, os malefícios do cigarro eletrônico já elucidados cientificamente são suficientes para embasar campanhas que desincentivem o uso.

Palavras-Chave: cigarros eletrônicos; efeitos agudos; saúde cardiovascular.

COMO MEDIR A GESTÃO DA DIVERSIDADE? UMA REVISÃO DE LITERATURA UTILIZANDO O MÉTODO PRISMA

Beatriz Silva Nazaré - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
beatriznazare@sempreceub.com
Igor Guevara Loyola de Souza - CEUB, professor orientador
igor.souza@undf.edu.br

O estudo tem como objetivo realizar uma revisão da literatura nacional em gestão da diversidade, com foco em estudos organizacionais. Analisaram-se 36 artigos obtidos após aplicação do protocolo PRISMA, considerando apenas os nacionais na base de dados Google Scholar. A revisão sistemática demonstra prevalência de artigos de baixa qualidade, publicados em periódicos Qualis B e C, predominantemente. Além disso, há concentração de estudos qualitativos, empíricos que utilizam roteiro semiestruturado de entrevista e baseiam os resultados em análise de conteúdo. Reforça-se a baixa qualidade da produção nacional sobre o tema.

Palavras-Chave: diversidade; gestão de pessoas; revisão de literatura.

COMPARAÇÃO DOS EFEITOS DO PRÉ-NATAL DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA NOS NÍVEIS DE DEPRESSÃO PÓS-PARTO

Rebecca Passos Ribeiro - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluna bolsista
rebecca.ribeiro@sempreceub.com
Sergio Henrique de Souza Alves - CEUB, professor orientador
sergio.alves@ceub.edu.br

A depressão pós-parto acomete 26% das puérperas brasileiras e é definida como qualquer episódio depressivo que ocorra após 12 meses do nascimento do bebê. Além disso, é fator de risco para suicídio materno e gera impactos na vinculação entre mãe e bebê, na amamentação e no desenvolvimento do bebê, atingindo inclusive aspectos emocionais, cognitivos e sociais na idade adulta. Elementos de vulnerabilidade econômica e baixo apoio social foram identificados como fatores de risco relacionados à depressão pós-parto e são característicos das populações que compõem a maioria das usuárias do SUS. Assim, este estudo teve como objetivo comparar os escores de depressão pós-parto em mulheres que realizaram o pré-natal nas redes pública e privada de saúde. Para tanto, foram organizados dois grupos com mulheres que tiveram bebês há, no mínimo, 45 e, no máximo, 200 dias: o Grupo SUS, composto por 32 participantes que realizaram o pré-natal no SUS, e o Grupo Privado, composto por 32 participantes que realizaram o pré-natal na rede privada. Foi aplicado de forma online um formulário que contemplava questões de perfil sociodemográfico e obstétrico, além da Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo (EPDS), instrumento mais utilizado mundialmente para o rastreio do transtorno. O escore médio na EPDS das participantes do Grupo SUS foi de 12,16 (DP=6,50); o das participantes do Grupo Privado foi de 8,63 (DP=4,63). Ao nível de confiança de 5% ($p < 0,05$) o teste t de Student resultou em p=0,015. Assim, a hipótese nula foi rejeitada, e foi possível confirmar que as diferenças encontradas entre as médias do Grupo SUS e do Grupo Privado são estatisticamente significativas. As participantes do Grupo SUS também apresentaram maiores escores em todos os itens da escala, além de maiores taxas de ideação suicida, o que caracteriza a maior gravidade no adoecimento deste grupo. Corroborando os dados de pesquisas anteriores, identificaram-se nas participantes do Grupo SUS mais características de vulnerabilidade social e maior risco obstétrico, o que demonstra a importância da implantação, em nível nacional, de propostas de assistência pré-natal pautadas na integralidade, tais quais o Pré-Natal Psicológico e o Pré-Natal Integral, bem como da utilização destes espaços para a promoção de ações que visem à ampliação de escolaridade, empregabilidade e renda femininas. Os resultados expostos também chamam o saber psicológico para o desenvolvimento de uma escala de depressão pós-parto mais aderente à realidade socioeconômica brasileira, de modo a expandir a compreensão da depressão pós-parto

para além da perspectiva patologizante do adoecimento individual, visto que este fenômeno também é influenciado pelas vulnerabilidades sociais e de gênero vivenciadas pelas mulheres.

Palavras-Chave: depressão pós-parto; pré-natal SUS; pré-natal privado.

COMPARAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE DIFERENTES ALGORITMOS DE RECONHECIMENTO FACIAL

Gabriel de Araújo Prediger - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluno bolsista
gabrielprediger@sempreceub.com
João Lucas Gonçalves Ataíde - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluno voluntário
joao.ataide@sempreceub.com
Salvador Alves de Melo Júnior - CEUB, professor orientador
salvador.junior@ceub.edu.br

Este artigo tem como objetivo comparar e implementar diferentes algoritmos de reconhecimento facial. Os algoritmos analisados são o Linear Discriminant Analysis (LDA), o K Nearest Neighbors (KNN) e o Decision Tree Classifier (DTC). O estudo utiliza a base de imagens Yale Faces, composta por 165 imagens de 15 indivíduos em 11 categorias diferentes. O processo de implementação envolveu a padronização das imagens, a extração dos rostos e o redimensionamento das imagens. Os resultados foram compilados, e a acurácia dos algoritmos foi avaliada em diferentes categorias, como luz centrada, óculos, felicidade e luz à esquerda. Conclui-se que o KNN apresentou acurácia ligeiramente melhor que o LDA na categoria de luz à esquerda, enquanto o LDA teve a pior acurácia em todas as categorias. Recomenda-se o uso do KNN para casos em que a iluminação esteja mais à esquerda, enquanto o LDA e o KNN podem ser aplicados com boa acurácia, em situações com imagens padronizadas e iluminação central, pessoas usando óculos e expressões felizes.

Palavras-Chave: reconhecimento facial; LDA; KNN.

COMPREENSÃO DO CONCEITO DE MORTE EM CRIANÇAS PEQUENAS

Brenda Chacon Silvério - CEUB, PIC Psicologia/FAP, aluna bolsista
brenda.cs@sempreceub.com
Manuela Ramos Caldas Lins - CEUB, professora orientadora
manuela.lins@ceub.edu.br

Os fatos da morte e do morrer são parte do desenvolvimento desde a infância, e, embora as pesquisas indiquem, de maneira geral, concordância sobre o tema, ainda há limitações que exigem a realização de mais estudos, principalmente sobre os conceitos e os pré-requisitos relacionados. Com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento de ferramentas para melhor atuação de profissionais que lidam com o público infantil, esta pesquisa dispôs-se à exploração acerca da compreensão dos componentes do conceito maduro de morte, em crianças entre 3 e 4 anos, por meio da aplicação de um instrumento de sondagem, desenvolvido a partir de estudos prévios. Esse instrumento constitui-se de duas histórias que abordam aspectos físicos e psicológicos de um animal e uma pessoa, desenhos representativos e questionários que exploram o grau de compreensão dos componentes do conceito maduro de morte. A amostra envolveu 13 participantes, e os resultados indicaram que, de maneira geral, embora eles compreendam a morte como evento de ausência, possuem um conhecimento limitado dos conceitos relacionados, por isso pode haver diferenças na compreensão quando os entes são pessoas ou animais, corroborando estudos anteriores.

Palavras-Chave: conceito de morte; pré-escolares; instrumento.

CONFECÇÃO DE ÓRTESE 3D PARA TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO DE LOMBALGIA AGUDA

Joseane da Conceição Souza - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
joseane.souza@sempreceub.com
Carolina Melo de Figueiredo - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
caroumf.209@sempreceub.com
Maria Beatriz Silva e Borges - CEUB, professora orientadora
maria.borges@ceub.edu.br

A lombalgia é uma condição no corpo que impacta a vida social do indivíduo, podendo gerar incapacidades, buscas incessantes na área da saúde e custos elevados ao paciente. É descrita como dor localizada abaixo da margem costal e acima das linhas glúteas inferiores, podendo ter ou não irradiação para os membros inferiores. Há diversos fatores de risco que podem favorecer o surgimento; entre eles, os mais comuns são as desarmonias e as sobrecargas tratadas de diversas formas. As órteses são uma possibilidade de tratamento concomitante ao fisioterapêutico, podendo ser produzidas com diferentes materiais, porém com o mesmo objetivo: melhorar a funcionalidade. Dessa forma, esse estudo trata da confecção de uma órtese impressa em 3D, objetivando ganho funcional, consciência corporal e estabilidade para pessoas com lombalgia aguda. Projetada para ser utilizada durante as atividades laborais ou de vida diária, por curto período, a órtese foi confeccionada com a colaboração do curso de engenharia do CEUB em Brasília/DF, usando um microfilamento de ácido polilático (PLA). A partir da impressão em 3D, foram analisados os resultados, como a personalização com ajustes mais precisos e eficazes, conforto, por ser um material leve, eficiência do tratamento, agilidade na produção, visto que a órtese fica pronta em poucas horas, redução de custos, tornando-a acessível à população e, por fim, uma inovação tecnológica assistiva, pioneira nesta instituição, com parceria dos cursos de engenharia e fisioterapia. Entretanto, apesar dos benefícios iminentes, fazem-se necessários mais estudos com o uso do colete projetado, em uma população selecionada, com o objetivo de verificar as evidências positivas.

Palavras-Chave: órtese em 3D; lombalgia aguda; tecnologia assistiva.

CONHECIMENTO SOBRE AS GASTROENTERITES INFECCIOSAS PELOS ESTUDANTES DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Eduarda Paula Markus Xavier - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
eduarda.paulax@sempreceub.com
Isabela Isa - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
isabela.isa@sempreceub.com
Fabiola Fernandes dos Santos Castro - CEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

O presente projeto de iniciação científica usou a metodologia da pesquisa científica aplicada de abordagem quantitativa, de tipo explicativo, com procedimento técnico de levantamento, em um estudo transversal prospectivo. Não há conflitos de interesse neste trabalho. As gastroenterites infecciosas apontam para grave lacuna nas políticas públicas que visam ampliar e melhorar as condições sanitárias em todo o país, exercendo um impacto direto sobre a morbimortalidade da sociedade brasileira. Esse problema configura-se como uma questão latente que afeta significativamente a população, ressaltando a necessidade de ampliação das pesquisas e das ações sobre essa problemática. Nesse contexto, o presente estudo propôs-se a realizar uma análise aprofundada sobre a afinidade do conhecimento das gastroenterites infecciosas entre os estudantes de medicina do Distrito Federal, abrangendo diferentes instituições de ensino. Em específico, no que tange ao diagnóstico diferencial entre as doenças virais, bacterianas, parasitárias e inflamatórias, verifica-se a habilidade de raciocinar sobre as causas infecciosas e seus possíveis diagnósticos diferenciais, além de realizar um compilado dos principais patógenos, etiologia, sintomas, diagnóstico e abordagem terapêutica para os fatores bacterianos, virais, parasitários e inflamatórios. Avalia-se, assim, a evolução do conhecimento entre alunos de diferentes níveis acadêmicos sobre a gastroenterite infecciosa. A partir da quantificação e do desenvolvimento detalhado do conhecimento de tais estudantes, o estudo obteve respostas de 100 alunos de todas as instituições públicas e privadas do Distrito Federal, em que a porcentagem de acerto foi de 68,5 %, o que se configura em mediana taxa de conhecimento sobre o tema. Em suma, enfatizou-se a necessidade de investir na capacitação dos estudantes em formação, assegurando que sejam devidamente qualificados para lidar com as gastroenterites infecciosas. Mediante entendimento robusto e proficiente capacidade de análise clínica, eles esperam estar aptos a fornecer o cuidado de excelência e contribuir para o bem-estar da população do Distrito Federal. Isso se torna particularmente crucial, visto que a detecção precoce e o tratamento adequado desempenham um papel fundamental na prevenção de complicações e na promoção da recuperação dos pacientes.

Palavras-Chave: gastroenterites; conhecimento; estudante de medicina.

CRIPTOCOCOSE COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

Alice Roberto de Gusmão Perazzoni - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
alicergusmao@sempreceub.com
Gabriela Vieira Carneiro - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
gabriela.vcarneiro@sempreceub.com
Rafaella Albuquerque e Silva - CEUB, professora orientadora
rafaella.silva@saude.gov.br

A criptococose é uma doença causada pelos fungos *Cryptococcus neoformans* e *Cryptococcus gatti*, comumente encontrados nas fezes de pombos, em que podem permanecer viáveis por até 2 anos. Ela afeta principalmente indivíduos imunossuprimidos, como os portadores do vírus HIV. Os dados globais sobre a morbidade e a mortalidade da doença são preocupantes com centenas de milhares de novos casos e óbitos notificados anualmente. No Brasil, algumas regiões têm números comparáveis aos de países africanos com índices de letalidade preocupantes. Diante da relevância para a saúde pública, a pesquisa tem como intuito principal analisar, de forma descritiva, o perfil epidemiológico dos casos de criptococose em humanos no Distrito Federal (DF), de 2018 a 2022, examinar microbiologicamente as fezes de pombos em diversas localidades do Plano Piloto, Brasília, DF e realizar revisão de literatura sobre as medidas de prevenção e controle da criptococose. Para tanto, foram levantados os dados referentes aos casos humanos de criptococose na base pública de dados do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do DATASUS/Ministério da Saúde. Foram filtradas todas as internações registradas de 2018 a 2022, nos hospitais públicos do Distrito Federal (DF) em que a Classificação Internacional de Doenças (CID) primária ou secundária fosse identificada com o código B45, associado aos casos de pacientes diagnosticados com criptococose. Foram registrados 58 pacientes majoritariamente do sexo masculino na faixa etária de 24 a 28 anos. Como diagnóstico principal, destaca-se a criptococose cerebral, e, como desfecho clínico, a alta com retorno para acompanhamento. Foram coletadas amostras de excretas de pombos de 13 localizações distintas do Plano Piloto em Brasília, DF e no entorno. A análise microbiológica das fezes de pombos foi realizada no laboratório de Microbiologia do CEUB, mediante microscopia com nanquim. As 13 amostras coletadas (100%) obtiveram microscopia positiva para *Cryptococcus* sp., confirmando a presença do patógeno nas áreas. Das amostras, ressalta-se a de área hospitalar, o que pode representar risco biológico pela constante presença de indivíduos imunocomprometidos. Na revisão de literatura, foram realizadas buscas em bases de dados, como PubMed e Google Acadêmico, utilizando diferentes operadores booleanos, para encontrar artigos relacionados à criptococose e ao seu controle e prevenção. Foram selecionados 6 artigos que tratavam do controle do *Cryptococcus* sp., sem envolver tratamento ou patogênese,

6 artigos sobre a vacina do *Cryptococcus* sp. e 7 artigos relacionados ao controle do fungo em pombos. No Google Acadêmico, foram selecionados 4 artigos sobre prevenção da criptococose e 10 artigos sobre o controle de *Cryptococcus* sp. em pombos. As informações levantadas nas referências destacam a necessidade de controle da população de pombos domésticos como prevenção de propagação de doenças, como a criptococose, respeitando as leis ambientais e a ecologia desses animais. A abordagem mais eficaz envolve a combinação de diferentes métodos de controle, como barreiras físicas, limpeza de fezes, monitoramento das áreas de risco auxiliado pela educação ambiental, em que é possível promover a compreensão da conexão direta entre as ações humanas e os problemas ambientais que surgem da interação com a natureza.

Palavras-Chave: prevenção; controle; criptococose.

CULTURA E ENGAJAMENTO POLÍTICO: USO DAS REDES SOCIAIS NO ENGAJAMENTO POLÍTICO DURANTE AS ELEIÇÕES DE 2022

Isabela Tanure Gullane - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
isabela.tgullane@sempreceub.com
Júlia Maass - CEUB, professora orientadora
julia.maass@ceub.edu.br

O presente trabalho tem como objetivo compreender a relação entre cultura e engajamento político no âmbito das redes sociais, durante as eleições presidenciais de 2022. Por meio de revisão bibliográfica e documental, encontraram-se referências que serviram como arcabouço teórico para dissertar acerca dos conceitos de cultura, engajamento e influência digital. De natureza básica, esta pesquisa pode ser qualificada como exploratória e descritiva. Foi realizada uma coleta de dados na plataforma Twitter de dois agentes culturais, um apoiador do candidato Lula e outro apoiador do candidato Jair Bolsonaro, sendo eles, respectivamente, o ator Felipe Neto e o cantor Roger Moreira. Ambos os escolhidos fazem parte da cultura e manifestam-se politicamente, nas suas redes sociais. Os resultados demonstram que os agentes culturais se manifestam mais politicamente quando ocorrem grandes eventos públicos, como as eleições ou os ataques de 8/1/22, sendo Roger Moreira o mais atuante, e que o engajamento do público em postagens políticas, em ambos os perfis, é maior do que nas publicações de cunho geral, demonstrando o interesse dos usuários neste tipo de conteúdo. Percebeu-se que, apesar da diferença significativa de seguidores dos dois perfis, as porcentagens de engajamento de ambos são relativamente baixas, tendo o agente cultural alinhado à candidatura de Bolsonaro apresentado maior soma neste sentido.

Palavras-Chave: eleições; cultura; redes sociais.

DETECÇÃO DE LEGIONELLA PNEUMOPHILA EM FONTES DE ÁGUAS ORNAMENTAIS NO DISTRITO FEDERAL

Marcella Moreira Alves - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
marcellamoreiraalves@sempreceub.com
Aline Rocha Oliveira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
aline.rocha@sempreceub.com
Fernanda Nomiyama Figueiredo - CEUB, professora orientadora
fernanda.nomiyama@ceub.edu.br

A *Legionella* é uma bactéria gram-negativa, não fermentadora de carboidratos, aeróbica, em formato de bacilo, responsável pela doença dos legionários, com quadro predominante de pneumonia e uma forma respiratória não pneumônica, denominada "febre de Pontiac" ou "legionelose não pneumônica". É um bacilo de fonte ambiental que tem a água como seu principal reservatório, e sua transmissão ocorre por meio da inalação de aerossóis de fontes de água contaminada. Esse tema foi selecionado em razão da limitação de pesquisas ambientais preexistentes no Distrito Federal e na literatura acerca do assunto, além da relevância e da gravidade das doenças respiratórias causadas por essa bactéria. O objetivo deste trabalho é pesquisar e identificar possíveis fontes de *Legionella* spp. na água da comunidade, em Brasília, DF. Foram selecionados pontos de coleta onde houvesse grande circulação de pessoas. Para a realização das atividades propostas, foram coletadas 11 amostras de 1 litro de água em recipiente de polipropileno estéril. Transferiu-se água de cada amostra para provetas de 100 ml para a medição precisa de 10 ml de água, que, em seguida, foi colocada em dois béqueres de vidro, sendo, em um deles, adicionada a solução acidificante contido no *kit Legionelabac* (Probac). Essas amostras foram inoculadas nas 3 faces do laminocultivo presente no *kit*, contendo ágar BCYE, seletivo para *Legionella*, e incubado a 37°C, por 14 dias. Após a análise, foram realizados testes confirmatórios para verificar se as colônias que cresceram eram, de fato, o alvo da pesquisa, utilizando-se coloração Gram e semeadura em ágar sangue. Confirmou-se a presença da bactéria em três amostras (27,27%). A coloração de Gram revela bacilos Gram negativos finos, e o resultado indicativo esperado é a ausência de crescimento em meio ágar sangue, pois essa bactéria não é capaz de desenvolver-se em meios sem a suplementação adequada. Em conclusão, foi possível perceber que o tratamento da água nem sempre é totalmente eficiente, alertando a população sobre os possíveis riscos oferecidos e retratando a necessidade de um controle microbiológico da água mais eficaz para esse micro-organismo. Também identificou-se a oportunidade de novas pesquisas a respeito do tipo de *Legionella* encontrada, o que não foi possível realizar pela limitação dos testes utilizados e pouco disponíveis no Brasil.

Palavras-Chave: *Legionella* spp.; comunidade; água.

DIREITO À CIDADE: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA MELHORIA DA MOBILIDADE URBANA EM BRASÍLIA E SUA REGIÃO METROPOLITANA

Vitória Régia Silva Rêgo - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
vitoriaregiasr@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães - CEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br
Júlia Nery Silva - CEUB, colaboradora
julia.nery@sempreceub.com

Compreender a dinâmica da mobilidade urbana em Brasília enseja análise aprofundada dos processos históricos, políticos e econômicos que influenciaram a consolidação da cidade-símbolo do urbanismo moderno. Nesse sentido, a investigação busca evidenciar como as decisões projetuais acerca do desenho urbano calcado na setorização e na supremacia do carro encabeçaram os processos de profunda segregação socioespacial promovida pela centralização da infraestrutura social e pela baixa densidade populacional, no Plano Piloto, o espraiamento urbano e a dissociação espacial entre emprego e moradia. A partir do arcabouço teórico levantado, propõe-se uma reflexão sobre como a mobilidade urbana é capaz de tangenciar outras áreas da vida urbana, podendo promover ou intensificar os desafios urbanos. Adotaram-se, então, métodos de pesquisa de caráter teórico e empírico, de maneira que os procedimentos de estudo e manipulação de dados pudessem perpassar as modalidades qualitativa e quantitativa. Desta forma, buscou-se, na própria experiência urbana, por meio de caminhadas e discussões, analisar, sob diversas dimensões, o contexto contemporâneo da cidade modernista, dando atenção às diversas corpografias urbanas, ou seja, a forma como as pessoas se apropriam da cidade e como a cidade é também inscrita nos diferentes corpos, cada qual com sua percepção e camadas sobrepostas de privilégios ou opressões.

Palavras-Chave: Brasília; direito à cidade; mobilidade urbana.

DOPING NO FUTEBOL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Lucas Batista Ferreira - CEUB, PIC Parceiros - IPE-HOME/FAP, aluno bolsista
lucas.bf@sempreceub.com
Maria Beatriz Silva e Borges - CEUB, professora orientadora
maria.borges@ceub.edu.br

O *doping* é uma realidade no esporte de alto rendimento. Compreende-se, com efeito, que esta é também a realidade no esporte mais popular do mundo: o futebol. Para isso, esta pesquisa busca evidenciar o nível de conhecimento de atletas, profissionais do futebol e relacionados sobre o *doping* e os demais assuntos que o circundam, tais como as substâncias consideradas proibidas e seus riscos inerentes à saúde. Para tanto, foi realizada a revisão sistemática de literatura em múltiplos buscadores. Evidenciou-se que o conhecimento do atleta de futebol e de seus treinadores acerca do *doping* é fraco independentemente de sexo, idade, nível e tempo de prática esportiva. Além disso, o atleta não sabe definir precisamente o que é o *doping* e é influenciado, pela propagação de mensagens persuasivas, em seu comportamento favorável ou desfavorável a essa prática ilícita no esporte. Isso demonstra o papel fundamental das agências de controle e regulação da dopagem, da mídia esportiva e dos agentes no combate ao *doping*. Ademais, o profissional do futebol possui grande tendência à prática dos métodos dopantes quando comparado aos atletas de outros esportes coletivos, apesar da alta testagem no esporte e da ciência, de um modo geral, dos testes obrigatórios em nível profissional. É clara e evidente a urgência de desenvolvimento de mais pesquisas que visem compreender o conhecimento e o comportamento desses atletas, principalmente no contexto nacional.

Palavras-Chave: *doping*; futebol; revisão.

DORMIR POUCO E ADIAR TAREFAS: A RELAÇÃO ENTRE A AUSÊNCIA DE SONO, A PROCRASTINAÇÃO E A PRODUTIVIDADE NA SOCIEDADE DO CANSAÇO

Ludmila Gama Ribeiro Faria - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
ludmila.faria@sempreceub.com
Daniel Barbieri Freitas - CEUB, professor orientador
daniel.freitas@ceub.edu.br

O projeto de pesquisa visa investigar a relação entre a privação de sono, os comportamentos procrastinadores e a percepção da cobrança por produtividade da sociedade do cansaço, na modernidade. A amostra foi constituída por 100 participantes, sendo 68 mulheres, 22 homens e 10 sem identificação de gênero, entre 18 e 66 anos, com intuito de averiguar essa temática em uma amostra com maior probabilidade de os indivíduos estarem inseridos em um contexto acadêmico ou profissional. Foram aplicados, de forma virtual, mediante um formulário no Google Forms, três instrumentos adaptados: o Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh (IQSP), o Pure Procrastination Scale (PPS) e a Escala da Percepção da Pressão por Rendimento, criada para esse projeto, além de um questionário demográfico. A análise de dados deu-se a partir de correlações de Pearson, entre as variáveis de interesse e os cálculos de ANOVA, com as diferenças das médias dos resultados encontrados nos instrumentos, em função das variáveis independentes, mediante a estatística descritiva dos dados demográficos. Diante das informações, encontraram-se correlações significativas e positivas entre os padrões de sono e a percepção dos princípios incentivados na sociedade ($r = 0,326$; $p = 0,01$), entre a tendência a procrastinar e os valores impostos pela sociedade moderna percebidos ($r = 0,399$; $p = 0,05$) e entre as regulações do sono e a tendência a procrastinar ($r = 0,234$; $p = 0,05$). O estudo confirmou parcialmente as hipóteses levantadas, de forma a apresentar a relação entre a privação de sono, a tendência à procrastinação e a percepção dos valores incentivados pela sociedade, tidos como propulsores de um ideal de rendimento, assim como acentuou os impactos para a qualidade de vida do indivíduo.

Palavras-Chave: sono; procrastinação; sociedade do cansaço.

EFEITO DA PRÉ-MATURAÇÃO COM MODULADORES DE ADENOSINA MONOFOSFATO CÍCLICA (AMPC) NA COMPETÊNCIA DE OVÓCITOS BOVINOS

Danielle Bárbara Pereira de Castro - CEUB, PIC Parceiros - EMBRAPA/FAP, aluna bolsista
danielle.castro@sempreceub.com
Andrei Antonioni Guedes Fidelis - CEUB, professor orientador
andrei.fidelis@ceub.edu.br
Margot Alves Nunes Dode - EMBRAPA Cenargen, colaboradora
margot.dode@embrapa.br

Os ovócitos utilizados para a produção *in vitro* de embriões (PIVE) são imaturos e, quando removidos dos folículos, retomam automaticamente a meiose, o que leva à maturação nuclear precoce. Isso afeta a qualidade do ovócito e a sua capacidade de gerar embrião, reduzindo a eficiência da PIVE. O presente trabalho de iniciação científica tem como objetivo avaliar o efeito do uso dos moduladores de AMPc, IBMX e NPPC como inibidores de maturação nuclear de ovócitos bovinos na pré-maturação *in vitro*, visando aumentar a produção de embriões. Os complexos cumulus-ovócito (CCO) obtidos de ovários de abatedouro foram distribuídos em 3 tratamentos nos quais permaneceram por 6 e 22 horas. São eles: MIV (controle), pré-maturação com IBMX (IBMX) e pré-maturação com NPPC (NPPC). A retenção da maturação foi determinada às 6 e às 22 horas, pelo estágio da meiose, por coloração com lacmoide. Posteriormente, os grupos foram submetidos à fecundação e ao cultivo *in vitro*. O desenvolvimento embrionário foi avaliado pela taxa de clivagem em D2, de blastocisto em D6 e D7 e de eclosão em D8. A mensuração dos CCO submetidos aos tratamentos foi feita em 0h, 6h e 22h. Os dados foram analisados pelo Qui-quadrado. À 0h, todos os ovócitos encontraram-se em estágio de vesícula germinativa (VG), e, às 6h, o maior índice de retenção ($P < 0,05$) foi observado no grupo NPPC, que apresentou 96,9% dos ovócitos em VG. Às 22h, os grupos submetidos à retenção por IBMX e por NPPC apresentaram taxa de maturação nuclear menor ($P < 0,05$) do que o grupo controle, sendo de 67,2%, 65,6% e 83,8%, respectivamente. Para avaliação da produção de embriões, somente a pré-maturação por 6 horas foi utilizada. Não foi observada diferença ($P > 0,05$) entre os grupos para nenhum dos parâmetros embrionários. Quanto à avaliação da expansão das células do *cumulus* (CC), não houve diferença ($P < 0,05$) entre os grupos IBMX e NPPC. Concluiu-se que o uso de NPPC por 6 h, durante a pré-maturação, é capaz de inibir a retomada da meiose, mas o uso desse modulador na pré-maturação não afeta a produção *in vitro* de embriões bovinos. Por fim, nota-se a potencialidade, para pesquisas científicas, dessa ferramenta como melhoria da técnica de produção *in vitro* de embriões (PIVE) e a necessidade de mais estudos e experimentos nesse sentido.

Palavras-Chave: produção *in vitro* de embriões; pré-maturação; AMPc.

EFEITO DO RUÍDO URBANO NA COMUNICAÇÃO ACÚSTICA DA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*THAMNOPHILUS TORQUATUS*): UMA MANIPULAÇÃO EXPERIMENTAL

Donner Abreu de Lara Resende - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
donner@sempreceub.com
Ana Carolina de Aragão e Souza - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
asouzaa2001@sempreceub.com
Raphael Igor Dias - CEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

O impacto da poluição sonora de origem humana é amplamente reconhecido, e a presença de rodovias barulhentas influencia o comportamento das espécies próximas a ela. A comunicação acústica é um componente importante quando se aborda o comportamento de aves. Este experimento visa avaliar a plasticidade da resposta comportamental da espécie choca-de-asa-vermelha (*Thamnophilus torquatus*) em decorrência de ruídos automobilísticos, particularmente nos parâmetros acústicos da vocalização territorial. O estudo foi realizado na Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESECAE), em Planaltina, Distrito Federal. Os indivíduos foram capturados e marcados em territórios, com diferentes níveis de exposição à poluição sonora. Foram produzidos 25 tratamentos únicos a partir de gravações feitas na ESECAE, cada um composto por três tipos de estímulos sonoros: dois estímulos naturais, o primeiro foram vocalizações de *Ara ararauna* de alta intensidade, e o segundo foram sons naturais de baixa intensidade; o terceiro estímulo continha ruído rodoviário. Diferentemente do que se esperava, a frequência dominante não foi mais alta após a produção do ruído de veículos e, sim, após as gravações de baixa intensidade sonora. Observou-se que as aves expostas ao estímulo de vocalizações de *A. ararauna* produziram menores frequências dominantes e frequências dominantes da fundamental. Observou-se igualmente que os ruídos de alta intensidade podem provocar a interrupção da vocalização territorial antes de sua nota final, sendo mais frequente diante do estímulo de *A. ararauna* do que o ruído rodoviário. Os resultados sugerem que a espécie apresenta respostas diferentes a ruídos de intensidades e origens diferentes.

Palavras-Chave: comunicação acústica; choca-de-asa-vermelha; poluição sonora.

EFEITO RESTAURADOR DA SAÚDE MENTAL: O PAPEL DA CONECTIVIDADE COM A NATUREZA NO AUMENTO DO BEM-ESTAR E NA DIMINUIÇÃO DO ESTRESSE

Amanda Freires Feitosa - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
amandafreires@sempreceub.com
Marcos Honorato de Oliveira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno voluntário
marcoshonorato@sempreceub.com
Ligia Abreu Gomes Cruz - CEUB, professora orientadora
ligia.abreu@ceub.edu.br

No século XXI, houve um aumento significativo de problemas relacionados à saúde mental, um deles é o estresse. Prevenir o surgimento de estados negativos requer a promoção de aspectos psicológicos positivos. A teoria da restauração de atenção destaca que certas características do ambiente podem restaurar a concentração e aliviar o estresse mental. A psicologia ambiental explora a interação da pessoa com o ambiente e analisa como processos cognitivos e emocionais afetam essa relação. O bem-estar subjetivo (BES) é um campo de estudos que avalia a qualidade de vida dos indivíduos e é amplamente utilizado na pesquisa de saúde mental e qualidade de vida. O estresse está associado à percepção de ameaça e pode resultar em ansiedade e tensão emocional. Esta pesquisa tem como objetivo coletar evidências empíricas sobre o efeito positivo de ambientes naturais na redução do estresse e no aumento do bem-estar, considerando a busca ativa por experiências de conectividade com a natureza. O estudo 1 contém a amostra composta por 53 participantes, transeuntes no Parque da Cidade Sarah Kubitschek. Foram criados dois questionários, denominados de A e B, ambos com uma escala de conectividade com a natureza, DASS-21, PANAS, e perguntas sobre gênero, idade, intenção, diagnósticos médicos e psiquiátricos e uso de medicamentos relacionados a essas condições. A coleta de dados ocorreu entre abril e maio de 2023, de segunda a quinta-feira, das 16h às 18h. As hipóteses H1 e H2 foram confirmadas, mostrando diferenças no relato das pessoas sobre bem-estar e estresse dentro e fora do parque, havendo aumento significativo do bem-estar e redução do estresse dentro e fora do parque. As hipóteses H3 e H4 não apresentaram significância estatística na interação entre bem-estar e conectividade nem entre a diferença de estresse fora e dentro do parque. A interação entre conectividade e diferença de bem-estar e estresse não foi estatisticamente significativa. O estudo 2 apresenta amostra composta por 546 participantes que responderam a um questionário online. Três escalas foram utilizadas, a escala de conectividade com a natureza, PSS-14, PANAS, e, por fim, perguntas pessoais, relacionadas a condições clínicas. O questionário foi divulgado, e os dados foram organizados em uma planilha eletrônica. Todas as relações encontradas para as variáveis aferidas foram estatisticamente significativas. Estar conectado com a natureza pode

explicar o bem-estar. Frequentar áreas verdes pode estar relacionado à diminuição no estresse. A idade assume uma relação negativa com o estresse: quanto maior a idade, menor o estresse. A conectividade tem uma relação negativa com o estresse. Ambos os dados foram analisados pelo programa SPSS. As limitações dos estudos 1 e 2 são: a mensuração do bem-estar é desafiadora; a cor e as imagens podem afetar a percepção da conectividade; a amostra é pequena; o questionário do estudo é complexo.

Palavras-Chave: saúde mental; psicologia ambiental; natureza.

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO HOMOSSEXUAL: SUBJETIVIDADE, SOFRIMENTO E RESISTÊNCIA

Nícolas Tribuzy de Mello Rodrigues - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
nicolas.tribuzy@sempreceub.com
Lívia Campos e Silva - CEUB, professora orientadora
livia.campos@ceub.edu.br

O presente trabalho tem como objetivo investigar como ocorre subjetivamente o processo de envelhecimento de idosos e idosas homossexuais. Uma vez que essa população, muitas vezes, encontra-se marginalizada da sociedade, dos debates e dos estudos no campo da saúde, esta pesquisa visou diminuir a lacuna existente sobre a temática no campo da saúde, no Brasil. Para isso, busca-se compreender os impactos subjetivos produzidos por uma sociedade estruturalmente homofóbica nos idosos homossexuais. Além de observar questões sobre sofrimento, como maior propensão à solidão e violências intrafamiliares, busca-se entender as estratégias de resistência empregadas por esse grupo. A metodologia utilizada é de caráter qualitativo e exploratório por meio da análise do discurso e com base nas articulações teórico-clínicas da psicanálise. Nesse sentido, esmiuçam-se os sentidos aparentes e encobertos das experiências dessa população. Para o trabalho, foram selecionados, por meio de entrevista semiestruturada, quatro participantes homossexuais, dois homens e duas mulheres, todos cisgêneros. Os resultados evidenciam que o medo da solidão, a pressão estética e a homofobia são alguns dos significantes que marcam a trajetória desse grupo. No entanto, a resistência, a vontade de viver e as alegrias também se mostraram mais presentes do que era esperado pelos pesquisadores. A relevância deste estudo reside, portanto, em, além de abordar questões sociais, trazer a importância do sujeito para o centro, de acordo com princípios psicanalíticos, o que proporciona uma compreensão mais profunda das complexidades emocionais vivenciadas por esses indivíduos. Ao explorar as estratégias de resistência empregadas por idosos homossexuais diante das adversidades, o trabalho contrasta o ponto de sofrimento com a resiliência e a força desse grupo.

Palavras-Chave: envelhecimento; homossexual; vivências.

ESTIMATIVA DA CARGA DE RUPTURA EM ESTACAS A PARTIR DE ENSAIOS DE PROVA DE CARGA ESTÁTICA UTILIZANDO MACHINE LEARNING

Vinícius Novaes Almeida - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
vinicius.novaes@sempreceub.com
Gabriela de Athayde Duboc Bahia - CEUB, professora orientadora
gabriela.bahia@ceub.edu.br

A investigação do sistema solo-fundação é de extrema importância para a construção de edificações seguras. Uma das formas de investigação geotécnica bastante utilizada é o ensaio Standard Penetration Test (SPT), utilizado para estimar a resistência à penetração do solo, o tipo de solo, a presença de nível d'água e, dependendo do equipamento, o atrito lateral do solo. Além do ensaio SPT, para a realização de projetos de fundações mais seguros e econômicos, tem-se o ensaio de prova de carga estática, o qual permite verificar o desempenho das fundações, por tratar-se de um método de análise direta da capacidade de suporte de carga, podendo ser realizada em diversos tipos de estruturas. Porém, apesar de ideal, a prova de carga não é utilizada com frequência, pelo custo e pela obrigatoriedade da norma em utilizar-se somente em obras de grande porte. Sendo assim, este estudo estimou a carga de ruptura geotécnica de estacas carregadas axialmente, por meio de *machine learning*, a partir de ensaios de provas de carga estáticas e sondagens à percussão existentes em obras situadas no Distrito Federal. Para isso, foi desenvolvido um algoritmo em linguagem *phyton* que pudesse, a partir dos dados de treino, prever os resultados de carga de ruptura em obras que apresentassem apenas sondagem à percussão simples. Para o desenvolvimento do algoritmo, foram utilizados modelos de aprendizado supervisionado (*random forest*). Desta forma, foi possível obter resultados com acurácia de 78,12%. Porém, vale ressaltar que existem limitações em relação ao resultado final que influenciaram o valor da acurácia, tais como o número limitado da amostragem de dados utilizada (67 provas de carga), a variabilidade geotécnica do perfil estratigráfico associado aos ensaios pontuais de SPT, o que dificulta a representatividade das condições do solo local e o aprendizado supervisionado utilizado (*random forest*), que, quanto maior a dispersão de dados, produz resultados com menor capacidade de previsão.

Palavras-Chave: hélice contínua; carga de ruptura; *machine learning*.

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A UNIDADE DE VIZINHANÇA DE BRASÍLIA E AS SUPERMANZANAS DE BARCELONA

Ana Delfina Paiva Graça - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
ana.delfina@sempreceub.com
Rossana María Delpino Sapena - CEUB, professora orientadora
rossana.sapena@ceub.edu.br

Este estudo tem o propósito de identificar a possibilidade de melhorias ecossistêmicas nas superquadras brasilienses. Para tanto, compara a unidade de vizinhança de Brasília com as *supermanzanas* de Barcelona, para avaliação da qualidade e da sustentabilidade do meio urbano. Adotou-se metodologia de natureza aplicada e abordagem qualitativa com levantamentos de informações de literatura referencial teórica e dados fornecidos por órgãos oficiais. Utilizaram-se como base comparativa os parâmetros do guia metodológico das *supermanzanas*. A pesquisa não tem a pretensão de aplicar, por completo, o guia que contém mais de cinquenta índices e demanda equipe especializada para apuração técnica de todos os parâmetros. Teceram-se considerações sobre Salvador Rueda, responsável técnico pela criação das *supermanzanas*, bem como sobre o guia metodológico elaborado pela equipe dele para diagnóstico da área urbana. Contextualizaram-se historicamente as cidades cotejadas. Definiu-se o que é uma *supermanza* e seus objetivos. Apresentaram-se explicações sobre o urbanismo ecológico, a base teórica das *supermanzanas*. Descreveu-se brevemente o modelo de cidade sustentável sob a ótica do urbanismo ecológico, assim como abordaram-se seus quatro eixos, para esclarecer que a cidade sustentável é aquela que se apresenta compacta, complexa, coesa socialmente e eficiente. Efetuou-se análise comparativa entre as *supermanzanas* e a unidade de vizinhança, sobre todos os eixos do modelo de cidade sustentável, sem, todavia, esgotar-se o tema. Forneceram-se diagramas analíticos para que a informação possa ser lida de maneira gráfica. Compararam-se os dois modelos mediante a relação das habitações por área e do espaço público disponível, quanto à dimensão, à ventilação, à luz natural, ao campo visual ocupado por vegetação e à mobilidade. Fez-se o confronto quanto à complexidade, observando-se a busca de autossuficiência dos modelos, verificando-se a diversidade de uso das edificações e a relação da área natural por habitante. Sobre a eficiência, anotaram-se as possibilidades de a cidade tornar-se mais sustentável. Destacou-se o potencial energético solar de Brasília. Por fim, fez-se breve comparativo de coesão social. Diante do observado, registrou-se que as superquadras de Brasília têm muitos aspectos positivos segundo os parâmetros do modelo de cidade sustentável, especialmente, quanto aos espaços públicos e à vegetação. No entanto, percebeu-se que alguns pontos se revelam menos promissores, tais como a relação entre as habitações por área e a mobilidade. A

setorização do comércio promove uma dinâmica diferente nas superquadras. Sinalizou-se que, apesar haver alguns equipamentos para melhor coesão social, os moradores não optam por usá-los. Assim, apresentaram-se diferenças e semelhanças entre os dois modelos comparados, capazes de nortear propostas de melhoria da qualidade do espaço urbano das superquadras de Brasília.

Palavras-Chave: unidade de vizinhança; Barcelona; Brasília.

ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE ESTRATÉGIAS VERBAIS E LÚDICAS NA EXPRESSÃO DA TRISTEZA EM CRIANÇAS

Gabriela Moreira Soares - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
gabriela.ms@sempreceub.com
Letícia Barros Novaes da Fonseca - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
leticia.bf@sempreceub.com
Manuela Ramos Caldas Lins - CEUB, professora orientadora
manuela.lins@ceub.edu.br

Este estudo objetiva investigar a diferença na expressão da tristeza em crianças, analisando o contraste entre a utilização de estratégias exclusivamente verbais e a implementação de ferramenta lúdica. Para tanto, foi construído um jogo terapêutico para avaliação da tristeza, e realizada uma pesquisa com 24 crianças, das quais 7 eram meninas e 17, meninos. Essas crianças, com idades entre 6 e 10 anos, eram residentes em Brasília- DF e membros de um grupo de escoteiros. Os participantes foram distribuídos em dois grupos distintos, com o intuito de garantir uma análise robusta e comparativa das estratégias exploradas. Cada grupo teve um contato específico: o primeiro passou por uma entrevista semiestruturada, enquanto o outro experimentou um jogo terapêutico desenvolvido pelas pesquisadoras. Os resultados obtidos permitiram identificar que o recurso lúdico proporcionou e estimulou maior envolvimento emocional e uma expressão mais rica das emoções por parte das crianças. Esses resultados reforçam a importância do aspecto lúdico na educação emocional, sugerindo que jogos terapêuticos podem desempenhar um papel fundamental na promoção de um desenvolvimento emocional saudável e na amplificação das habilidades de comunicação e manejo emocional das crianças. Ao sublinhar o potencial da ludicidade para aprimorar a expressividade emocional das crianças e fortalecer suas habilidades emocionais, este estudo fornece *insights* valiosos para educadores, terapeutas e pais interessados no crescimento emocional saudável das crianças.

Palavras-Chave: jogo terapêutico; emoções; crianças.

ESTUDO DA PERCEPÇÃO DE INDIVÍDUOS PÓS-COVID EM RELAÇÃO AO TRATAMENTO E ÀS SEQUELAS DA DOENÇA

Stephany Nestor da Silva - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
stephany.nestor@sempreceub.com
Erika Coelho Paiva - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
erika.paiva@sempreceub.com
Danilo Avelar Sampaio Ferreira - CEUB, professor orientador
danilo.ferreira@ceub.edu.br

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o uso racional de medicamentos como a "administração de fármacos apropriados ao paciente conforme suas necessidades clínicas, em doses que satisfaçam suas características individuais, por um período de tempo adequado, com o menor custo para ele e para a comunidade". Diante de um cenário crítico de saúde pública mundial, colapso hospitalar, adoecimento populacional, além da morte de muitas pessoas pela covid-19, foi necessário buscar estratégias farmacológicas como terapêutica ou profilaxia a esta doença infecciosa. Além disso, por ser um vírus muito recente e não se saber quais efeitos deletérios podem ser causados a longo prazo, observaram-se sintomas que persistiram após a recuperação da covid-19, denominada "síndrome pós-covid-19". Dessa forma, objetiva-se analisar o consumo medicamentoso durante o período pandêmico, os efeitos adversos que os fármacos causaram na população e se ocorreu síndrome pós-covid-19 nos indivíduos que receberam diagnóstico para essa patologia. Trata-se de uma pesquisa observacional, transversal, retrospectiva, de caráter quantitativo e qualitativo, em que se utilizou formulário eletrônico para coleta de dados. Nessa perspectiva, observou-se a prática da automedicação, os baixos efeitos adversos e os diversos relatos de sintomatologias persistentes após a infecção, entre elas, anosmia, ageusia e alteração de memória. Assim, notou-se que, durante a pandemia, houve elevado quantitativo de informações errôneas que proporcionaram o consumo medicamentoso, além da necessidade de incentivo a estudos, principalmente, para profissionais que estão na assistência. Ademais, não há tempo de pesquisa suficiente para identificar se as síndromes causadas pelo vírus SARS-CoV-2 serão transitórias ou definitivas e quais são os impactos aos indivíduos.

Palavras-Chave: síndrome pós-covid; sequelas; tratamento.

ESTUDO DA PREVALÊNCIA DE ERROS PRÉ-ANALÍTICOS EM EXAMES HEMATOLÓGICOS DE GATOS DOMÉSTICOS

Bernardo Cunha Borges Zandonadi Lima - CEUB, PIC Parceiros - LAVET/FAP, aluno bolsista
bernardo.lima@sempreceub.com
Mário Rivelino Belmonte Loureiro Júnior - CEUB, PIC Parceiros - LAVET/FAP, aluno voluntário
mrjunior@sempreceub.com
Bruno Alvarenga dos Santos - CEUB, professor orientador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br
Nathalia Salgado Zanani - Laboratório de Análises Veterinárias – LAVET, colaboradora
natvetcursos@gmail.com
Wanessa Aparecida Carlos Purgatto - Laboratório de Análises Veterinárias – LAVET, colaboradora
wanessaaparecida@hotmail.com

Os exames complementares são bastante requisitados na rotina clínica da medicina veterinária, por complementar o diagnóstico, tornando-o mais preciso. Estes exames são divididos em três fases, a pré-analítica, a analítica e a pós-analítica. A primeira fase é aquela em que se encontra a maior prevalência de falhas por conta de negligências do médico veterinário, na coleta de sangue ou na dificuldade de comunicação entre o médico solicitante e o patologista clínico. O propósito desta pesquisa é analisar a prevalência dos principais erros pré-analíticos em exames laboratoriais de pacientes da espécie felina. Tais exames foram providos por um laboratório que abrange toda a região do Distrito Federal, e foram avaliadas as possíveis correlações entre as alterações encontradas e as variáveis de raça ou sexo dos pacientes. No total, foram analisados 304 exames hematológicos, em que foi possível estabelecer as alterações mais prevalentes e realizar as correlações mediante o teste Qui-quadrado, com correção de Yates de 5%. A alteração mais prevalente foi a agregação plaquetária, estando presente em 54% dos exames, no entanto não foi possível estabelecer qualquer correlação da agregação com as variáveis avaliadas. Outros erros menos frequentes também foram encontrados, como o plasma hemolisado em 17% dos exames totais, a presença de coágulos em apenas 1 exame (0,32%) e a ausência de informação do sexo dos pacientes em 5 exames (2%). Consoante os resultados obtidos, este projeto reforça a necessidade de aprimoramento profissional, a fim de diminuir a prevalência de erros gerados na fase pré-analítica, como falhas de identificação, coleta e armazenamento da amostra, fatores que podem ser relacionados ao despreparo técnico.

Palavras-Chave: patologia clínica; agregado plaquetário; plasma hemolisado.

ESTUDO DA PREVALÊNCIA DE ERROS PRÉ-ANALÍTICOS EM EXAMES HEMATOLÓGICOS DE GATOS DOMÉSTICOS

Luana de Carvalho Santos - CEUB, PIC Parceiros - SANTÉ/FAP, aluno bolsista
luana.csantos@sempreceub.com
Bruno Alvarenga dos Santos - CEUB, professor orientador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br
Gláucia Mansur Balsamão Dias - Laboratório Santé, colaboradora
glaucia@santelaboratorio.com.br

Entre os procedimentos laboratoriais, há a classificação em três etapas, a pré-análise, a análise e a pós-análise. A fase pré-analítica contempla desde a indicação do exame até o momento da realização da análise da amostra e representa a etapa em que ocorrem os maiores erros laboratoriais que mais influenciam os resultados, que vão desde as condições de estresse do paciente até falhas no transporte da amostra, após a coleta. O objetivo desta pesquisa é fazer um levantamento de dados a respeito dos principais erros cometidos no Distrito Federal (DF), na fase pré-analítica dos exames laboratoriais de gatos domésticos, mediante um estudo retrospectivo descritivo qualitativo. Foram analisados 1.433 exames de gatos domésticos, obtidos junto à empresa parceira de análises laboratoriais, quanto ao perfil dos pacientes e aos resultados dos hemogramas e dos testes bioquímicos. Com os dados, foram realizados cálculos de prevalência mediante os testes Qui-quadrado, com correção de Yates e coeficiente de correlação de Pearson, para traçar a associação entre os resultados e o sexo ou idade dos pacientes, bem como as alterações encontradas que podem ser causadas por erros pré-analíticos. Entre as alterações, a agregação plaquetária foi a mais encontrada, estando presente em 37,6% dos exames, seguida do plasma hemolisado, com 17,2% de presença. Não foram encontradas correlações entre a raça dos pacientes e a agregação plaquetária ou do plasma hemolisado com o sexo ou a raça dos animais; porém sugere-se uma correlação importante entre o sexo dos animais e a agregação plaquetária.

Palavras-Chave: patologia clínica; leucemia viral felina; vírus da imunodeficiência felina.

ESTUDO DE PREVALÊNCIA DA INCIDÊNCIA DE ERROS PRÉ-ANALÍTICOS EM EXAMES LABORATORIAIS DE CÃES DO DISTRITO FEDERAL

Renata Borges Feliciano de Lima - CEUB, PIC Parceiros - SANTÉ/FAP, aluna bolsista
renatalaport@sempreceub.com
Renata Sirley Keitel Kalb - CEUB, PIC Parceiros - SANTÉ/FAP, aluna voluntária
renatakk@sempreceub.com
Bruno Alvarenga dos Santos - CEUB, professor orientador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br
Gláucia Mansur Balsamão Dias - Laboratório Santé, colaboradora
glaucia@santelaboratorio.com.br

Na rotina veterinária, os exames laboratoriais estão cada vez mais presentes, por auxiliar um diagnóstico mais preciso. Eles são divididos em três fases, a pré-analítica, seguida da analítica e, por fim, a pós-analítica. Entre elas, a primeira centraliza o maior número de falhas, as quais podem ocorrer por diversos fatores, como, por exemplo, o estresse sofrido pelo animal no momento da coleta, o jejum prolongado, a escolha dos materiais utilizados, o preparo do profissional que realiza a punção, além do armazenamento e do transporte das amostras. O propósito desta pesquisa é analisar a prevalência dos principais erros pré-analíticos em exames laboratoriais providos por um laboratório que abrange toda a região do Distrito Federal, estabelecendo correlações entre as alterações encontradas e as variáveis de idade ou sexo dos pacientes. No total, foram analisados 660 hemogramas de cães, em que foi possível estabelecer as alterações mais prevalentes e realizar as correlações mediante o teste Qui-quadrado, com correção de Yates, com nível de confiança de 5% e associação com o teste de Pearson. A alteração mais prevalente foi a presença de amostras com o plasma hemolisado, em que 126 (42,42%) apresentavam essa alteração, além disso foram observados 4 (1,34%) exames com a presença de coágulos, 38 (12,79%) com agregados plaquetários, 47 (15,82%) com quantidade de amostra insuficiente e 82 (27,61%) com os dados preenchidos de maneira incorreta, ou seja, com ausência de informações, como sexo, idade e raça. Ademais, não foram encontradas correlações de sexo e raça com a presença de agregado plaquetário, além de o coeficiente de Pearson não indicar nenhuma correlação de idade com a presença de agregados. Consoante os resultados obtidos, este projeto reforça a necessidade de aprimoramento profissional, a fim de diminuir a prevalência de erros gerados na fase pré-analítica, como falhas de identificação, coleta e armazenamento da amostra, fatores que podem ser relacionados a problemas com os responsáveis, desvios na promoção de diagnósticos precisos e do bem-estar do animal.

Palavras-Chave: análises laboratoriais; agregados plaquetários; patologia clínica.

ESTUDO RETROSPECTIVO DE VALORES DE GLICEMIA CAPILAR EM PACIENTES DE PÓS-OPERATÓRIO DE CIRURGIA CARDÍACA: DESFECHOS CLÍNICOS, COMPLICAÇÕES PÓS-OPERATÓRIAS, TEMPO DE INTERNAÇÃO E INCIDÊNCIA DE INFECÇÕES

Letícia Maia Zica - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
leticia.mz@sempreceub.com
Ana Luiza Antony Gomes de Matos da Costa e Silva - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
analuiza.gomesmcs@sempreceub.com
Márcio Garrison Dytz - CEUB, professor orientador
marcio.dytz@ceub.edu.br
Adegil Henrique Miguel da Silva - Instituto de Cardiologia e Transplante do Distrito Federal (ICTDF), colaborador
adehenrique@gmail.com

Pacientes submetidos a cirurgias cardíacas passam por alto estresse metabólico no período pós-operatório, sendo necessária a monitoração. Diversas sociedades recomendam alvos glicêmicos a ser alcançados durante a internação, para redução de riscos no perioperatório. A presente pesquisa busca observar diferenças entre pacientes no período pós-operatório de cirurgias cardíacas que foram submetidos ao protocolo de controle glicêmico na Unidade de Dor Torácica (UDT), no Instituto de Cardiologia e Transplante do DF (ICTDF), visando comparar desfechos clínicos de infecção e tempo de internação em pacientes diabéticos e não diabéticos e sua relação com o tempo em que estiveram fora das metas de glicemia, a fim de observar se há diferenças entre controle mais estrito (80-140 mg/dl) e uma meta mais permissiva (70-180 mg/dl), além dos desfechos associados à incidência de hipoglicemias. Foi realizada análise retrospectiva de valores de glicemia capilares aferidas em pacientes internados na UDT, no período pós-operatório de cirurgias cardíacas, com ou sem o diagnóstico de diabetes *mellitus*, nos anos de 2021 e 2022, que receberam o mesmo protocolo de controle glicêmico. Dos 840 prontuários obtidos, após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 206 pacientes. Não houve diferenças significativas, ao comparar pacientes com ou sem diabetes *mellitus*. Entretanto, estabeleceu-se um risco de óbito 14 vezes maior em pacientes que apresentaram maior tempo de hipoglicemia < 70 mg/dl. Ademais, os pacientes fora da meta de 70-180 mg/dl apresentaram 2.2 vezes mais infecção do que os dentro da meta. Em comparação com a meta estrita, nos pacientes que estiveram mais tempo fora da meta, observaram-se 3 vezes mais chance de infecção. Por fim, pacientes que permaneceram por maior tempo dentro do intervalo de 80 a 140, apresentaram menor tempo de internação, fato que não ocorreu na meta mais permissiva. Dessa forma, o estudo esteve em concordância com o estabelecimento de

uma meta mais estrita para pacientes em período pós-operatório de cirurgia cardíaca, além de propiciar discussões sobre prevenção de hipoglicemias.

Palavras-Chave: meta glicêmica; pós-operatório de cirurgia cardíaca; desfecho clínico.

FENÔMENOS DE SAÚDE, RESILIÊNCIA E QUALIDADE DE VIDA DE ACADÊMICOS DE MEDICINA AO LONGO DO CURSO: ESTUDO COMPARATIVO

Gabriel Faria Pol - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno bolsista
gabriel.pol@sempreceub.com
Nathalia Fernandes Rodrigues - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
nathaliafernandesr@sempreceub.com
Rodrigo Marques da Silva - CEUB, professor orientador
rodrigo.msilva@ceub.edu.br

Ao longo do curso de graduação em medicina, o estudante é exposto a situações potencialmente estressoras, como baixa qualidade de sono, presença de sintomas depressivos e baixa qualidade de vida. No entanto, alguns discentes apresentam melhor capacidade de enfrentamento e adaptação à adversidade, sendo considerados resilientes. Assim, o objetivo deste estudo é comparar os fenômenos de saúde (níveis de estresse, sintomas depressivos e qualidade do sono), a capacidade resiliente e a qualidade de vida por ciclo de curso entre acadêmicos de medicina de instituição privada de ensino. Trata-se de uma pesquisa transversal, analítica e de abordagem quantitativa, cuja coleta de dados ocorreu por meio de instrumentos de validação internacional, entre novembro e dezembro de 2022, junto a discentes do curso de medicina de uma instituição de ensino superior privada do Distrito Federal. O estudo mostrou principalmente que 50% dos estudantes utilizam fármacos para induzir o sono e 65,7% fazem uso de bebida alcoólica, além do predomínio de estudantes com baixo estresse no ciclo básico e altos níveis de estresse nos demais ciclos. Com isso, conclui-se que o curso de medicina apresenta situações estressoras comuns aos diferentes ciclos do curso, colocando o aluno em um ambiente propício para o aparecimento de fenômenos que podem interferir, direta ou indiretamente, na sua saúde mental. Verificou-se, assim, que não há diferença nos níveis de estresse, qualidade de sono, sintomas depressivos, qualidade de vida resiliência ao longo do curso, ou seja, esses fenômenos não estão associados às características peculiares de cada ciclo.

Palavras-Chave: fenômenos de saúde; estudantes de medicina; estudo comparativo.

GESTÃO DA HIGIENE MENSTRUAL ENTRE ESTUDANTES DA CAPITAL BRASILEIRA E FATORES ASSOCIADOS PARA O ABSENTEÍSMO ESCOLAR

Letícia Seabra da Costa - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
leticiaseabra2000@sempreceub.com
Juliana de Medeiros Queiroz - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
juliana.mq@sempreceub.com
Vanessa Alvarenga Pegoraro - CEUB, professora orientadora
vanessa.pegoraro@ceub.edu.br

A má gestão da menstruação, denominada “pobreza menstrual”, atinge diversas adolescentes em todo o mundo. Representa a falta de acesso a recursos e produtos adequados com manejos ineficazes da higiene menstrual necessários durante o ciclo, a ausência de infraestrutura adequada e a privação de conhecimento e informação. Objetiva-se descrever o estado atual do gerenciamento da higiene menstrual entre alunas de escolas públicas da capital brasileira. Para isso, examinou-se a associação entre conhecimento de higiene, instalações e absenteísmo escolar, durante o período menstrual. Trata-se de estudo de corte transversal, descritivo com abordagem quantitativa. O percentual de meninas que afirmam ter acesso a produtos de higiene menstrual é preponderante (somente 1,20% afirmam não ter acesso a produtos). Contudo, a frequência de 75,20% da amostra afirma não haver disponibilidade de absorvente gratuito na escola. Foi identificado que existe evidência de associação estatística significativa com o absenteísmo escolar, evidenciando p-valor <0,05 (menor que 0,05) correlacionado à moradia com o pai, ao grau escolar, às dificuldades financeiras, aos sentimentos de fragilidade e vergonha, à autoestima baixa e ao constrangimento. Conclui-se que o conhecimento das alunas sobre a pobreza menstrual é mínimo, e fatores, como falta de infraestrutura, acesso limitado a produtos de higiene e constrangimento com a menstruação, contribuem para o absenteísmo escolar.

Palavras-Chave: menstruação; educação em saúde; absenteísmo.

HIDROLIPOCLASIA ULTRASSÔNICA NÃO ASPIRATIVA NO TRATAMENTO DA GORDURA LOCALIZADA EM ABDÔMEN

Fernando Rodrigues Ferreira - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno bolsista
fernando.rferreira@sempreceub.com
Anna Carolina Marques Martins - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
anna.martins@sempreceub.com
Leticia Martins Paiva - CEUB, professora orientadora
leticia.paiva@ceub.edu.br

A hidrolipoclasia é um procedimento não cirúrgico, minimamente invasivo e amplamente voltado para a redução de gordura localizada, sendo capaz de romper as células de gordura e facilitar sua eliminação natural pelo organismo, sem a necessidade de aspiração cirúrgica, com recuperação rápida, poucos efeitos colaterais e desconfortos mínimos. Utiliza-se a combinação do ultrassom com a infusão de solução salina estéril ou água destilada na camada subcutânea. A região abdominal é uma das áreas mais comuns de tratamento pela sua relevância estética e pelas dificuldades frequentemente associadas à perda de gordura nessa área. O presente estudo tem como objetivo avaliar a eficácia da hidrolipoclasia na redução do tecido adiposo, na região abdominal, ao longo de quatro sessões consecutivas, buscando quantificar a diminuição das medidas abdominais. Trata-se de um estudo experimental, realizado entre março e maio de 2023, com 15 pacientes voluntários saudáveis, do sexo feminino e masculino. Cada participante foi submetido a quatro sessões de hidrolipoclasia com intervalos de uma semana entre elas, verificando-se as dobras cutâneas, a circunferência abdominal e o peso antes do início do tratamento e antes de cada sessão. Os participantes foram acompanhados quanto à ocorrência de qualquer efeito colateral, dor ou desconforto, durante o estudo. Além disso, não foram relatados efeitos adversos graves que pudessem comprometer a adesão ao tratamento. A diminuição observada na região abdominal indica um impacto positivo na estética e potencialmente na autoestima dos pacientes. A média foi de 3,2 centímetros de diminuição da circunferência abdominal. Dessa forma, a hidrolipoclasia ultrassônica não aspirativa apresenta-se como uma opção promissora para indivíduos que desejam reduzir a gordura abdominal sem a necessidade de intervenção cirúrgica.

Palavras-Chave: emagrecimento; lipodistrofia localizada; terapia por ultrassom.

HOMENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E RELAÇÕES FAMILIARES: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DA PERSPECTIVA DOS FAMILIARES

Bárbara Benevenutto Alves Calanzas - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
barbara.benevenutto@sempreceub.com
Gabrielle Andria Pimenta Delfino - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
gabrielle.andria@sempreceub.com
Lucas Alves Amaral - CEUB, professor orientador
lucas.amaral@ceub.edu.br

A pesquisa propõe realizar uma compreensão psicossocial da perspectiva dos familiares de homens em situação de privação de liberdade, com uma análise que considere as relações entre masculinidade hegemônica, o encarceramento e os impactos nas dinâmicas familiares que o encarceramento provoca. Foram identificados problemas concretos na vida dos familiares entrevistados, de forma a contribuir com a literatura sobre o tema, no mapeamento dos problemas, no encarceramento masculino atual, na sociedade. Por meio da metodologia qualitativa, descritiva e exploratória, com 2 entrevistas individuais, os resultados encontrados evidenciaram que as relações familiares são significativamente impactadas pelo processo de encarceramento do homem, de forma que o estigma se consolida também na vida da família, por meio do preconceito e do isolamento social. Os padrões hegemônicos de masculinidade estão intimamente relacionados com a criminalidade, a violência e a reincidência. Ademais, as condições socioeconômicas impactam significativamente o ingresso na criminalidade, a vivência familiar e a expectativa em relação ao futuro.

Palavras-Chave: cárcere; relações familiares; masculinidade hegemônica.

IDENTIFICAÇÃO DE EMOÇÕES AFLORADAS DURANTE ATIVIDADES DE SIMULAÇÃO REALÍSTICA NA PERCEPÇÃO DE DISCENTES DE MEDICINA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Ana Clara Limeira da Cruz - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
a.limeira@sempreceub.com
Renata Uchôa Alves - CEUB, professora orientadora
renata.alves@uniceub.br
Igor Guevara Loyola de Souza - Universidade do Distrito Federal, colaborador
igor.souza@undf.edu.br

A simulação realística (SR) surgiu como ferramenta importante para prática e capacitação em habilidades de semiologia, em procedimentos técnicos e em comunicação, em diversas áreas e, recentemente, coopera com a construção das práticas pedagógicas, ampliando as possibilidades de vivências dos estudantes em um ambiente seguro e almeja ganhar, cada vez mais, visibilidade na área da saúde. A SR corrobora o preconizado nas metodologias ativas, cujo discente compreende que é o sujeito principal no processo de aprendizagem, a partir do pensamento crítico e reflexivo. Cabe ressaltar que, em cursos de medicina, é fundamental ao profissional médico a formação geral, humanista, crítica, reflexiva e ética, com capacidade para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo, conforme preconiza o Conselho Nacional de Educação (2014). Nesse viés, a SR propicia a articulação teórico-prática e coopera com o processo de humanização do médico no cuidado do paciente em sua totalidade e não apenas como um corpo fragmentado. Nota-se que o cenário controlado da SR permite o desenvolvimento da capacidade individual em lidar com as próprias emoções e interagir com outros de forma pessoal e profissional, especialmente em situações de estresse intenso. As emoções desencadeadas durante o processo de aprendizagem são valiosas para a assimilação e a consolidação da memória. Novos estudos mostram que as emoções também podem contribuir na cognição. Contudo, a associação entre o aprendizado e as emoções é um fenômeno recente e não é muito analisada nas disciplinas tradicionais. Dessa forma, o presente estudo identificou a presença de emoções de bem-estar e mal-estar durante as atividades de SR, principalmente previamente às simuladas, a falta de conhecimento técnico específico e de assuntos socialmente sensíveis, como racismo, tentativa de autoextermínio, além de salientar a disparidade de emoções tanto de bem-estar quanto de mal-estar entre gêneros.

Palavras-Chave: simulação realística; educação em saúde; emoções.

IDENTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DO PERFIL DE RESISTÊNCIA BACTERIANO EM PACIENTES DE TERAPIA INTENSIVA PARA COVID-19 GRAVE NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (HUB)

Júlia Diniz Pires - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
juliadpires@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima Barbastefano - CEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br
Valéria Paes Lima - Universidade de Brasília, colaboradora
valeriapaes@yahoo.com.br

Descoberto em dezembro de 2019, o Sars-Cov-2 é o vírus causador da covid-19, doença que gerou uma pandemia de duração de aproximadamente três anos. Trata-se de um vírus da família dos coronavírus, de contaminação pelo ar, que acomete o sistema respiratório e, nos casos mais leves, leva o paciente a ter sintomas, como tosse, perda de olfato, paladar e febre. Nos casos mais graves, o paciente pode evoluir para a síndrome respiratória aguda grave (SRAG), levando, assim, à predisposição para desenvolver infecções secundárias por outros microrganismos, como bactérias. Nesses casos, as chances de piora são altas, podendo levar a óbito. As coinfecções geralmente são adquiridas no ambiente hospitalar, por bactérias oportunistas, durante o tratamento de covid-19. A sua grande maioria já apresenta alto padrão de resistência aos antibióticos, e algumas delas não aceitam nenhum dos medicamentos ofertados. A pesquisa consiste na correlação entre o quadro infeccioso pelo coronavírus e a possível piora decorrente do contato com outros microrganismos. No presente trabalho, foram analisados prontuários de pacientes internados no Hospital Universitário de Brasília, no período do primeiro semestre do ano de 2021, totalizando 169 pacientes, entre os quais 52,19% apresentaram cultura positiva para bactérias e 48,81% não apresentaram crescimento de microrganismos durante o período de internação. Foram 39 microrganismos encontrados, todos eles com algum padrão de resistência a, pelo menos, um dos 46 antibióticos ofertados.

Palavras-Chave: covid-19; coinfecção; bactérias.

IDENTIFICAÇÃO MORFOLÓGICA DE MACROFUNGOS DAS ORDENS AGARICALES, BOLETALES E POLYPORALES (AGARICOMYCETES, BASIDIOMYCOTA) NA FLORESTA NACIONAL DE BRASÍLIA (FLONA)

André Victor Frias Beserra - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
andre.frias@sempreceub.com
Stefano Salvo Aires - CEUB, professor orientador
stefano.aires@ceub.edu.br
Guilherme Anicet Fischer de Faria Mattos - CEUB, colaborador
guilherme.anicet@sempreceub.com
Augusto Delfino Ferreira - CEUB, colaborador
augusto.dferreira@sempreceub.com

Foi realizada busca e coleta de espécimes de *Agaricomycetes* na Floresta Nacional de Brasília (FLONA), situada na Rodovia BR-070, pertencente a Taguatinga, no Distrito Federal. As coletas ocorreram entre outubro de 2022 e maio de 2023 e foram divididas em três regiões, uma de Cerrado *sensu stritcto*, uma de mata ripária e uma área degradada coberta de pinus, todas na região próxima ao Córrego das Pedras. A identificação morfológica da espécie seguiu as usuais de identificação de *Agaricomycetes*, analisando características macroscópicas e microscópicas. Foram registradas as ordens *Agaricales*, *Polyporales* e *Boletales*, dentro das quais foram identificadas as seguintes famílias: *Polyporaceae*, *Pleurotaceae*, *Entolomataceae*, *Sclerodermataceae*, *Hygrophoraceae*, *Schizophyllaceae*, *Bolbitiaceae* e *Mycenacea*. Os gêneros e as espécies identificados no trabalho foram *Pleurotus djamor*, *Rhodocybe mellea*, *Bolbitius reticularus*, *Hygrocybe* sp. 1, *Schizophyllum commune*, *Mycena* sp. 1, *Scleroderma citrinum*, *Trametes sanguineus*, *Lentinus crinitus*, *Megasporia* sp. 1 e *Fomitopsis* sp. 1. Houve cinco espécies de *Agaricales* e duas de *Popyporales* não identificadas na pesquisa, ficando em aberto para identificação e estudos futuros. A região que maior apresentou espécies foi a de mata ripária, ao contrário do Cerrado *sensu stricto*, que é a região mais seca das três estudadas e é onde há a menor quantidade de espécies diferentes. A região degradada destacou espécies de boletos que realizam micorriza com pinheiros, pela grande quantidade dessas árvores na região. A maioria das espécies foram encontradas durante o período de chuvas na região, tendo grande escassez na época da seca. Estudos posteriores são necessários para a realização da identificação dos espécimes restantes, além de abranger a maior região de pesquisa para definir a real diversidade e a riqueza de espécies no Cerrado, região ainda incipiente nos estudos de *Agaricomycetes*.

Palavras-Chave: *agaricomycetes*; identificação; cerrado.

IMPACTO DA INTENSIDADE, DO VOLUME E DA FREQUÊNCIA SEMANAL DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS NOS NÍVEIS DE ESTRESSE, DEPRESSÃO, PENSAMENTOS SUICIDAS E QUALIDADE DE VIDA DE ADULTOS

Isabel Pinto Ferreira de Miranda - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
isabel.miranda@sempreceub.com
Filipe Dinato de Lima - CEUB, professor orientador
filipe.dinato@ceub.edu.br

Milhões de pessoas sofrem no mundo, por desordens de saúde mental. A Organização Mundial da Saúde revela que, em 2020, a prevalência global de ansiedade e depressão aumentou em 25%. Fatores, como sexo, idade, conflitos, traumas pessoais, doenças físicas, ambiente familiar e social, determinam a prevalência e a manifestação das questões de perturbações da saúde mental. Levando em consideração que a atividade física pode contribuir para a saúde mental do indivíduo, o gerenciamento dos níveis de estresse e a melhoria da qualidade de vida, o presente estudo busca investigar e compreender o impacto e a relação da frequência, do volume e da intensidade da prática de exercício físico na saúde mental de adultos, bem como elaborar uma recomendação quanto a esses fatores para a prevenção e o cuidado de desordens de saúde mental. Para isso, 141 voluntários, com idade entre 18 e 65 anos, participaram da pesquisa, ao responder a um questionário com perguntas acerca da prática de atividade física, nos últimos 3 meses, da qualidade de vida, da presença de ideação suicida, do estado de estresse, além de perguntas a respeito das características gerais do indivíduo. Houve resultados significativos ($p < 0,05$) nos aspectos da qualidade de vida relacionados aos domínios físicos, entre as diferentes frequências, volumes e intensidades da prática de exercícios físicos, apontando para uma relação de dose-resposta entre o exercício físico e as valências físicas da qualidade de vida. Por sua vez, ainda que não significativos, ao considerarmos o bem-estar mental e emocional, os resultados demonstram que a prática de exercício físico em mais de 5 dias por semana, acima de 60 minutos por sessão ou em intensidade alta não produz maiores benefícios que a prática de exercícios entre 3 e 4 dias por semana, até 59 minutos por sessão e em intensidade moderada. Assim, visando ao cuidado com a saúde mental, recomenda-se a prática de exercício físico de 3 a 4 dias por semana, em sessões de até 59 minutos, com intensidade moderada.

Palavras-Chave: exercício físico; saúde mental; qualidade de vida.

IMPACTO DO PERFIL ACADÊMICO E BIOSSOCIAL E FENÔMENOS DE SAÚDE NA QUALIDADE DE VIDA DE ACADÊMICOS DE MEDICINA

Bruno Ribeiro Leite Jardim Cavalcante - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno bolsista
bruno.rcavalcante@sempreceub.com
Eduardo Felipe Nacul - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno voluntário
eduardo.nacul@sempreceub.com
Rodrigo Marques da Silva - CEUB, professor orientador
rodrigo.msilva@ceub.edu.br

A graduação de medicina apresenta características peculiares que podem atingir a saúde mental e física do aluno, levando-o ao estresse, à baixa qualidade de sono, aos sintomas depressivos com impacto direto ou indireto sobre a qualidade de vida. Sendo assim, é importante que se compreenda quais os fatores acadêmicos e biossociais e que fenômenos de saúde estão associados à qualidade de vida dos alunos para medidas efetivas de manejo e prevenção. Por isso, analisou-se o impacto do perfil acadêmico e biossocial e os fenômenos de saúde (estresse, sintomas depressivos e qualidade do sono) sobre a qualidade de vida de acadêmicos de medicina, em uma instituição privada de ensino. Trata-se de uma pesquisa transversal, analítica e de abordagem quantitativa, cuja coleta de dados ocorreu por meio de instrumentos de validade, entre novembro e dezembro de 2022, junto a discentes do curso de medicina de uma instituição de ensino superior privada do Distrito Federal. Verificou-se que maiores níveis de estresse e escores mais altos de sintomas depressivos implicam menor qualidade de vida. Ademais, não realizar atividades de lazer, possuir uma despesa mensal mais alta (> 10 salários-mínimos), utilizar fármacos ou substâncias para inibir o sono e fazer uso de bebidas alcoólicas resulta em menor qualidade de vida entre os discentes. Todavia, ter maior duração do sono diário e não utilizar fármacos para dormir resulta em maior qualidade de vida. Conclui-se que algumas características acadêmicas e sociodemográficas da formação em medicina, bem como os níveis de estresse e sintomas depressivos impactam, positiva ou negativamente, a qualidade de vida dos acadêmicos.

Palavras-Chave: estudantes de medicina; qualidade de vida; fenômenos de saúde.

INCLUSÃO DE PACIENTES PADRONIZADOS (ATORES) EM ATIVIDADES DE SIMULAÇÃO REALÍSTICA, JÁ UTILIZADAS NA GRADUAÇÃO DE MEDICINA, NA PERSPECTIVA DOCENTE

Ana Clara Costa Vieira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
cvaninha10@sempreceub.com
Miriã Maria Vitoriano Moreira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
miria.moreira@sempreceub.com
Renata Uchôa Alves - CEUB, professora orientadora
renata.alves@uniceub.br
Igor Guevara Loyola de Souza - Universidade do Distrito Federal, colaborador
igor.souza@undf.edu.br

Com a progressão das tecnologias e do ensino superior em saúde, a graduação médica passou por notável evolução, abandonando a abordagem tradicional centrada no professor, para abranger um modelo que coloca o aluno como sujeito do seu processo de aprendizado. Para isso, é essencial que os estudantes participem ativamente nas atividades propostas, uma vez que a escuta de aulas expositivas já não é suficiente para empoderar o aluno no seu desenvolvimento formativo. No campo da medicina, a simulação realística (SR) destaca-se como um avanço significativo no aprimoramento do ensino médico, com uma abordagem pedagógica capaz de englobar diversos recursos: pacientes simulados (pessoas treinadas para executar um papel previamente determinado), simuladores de diversas complexidades, além de *softwares* interativos e estrutura de replicação de cenários de atendimento à saúde. Nesse sentido a SR desempenha um papel crucial na formação médica, oferecendo abordagem prática e envolvente, para solidificar conceitos teóricos, uma vez que cria ambientes semelhantes à prática, permitindo que os alunos vivenciem situações semelhantes à vida real em ambiente seguro e controlado. A integração de pacientes padronizados em simulação realística destaca-se como uma estratégia altamente eficaz, proporcionando experiências próximas à realidade e respondendo à necessidade ética de proteger os pacientes em processos de ensino e aprendizagem. Contudo, há de considerar-se o objetivo da prática na escolha ou não da utilização destes recursos, que envolvem estrutura, planejamento e investimentos financeiros. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância da presença dos atores na perspectiva dos docentes, em protocolos de experimento (PE) de SR já aplicados em aulas de medicina e elencar as temáticas nas quais os atores são essenciais. Para tanto, 258 PE de SR foram avaliados, e 41 não solicitavam pacientes padronizados, mas encaixavam-se na definição de simulação de “alta complexidade”, o que demanda contextualização, reflexão, além das habilidades psicomotoras já obtidas. Assim, 5 docentes com experiência em SR foram entrevistados, e os resultados obtidos em análise descritiva foram organizados em

classes: paciente padronizado (ator profissional) não necessário; necessidade de paciente padronizado (ator profissional) e simuladores; paciente padronizado (ator profissional) necessário; paciente padronizado simulador e áudio do docente; paciente padronizado (ator profissional) enriquecedor, mas essencial. Alguns PE carecem mais de simuladores que de atores, para replicar os sinais do exame físico, como é o caso da aula de complicações mecânicas do infarto do miocárdio, evoluindo para choque cardiogênico. A presença do ator é indispensável para promover alguns objetivos, como no caso de aulas de pediatria e psiquiatria, em que grande parte dos protocolos graves visam treinar a comunicação de notícias difíceis.

Palavras-Chave: simulação realística; pacientes padronizados; metodologia ativa.

INFLUÊNCIA DAS CRENÇAS CONSPIRATÓRIAS E DAS FAKE NEWS NAS ATITUDES PERANTE A EDUCAÇÃO SEXUAL

Lorena Gonçalves Rodrigues - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
lorena.goncalves@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto - CEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

Temáticas em educação sexual são envoltas pela desinformação, e, diante da necessidade do sujeito de dar sentido e significado aos acontecimentos, são disseminados fatos de cunho duvidoso, acerca de temas, como sexualidade e gênero, acarretando, dessa maneira, o fortalecimento de estereótipos, tabus e notícias falsas que acentuam teorias conspiratórias. Desse modo, o presente estudo tem como objetivo investigar a influência das crenças conspiratórias e das *fake news* nas atitudes, perante a educação sexual. A amostra contou com 156 participantes, que responderam a um questionário com itens referentes aos dados sociodemográficos, às atitudes diante da educação sexual, à Escala de Crenças Gerais Conspiratórias (ECGC) e, por último, às *fake news* sobre temáticas ligadas à sexualidade, durante o período eleitoral. Os resultados mostraram que, quando analisadas simultaneamente as variáveis, por meio de um modelo de regressão linear múltipla, verifica-se que apenas o posicionamento político se configura como uma variável relevante para a compreensão das atitudes diante da educação sexual. Desse modo, conclui-se que, quanto mais à direita, um sujeito se posiciona politicamente, mais negativa são as atitudes perante a educação sexual. A presente pesquisa apresenta algumas limitações em relação à amostra, já que a maioria dos participantes se identificou como sendo do sexo feminino, posicionados politicamente à esquerda e com média de trinta anos. Desse modo, recomenda-se que, em pesquisas futuras, será necessário obter uma diversidade maior de participantes. O presente estudo contribuiu para o entendimento da influência das *fake news* e das crenças conspiratórias na forma como os indivíduos aderem à educação sexual. A sexualidade, seus estereótipos e outros são fatores conflitantes na vida dos indivíduos. Dessa maneira, a educação sexual faz-se necessária de maneira tanto formal, nas escolas, quanto informal, em ambientes do convívio diário, para que ocorra a melhor compreensão dessas temáticas.

Palavras-Chave: educação sexual; crenças conspiratórias; *fake news*.

INVESTIGAÇÃO DA MICROBIOTA E DA SENSIBILIDADE ANTIBIÓTICA A INFECÇÕES EM PACIENTES COM COVID-19 EM UMA UTI DO DISTRITO FEDERAL

Ana Beatriz Dourado Gomes - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
ana.bg@sempreceub.com
Paulo Henrique Takatsu de Oliveira - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno voluntário
takatsu.paulo@sempreceub.com
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado - CEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

A infecção pelo SARS-CoV-2, responsável pela pandemia da covid-19, provocou elevado número de hospitalizações, gerando um impacto substancial no sistema de saúde. A sobrecarga foi relacionada ao manejo clínico e ao uso de antimicrobianos em pacientes internados em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), por insuficiência respiratória grave. O projeto visou investigar o perfil de sensibilidade antibiótica e os microrganismos causadores de infecções em pacientes com covid-19 na UTI, em um Hospital público do DF. Trata-se de uma proposta de estudo transversal, descritivo, de caráter retrospectivo com pacientes acometidos por covid-19, internados na UTI do Hospital Regional da Asa Norte da Secretaria de Estado de Saúde do DF. A coleta de dados compreendeu o período de janeiro a dezembro de 2021 e foi realizada com revisão do banco de dados do Núcleo de Controle de Infecção Hospitalar. Foram incluídos pacientes admitidos na UTI do HRAN, com diagnóstico de covid-19 confirmado pelo exame de RT-PCR, associado a exame microbiológico positivo para a presença de microrganismo e respectivo teste de sensibilidade antibiótica encontrados nos materiais biológicos. A amostra foi composta por 62 pacientes estratificados em alta (27/43, 55%) e óbito (35/56, 45%). O estudo revelou a mediana etária de 53,5 anos, a prevalência do sexo feminino em ambos os grupos e o tempo de internação de 31 dias para o desfecho clínico de alta e 19 dias para aqueles que evoluíram para óbito. As principais comorbidades encontradas foram obesidade, HAS e DM, e ressaltou-se a alta prevalência de lesão renal aguda, tanto no grupo de alta quanto no de óbitos. A topografia mais acometida por infecções foram pulmão, trato urinário e sangue. Testes microbiológicos apontaram a *Klebsiella pneumoniae* como a principal bactéria causadora de infecções (55/35, 94% das culturas positivas). Entre os fungos, ressalta- se a *Candida albicans* (18/11, 76% das culturas positivas). A multirresistência bacteriana foi documentada em 62,09% dos microrganismos causadores de infecção, sendo os principais: a *Klebsiella* spp, o *Acinetobacter* spp. e a *Pseudomonas aeruginosa*. Espera-se poder colaborar com a discussão científica sobre a importância da prescrição e da administração de terapia antimicrobiana dirigida e mais assertiva, permitindo melhor manejo e prognóstico dos pacientes.

Palavras-Chave: covid-19; UTI; sensibilidade antibiótica.

INVESTIGAÇÃO DE LESÕES POR PRESSÃO EM PACIENTES INTERNADOS EM UM HOSPITAL PÚBLICO DE BRASÍLIA

Laura Elena Binder - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
laura.binder@sempreceub.com
Beatriz Castello Branco Liotto - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
beatriz.liotto@sempreceub.com
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado - CEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

Lesões por pressão (LPP) representam um dos eventos adversos assistenciais mais frequentes, de modo a causar desconforto e dor ao paciente, bem como aumentar a morbimortalidade do quadro inicial e o risco de infecções hospitalares. A segurança do paciente é um elemento essencial à qualidade do cuidado. Para tanto, devem ser seguidas as formas de evitar o desenvolvimento dessas lesões. O objetivo deste trabalho é investigar a ocorrência de lesões por pressão em pacientes internados em um hospital público de Brasília. O método empregado é o estudo transversal, retrospectivo, realizado no Hospital Regional da Asa Norte da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. A coleta de dados compreendeu o período de janeiro a dezembro de 2021 e foi realizada mediante exploração do banco de dados do núcleo de segurança do paciente e por busca ativa em prontuários eletrônicos. Foi investigado o perfil dos pacientes vítimas de lesões por pressão, com as variáveis de idade, sexo, diagnóstico na admissão, unidade de internação, tempo de internação, mobilidade do paciente, realização de mudança de decúbito, região anatômica e grau tecidual das lesões. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa. Os resultados mostram que a incidência de lesão por pressão foi de 11,79%. O total de lesões encontradas no período foi 288, e o total de pacientes acometidos foi 154, sendo 59,1% masculinos e 40,9% femininos. A idade média dos pacientes foi 58, 71±18, 45 anos, e a média do período de internação foi 46, 16±53, 65 dias. Os setores onde houve mais registro de ocorrência de LPP foram: Unidade de Terapia Intensiva (62,99%), Unidade de Internação de Clínica Médica (12,99%) e Unidade de Internação de Cirurgia Plástica (12,34%). O diagnóstico de admissão prevalente foi covid-19 (51,95%), seguido de outras doenças respiratórias (20,13%). Os fatores de risco mais frequentemente encontrados foram: restrição de mobilidade (88,31%), terapia enteral e parenteral (87,66%), desnutrição (52,60%), hipertensão arterial (46,75%), anemia (37,66%) e obesidade (27,27%). A medida preventiva de mudança de decúbito foi prescrita à quase totalidade dos pacientes (94,16%) e realizada em 128 (83,12%). A quantidade de 1 LPP por paciente foi prevalecente, sendo os principais locais anatômicos de acometimento a região sacrococcígea (34,03%), o calcâneo (13,89%) e o glúteo (7,99%). Por fim, o grau tecidual indicou prevalência de lesões em estágio 2. A presente

pesquisa elucida aspectos importantes envolvidos na ocorrência das LPP e pode colaborar com a equipe de assistência e com a comunidade científica e acadêmica na discussão dos caminhos para a redução de ocorrência dessas lesões que impactam o tratamento, a recuperação e o prognóstico dos pacientes.

Palavras-Chave: lesões por pressão; segurança do paciente; eventos adversos.

INVESTIGAÇÃO DE PIOLHOS DE CORPO (*PEDICULUS HUMANUS CORPORIS*) INFESTANDO INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE RUA DO DISTRITO FEDERAL: UMA ABORDAGEM NA SAÚDE ÚNICA

Bruna Milem de Almeida Melo - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
bruna.milem@sempreceub.br
Thayná Aires Hernandes Gomes - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
thayna.hernandes@sempreceub.br
Lucas Edel Donato - CEUB, professor orientador
lucas.donato@ceub.edu.br
Alexander Biondo - Universidade Federal do Paraná, colaborador
alexander.biondo@ufpr.gov.br

Observa-se nas últimas décadas o crescente aumento da população em situação de rua. Torna-se, então, preocupante o impacto desta condição à saúde pública, tendo em vista que indivíduos em vulnerabilidade possuem pouco acesso à higiene básica, sendo precário seu estado de saúde. Com a dificuldade de higiene e a superlotação dos locais que frequentam, é facilitada a transmissão de ectoparasitas e possíveis vetores patogênicos, propiciando, então, maiores riscos à saúde dessa população. Este estudo tem por objetivo investigar a incidência de *Pediculus humanus Var. corporis* conhecido como piolho de corpo ou "muquirana" no Distrito Federal. Mediante abordagens realizadas em conjunto com a equipe do Consultório na Rua (CnaR), em campo, na região de Taguatinga e Gama, foi realizada a aplicação de questionário após a assinatura do TCLE, termo de consentimento livre, mediante o qual os participantes foram entrevistados a respeito de questões sociodemográficas, rotinas, hábitos de higiene e conhecimentos acerca do muquirana. Para que fosse realizada a análise das vestimentas, onde o piolho de corpo se localiza, foram solicitadas aos entrevistados suas vestimentas usadas no momento da abordagem para que fossem levadas ao laboratório e, assim, concluir a análise. Em troca, foram ofertadas novas vestimentas limpas e *kits* de higiene. As amostras coletadas foram encaminhadas para a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular da Universidade Federal do Paraná (PGBIOCELL-UFPR). Foram obtidas ao longo da pesquisa 60 amostras, em que 59 foram negativas e 1 positiva, sendo o primeiro caso de *Pediculus humanus Var. corporis* registrado no Distrito Federal. Para tanto, foram feitas sete visitas isoladas, abordando apenas duas cidades-satélites pequenas do DF. Isso demonstra que a dedicação à realização de pesquisas a respeito de investigação do piolho de corpo é essencial, pois, nesta pesquisa, apesar de poucas amostras, houve uma positiva. O piolho de corpo é um ectoparasita com capacidade de causar doenças infecciosas emergentes e potencialmente fatais, pelas bactérias das espécies *Rickettsia prowazekii*, *Bartonella*

quintana e Borrelia recurrentis, além de doenças secundárias acarretadas pela infestação desse vetor, ressaltando, por fim, a importância de políticas públicas e de ações sociais voltadas a essa população, a fim de auxiliá-la a manter boa higiene e saúde. Este estudo é realizado em pesquisa de campo, em conjunto com o CnaR (Consultório na Rua), com equipes de Taguatinga e Gama, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), com o Centro Universitário de Brasília (CEUB) e com o Programa de Pós-graduação em Biologia Celular e Molecular da Universidade Federal do Paraná (PGBIOCELL-UFPR).

Palavras-Chave: piolho; saúde única; parasito.

INVESTIGAÇÃO SOBRE A SUBJETIVIDADE DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA PERANTE AS VIOLÊNCIAS VIVIDAS: UM ESPAÇO DE FALA

Ana Clara Galvão Dávila de Araújo - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
ana.araujo@sempreceub.com
Leonardo Cavalcante de Araújo Mello - CEUB, professor orientador
leonardo.mello@ceub.edu.br

A presente pesquisa tem como foco os processos de subjetivação e invenção do cotidiano,
produzidos por mulheres em situação de rua e tem como princípio as narrativas construídas a partir do viver dessas mulheres, ex-moradoras ou residentes de rua. Assim, busca-se ampliar o lugar de fala sobre o dia a dia de enfrentamento às desigualdades, a luta de gênero e as garantias dos direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade social severa. Este projeto tem por objetivo geral compreender a vivência de mulheres em situação de rua e os devidos apetrechos políticos públicos que a permeiam. Os objetivos específicos são desenvolver a confecção de um espaço de fala legítimo; expor o cenário brasileiro atual de violências e acolhimentos a esta população; compreender a subjetividade das locutoras entre significante e significado que comunica suas vivências. Defende-se a ideia de que o viver nas ruas é permeado por inúmeras violências, crises, mas que a resistência às necropolíticas aplicadas necessitaria, por sua vez, de uma visão criativa, potente e legítima, para continuar a sobrevivência e o viver. As bases teóricas caracterizam a violência de gênero, o cenário e a breve história das pessoas em situação de rua (PSR), além de reflexões sobre as mentiras de subjetivação perante as violências do sistema. Metodologicamente, empregaram-se três entrevistas semiestruturadas, cuja verificação utilizou a análise de conteúdo de Bardin (1977). Os eixos de análise são: a “caracterização das participantes”, para que o leitor compreenda o contexto de vida dessas mulheres e o que ocasionou sua estada nas ruas; os “fatores de risco para a população das ruas”, que buscam abordar os fatores negativos compartilhados por elas por meio das falas, diante do seu contexto; os “fatores protetivos pela assistência pública”, que pontuam algumas estruturas entendidas como benéficas para essas mulheres diante das inúmeras violências sofridas; “a subjetividade perante as ruas”, em que se busca analisar concepções ideológicas presentes nos discursos e suas contribuições para a saúde mental dessas mulheres.

Palavras-Chave: mulheres em situação de rua; violência; psicologia social.

LEVANTAMENTO DE ESPÉCIES E ANÁLISE GENITAL DE LONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

Guilherme Kolarik de Sousa - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
guilherme.ksousa@sempreceub.com
Fabricio Escarlate-Tavares - CEUB, professor orientador
fabricio.tavares@ceub.edu.br

O gênero Lonomia (Walker, 1855) é notável pela toxina de relevância médica de seus imaturos e pela difícil identificação de espécies em campo. Foram contabilizadas três das quatro espécies ocorrentes na região do Distrito Federal, e fez-se o registro de suas genitálias, cuja morfologia foi usada para sua identificação. O estudo confirma a identificação por análise genital da espécie *Lonomia parobliqua*, a identificação por morfologia externa de *L. maranhensis* e *L. obliqua* e demonstra a presença de possível quinta espécie não identificada. O trabalho também conta com notas complementares em relação ao manejo dos animais em cativeiro e à sua morfologia externa, ao longo do estágio larval.

Palavras-Chave: taturana; cerrado; morfologia.

LIXO ZERO – ESTUDO DE CASO: ESTRUTURAÇÃO DA COLETA SELETIVA E DOS ORGÂNICOS NO CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA, CAMPUS DA ASA NORTE

Isabella Ribeiro de Oliveira Silva - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluna bolsista
isabella.ribeiro@sempreceub.com
Eliete de Pinho Araújo - CEUB, professor orientador
eliete.araujo@ceub.edu.br

A problemática dos resíduos sólidos é debatida cada vez mais, por conta dos diversos impactos negativos causados ao meio ambiente, principalmente na sociedade atual, marcada pelo consumismo e pelo desperdício, que influenciam o aumento da produção dos resíduos. Apenas em 2010, foi aprovada a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e estabelece a educação ambiental como um instrumento fundamental para que se tenha sucesso no propósito de mudar a cultura, em relação à destinação dos resíduos, além da preocupação com a melhoria na qualidade de vida dos seres humanos, a manutenção da vida no planeta e a sobrevivência do ecossistema. Nesse contexto, a presente pesquisa visa discutir a importância da conscientização acerca do descarte correto dos resíduos, utilizando como exemplo o CEUB, uma Instituição de ensino superior na capital, levando em consideração a filosofia Lixo Zero, que visa mudar o estilo de vida das pessoas e suas práticas, direcionando-se a um caminho mais sustentável, no qual todo material descartado foi planejado para retornar como recurso para outros usos. Para isso, ao final da pesquisa, foi realizada uma proposta de projeto de reestruturação para o abrigo de resíduos da universidade, a fim de contribuir com a gestão de resíduos sólidos no CEUB. Assim, é necessário que haja o engajamento de todos os envolvidos da instituição, alunos, professores, funcionários e visitantes, para que deem a destinação adequada aos rejeitos produzidos no *campus*, fazendo que o resíduo seja encaminhado para continuar seu ciclo de vida, sem tornar-se lixo. O que, para muitos, é um rejeito, um material descartável, para outros, pode significar sobrevivência. Os resíduos que retornam ao ciclo produtivo podem gerar emprego, renda, além de impactar positivamente o meio ambiente

Palavras-Chave: resíduos sólidos; lixo zero; abrigo de resíduos.

LULA E BOLSONARO: PRESENÇA NAS CAPAS DOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO, O GLOBO, O ESTADO DE S. PAULO E VALOR ECONÔMICO NAS ELEIÇÕES DE 2022

Monique Magalhães de Oliveira del Rosso Soares - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
moniquedelrosso@gmail.com
Vivaldo Reinalto de Sousa - CEUB, professor orientador
vivaldo.sousa@ceub.edu.br

As eleições presidenciais de 2022 foram uma das mais importantes na história do Brasil. A mídia desempenhou um papel fundamental na formação da opinião pública e na disseminação de informações sobre os candidatos. A pesquisa analisa a cobertura midiática das eleições presidenciais de 2022 no Brasil, com foco nas capas dos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Valor Econômico*. Com o avanço das redes sociais e da internet, os jornais impressos têm enfrentado desafios e redução na circulação. No entanto, ainda desempenham relevância na cobertura política. A pesquisa classificou os conteúdos relacionados aos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Messias Bolsonaro (PL) à Presidência da República nas primeiras páginas dos jornais, em categorias, como manchetes, reportagens, colunistas e artigos, pesquisas eleitorais e uso de fotos e infográficos.

Palavras-Chave: eleições presidenciais de 2022; disputa entre Lula e Bolsonaro; primeira página.

MANUAL ORIENTATIVO PARA IMPLANTAÇÃO DE REASSENTAMENTOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO DISTRITO FEDERAL: INTEGRAÇÃO ENTRE OS ASPECTOS TÉCNICO E SOCIAL

Ana Beatriz Tavares Gwyer de Azevedo - CEUB, PIC Parceiros- Instituto Avaliação/FAP, aluna bolsista
anabeatrizgwyer@sempreceub.com
Ludmila de Araújo Correia - CEUB, professora orientadora
ludmila.correia@ceub.edu.br

A pesquisa tem como objetivo principal facilitar a aplicação de diretrizes de desenho urbano em reassentamentos de grupos em situação de vulnerabilidade socioambiental, tornando-a acessível tanto a profissionais que atuam na assessoria técnico-social quanto ao público em geral. Foram estudadas e sistematizadas diretrizes organizadas em um manual orientativo diagramado da forma mais acessível possível para que pessoas com diversos níveis de conhecimento possam compreender o que está sendo proposto. Ademais, pretende-se contribuir para a qualificação das etapas de projeto urbano, em processos de reassentamentos.

Palavras-Chave: manual orientativo; assessoria técnico-social; realocação de grupos em situação de vulnerabilidade socioambiental.

MAPEAMENTO COLABORATIVO SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL: BENS NATURAIS E CULTURAIS DO DISTRITO FEDERAL

Natália Helen Araújo de Sousa - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
natalia.helen@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães - CEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

A pesquisa em questão enfoca o estudo sobre o Distrito Federal, analisando a identificação e o mapeamento de bens culturais e naturais encontrados nas trinta e três regiões administrativas (RA) que o compõem. O objetivo principal é criar uma ferramenta ligada a iniciativas de educação patrimonial e ambiental, destinada a promover a divulgação dos elementos culturais e naturais significativos desse espaço em particular. No que se refere à estratégia metodológica adotada para alcançar tal propósito, é relevante destacar que o processo de mapeamento foi construído com base em seleções de bens realizadas pelo pesquisador, supervisionado pelo professor orientador. Além disso, a opinião pública desempenhou um papel fundamental nessa pesquisa, mediante um questionário misto, distribuído online para residentes e visitantes do Distrito Federal. As respostas obtidas a partir dessas fontes foram, então, utilizadas para criar representações gráficas variadas, desenvolvidas por diferentes técnicas. Ainda que não tenha sido viável abranger todos os bens culturais e naturais presentes nas trinta e três regiões administrativas do Distrito Federal, o estudo conseguiu englobar mais de vinte delas, que foram representadas graficamente, por meio da seleção de bens feita tanto pelo pesquisador quanto pelo público consultado, contribuindo, assim, para um processo de compartilhamento de conhecimento e afeto relacionados a esses elementos. Os resultados da pesquisa são benéficos não só para a compreensão ampla dos bens culturais e naturais do Distrito Federal, como também para a exploração de diversas técnicas gráficas utilizadas para sua representação. Esse esforço conjunto visa não apenas à valorização desses elementos, mas também à promoção de sua divulgação de maneira mais efetiva.

Palavras-Chave: Distrito Federal; bens culturais; educação patrimonial.

MARCOS LEGAIS DO ATENDIMENTO HABITACIONAL ÀS VÍTIMAS DE DESASTRE NO BRASIL

Sofia Pinheiro Soares - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
sofia.soares@sempreceub.com
Sabrina Durigon Marques - CEUB, professora orientadora
sabrina.marques@ceub.edu.br

A pesquisa trata dos desastres naturais e de seus impactos na política habitacional, com foco em casos ocorridos no Brasil. Analisa a legislação e as medidas implementadas em resposta a desastres, como o rompimento de barragens em Mariana, Brumadinho, além das enchentes no sul da Bahia. Explora a criação de forças-tarefa, decretos e medidas provisórias para avaliar danos, prevenir tragédias, fornecer assistência emergencial e promover a recuperação socioeconômica e ambiental. Destaca projetos de lei relacionados, como seguro obrigatório de danos, auxílio à aquisição e à reconstrução de imóveis, proteção a populações atingidas por barragens e repasses de recursos para a recuperação de áreas atingidas. Por meio da análise legislativa, é possível observar o atendimento habitacional que foi prestado às vítimas dos eventos examinados, caracterizado como medidas emergenciais em sua maioria, em razão de diversas lacunas no planejamento preventivo dos impactos de desastres. Mediante a ausência de infraestrutura e a incapacidade dos municípios para lidar com situações de desastre, a população enfrenta consequências devastadoras que afetam negativamente áreas, como a economia, o sistema de saúde e a preservação da vida. O artigo reflete a preocupação legislativa em mitigar impactos, garantir os direitos das vítimas e fortalecer a política habitacional diante de desastres naturais no Brasil.

Palavras-Chave: desastres ambientais; direito à moradia; Brumadinho.

MICROSSIMULAÇÃO DE TRÁFEGO DA INTERSEÇÃO PROPOSTA PARA A RODOVIA DF-011 E A AVENIDA DE ACESSO À QMSW 5 NO SUDOESTE, NO ÂMBITO DO PROJETO DO CORREDOR DE ÔNIBUS – EIXO OESTE

Guilherme Emerick Gomes - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
guilherme.emerick@sempreceub.com
Luango Augusto Feitosa Ahualli - CEUB, professor orientador
luangoaugusto@gmail.com

O trabalho aborda o crescimento populacional e os desafios de mobilidade enfrentados em Brasília, especialmente na Estrada Parque Indústrias Gráficas (EPIG). O aumento da população resultou em congestionamentos frequentes, impactando a qualidade de vida e o meio ambiente. Para lidar com esses problemas, o Governo do Distrito Federal propôs o corredor de ônibus - Eixo Oeste, visando melhorar a mobilidade pelo transporte público. A microssimulação, utilizando o *software* PTV Vissim, é apresentada como uma ferramenta essencial para analisar e resolver questões de tráfego. O *software* reproduz padrões, permitindo avaliar estratégias de manejo e prever resultados de intervenções viárias. A calibração do modelo é crucial, e o teste GEH é destacado como método para comparar o tráfego modelado com o real. O método proposto no trabalho envolve a coleta e a análise de dados de tráfego, a construção de um modelo de microssimulação no PTV Vissim, a simulação dos cenários atuais e futuros da interseção na EPIG, a calibração do modelo e a avaliação dos resultados. A análise é apresentada como um processo iterativo, ajustando parâmetros até que os resultados da simulação se alinhem com os dados reais. Os resultados e as discussões centram-se na avaliação dos cenários atuais e propostos da interseção. Utilizando os testes de GEH, a eficácia das intervenções propostas é examinada. As considerações finais resumem os principais achados, destacando que as intervenções propostas podem melhorar a mobilidade, mas os desafios persistem, abrindo caminho para pesquisas futuras. O trabalho conclui que a microssimulação de tráfego é uma abordagem crucial para a análise e a resolução de problemas viários. A calibração do modelo e a avaliação dos resultados são etapas essenciais para obter conclusões confiáveis. O método proposto pode contribuir para a tomada de decisões informadas em projetos de mobilidade urbana, considerando o equilíbrio entre intervenções viárias e demanda crescente.

Palavras-Chave: mobilidade urbana; microssimulação de tráfego; Brasília.

MORADIA NO SETOR COMERCIAL SUL: LIMITES E POSSIBILIDADES A PARTIR DA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO

Marina dos Santos Braga - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluna bolsista
marinabraga@sempreceub.com
Sabrina Durigon Marques - CEUB, professora orientadora
sabrina.marques@ceub.edu.br

O Setor Comercial Sul (SCS) de Brasília tem sido historicamente um ponto focal de debates em relação à sua revitalização. Com a progressiva diminuição das atividades comerciais e a preocupante taxa de desocupação, já desde 1987, Lúcio Costa sinalizava, em "Brasília revisitada", a necessidade de ressignificar o espaço, almejando um ambiente mais densamente ocupado e favorável a interações sociais. Em uma tentativa de resposta a essas preocupações, o governo, em 2020, apresentou a proposta de reconceituar o SCS como uma área de uso misto, alocando 30% de seu espaço para moradias, por meio do projeto *Viva Centro!*. Entretanto, essa proposta enfrenta resistências emanadas tanto do setor público quanto da população. Um dos pontos mais contenciosos é se o tombamento do conjunto urbanístico de Brasília restringiria modificações no uso e na destinação do imóvel. Em meio a essa complexidade, este relatório busca discernir a possível dicotomia entre as leis vigentes e as demandas populacionais, ressaltando a imperatividade de reavaliar a legislação, para tornar factível a proposta. As investigações levaram à identificação da legislação pertinente e ao entendimento das demandas de diferentes camadas sociais. Conclui-se que a redestinação do SCS, integrando habitações de interesse social, emerge como uma solução promissora, para mitigar o déficit habitacional e ofertar moradia digna à população de baixa renda. Com o respaldo de um arcabouço legal apropriado, essa medida tem o potencial de remodelar o tecido urbano, fomentando inclusão social e elevando a qualidade de vida dos habitantes locais. Os achados indicam a viabilidade dessa transformação. É imperativo salientar que a disponibilização de unidades habitacionais no SCS, ao considerar aspectos, como simplificação legislativa e tombamento, está em consonância com a legislação e pode ser operacionalizada por meio de processos legislativos criteriosos. A propositura de habitações no SCS visa justamente abordar a carência habitacional no Distrito Federal, favorecendo segmentos da população que, ao longo da história, foram marginalizados do centro urbano.

Palavras-Chave: Setor Comercial Sul; moradia social; conjunto urbanístico de Brasília.

NUTRIR-SE NA COMUNIDADE SURDA: EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PELA LÍNGUA DE SINAIS

Larissa Soares de Mendonça - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
larissa.soaresm@sempreceub.com
Gabriel Teles da Cruz Mendes - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno voluntário
gabriel.telesm@sempreceub.com
Dayanne da Costa Maynard - CEUB, professora orientadora
dayanne.maynard@ceub.edu.br

Os surdos enfrentam inúmeras barreiras para acessar diversos serviços de saúde, em especial os relacionados à alimentação, por ser uma minoria linguística com informações limitadas na língua de sinais. Quando se trata de pessoas surdas, sabe-se que elas sempre estiveram à margem da sociedade, sendo negligenciadas por profissionais de saúde e pela sociedade. Por haver poucos profissionais que tenham conhecimento da língua brasileira de sinais (LIBRAS), muitos surdos precisam de um acompanhante para ir a consultas, e nem sempre há alguém disponível para acompanhá-los. Visto que muitos têm problemas de saúde pela má alimentação, os surdos evitam ir ao nutricionista, por não encontrar um profissional que tenha conhecimento de LIBRAS e, com isso, sentem-se frustrados, ao ir a uma consulta e receber suas dietas sem uma explicação de seus problemas de saúde. Dada a importância do tema, o objetivo deste estudo é avaliar os hábitos alimentares e propor atividades de educação alimentar e nutricional para a comunidade surda, além de mostrar a importância de profissionais nutricionistas que saibam a língua brasileira de sinais. Foi realizado um estudo descritivo e de intervenção, envolvendo adultos da comunidade surda do Distrito Federal. O projeto foi dividido em duas etapas. A primeira etapa procedeu à avaliação inicial com aplicação de um questionário em que se constatou 31,6% dos entrevistados possuírem risco de sobrepeso mediante a má alimentação e a carência de profissionais da saúde; 47,4% dos participantes deixaram de ir a uma consulta, sendo assim, muitos não obtêm conhecimentos sobre hábitos alimentares saudáveis; 84,2% não chegaram a conhecer o *Guia alimentar para a população brasileira*. A segunda etapa correspondeu à intervenção, em que foram realizadas propostas de atividades para aumentar o conhecimento sobre alimentação saudável, por meio de oficina culinária e construção de material educativo com acessibilidade em LIBRAS. Para garantir a acessibilidade e a inclusão social da população surda, é essencial que as instituições de ensino superior na área da saúde incluam a matéria de LIBRAS em suas grades curriculares, de forma obrigatória, capacitando futuros profissionais, para atender a todos com dignidade. A pesquisa acerca dessa temática foi motivada pela necessidade de ampliar o entendimento sobre as intervenções de educação alimentar e nutricional (EAN)

direcionadas aos surdos no Brasil. A escassez de materiais e a importância de profissionais da saúde fluentes em LIBRAS foram enfatizadas, destacando a urgência de desenvolver novas perspectivas e métodos para sua aplicação. Com esforços combinados, é possível superar esses desafios e promover a saúde mais equitativa e inclusiva para todos.

Palavras-Chave: acessibilidade; comunidade surda; educação alimentar e nutricional.

O ACESSO À INFORMAÇÃO PARA O CONTROLE DAS DOENÇAS VETORIAIS DE RELEVÂNCIA NO DISTRITO FEDERAL

Giulia Longoni Manfroi - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
giulia.manfroi@sempreceub.com
Maria Fernanda Borges Morato - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
mf.borgesmorato@sempreceub.com
Rafaella Albuquerque e Silva - CEUB, professora orientadora
rafaella.silva@ceub.edu.br

Este projeto científico trata de doenças vetoriais, como dengue, febre amarela, zika, leishmaniose visceral e leishmaniose tegumentar, comuns no Distrito Federal. O objetivo principal do trabalho é investigar o nível de conhecimento sobre a etiologia, a transmissão e a prevenção das doenças vetoriais supracitadas em duas populações de classes sociais distintas que apresentam alta incidência dessas zoonoses: uma localizada no Condomínio RK, outra na região da Fercal, ambas em Sobradinho II. Para isso, um questionário de múltipla escolha com 16 perguntas acerca dessas zoonoses foi aplicado nessas duas comunidades. Trata-se de um estudo observacional, analítico, transversal e individualizado, o que possibilita observar fenômenos, buscar causas, associar fatores de risco e criar hipóteses. Foram sorteadas 200 casas, 100 em cada região, sendo obtidas 84 respostas no total, consideradas para análise. Os participantes da pesquisa tinham de ser residentes do local e apresentar idade superior a 18 anos no momento da coleta de dados, além de ser necessário assinar o TCLE. Os resultados encontrados mostram a diferença no percentual de acertos quando comparados àqueles de maior escolaridade com os de menor escolaridade, além da diferença em relação à distribuição de renda, ambos também demonstrados quando correlacionados às duas regiões. Acerca do exposto, foi possível observar a importância do acesso à informação para o combate dessas zoonoses, além de determinar a atual necessidade de medidas de controle mais eficazes, a fim de reduzir a incidência dos casos no Distrito Federal.

Palavras-Chave: doenças vetoriais; renda; escolaridade.

O EFEITO DA FALTA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PROLONGADO NA SAÚDE MENTAL DE JOVENS BRASILEIROS MAIORES DE 18 ANOS QUE NÃO FORAM ADOTADOS

Bruna Neves Cavadas - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
bruna.nc@sempreceub.com
Leonardo Cavalcante de Araújo Mello - CEUB, professor orientador
leonardo.mello@ceub.edu.br

O acolhimento institucional é uma medida temporária que deve ser utilizada apenas em casos excepcionais e por um período determinado, com o objetivo de garantir a proteção e o desenvolvimento integral da criança ou do adolescente. No entanto, muitos jovens crescem no sistema de acolhimento e não conseguem ser adotados, até completar 18 anos. O processo de desligamento deveria ser feito, a fim de garantir a autonomia e a independência dos jovens fora do abrigo, porém o que se vê é o desamparo e a falta de preparo das instituições para lidar com tal situação. Diante do exposto, busca-se compreender como o desacolhimento institucional afeta a saúde mental dos brasileiros não adotados. O presente relatório apresenta-se como um estudo de caso, e a metodologia adotada foi de natureza básica, qualitativa e exploratória. Os resultados indicaram que a falta de acolhimento institucional prolongado pode ter efeitos negativos na saúde mental e na autonomia dos jovens. Conclui-se a ineficiência da implementação de políticas públicas efetivas para a integração social dos jovens egressos do acolhimento institucional, sugerindo-se o fortalecimento das redes de assistência social. As implicações práticas deste estudo para políticas públicas e serviços de assistência social incluem a necessidade de investimento em programas de acolhimento institucional de qualidade e de apoio psicológico para jovens que passaram por essa experiência.

Palavras-Chave: acolhimento institucional; saúde mental; jovens brasileiros.

O IMPACTO DA MOROSIDADE DO INSTITUTO DE REFÚGIO SOBRE A SUBJETIVIDADE DOS REQUERENTES: A NECESSIDADE DE APERFEIÇOAMENTO DO REFÚGIO PARA A CONTENÇÃO DA REVITIMIZAÇÃO

Esdras Amaral Merino Guimarães - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno bolsista
esdras.guimaraes@sempreceub.com
Tédney Moreira da Silva - CEUB, professor orientador
tedney.silva@ceub.edu.br

A presente pesquisa analisou o impacto da morosidade na concessão do refúgio, instituto jurídico e de direito internacional, sobre a subjetividade de venezuelanos que o requereram junto ao Estado brasileiro. Para tanto, a partir da adoção do método qualitativo e por meio de entrevistas semiestruturadas como principal instrumento de coleta de dados utilizados, foram entrevistadas quatro pessoas venezuelanas que, livre e conscientemente, submeteram-se às entrevistas. Atualmente, esses sujeitos residem em Brasília e possuem faixa etária, instrução escolar e percepção de mundo distintas. Discorreram sobre a vida que hoje levam e a dimensão das questões que os compeliram a sair de seu país de origem. Isso permitiu a coleta de diversos dados examinados à luz do conceito de Sigmund Freud sobre o quadro psíquico de *Unheimliche* (infamiliar). Ademais, a pesquisa apresenta, ao início, breve evolução histórica sobre o instituto do refúgio e, desse modo, abrange questões que inter-relacionam a psicanálise com os direitos internacional e brasileiro. Os relatos prestados à pesquisa denunciaram ilegalidades e abusos de poder, além de conter críticas sociais e dilemas psicológicos.

Palavras-Chave: direitos humanos; refúgio; revitimização.

O MEIO AMBIENTE, A SUSTENTABILIDADE E O CONSUMO: UMA ANÁLISE DESSA INTERAÇÃO COM O MERCADO EMPREENDEDOR E SUAS PERSPECTIVAS NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL

Lorrane Sales Santos - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
lorrane.ss@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima Barbastefano - CEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br

A presente pesquisa versa sobre a interação do meio ambiente, da sustentabilidade e do consumo com o mercado empreendedor e suas perspectivas na região Centro-Oeste do Brasil. Diante desta problemática, com o consumo excessivo e o esgotamento dos recursos naturais, debates sobre questões ambientais estão em destaque, e, com isso, o empreendedorismo sustentável começou a ganhar força em razão do papel fundamental para desempenhar as necessidades de consumo consciente. Para isto, o presente trabalho busca realizar uma análise sobre as estratégias e as ações de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade socioambiental empregadas por empreendedores de pequenas e microempresas (MPE) na região Centro-Oeste, além da identificação da percepção do consumidor. Sendo assim, um levantamento de MPE ativas na região Centro-Oeste foi realizado, a fim de verificar quais características de desenvolvimento sustentável apresentam, para, então, elaborar e aplicar um formulário eletrônico (do tipo Google Formulário), com o intuito de identificar o perfil do consumidor, a influência das práticas socioambientais empresariais na decisão de compra do consumidor, a preocupação do consumidor com relação à agressão ao meio ambiente e à importância do modo de fabricação dos produtos, além de observar se há informação sobre a relevância de MPE. Por fim, foi avaliado se as estratégias utilizadas por MPE na adesão e na atualização do mercado relacionadas à gestão ambiental e ao desenvolvimento sustentável são eficientes. A pesquisa foi capaz de mapear 82 MPE na região Centro-Oeste, sendo 56 microempresas e 26 de pequeno porte, todas com características de desenvolvimento sustentável, além de ter sido possível traçar um perfil dos consumidores residentes na região de enfoque do trabalho, e questionar se os clientes costumam preocupar-se com os possíveis impactos ambientais gerados por determinado produto que costumam consumir e se se preocupam em apoiar empresas comprometidas com o empreendedorismo sustentável. A maioria dos respondentes alegou preocupar-se com os impactos ambientais gerados e com as empresas de viés sustentável, evidenciando um cenário de crescente atenção ao consumo consciente.

Palavras-Chave: empreendedorismo; desenvolvimento sustentável; inovação.

O PAPEL DE MACHOS E FÊMEAS E A VARIAÇÃO TEMPORAL NA DEFESA DE TERRITÓRIOS NA CHOCA-DE-ASA-VERMELHA (*THAMNOPHILUS TORQUATUS*)

Christyne Xerfan Colares - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
christyne.xc@sempreceub.com
Bruna Nascimento Moreira Pio Teixeira - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
bruna.nascimento@sempreceub.com
Raphael Igor Dias - CEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

A defesa territorial é uma estratégia adotada em muitas espécies de passeriformes, a fim de proteger recursos vitais para a sobrevivência e a reprodução contra membros da mesma espécie. O tamanho do território defendido varia de acordo com a espécie, podendo ser similar ou menor do que a área de vida. Em algumas espécies, tanto os machos quanto as fêmeas atuam na defesa ativa do território. A choca-de-asa-vermelha (*Thamnophilus torquatus*), uma ave da subordem *tyranni* encontrada em extensas áreas da América do Sul, caracteriza-se como excelente modelo de estudo, para compreender a territorialidade, por apresentar boa responsividade a *playbacks* com vocalizações específicas para a defesa territorial e dicromatismo sexual, que permite a fácil diferenciação entre machos e fêmeas. O objetivo do estudo é caracterizar o papel de machos e fêmeas da choca-de-asa-vermelha (*Thamnophilus torquatus*) na defesa territorial, analisar a diferença de tamanho da área defendida de cada sexo e investigar possíveis diferenças de tamanho entre território e área de vida. A pesquisa foi realizada na Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESECAE) em Brasília/DF. O estudo foi realizado entre 2022 e 2023. Os indivíduos foram capturados, marcados e monitorados durante todo o período. Foram registradas as coordenadas que representam pontos da área de vida e do território dos indivíduos monitorados. Os resultados sugerem que existem diferenças significativas entre a área de vida e o território, observando-se que a área de vida é estatisticamente maior em comparação com o território. Ao realizar a comparação territorial entre machos e fêmeas, os resultados obtidos indicam que ambos os sexos defendem a área de forma igualitária. Também foi possível observar que o tamanho do território defendido pelos machos é maior do que o defendido pelas fêmeas.

Palavras-Chave: área de vida; diferenças sexuais; territorialidade.

O PAPEL MEDIADOR DA ORIENTAÇÃO À DOMINÂNCIA SOCIAL NA RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADE POLÍTICA E SEXISMO

Gabriela Barbeitos Ribeiro Carvalho De Mendonça - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
gabriela.barbeitos@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto - CEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

O preconceito é um objeto de estudo tradicional da psicologia social que permanece relevante. Nessa perspectiva, trata-se de um fenômeno social complexo que assume diversas formas e manifestações. Considerando estudos acerca do preconceito, o presente estudo objetiva analisar o papel mediador da orientação à dominância social na relação entre identidade política e sexismo ambivalente. Para tanto, foi realizada uma pesquisa quantitativa, descritiva e correlacional. A amostra foi composta por 152 pessoas que responderam a um questionário com a escala de orientação à dominância social, o inventário de sexismo ambivalente e questões referentes à identidade política, à idade, ao gênero, ao nível de escolaridade e à renda. Com o intuito de verificar a relação entre identidade política, orientação à dominância social e sexismo ambivalente, foi conduzido um teste de correlação de Pearson. Em seguida, verificou-se a hipótese de que a SDO pode mediar a relação entre a identidade política e o sexismo, por meio de duas análises de mediação diferentes, envolvendo o sexismo benevolente e o hostil. A análise dos resultados confirmou relações positivas entre identidade política, orientação à dominância social e sexismo ambivalente e demonstrou a SDO como mediadora entre identidade política e ambas as formas de sexismo. Os resultados obtidos expressam que a tendência a apoiar hierarquias sociais indica maior alinhamento com políticas de direita e com o endosso de atitudes sexistas. Assim, indivíduos com ideias mais conservadoras e alinhados à direita tendem a promover hierarquias sociais e atitudes sexistas que deslegitimam as mulheres e colocam-nas em posição de inferioridade, em relação aos homens.

Palavras-Chave: sexismo ambivalente; orientação à dominância social; identidade política.

O PROCESSO DE ACOLHIMENTO A PACIENTES EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Gabriel Machado de Castro - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
gabriel.mc@sempreceub.com
Laura Dourado Paiva - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
laura.dourado@sempreceub.com
Luciana Benevides Ferreira - CEUB, professora orientadora
luciana.benevides@ceub.edu.br

A Atenção Básica à Saúde é a porta de entrada preferencial do sistema de saúde brasileiro, sendo responsável por realizar o primeiro atendimento à população e garantir o acesso aos demais serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Nessa perspectiva, é de extrema importância assegurar o acolhimento de qualidade dos pacientes nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), uma vez que isso pode definir a integralidade e a continuidade da atenção à saúde. Este estudo foi realizado por meio de entrevistas semiestruturadas, feitas com profissionais que atuam em serviços de atenção primária, em busca de compreender o processo de acolhimento de pacientes em unidades básicas de saúde do Distrito Federal, visando esclarecer os fatores que levam ao acolhimento inadequado e auxiliar o aprimoramento de políticas e programas voltados para a melhoria do acesso à saúde. A partir das respostas dadas pelos entrevistados, foram identificados pontos positivos e negativos em relação ao funcionamento das diferentes Unidades Básicas de Saúde, bem como sobre o conhecimento e o entendimento dos profissionais quanto ao processo de acolhimento na Atenção Básica. À vista disso, foram discutidos tanto as qualidades e os avanços no sistema de saúde público quanto as lacunas e os obstáculos ainda existentes, uma vez que, apesar de o conceito de acolhimento ser bem definido e conhecido, sua aplicação não é ideal ou, ao menos, satisfatória. Dessa forma, conclui-se que maior investimento na garantia de equipes completas, bem estruturadas e melhor capacitadas é essencial para o acesso amplo, facilitado, adequado e universalizado.

Palavras-Chave: atenção primária em saúde; acolhimento; acesso aos serviços de saúde.

O TRÁFICO DE DROGAS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA MULHER TRAFICANTE DE DROGAS EM 2020 E 2021 NO DISTRITO FEDERAL

Luciana Holanda Cavalcante Ferreira - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
luciana.holanda@sempreceub.com
Carolina Costa Ferreira - CEUB, professora orientadora
carolina.ferreira@ceub.edu.br

A presente pesquisa analisa o perfil das mulheres processadas por tráfico de drogas no Distrito Federal, nos anos de 2020 e 2021, para compreender se as vulnerabilidades de gênero impactam a participação feminina na dinâmica deste tipo de crime. Para isso, o estudo optou pelo método empírico, em abordagem qualitativa e quantitativa. De início, o trabalho contempla pesquisa bibliográfica, considerando a feminização da pobreza e os processos de criminalização que a acompanham. Em seguida, apresenta levantamento e análise dos dados, para os quais se consideraram os processos julgados pelas Varas de Entorpecentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), em 2020 e 2021, em que figurem no polo passivo mulheres que praticaram o crime previsto no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006. A análise dos dados indica que o cenário do tráfico de drogas pode reproduzir desigualdades de gênero, o que é percebido, por exemplo, na atuação das investigadas em papéis coadjuvantes no tráfico de drogas. Os resultados da pesquisa revelam as mulheres que respondem aos processos participarem diretamente na venda das drogas, principalmente de *crack* e maconha, e a conversão da pena privativa de liberdade em restritivas de direitos ser a medida judicial mais recorrente. Apesar da importância de entender as características da mulher traficante para a percepção de suas vulnerabilidades, os padrões encontrados não podem ser utilizados para reforçar estereótipos de gênero. Por esta razão, ao final, sugere-se o reexame do tema em face da sua relevância para a promoção de políticas públicas referentes à mulher vulnerável.

Palavras-Chave: tráfico de drogas; vulnerabilidade feminina; desigualdades de gênero.

O USO DA TÉCNICA DE RECONSTRUÇÃO DO LIGAMENTO CORACOCLAVICULAR (CC) COM FIXAÇÃO DA ARTICULAÇÃO ACROMIOCLAVICULAR PARA O TRATAMENTO DE LUXAÇÕES ACROMIOCLAVICULARES GRAU V

Lucas Gabriel Tiberti Rodrigues - CEUB, PIC Parceiros - IPE-HOME/FAP, aluno bolsista
lucas.gabrielr@sempreceub.com
Maria Beatriz Silva e Borges - CEUB, professora orientadora
maria.borges@ceub.edu.br

A luxação acromioclavicular é muito comum ocorrer em populações que praticam esportes de contato, como futebol, artes marciais, *hockey*, rúgbi, além de ser frequentemente observada em acidentes de trânsito e quedas. Seu principal mecanismo de lesão está ligado a trauma direto na porção póstero-lateral do ombro quando o braço está aduzido, ou trauma indireto que também pode provocar este tipo de lesão quando a queda ocorre com o braço em extensão. Por ser uma lesão bastante frequente, existem variáveis técnicas de correção cirúrgica para o tratamento de LAC. Em lesões de grau V, segundo a escala de Rockwood, o tratamento cirúrgico é extremamente recomendado. Visando a isso, o estudo teve como objetivo principal analisar os desfechos clínicos de dor e funcionalidade de pacientes submetidos a técnicas de reparo do ligamento coracoclavicular com duas âncoras de sutura e fixação da articulação acromioclavicular com fio inabsorvível para o tratamento de LAC grau V. Trata-se de um estudo observacional transversal do tipo série de casos com cinco pacientes, no qual foram avaliados pacientes diagnosticados com LAC - grau V, submetidos à sutura da AC associada ao reparo dos LCC e acompanhados no hospital HOME – Brasília-DF, em parceria com o Serviço de Cirurgia de Ombro e Cotovelo de Brasília, no período entre agosto de 2022 e maio de 2023. Durante a avaliação funcional dos voluntários, o estudo correlacionou: os achados subjetivos e objetivos do Constant Murley Score; a mensuração de força muscular isométrica máxima de estabilizadores de glenoumeral (rotadores internos e rotadores externos), estabilizadores da escápula (trapézio fibras superiores, médias e inferiores e serrátil anterior e flexão + abdução de ombro em 45° no plano escapular); as possíveis complicações pós-operatórias. O período pós-operatório dos cinco pacientes avaliados variou de 6 a 38 meses. O tratamento fisioterápico durou, em média, 2 meses após a cirurgia. A pontuação média em Constant Murley Score (CMS) foi de 85,6 pontos. Em relação à força muscular isométrica máxima, nenhum grupo muscular avaliado ultrapassou a média dos 90% de simetria; o grupo que mais se aproximou foram os rotadores internos (89,8%), e o que menos se aproximou foram os rotadores externos (69,9%). Conclui-se que, embora os valores de Constant Murley Score (CMS) apresentem bons resultados de funcionalidade, os testes de força muscular isométrica máxima não expuseram os índices de simetria adequados entre o

membro não operado e o operado. Apesar desta pesquisa considerar como eficaz e segura a técnica de reparo do ligamento coracoclavicular combinado com a fixação da articulação acromioclavicular para o tratamento de LAC grau V, recomendam-se mais estudos para a confirmação de sua eficácia, e incentiva-se a comparação com outros métodos quantitativos e qualitativos de avaliação de funcionalidade.

Palavras-Chave: luxação acromioclavicular; articulação; funcionalidade.

OS IMPACTOS DOS IDEAIS DE BELEZA DIFUNDIDOS EM REDES SOCIAIS NA SUBJETIVIDADE E NOS PROCESSOS DE SOFRIMENTO PSÍQUICO DE PORTADORES DE DOENÇAS DERMATOLÓGICAS

Beatriz Torres Fernandes - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
beatriz.tf@sempreceub.com
Juliano Moreira Lagoas - CEUB, professor orientador
juliano.lagoas@ceub.edu.br

A descoberta da anatomia patológica reorientou o olhar médico para as estruturas internas do corpo, em busca de lesões causadoras de doenças, resultando na primazia das lesões orgânicas e de sua localização anatômica, em detrimento da subjetividade do doente. A nosologia baseada exclusivamente em uma etiologia orgânica negligenciou a dimensão subjetiva da experiência do adoecimento. O diagnóstico passou a depender de substratos anatômicos e fisiopatológicos, desconsiderando, em grande medida, a experiência vivenciada pelo sujeito. Nesse contexto, o estudo das doenças dermatológicas, na medida em que elas apontam simultaneamente para uma base orgânica e para uma dimensão psíquica e cultural, obtém enorme importância. Ideais de beleza midiáticos amplificaram a ênfase na aparência, marginalizando indivíduos que não se encaixam nesse padrão, como é o caso de pessoas que enfrentam doenças dermatológicas. Este trabalho procurou refletir sobre algumas das articulações possíveis entre os campos da psicossomática e da psicanálise. O objetivo da pesquisa é investigar os impactos dos ideais de beleza difundidos em redes sociais nos processos de subjetivação e de sofrimento psíquico de pacientes portadores de doenças dermatológicas. Trata-se, nesse sentido, de analisar o papel das mídias sociais na difusão de padrões de beleza na contemporaneidade e de tentar compreender a função da pele nos processos de constituição subjetiva e de sofrimento psíquico. De natureza qualitativa, a pesquisa orienta-se pelos princípios metodológicos da análise de discurso em articulação com os aportes teórico-clínicos da psicanálise. Foram realizadas quatro entrevistas com portadores de doenças dermatológicas. Ao termo da investigação, foi possível compreender a importância de levar-se em conta os determinantes subjetivos, sociais e culturais dos sintomas dermatológicos, analisados neste trabalho como formas de manifestação psicossomática.

Palavras-Chave: doenças dermatológicas; psicanálise; sofrimento psíquico.

OS RESÍDUOS SÓLIDOS E O NOVO MARCO DE SANEAMENTO BÁSICO: A PROBLEMÁTICA DAS EMBALAGENS DE VIDRO NO DISTRITO FEDERAL SOB A LUZ DO "BUEN VIVIR"

Renato Gabriel Alencar da Veiga - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
renato.veiga@sempreceub.com
Mariana Barbosa Cirne - CEUB, professora orientadora
mariana.cirne@ceub.edu.br

O projeto de concessão do aterro sanitário de Brasília idealiza implementar novas tecnologias para que os resíduos sólidos sejam desviados previamente, sem impactar o meio ambiente. A adesão de unidades de triagem mecânica propicia a preservação dessa técnica de disposição de rejeitos, desempenhando um papel importante na materialização da sustentabilidade local, diante da ineficiência em recuperar os resíduos sólidos na região. Essa problemática dá-se, por haver um número considerável de materiais recicláveis aterrados diariamente, no Distrito Federal, diminuindo sua vida útil, entre eles, o vidro, material 100% reciclável, mas que dificilmente retorna ao ciclo produtivo, por sua inviabilidade econômica. Esse problema é carente de soluções. Para contribuir com esse tema, esta pesquisa avaliou o impacto dos ecoparques, unidades de tratamento mecânico biológico para a recuperação desses recicláveis que são precocemente aterrados, e seus reflexos nos catadores. As perguntas que desafiam este estudo questionar se a efetivação da concessão lançada pelo PMI nº 02/2021 estabelece mecanismos fundamentais para concretização do bem viver; se a educação ambiental proposta pelo projeto de concessão é suficiente para promover o consumo sustentável da população, de forma harmoniosa com a natureza; se as propostas do projeto de concessão podem servir como instrumentos de inclusão social e garantir o bem viver dos catadores cooperados; se a adesão de centros de triagem mecânicas à promoção da educação ambiental da população pode resultar em avanços na reciclagem dos resíduos de baixo valor comercial, com ênfase no vidro; se os interesses do concessionário são uma ameaça para o bem viver. Para responder a esses questionamentos, foi desenvolvida a pesquisa por meio de revisão bibliográfica, com técnica de levantamento documental, conjugada com pesquisa quantitativa sobre o projeto Ecoparque. Na primeira parte, foi realizada a revisão bibliográfica e normativa acerca do cenário de resíduos sólidos do Distrito Federal, da problemática das embalagens de vidro, das mudanças contidas no novo marco de saneamento e de seus reflexos nos catadores. Na segunda parte, analisou-se o projeto Ecoparque de acordo com sua função de recuperar os recicláveis, com foco nas embalagens de vidro e na promoção de um programa de educação ambiental, a fim de conscientizar a população a respeito do consumo e do descarte sustentáveis. Com isso, identificou-se que a triagem mecânica e o programa de educação ambiental podem contribuir, de forma limitada, no bem viver da população, em especial, das cooperativas

de catadores. Em contrapartida, o projeto pode promover a inclusão social, mas não o bem viver das cooperativas, visto que a geração de empregos diretos condiciona os empregados ao concessionário, enquanto os empregos indiretos não chegam a números expressivos, além de não atuar na reciclagem de materiais economicamente inviáveis, deixando de promover renda para essas comunidades. A atividade do concessionário demonstrou potencial para gerar conflito de interesses com os catadores, por não proporcionar expectativa de avanços na recuperação das embalagens de vidro, com a implementação da triagem mecânica, bem como por meio do programa de educação ambiental, visto que os catadores não foram contemplados na produção dessa atividade, de forma que a coleta seletiva não fica plenamente adequada a suas práticas. Demonstrada a fragilidade dos catadores e dos resíduos economicamente inviáveis, os resultados endossam a necessidade de normas de referências que condicionem a prestação do serviço de forma sustentável.

Palavras-Chave: Projeto Ecoparque; novo marco de saneamento básico; embalagens de vidro.

PAISAGEM, ARQUITETURA E URBANISMO DE BRASÍLIA A PARTIR DO CINEMA

Rafaela Sampaio Mesiano - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
rafaela.mesiano@sempreceub.com
Kauê Leme Brandão de Souza - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno voluntário
kaue.leme@sempreceub.com
Aline Stefânia Zim - CEUB, professora orientadora
aline.zim@ceub.edu.br

A pesquisa sugere nova abordagem de estudo sobre a cidade de Brasília, a partir do cinema, disponibilizando um repertório de filmes e informações que, apoiados nas teorias cinematográficas e arquitetônicas, auxiliam o processo de estudo sobre os traços e as narrativas que compõem a cidade. A ênfase, portanto, está em predispor, por intermédio de narrativas visuais, formas de estudar a cidade de Brasília, sugerindo que a arquitetura pode ser analisada pela linguagem do cinema. Dessa maneira, a presente pesquisa propõe a utilização do cinema como mecanismo de estudo quanto ao tema em questão. Seu objetivo é que sirva de auxílio aos profissionais e aos estudantes que se interessem pelo tema e, em futuras pesquisas, que tenham como finalidade o estudo e a valorização dos detalhes e das manifestações arquitetônicas e urbanísticas que caracterizam a cidade de Brasília. Acredita-se que essa metodologia de estudo proporcione uma compreensão mais significativa e eficiente sobre os elementos que compõem a cidade arquitetônica e urbanisticamente e os que vão além de suas construções físicas.

Palavras-Chave: cinema; arquitetura; história de Brasília.

PERCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM SOBRE A REALIZAÇÃO DA TELE-ENFERMAGEM DURANTE A PANDEMIA POR CORONAVÍRUS

Andressa Ribeiro de Mello - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
andressamello4@sempreceub.com
Isabela de Almeida Menezes - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
isa.menezes29@sempreceub.com
Ester Mascarenhas Oliveira - CEUB, professora orientadora
estermascarenhas@gmail.com

A pandemia de covid-19 desenvolveu-se como grande desafio para os profissionais da saúde e toda a comunidade científica. Mediante as mudanças que foram estabelecidas e necessárias em decorrência da alta capacidade de disseminação do coronavírus, o corpo de enfermagem precisou diferenciar-se para dar continuidade ao cuidado em saúde. A partir da necessidade de assistir a comunidade, foi implantada, então, a tele-enfermagem enquanto ferramenta para alcançar a população, mediante o uso de meios eletrônicos para nortear a prática da teleconsulta. Tal apoio tecnológico permitiu que a enfermagem fornecesse o suporte físico e mental para aqueles que enfrentavam o isolamento social, uma vez que a saúde psicológica foi fortemente afetada em decorrência do prolongado período de solidão, especialmente para os idosos. A pesquisa de abordagem qualitativa realizou um levantamento com 47 acadêmicas(os) de enfermagem matriculados entre o segundo e o décimo semestres que estudem e atuem no Centro de Atendimento ao Cidadão (CaC) do Centro Universitário de Brasília (CEUB), com o objetivo de conhecer a sua percepção sobre a realização da tele-enfermagem. Diante da teoria das relações interpessoais de Peplau, foi possível sistematizar e observar como a presença do modelo psicodinâmico da teorista estimulou a implementação da tele-enfermagem durante a pandemia por coronavírus. Os entrevistados apontaram os desafios e as potencialidades advindos dessa nova modalidade de cuidado e expuseram a opinião sobre como a teleconsulta de enfermagem interferiu na vivência das pessoas atendidas.

Palavras-Chave: tele-enfermagem; pandemia; covid-19.

PERFIL DE ÓBITO PELA COVID-19 EM UTI DE UM HOSPITAL GERAL NO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO DE MARÇO DE 2020 A ABRIL DE 2022

Luiza Oliveira Ramagem - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
luiza.ramagem@sempreceub.com
Gabriel Ramos Muniz Braga - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno voluntário
gabmuniz2012@sempreceub.com
Maristela Fraga Pereira Portella - CEUB, professora orientadora
maristela.portella@ceub.edu.br

A covid-19 é uma doença que foi identificada pela primeira vez, em dezembro de 2019, em Wuhan, China e causou uma das pandemias mais desafiadoras dos últimos tempos. Entre as principais manifestações dessa doença provocada pelo SARS-CoV-2, está um quadro respiratório agudo potencialmente fatal principalmente para pacientes mais idosos, com comorbidades e não vacinados adequadamente. Apesar de já terem ocorrido avanços no combate à doença, principalmente pela criação de vacinas efetivas, o vírus ainda está em circulação e pode sofrer mutações que criam outras variantes com potencial de causar surtos de casos e mortes na população. O objetivo deste estudo é analisar o perfil de óbito na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital das Forças Armadas (HFA), em Brasília, DF, pela covid-19, relacionado ao estado vacinal, à idade, ao sexo e à pré-existência de comorbidades dos pacientes. Foi realizado um estudo transversal com abordagem quantitativa e qualitativa, mediante a análise de dados constantes nos prontuários dos 234 pacientes internados com covid-19, na UTI do hospital geral selecionado, no período de março de 2020 a abril de 2022, maiores de 18 anos com tempo mínimo de permanência na unidade de 24 horas e que vieram a óbito pela doença. As variáveis analisadas para elaboração do perfil de óbito foram: data de óbito; idade; sexo; presença de comorbidade; tipo de comorbidade; número de doses aplicadas de vacina contra a covid-19; estado vacinal em relação à covid-19; fabricantes da 1ª, da 2ª e da 3ª doses das vacinas contra a covid-19 aplicadas e suas datas de aplicação. O processamento dos dados e a elaboração dos gráficos deram-se pelo *software* estatístico (RStudio), na versão 4.2.2. Foi identificado que, quanto ao sexo, 44.44% eram mulheres e 55.56% eram homens. Sobre a faixa etária, 80,74% dos pacientes possuíam 60 anos de idade ou mais, 9,82% tinham a idade entre 50 e 59 anos, 6,83%, entre 40, e 49, 2,13%, entre 30 e 39. Não houve nenhum óbito entre 18 e 29 anos. Sobre as comorbidades, 88,03% dos pacientes apresentavam-nas, sendo as quatro primeiras mais prevalentes a hipertensão arterial sistêmica (HAS), os fatores de risco, como obesidade e sobrepeso, a diabete *mellitus* tipo 2 e outras doenças cardiovasculares. Sobre a vacinação, 73,93% não haviam tomado a vacina, e 25,64% haviam-na tomado; entre eles, 13,25% tomaram apenas uma dose, 9,4%, duas doses, e 2,99%, três doses.

Das vacinas aplicadas, 53,33% eram CoronaVac, 40% eram Oxford-AstraZeneca, e 6,67% eram Pfizer. Relacionando o tempo decorrido entre a primeira dose da vacina e a data da morte, houve queda nos primeiros 6 meses, mas aumento após 7 meses. Concluiu-se que houve maior mortalidade em pacientes do sexo masculino com 60 anos ou mais, portadores de comorbidades, sobretudo cardiopatias, vasculopatias, distúrbios metabólicos e sobrepeso ou obesidade. Além disso, as vacinas foram efetivas em prevenir o óbito pela covid-19 quando se compara aos não vacinados, pois, quanto maior o número de doses da vacina aplicadas, menor o número de óbitos.

Palavras-Chave: covid-19; perfil de óbito; Brasil.

PERFIL DE PREVALÊNCIA DE ANOMALIAS CONGÊNITAS NO DISTRITO FEDERAL ENTRE 2010 E 2021

Bruna Rabello Iglesias - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
bruna.ri@sempreceub.com
Emily Cabral Vaquero - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
emilyvaquero@sempreceub.com
Paulo Roberto Martins Queiroz - CEUB, professor orientador
paulo.silva@ceub.edu.br

A Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza as anomalias congênitas (AC) como alterações funcionais ou estruturais presentes no nascimento. Por tratar-se de agravos em saúde, com causas multifatoriais e apresentações múltiplas, em diferentes níveis tanto da gestação quanto da vida neonatal, foi estabelecida uma lista de anomalias prioritárias para vigilância em saúde, no Brasil. O objetivo deste trabalho é estabelecer o perfil de prevalência dos nascidos vivos no Distrito Federal, de 2010 a 2019, para seis grupos de AC. A primeira etapa do trabalho consistiu em uma busca integrativa de dados relacionados às AC em suas distintas categorias. Foram selecionados artigos pertinentes para o tema da pesquisa de entendimento de diagnóstico, tratamento e epidemiologia dos agravos a partir da leitura do título e dos resumos. Em segundo momento, tendo como base a revisão de literatura de cada anomalia, foi feita uma extração de dados do DATASUS por meio das plataformas oficiais do governo e dos dados tabulados da Declaração de Nascidos Vivos (DNV) do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), pela plataforma TABNET, tendo o número total de AC no Distrito Federal, para nascimentos entre 2010 e 2021, de 5775, sendo a soma de anomalias detectadas em cada ano. Entre as anomalias mais prevalentes no Brasil, os defeitos de membros são seguidos por cardiopatias congênitas.; No DF, a anomalia mais notificada também é defeitos de membros, porém seguida de anomalias nos órgãos genitais. A presente pesquisa aponta que possa existir relação entre a prevalência das anomalias com a idade e a escolaridade da mãe. Também se mostra a relação com o tipo de parto, sendo o cesáreo mais prevalente em crianças com anomalias, além de existir maior quantidade de nascidos pré-termo com anomalias em relação à população geral. É importante ressaltar que existem diversas políticas públicas no DF voltadas a essas anomalias, porém não foram encontradas políticas para enfrentamento de defeitos de membros ou de anomalias em órgãos genitais. Por fim, ressalta-se que a constatação de dados ignorados nas diferentes categorias de análise dificulta o trabalho estatístico e analítico de correlação dos dados entre informações distintas.

Palavras-Chave: anomalias congênitas; epidemiologia; vigilância.

PERFIL DOS MARCADORES LABORATORIAIS DE PACIENTES ADMITIDOS COM INFECÇÃO POR SARS-COV-2 EM HOSPITAL DO DISTRITO FEDERAL E SUA IMPORTÂNCIA PROGNÓSTICA

Everton Chaves Correia Filho - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno bolsista
everton.filho@sempreceub.com
Marjorie Thomaz Moreira - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
marjoriethomaz@sempreceub.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro - CEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

A covid-19 é causada pelo vírus SARS-CoV-2 e é uma infecção transmitida por gotículas respiratórias. Ao infectar as vias aéreas, pode provocar desde infecção leve das vias aéreas superiores até síndrome respiratória aguda grave. Ainda não está totalmente esclarecido se os desfechos graves estão relacionados à infecção viral, à resposta imunológica, às doenças subjacentes ou a uma combinação de outras variáveis. Portanto, o objetivo deste trabalho é obter evidências a respeito dos fatores prognósticos de mortalidade, em pacientes admitidos em UTI, em razão do SARS- CoV-2. O estudo é observacional e transversal com coorte retrospectiva de pacientes com covid-19. Foram coletadas informações epidemiológicas e clínico-laboratoriais por meio de um formulário semiestruturado de pacientes com sintomas respiratórios e do teste Rt-PCR para infecção. Os dados foram tabulados em *software* Microsoft Excel®. A análise estatística foi realizada em pacote estatístico para ciências sociais, para verificar os fatores associados ao desfecho clínico, o *odds ratio* (OR) e o intervalo de confiança de 95% (IC). Adotou-se $P < 0,05$ como significância. Participaram do estudo 200 pacientes com idade média de 57,7 (± 15,8 anos), divididos de acordo com o desfecho clínico, observando-se a prevalência de 29% com pior desfecho e 71% com alta hospitalar. Aqueles que evoluíram para óbito apresentaram idade significativamente maior em relação aos com alta (65,5 ± 15,0 vs 54,4 ± 14,9, respectivamente). Pacientes com pior desfecho clínico apresentaram maior tempo de internação ($p = 0,022$) com média de 13 dias, maior número de comorbidades ($p = 0,002$), as quais foram categorizadas por número de eventos, sendo a presença de 2 comorbidades ou mais significativamente estatísticas. Outra variável relacionada à mortalidade é o tempo de tromboplastina parcial ativado ($p = 0,027$) em relação àqueles que receberam alta. Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas para os marcadores de atividade inflamatória, ferritina, lactato, d-dímero, plaquetas, fibrinogênio e o tempo de protrombina ($p > 0,05$). A idade avançada (47,4%, $p <0,001$), a necessidade de ventilação mecânica (53,5%, $p <0,001$), a presença de 2 ou mais comorbidades (50,5%, $p <0,001$), a sepse (56,6%, $p <0,001$) e a realização de culturas (81,5%; $p = 0,001$) estiveram significativamente associadas à razão

de chance de óbito. Considerando mortalidade, foi significativamente estatística a presença de diabetes *mellitus* ($p < 0,036$) e doenças renais ($p < 0,002$). A maior parte dos pacientes apresentou resultados negativos para cultura e ausência de infecção secundária (39,8%). A presença de *Candida albicans* foi a mais expressiva na amostra (11,7%), seguida de *Klebsiella pneumoniae* (11,3%). Não foram observadas associações significativas dos eventos tromboembólicos com o óbito. Maior tempo de internação ($p = 0,018$) e maior valor do D-dímero ($p < 0,001$) foram variáveis que apresentaram relação positiva com presença de eventos trombóticos. Os resultados estatísticos obtidos podem ajudar a prever risco de gravidade, mortalidade e determinar efetivamente os protocolos preventivos e o tratamento necessários. Portanto, o prognóstico precoce e o cuidado para paciente com chance de mortalidade elevada são importantes para limitar a progressão da doença e impedir a morte.

Palavras-Chave: covid-19; sars-cov-2; sepse.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA COVID-19 ENTRE OS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Victor Matheus Batista de Carvalho - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
victor.carvalho2000@sempreceub.com
Fabrício Werner Brenneke Martins - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno voluntário
fabricio.brenneke@sempreceub.com
Lincoln Agudo Oliveira Benito - CEUB, professor orientador
linconl.benito@ceub.edu.br

A pandemia de covid-19 constituiu-se em complexo problema de saúde pública, gerando incalculáveis impactos internacionais e nacionais, além de facilitar a contaminação e o óbito de milhares de pessoas. Desta forma, as autoridades sanitárias e os serviços internacionais de saúde tiveram de reorganizar-se, a fim de reduzir as complicações diretas e indiretas, derivadas desta pandemia, ainda fortemente pesquisada e analisada. Nesse contexto, o Brasil foi uma das nações com mais implicações em decorrência da covid-19 e de suas variantes, desenvolvendo uma série de ações, estratégias e políticas de organização dos serviços de saúde e de apoiamento a seus profissionais que estiveram na linha de frente, quanto à vacinação, ao cuidado e à reabilitação das vítimas do processo infeccioso em questão. O objetivo deste trabalho é analisar o perfil epidemiológico da covid-19 entre os servidores da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). Trata-se de estudo epidemiológico, exploratório, descritivo, comparativo e de abordagem quantitativa. Os dados foram obtidos junto à SES-DF. Para o processo de organização e análise, foi utilizado o *software* Microsoft Excel 2021®, pertencente ao Pacote Microsoft Office 2021®, for Windows®. Foi implementada a análise estatística do tipo descritiva, sendo possível realizar os cálculos percentuais (%), a média (Me) e o desvio-padrão (DP). Os resultados foram apresentados na forma de tabelas explicativas. No processo de organização e análise de dados, foi possível identificar o universo de vinte servidores da SES-DF que tiveram registro de óbito pela covid-19, no recorte geográfico formado pelo Distrito Federal (DF) e pelas regiões administrativas, no ano de 2020. Também foi possível verificar que a maior preponderância foi composta por pessoas do sexo masculino, efetivando 60% (n=12), e 40% (n=8) possuíam faixa etária de 50 a 59 anos. Entre as comorbidades mais identificadas juntos aos servidores da SES-DF, foi verificado que as cardiopatias e os distúrbios metabólicos registraram a maior preponderância, cada qual com 33,3% (n=07). A categoria profissional de técnicos em enfermagem (TE) foi a que obteve a maior preponderância de registros de óbito entre os servidores analisados. Outras pesquisas devem ser incentivadas, objetivando melhor compreender o fenômeno analisado, facilitando, desta forma, o desenvolvimento de outras estratégias e políticas para o combate e o controle desta enfermidade, de suas

variantes e dos impactos gerados junto à sociedade. Estratégias de apoiamento dos profissionais de saúde também devem ser repensadas, objetivando reduzir a contaminação por covid -19.

Palavras-Chave: perfil epidemiológico; covid-19; servidores.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA POPULAÇÃO IDOSA COM TRANSTORNO DEPRESSIVO, COM BASE NA TAXA DE MORTALIDADE, ANTES E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Natália Claret Torres Praça - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
natalia.claret@sempreceub.com
Gabriela Kei Ramalho Yoshimoto - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
gabriela.kei@sempreceub.com
João de Sousa Pinheiro Barbosa - CEUB, professor orientador
joao.barbosa@ceub.edu.br

O transtorno depressivo é uma patologia de alta prevalência na população idosa. O processo de adoecimento é multifatorial, sendo necessário analisar fatores biopsicossociais de cada período, como a pandemia de covid-19 em 2020, que alterou o curso de diversas patologias em razão das medidas sanitárias adotadas e do medo do adoecimento. Assim, analisa-se o perfil epidemiológico da população idosa com transtorno depressivo maior e recorrente (CID F32 e F33), por meio da taxa de mortalidade e do número de óbitos de idosos, nos anos de 2019 e 2020, em âmbito nacional e nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, por faixa etária (de 60 a 69 anos, de 70 a 79 anos e 80 ou mais), sexo, cor ou raça, escolaridade, estado civil e local de ocorrência. Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo epidemiológico, retrospectivo e ecológico com dados coletados no Sistema de Informações sobre Mortalidade da Saúde (SIM) do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS). Os resultados mostram um aumento da taxa de mortalidade em idosos por depressão, de 1,93 por 1.000 habitantes, em 2019, para 2,46 por 1.000 habitantes, em 2020, com aumento da taxa de mortalidade também em todas as regiões brasileiras, excetuando a região Sul. No ano de 2019, a região Sudeste apresentou o maior número de óbitos, seguida pelas regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. Porém, em 2020, ocorreu aumento significativo de óbitos nas regiões Centro-Oeste e Norte, ultrapassando a região Sul. Em relação à idade, a faixa etária mais acometida nos dois anos analisados foi a de 80 anos ou mais. Em relação ao sexo, houve aumento do número de casos tanto em homens quanto em mulheres, porém as mulheres foram mais afetadas. Em relação à cor ou à raça, a população branca foi a mais afetada, seguida por pardos, pretos, ignorados e amarelos. Vale ressaltar que inexistem dados acerca de óbitos na população indígena, nos anos analisados. Em relação à escolaridade, idosos de 1 a 3 anos de escolaridade foram os mais acometidos, seguidos por nenhuma escolaridade, de 4 a 7 anos, ignorados, de 8 a 11 anos e 12 anos e mais. Em relação ao estado civil, os viúvos representaram o maior número de óbitos, seguidos por casados, solteiros, ignorados, separados judicialmente e outros. Em relação ao local de ocorrência, observou-se aumento dos casos de óbitos em domicílio e redução dos óbitos hospitalares

entre 2019 e 2020. Assim, o perfil epidemiológico da população idosa com transtorno depressivo, com base na taxa de mortalidade, no período pré-pandemia e durante a pandemia de covid-19 foi: idosos com 80 anos ou mais, brancos, com menor nível de escolaridade, viúvos e com óbito domiciliar. Dessa forma, baseado nesse perfil obtido, busca-se melhoria do serviço de saúde mental prestado à população idosa que seja consoante com o envelhecimento ativo e saudável proposto pela Organização Mundial da Saúde e com o princípio de equidade do Sistema Único de Saúde, por meio de políticas públicas direcionadas aos mais afetados.

Palavras-Chave: idoso; transtorno depressivo; pandemia por covid-19.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS PACIENTES COM COMPLICAÇÕES GASTROINTESTINAIS APÓS CIRURGIAS CARDIOVASCULARES EM UM HOSPITAL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (DF)

Letícia Sampaio Castro - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
leticia.sampaioc@sempreceub.com
Isabelle Cristina Abreu Bílio - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
isabelleabreu@sempreceub.com
Rafaella Albuquerque e Silva - CEUB, professora orientadora
rafaella.silva@ceub.edu.br

As doenças cardiovasculares apresentam frequência elevada, o que resulta, muitas vezes, na realização de procedimentos corretivos passíveis de complicações no período pós-operatório, como as complicações gastrointestinais, que, apesar de menos frequentes, são responsáveis por alta mortalidade, e sua detecção precoce torna-se mandatória para recuperação favorável. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar o perfil epidemiológico dos pacientes com complicações gastrointestinais no período pós-operatório de cirurgias cardiovasculares, no Hospital Daher, bem como descrever a frequência de parâmetros relacionados, como dados sociodemográficos, uso de circulação extracorpórea, dias de internação, manejo e desfecho dos quadros. Para isso, foi realizada pesquisa descritiva, observacional, retrospectiva e transversal, do tipo série de casos por meio da análise dos prontuários do sistema de informação SoulMV, no período de 2018 a 2022, e os dados foram analisados estatisticamente, mediante o *software* Epi Info 7.25. Por amostragem, 242 pacientes foram submetidos a procedimentos cardiovasculares, sendo a angioplastia e a revascularização do miocárdio as mais realizadas, com 88,42% e 6,61%, respectivamente. Diante disso, 7 pacientes evoluíram com complicações gastrointestinais, representando 2,8% da amostra. Em relação ao período pré-operatório, 42,86% apresentavam-se entre 60 e 69 anos, sendo o sexo masculino mais afetado, com 57,14% dos casos. Além disso, 57,1% dos pacientes eram tabagistas, e 42,86% apresentaram IMC adequado. Em relação às comorbidades prévias, a hipertensão arterial sistêmica e a diabetes *mellitus* ocuparam local de destaque, apresentando frequências de 71,42% e 42,86%, respectivamente. Diante disso, os anti-hipertensivos foram os principais medicamentos utilizados previamente, representando 71,42%, seguidos pelos psicotrópicos (42,85%). No tangente ao suporte no intraoperatório, 28,57% dos pacientes foram submetidos a CEC, e o mesmo percentual já realizava uso de drogas vasopressoras no período anterior à cirurgia. Além disso, 42,86% apresentaram as complicações menores, sendo a diarreia a mais comum, descrita em 28,57% dos pacientes. A hemorragia digestiva foi observada em 28,57% dos pacientes, sendo traduzida em melena e hematêmese e demandando a realização de EDA. Em adição,

colecistite foi verificada em 14,29%, sendo realizada ultrassonografia com achados característicos. O íleo paralítico também foi observado com frequência de 14,29%, apresentando distensão abdominal e achados tomográficos e demandando nova intervenção cirúrgica. Em relação ao tempo transcorrido desde o procedimento até o surgimento de sintomas, foi encontrada igual frequência para os períodos de 0 a 4 dias e de 5 a 9 dias, com valor de 42,86% em ambos os momentos. No período pós-operatório, foram utilizadas ventilação mecânica e drogas vasoativas em 42,86%, e 42,86% apresentaram insuficiência renal concomitante às complicações gastrointestinais. Por fim, 28,57% foram a óbito. Diante dos resultados, verifica-se que, apesar de ser pouco usual, a complicação gastrointestinal está relacionada com desfechos negativos que impactam a mortalidade e a qualidade de vida dos pacientes. Assim, a análise do perfil desses indivíduos permite a elaboração de hipóteses para estudos futuros que estabeleçam relação de risco entre os fatores pré-operatórios, intraoperatórios e pós-operatórios, com acometimento gastrointestinal, viabilizando medidas precoces e direcionadas ao manejo dessas complicações.

Palavras-Chave: cirurgias cardiovasculares; complicações gastrointestinais; perfil epidemiológico.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E DE RESISTÊNCIA DE BACTÉRIAS ASSOCIADAS À INFECÇÃO URINÁRIA NA COMUNIDADE EM HOSPITAIS DA REDE PARTICULAR DO DISTRITO FEDERAL: ANÁLISE RETROSPECTIVA DE UROCULTURAS POSITIVAS

Ana Clara Martinelli Sobral - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
anamartinelli@sempreceub.com
Matheus Santos Cordón - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluno voluntário
matheus.santosc@sempreceub.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro - CEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

A infecção urinária pode tornar-se algo fatal quando complicada e não admitida para um tratamento eficaz, podendo gerar afecções piores, como a sepse e o choque séptico. Desta forma, a investigação pela cultura bacteriana mais frequente como agente etiológico dessa enfermidade mostra-se como uma possibilidade de avaliação dos principais caminhos para a definição de uma terapia empírica, com alto grau de resolução. Por meio do rastreamento, define-se a incidência dos principais agentes etiológicos, de forma a conseguir evidências científicas para produzir uma publicação que sustente a decisão de terapias empíricas. O objetivo do presente estudo é delinear perfil epidemiológico e de sensibilidade das ITU comunitárias da rede de saúde privada do Distrito Federal por meio de um estudo retrospectivo da análise de todas as uroculturas positivas recolhidas desde janeiro de 2022. Também são analisados os respectivos prontuários das uroculturas positivas, promovendo a estratificação da maior incidência dos tipos de ITU de acordo com o gênero e a faixa etária e a verificação dos fatores de risco associados às infecções do trato urinário. Os dados coletados são avaliados de acordo com o protocolo de tratamento da Sociedade Americana de cistite aguda não complicada e pielonefrite, com fim de possibilitar a formulação de um protocolo de tratamento empírico próprio que seja mais preciso de acordo com os patógenos responsáveis mais presentes nas infecções do trato urinário da comunidade do DF. Visto que ainda não existem estudos que formulem respostas racionais de decisão de terapias empíricas para a região do Distrito Federal, a possibilidade de avaliar os patógenos mais frequentes nas amostras urinárias de pacientes acometidos por infecção do trato urinário e a resposta deles diante da terapia antimicrobiana promove a capacidade de escolher, entre as terapias disponíveis, a com melhor resposta, para tornar-se a terapia empírica dos ambulatórios e dos setores de internação dos hospitais. Desta forma, apoiam-se os profissionais da saúde no momento da escolha terapêutica, e promove-se menor número de admissões e readmissões na internação hospitalar. Os resultados obtidos apresentaram o esperado de acordo com o protocolo da Sociedade Americana utilizado como principal base para fundamentação teórica, com alta prevalência de infecções do

trato urinário baixo, sendo a mais incidente a cistite não complicada. Ademais, o gênero mais acometido constatado também está em concordância com a referência, sendo o sexo feminino aquele mais acometido pelas ITU entre a população. A faixa etária mais acometida é a adulta, de 18 a 64 anos, e o patógeno mais recorrente encontrado foi a bactéria *Escherichia coli*; ambos os dados estão de acordo com os apresentados pela Sociedade Americana. Todos os patógenos identificados nas uroculturas eram BGN *Enterobacterales*. Para esses patógenos, os antimicrobianos preferíveis para a conduta terapêutica eficaz, com base no perfil de resistência bacteriana, seriam amicacina, ertapenem, meropenem, piperacilina-tazobactam, nitrofurantoína, cefepime ou ceftriaxona. Os principais contraindicados, por apresentar um padrão de resistência elevado, seriam amoxicilina-clavulanato, ciprofloxacina e sulfametoxazol-trimetoprima.

Palavras-Chave: infecção urinária; terapia empírica; antibioticoterapia.

PESQUISA DE *LISTERIA MONOCYTOGENES* EM FRANGOS, CARNE BOVINA, LATICÍNIOS E EMBUTIDOS À VENDA NO DISTRITO FEDERAL

Letícia Carvalho Guimarães - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
leticia.carvalhog@sempreceub.com
Natália Faria de Lima - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
natalia.flima@sempreceub.com
Fernanda Nomiyama Figueiredo - CEUB, professora orientadora
fernanda.nomiyama@ceub.edu.br

As doenças veiculadas por alimentos (DVA) representam séria preocupação para a saúde pública pela alta capacidade de transmissão, por meio de alimentos contaminados. Este estudo tem como objetivo verificar a ocorrência de *Listeria monocytogenes* em alimentos de consumo comum, no Distrito Federal, buscando alertar sobre a implementação de medidas de controle e vigilância, para reduzir a disseminação do patógeno na população brasileira. A *Listeria monocytogenes* é uma bactéria gram-positiva e anaeróbia facultativa que demonstra notável capacidade de sobreviver em ambientes desafiadores, incluindo baixas temperaturas e ambientes ácidos, o que a torna especialmente relevante no contexto das DVA. Além disso, pode formar biofilmes em equipamentos usados na indústria alimentícia, o que aumenta o risco de contaminação ao longo da cadeia de produção. A contaminação por essa bactéria geralmente está associada ao consumo de alimentos crus ou insuficientemente cozidos, como leite cru, queijos não pasteurizados, carnes malpassadas, vegetais crus, salsichas e alimentos refrigerados. A listeriose, doença causada por este agente, pode variar de leve a grave e afeta principalmente grupos de risco, como idosos, neonatos, gestantes e imunocomprometidos, podendo levar a complicações sérias, incluindo meningite, septicemia e aborto. A letalidade da listeriose pode chegar a 30%, mesmo com tratamento adequado, o que torna essa doença importante problema de saúde pública. No Brasil, a listeriose é subnotificada e subdiagnosticada, o que dificulta a avaliação do seu impacto no país. Nesse contexto, a presente análise de alimentos, entre eles, carnes, leite, queijos e embutidos, revelou indícios compatíveis com a presença de *Listeria monocytogenes* somente na amostra de paleta bovina, na primeira rodada de testes, e de paleta bovina moída, na segunda rodada de testes. As amostras foram submetidas a testes, para avaliar a sensibilidade a antimicrobianos. Tais resultados sugerem a possibilidade de contaminação em diversos pontos da cadeia produtiva, como locais de controle, manuseio e abate de animais, além do processamento de moedor e do fatiamento de carne. É essencial identificar os alimentos de maior risco e implementar estratégias de eliminação do patógeno. No entanto, é necessário realizar mais estudos, para garantir a segurança das diferentes abordagens de controle, como uso de tecnologias de irradiação gama e fagos, além de

embalagens com nanofibras, por exemplo. Portanto, torna-se crucial assegurar condições higiênicas e sanitárias adequadas de produção, transporte e armazenamento de alimentos. Além disso, deve-se promover o incentivo ao financiamento de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de tecnologias que reduzam os riscos de contaminação, bem como os estudos sobre a incidência do patógeno em produtos cárneos e processados. Destaca-se, por fim, a importância desta pesquisa como medida essencial para fornecer dados que aprimorem a compreensão e o monitoramento adequado da presença de *Listeria monocytogenes* nos alimentos consumidos diariamente pela população brasileira, contribuindo para a segurança alimentar e a prevenção à saúde da população.

Palavras-Chave: *Listeria monocytogenes*; listeriose; segurança alimentar.

PÍLULA DO DIA SEGUINTE: USO DE CONTRACEPTIVOS ORAIS DE EMERGÊNCIA ENTRE UNIVERSITÁRIAS

Daniela Diniz da Silva - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
daniela.diniz@sempreceub.com
Isabela Maria Araújo do Carmo - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
isabela.carmo@sempreceub.com
Julliane Messias Cordeiro Sampaio - CEUB, professora orientadora
julliane.sampaio@ceub.edu.br

O uso irrestrito das pílulas orais para contracepção de emergência pode trazer consequências deletérias para mulheres. Entre jovens universitárias, o reconhecimento do contexto que esse tipo de contracepção ocorre pode alertar essa população quanto aos riscos do uso racional, a fim de diminuir os possíveis efeitos adversos. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar a frequência do uso de contraceptivos orais por estudantes universitárias e o motivo que as levou a utilizar esse método. Trata-se de um estudo transversal, descritivo, de abordagem quantitativa. Quanto à periodicidade, 27% das entrevistadas utilizaram a pílula do dia seguinte uma ou duas vezes, no período de 12 meses; 84% fizeram o uso nas primeiras 24 horas, após a relação sexual; 65% delas sofreram alteração no ciclo menstrual. A principal causa do uso foi em razão de relações sexuais desprotegidas (66,5%). Conclui-se que o número de estudantes que fazem o uso da contracepção de emergência ainda é elevado. Além disso, elas tomam a pílula do dia seguinte sem prescrição ou orientação de profissionais da saúde, a fim de reduzir a chance de uma gravidez indesejável, o que pode causar o aumento do risco de doenças tromboembólicas. Cabe salientar que a utilização da contracepção de emergência dever ser feita apenas em situação de necessidade extrema e não como um método contraceptivo regular. Para isso, devem-se implementar estratégias de educação em saúde, a fim de reduzir o número de gestações não planejadas e os riscos decorrentes do uso corriqueiro da contracepção de emergência, direcionando as jovens ao planejamento familiar, possibilitando uma aproximação reflexiva sobre os direitos sexuais e reprodutivos de universitárias.

Palavras-Chave: contracepção hormonal feminina; contraceptivo de emergência; universidades.

PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DF – PDOT-DF: UMA ANÁLISE DE INSTRUMENTOS, PROCESSO DE REVISÃO E IMPACTO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ENTRE 2020 E 2022

Mário Talles Mendes Passos - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
mario.tmendesp@sempreceub.com
Mariana Barbosa Cirne - CEUB, professora orientadora
mariana.cirne@ceub.edu.br

Esta pesquisa analisa o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT-DF), seus instrumentos, o processo de revisão entre 2020 e 2022, a partir das audiências públicas. O Plano Diretor é a norma responsável por disciplinar a ordenação e o desenvolvimento das cidades. O objetivo desta pesquisa está alicerçado na verificação da maneira como determinados instrumentos do PDOT-DF se portam no cotidiano da cidade e da população e no processo de sua revisão. A pesquisa delimitou, portanto, um estudo a respeito do Plano Diretor, breve panorama no contexto nacional e a sua aplicação conforme o Estatuto da Cidade, o qual regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Em seguida, buscou elucidar a participação social no contexto das audiências públicas, pautando-se na ideia do direito à cidade. Pretendeu-se, com este estudo, verificar o impacto do Plano Diretor na vida das pessoas. Para tanto, utilizou-se o método de revisão bibliográfica multidisciplinar para a elaboração da fundamentação teórica e da pesquisa exploratória, no que concerne à análise das audiências públicas, no contexto de revisão do PDOT-DF, e as informações sobre os instrumentos do Governo do Distrito Federal disponíveis no *site* oficial. As perguntas formuladas questionaram se o PDOT-DF leva em consideração a realidade local e se se efetiva como instrumentos de política urbanística para o Distrito Federal; se o PDOT-DF é mera reprodução do Estatuto da Cidade e de outras legislações federais acerca da questão urbana ou se observa a realidade local do Distrito Federal; quem participou das audiências públicas da revisão do PDOT-DF no período de 2020 a 2022; como os instrumentos de parcelamento do solo, o IPTU progressivo e os alvarás de construção, ferramentas do PDOT-DF, efetivam-se na realidade da população do Distrito Federal entre 2020 e 2022. A pesquisa conclui que a revisão do PDOT-DF levou em consideração a realidade local, visto que, em 2020, a maioria das audiências (57%) tratava de mudanças em regiões administrativas do DF; em 2021, a maior parte (42%) tratou da regulação fundiária urbana; em 2022 a maioria (47%) tratou de projetos de lei envolvendo organização territorial. A revisão do PDOT-DF não se limitou a reproduzir o Estatuto da Cidade. O trabalho verificou, contudo, um déficit de transparência ante a dificuldade de obter a gravação das audiências, o que impediu de verificar quem participou e a sua utilidade. No que se refere aos instrumentos, não se conseguiram dados sobre o IPTU progressivo, o que reforça a necessidade de

informações públicas acessíveis. Na esfera dos alvarás de construção, observa-se que houve, entre 2020 e 2022, o total de 12.162.287,5 m^2 em área licenciada, das quais 6.094 m^2 são para fins residenciais. No mesmo marco temporal, em relação ao parcelamento do solo, verifica-se que o total de 2.352 lotes foram atingidos. Por fim, no referido período, houve o total de 69.645 pessoas impactadas. Com este estudo, espera-se contribuir para reconhecer a importância do plano diretor, da participação social na sua revisão, além do impacto dos instrumentos urbanos na vida dos cidadãos.

Palavras-Chave: Plano Diretor do Distrito Federal; participação social; audiências públicas.

PRAGMATISMO JURÍDICO: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS CUMPRE O DEVER LEGAL DE CONSIDERAR AS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DE SUAS DECISÕES?

Laura Melo Aranha - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
laura.aranha@sempreceub.com
Sabrina Durigon Marques - CEUB, professor orientador
sabrina.marques@ceub.edu.br

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), reformada recentemente, no ano de 2018, por meio da Lei 13.655/2018, tem como objetivo propiciar aumento de segurança jurídica e de eficiência na criação e na aplicação do direito público, além de tentar neutralizar fatores de distorção da atividade jurídico-decisória pública. Das alterações trazidas pela Lei 13.655/2018, o artigo 20 (regulamentado pelo Decreto 9830/2019) remete ao órgão julgador o dever de observar as consequências práticas da sua decisão, além de prever o dever de fundamentação e motivação. Afirma-se que, com essa alteração legislativa, foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro o pragmatismo jurídico, cujas fontes formais e cujos precedentes não devem ser os únicos contemplados quando da elaboração da decisão judicial, pois também devem inserir-se as consequências da decisão a ser tomada com a análise econômica, social, técnica e política. Considerando que os julgamentos relativos às demandas de saúde pública são complexos e que podem impactar significativamente a política de saúde pública instituída e observando o aumento das demandas judiciais em que são pleiteados os medicamentos, esta pesquisa tem como objetivo observar se os órgãos judiciais têm incluído o dever de fundamentação e de análise de impacto de suas decisões conforme a Lei 13.655/2018. A partir dessa análise, foi realizada uma pesquisa no sítio eletrônico do TJDFT, adotando-se como critério palavras-chave previamente selecionadas. Em seguida, foram examinados os acórdãos obtidos por meio de parâmetros definidos, em busca de avaliar se os relacionados ao fornecimento de medicamentos requeridos perante o SUS observam a consequência prática de suas decisões nas políticas públicas, especialmente a de saúde. O trabalho demonstra que o Judiciário, no Distrito Federal, tem uma tendência a não avaliar as consequências práticas das decisões proferidas em relação às políticas públicas relacionadas à saúde, em sentido diverso do que dispõem as mudanças introduzidas pela Lei 13.655/2018. Foi verificado que a maior parte dos acórdãos se limitou a replicar a jurisprudência existente acerca da matéria à situação posta à apreciação, concedendo, em grande parte, a medicação não padronizada pelo SUS sem análise de impacto e consequências, o que pode acarretar distorções na política pública de saúde.

Palavras-Chave: pragmatismo jurídico; LINDB; judicialização da saúde.

PREVALÊNCIA DA NOMOFOBIA ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Tayssa Araújo de França - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
tayssa.afraca@sempreceub.com
Heloísa Durães Camargo - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
heloisa.duraes@sempreceub.com
Roberto Nascimento de Albuquerque - CEUB, professor orientador
roberto.albuquerque@ceub.edu.br

O advento das novas tecnologias e o avanço da internet têm sido essenciais no contexto social, especialmente entre os jovens. Todavia, ao mesmo tempo que eles utilizam os benefícios da tecnologia, estão propensos a desenvolver novas patologias. A nomofobia refere-se à condição psicológica do temor de permanecer sem o celular ou ser incapaz de utilizá-lo em consequência da falta da Internet ou da ausência da carga de bateria. Além disso, a nomofobia pode ser entendida como o medo ou a ansiedade de permanecer desconectado. Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo verificar a prevalência da nomofobia entre estudantes universitários da área da saúde de uma instituição privada de ensino superior do Distrito Federal. Para alcançar os objetivos propostos, foram aplicados dois questionários: o sociodemográfico e acadêmico e o Nomophobia Questionnaire (NMP-Q-BR), já validado no Brasil. Os critérios de inclusão dos sujeitos da pesquisa foram acadêmicos de enfermagem com idade igual ou superior a 18 anos, matriculados regularmente no curso assinarem o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e responderem ao questionário em sua totalidade. A coleta de dados ocorreu entre os meses de março e abril de 2023. Participaram da pesquisa 271 estudantes, os quais eram, em sua maioria, do sexo feminino (82,3%) entre 18 e 24 anos (81,5%), autodeclarados brancos (58,3%), solteiros (86,7%) e católicos (41,0%). De acordo com o Nomophobia Questionnaire, a pesquisa revelou que os estudantes apresentaram um nível moderado de nomofobia (85,31 pontos). Esses dados também forram corroborados por pesquisas internacionais com estudantes universitários que utilizaram o mesmo questionário. Além disso, estudantes do quarto ano do curso apresentam pontuação acima da média, 89,78 pontos em relação aos outros estudantes do curso. Percebe-se que pode existir uma correlação entre os níveis mais elevados de nomofobia, as características da geração Z e o advento da pandemia de covid-19. Portanto, faz-se necessária a criação de espaços de escuta e acolhimento nas universidades, a fim de minimizar os prejuízos que a nomofobia pode causar entre os universitários, como aumento da ansiedade, depressão, baixa autoestima, dependência emocional e insegurança. Essa situação compromete tanto a vida social quanto a familiar e a acadêmica. Além disso, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas, a fim de refletir-se sobre os reais impactos da nomofobia na vida pessoal e acadêmica dos

estudantes, discutir os medos e as ansiedades advindas dos principais motivos que podem causar a nomofobia no âmbito universitário, bem como expandir as pesquisas para outros cursos e instituições de ensino superior que se preocupam com a saúde física e mental de seus universitários.

Palavras-Chave: dependência de tecnologia; estudantes; universidades.

PRÓTESE ELETROMIOGRÁFICA INFANTIL DE MEMBROS SUPERIORES COM ÊNFASE EM SEGURAR OBJETOS

Rafael Campos Lima - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluno bolsista
rafael.campos.lima@sempreceub.com
Francisco Javier de Obaldía Díaz - CEUB, professor orientador
francisco.javier@ceub.edu.br

O projeto visa desenvolver uma prótese de mão que seja capaz de imitar os movimentos naturais da mão humana, utilizando sinais elétricos gerados pelas contrações musculares como base para o controle. O processo de criação envolve a construção de um circuito eletrônico que incorpora sensores eletromiográficos, para captar os sinais elétricos produzidos pelos músculos, juntamente com transdutores de pressão e toque que simulam os efeitos dos corpúsculos de Meissner e Pacini, responsáveis pela sensação tátil. O *design* da prótese é modelado em *software* de modelagem 3D e posteriormente impresso em um material durável. Os sensores e os circuitos são integrados na estrutura da prótese, que é, então, calibrada para detectar e interpretar as contrações musculares do usuário. Isso permite que a prótese imite os movimentos da mão natural do usuário, proporcionando uma experiência mais intuitiva e funcional. Para garantir a eficácia da prótese, são conduzidos testes de funcionalidade, nos quais a precisão dos movimentos replicados é avaliada. Além disso, é implementado um sistema adaptativo que utiliza algoritmos para aprimorar a interação entre a prótese e o usuário. Esse sistema é personalizado para adequar-se às necessidades específicas de cada indivíduo. Os resultados esperados incluem uma prótese que oferece maior naturalidade de movimentos e uma experiência mais próxima à funcionalidade da mão natural. Isso poderia melhorar significativamente a qualidade de vida dos usuários, tornando as tarefas diárias mais fáceis e intuitivas. No entanto, é importante reconhecer que ainda existem desafios a ser superados, como a variação individual na atividade muscular e a necessidade de algoritmos avançados para interpretar os sinais elétricos. No geral, o projeto representa um avanço significativo no campo das próteses mioelétricas, buscando oferecer uma solução mais eficaz e intuitiva para os indivíduos que dependem dessas tecnologias. A implementação bem-sucedida desse sistema pode ter um impacto positivo na vida daqueles que utilizam próteses de mão, proporcionando maior independência e funcionalidade.

Palavras-Chave: prótese de mão; movimentação espelhada; sinais elétricos.

PRÓTESES MIOÉLETRICAS EM MEMBROS SUPERIORES COM MODELAGEM MECÂNICA EM IMPRESSÃO 3D

Nicolas Iglesis Namba - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluno bolsista
nicolas.namba@sempreceub.com
Francisco Javier de Obaldía Díaz - CEUB, professor orientador
francisco.javier@ceub.edu.br

A pesquisa sobre próteses mioelétricas com modelagem mecânica em impressão 3D transcende o âmbito científico e técnico, alcançando implicações sociais e cotidianas profundas. A interseção entre a tecnologia, a saúde e a qualidade de vida apresenta oportunidades e desafios significativos que afetam não apenas os indivíduos que podem beneficiar-se das próteses, mas também suas famílias e comunidades. A acessibilidade a próteses funcionais desempenha um papel vital na reintegração de pessoas que sofreram amputações ou têm malformações congênitas. As limitações financeiras, muitas vezes, impedem que indivíduos de baixa renda obtenham próteses avançadas, afetando sua independência e autoestima. A aplicação da tecnologia de impressão 3D pode potencialmente reduzir os custos de fabricação, tornando as próteses mais acessíveis e abordando desigualdades socioeconômicas. No cotidiano, a falta de próteses funcionais pode restringir as atividades diárias e a participação em diversas esferas da vida, como o trabalho, a educação e o lazer. Próteses mioelétricas com modelagem mecânica oferecem a possibilidade de restaurar a funcionalidade dos membros superiores, permitindo que os usuários realizem tarefas com maior destreza e autonomia. Isso não apenas melhora a qualidade de vida do indivíduo, mas também contribui para a construção de um ambiente mais inclusivo e empoderado. No entanto, a integração bem-sucedida de próteses avançadas na sociedade não é isenta de desafios. É necessário considerar a aceitação social e o estigma associado às próteses, além de garantir a educação e o treinamento adequados para os usuários. Além disso, a manutenção e a adaptação contínuas das próteses são questões essenciais para garantir que elas continuem a atender às necessidades dos indivíduos ao longo do tempo. O trabalho de pesquisa e desenvolvimento nesta área também pode catalisar mudanças nas políticas de saúde, garantindo que as próteses avançadas sejam acessíveis e cobertas por seguros médicos. Além disso, o engajamento da sociedade civil, de instituições de pesquisa e empresas pode levar a colaborações inovadoras e abordagens multidisciplinares que beneficiam um público diversificado. Portanto, a pesquisa sobre próteses mioelétricas com modelagem mecânica em impressão 3D não se limita a avanços tecnológicos; tem o potencial de impactar positivamente as vidas de milhões de pessoas, promovendo a inclusão, a independência e a dignidade. Com o foco holístico que abrange questões

sociais e cotidianas, esta pesquisa desempenha um papel crucial na transformação da saúde e na promoção de sociedades mais justas e igualitárias.

Palavras-Chave: próteses mioelétricas; impressão 3D; sinal mioelétrico.

RACISMO NO FUTEBOL, NAS PÁGINAS DE *SITES* ESPORTIVOS, NA ESPANHA E NO BRASIL

João Victor dos Santos Brilhante - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluno bolsista
jvbrilhante@sempreceub.com
Rayssa Loreen Andrade da Rocha - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
rayssa.loreen@sempreceub.com
Luiz Claudio Ferreira - CEUB, professor orientador
luiz.ferreira@ceub.edu.br

Este trabalho tem o objetivo de entender como a imprensa esportiva do Brasil e da Espanha noticiam os casos de racismo envolvendo o atleta brasileiro Vinícius Júnior, atacante do Real Madrid. Consultaram-se materiais dos jornais *A Gazeta Esportiva* e *Lance*, do Brasil, e *AS* e *Marca*, da Espanha. Encontraram-se 22 notícias em cinco períodos distintos. Para refletir sobre o tema, foram incluídos os conhecimentos sobre o aspecto social da atividade, o jornalismo esportivo e o *webjornalismo*. O tema é importante para elucidar a diferença de tratamento e de que forma os contextos culturais e sociais interferem na maneira com que o crime de racismo é noticiado nos dois países. Entre as conclusões, cita-se que o jornalismo esportivo brasileiro conseguiu divulgar os casos com maior propriedade, apresentando Vinícius Júnior como vítima e, na maioria dos casos, indicando os ofensores. Por outro lado, a mídia da Espanha tratou do caso apenas como apelo declaratório e factual. Como não fazem entrevistas sobre o tema, os veículos espanhóis restringem-se a divulgar postagens em redes sociais. Os veículos brasileiros tratam, com mais frequência, da reincidência do racismo.

Palavras-Chave: racismo; Vinícius Júnior; jornalismo esportivo.

REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS DOS RELACIONAMENTOS *SUGAR*

Ana Vitória Cruz Lemes - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
ana.avl@sempreceub.com
Lucas Alves Amaral - CEUB, professor orientador
lucas.amaral@ceub.edu.br

O presente estudo tem como objetivo compreender os sentidos atribuídos em mídias sociais, voltados aos relacionamentos *sugar* sobre a vivência de *sugar babies*, diante das desigualdades de gênero e dos privilégios masculinos, nesse tipo de relacionamento, bem como analisar as similaridades e as diferenças dos papéis desempenhados por *sugar babies* em relacionamentos *sugar* e prostituição, a partir da perspectiva da psicologia cultural, especialmente da literatura nacional e internacional sobre feminilidade, masculinidade e relacionamentos *sugar*. Para esse propósito, foi realizada uma pesquisa qualitativa com base na etnografia digital, uma vez que a internet e a *cibercultura* desempenham um papel fundamental na propagação desse formato de relacionamento. Os conteúdos midiáticos foram analisados pelo método de análise do conteúdo em sua vertente temática. Como resultados da pesquisa, elaboraram-se três categorias temáticas: feminilidade e aparência corporal: expectativas para as *sugar babies*; estilo de vida e *sugar daddies* como possibilidade de ascensão social; estigmas dos relacionamentos *sugar*. Os resultados apontaram que os relacionamentos *sugar* são permeados de preconceitos e estigmas, sendo, assim, de difícil acesso; a busca desse relacionamento aparece como uma possibilidade de ascensão social; os discursos sobre o comportamento do *daddy* e da *baby* no relacionamento reafirmam os papéis de gênero hegemônico. Por fim, ressalta-se a importância da psicologia em estudar e manter um olhar atento para as novas formas de relacionar-se, de modo a buscar estratégias de cuidado para o sofrimento psíquico relacionado a questões de desigualdade de gênero.

Palavras-Chave: relacionamentos *sugar*; *sugar baby*; cibercultura.

SEGURANÇA HÍDRICA PARA COMUNIDADES RURAIS: ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA EM POÇOS DE ABASTECIMENTO DE ASSENTAMENTOS AGRÍCOLAS

Inara Faria da Gama - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
inara.faria@sempreceub.com
Thalita Elen Pereira Silva - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
thalita.elen@sempreceub.com
Bruno Silva Milagres - CEUB, professor orientador
bruno.milagres@ceub.edu.br
Eduardo Cyrino de Oliveira Filho - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Cerrados (EMBRAPA), colaborador
eduardo.cyrino@embrapa.br

A água subterrânea é uma fonte essencial para o consumo humano, principalmente para populações com pouco ou nenhum acesso à rede pública de abastecimento. A presença de agentes contaminantes nos recursos hídricos é considerada um problema mundial pela ocorrência de ações antrópicas, como aterros sanitários, esgotos domésticos, lixo, fossas, rejeitos de origem industrial ou fertilizantes agrícolas etc. Consequentemente, essas ações influenciam diretamente a qualidade da água, que se torna, com o tempo, imprópria para o consumo humano. O objetivo do estudo é investigar a qualidade da água de nove poços destinados ao consumo humano em um assentamento rural próximo à cidade de Buritis, Minas Gerais. Os parâmetros analisados nas estações chuvosa e seca foram divididos em físico-químicos, como pH, turbidez, condutividade, sólidos totais dissolvidos (STD), dureza total, íons, como fluoreto (F-), cloreto (Cl -), nitrato (NO3-), amônio (NH4+), fosfato (PO43-), sulfato (SO42-), sódio (Na+), potássio (K+), cálcio (Ca2+) e magnésio (Mg2+), e microbiológicos, em que foi observada, como o ponto mais preocupante na pesquisa, a presença de coliformes totais e da bactéria *Escherichia coli*. A determinação da concentração dos coliformes é de grande relevância, pois é um indicador da possibilidade de existência de outros microrganismos patogênicos responsáveis pela transmissão de doenças de veiculação hídrica. Conclui-se que os poços estudados não estão de acordo com os padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria nº 888/2021, e ressalta-se a importância do monitoramento e do tratamento prévio das fontes hídricas para o consumo humano.

Palavras-Chave: análise físico-química; segurança hídrica; água subterrânea.

SÍNDROME VISUAL RELACIONADA A COMPUTADORES E OUTRAS TELAS: PREVALÊNCIA DE SINTOMAS ASTENÓPICOS EM DISCENTES DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO EM BRASÍLIA-DF

Danielle Braz Amarílio da Cunha - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
danielle.brazc@sempreceub.com
Beatriz Moraes Gonçalves - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
beatriz.mg@sempreceub.com
João de Sousa Pinheiro Barbosa - CEUB, professor orientador
joao.barbosa@ceub.edu.br

No mundo moderno, a tecnologia proporciona avanços sociais, econômicos e acadêmicos. No entanto, o crescente número de recursos eletrônicos tem gerado impactos na saúde da população. Especificamente, a utilização das telas digitais implicou o aumento da incidência da síndrome da visão do computador (SVC), que se refere a um conjunto de sinais e sintomas decorrentes do estresse ocular em razão do uso prolongado de telas digitais, como dores de cabeça, dor ou prurido ocular, diminuição da acuidade visual, visão turva e sintomas musculoesqueléticos. Diante disso, percebendo que os discentes universitários estão cada vez mais dependentes das telas digitais e, consequentemente, mais propensos a ter a SVC, o presente estudo avalia a prevalência dessas manifestações nessa população e os fatores associados a essa condição. Para isso, foi realizada uma análise epidemiológica, quantitativa e retrospectiva por meio de formulários on-line. Ao todo, 158 questionários foram respondidos. Desses, 73 foram excluídos, e 85 foram selecionados para composição do estudo. Como resultado, foi evidenciado que o sintoma mais prevalente da SVC neste estudo foi a dor de cabeça ou ombro. Além disso, observou-se que o sexo feminino teve forte relação com a piora dos sintomas. Outrossim, atestou-se que o tipo de iluminação interfere no aparecimento da SVC. Portanto, perante os achados, é relevante que as instituições de ensino adotem medidas preventivas e educativas sobre a síndrome visual do computador, visto que ela pode impactar negativamente a qualidade de vida dos acadêmicos e, inclusive, potencializar o desenvolvimento de doenças oculares.

Palavras-Chave: astenopia; telas digitais; estresse ocular.

SISTEMA DE MONITORAMENTO DE ENERGIA: UM ESTUDO DE CASO NO CEUB

Hézio Silva dos Santos - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluno bolsista
hezio.santos@sempreceub.com
Wandré Nunes de Pinho Veloso - CEUB, professor orientador
wandre.veloso@ceub.edu.br

Este estudo de caso aborda a implementação de um sistema de monitoramento de consumo de energia, uma aplicação da Internet das Coisas (IoT), realizada nas instalações do Centro Universitário de Brasília (CEUB). O foco principal do projeto foi a coleta de dados e amostras provenientes de uma variedade de dispositivos com o subsequente armazenamento dessas informações na nuvem. A centralização dos dados permitiu um acesso ágil e eficiente às medições realizadas, viabilizando uma análise criteriosa em busca de soluções e *insights* significativos. No decorrer deste projeto, foi necessário desenvolver um sistema capaz de captar, de maneira precisa e em tempo real, o consumo de energia de aparelhos aferidos. Para alcançar esse objetivo, foi empregada a tecnologia IoT com a utilização de um dispositivo Arduino, em conjunto com um sensor de corrente não invasiva. A partir da coleta de dados, o sistema transmite essas informações para um banco de dados em nuvem, por meio de conexão Wi-Fi. Esse armazenamento possibilita um acesso contínuo aos dados medidos sem a necessidade de estar fisicamente presente na localização de coleta. Ao fim, este estudo de caso não apenas apresenta uma abordagem inovadora para o monitoramento de consumo de energia, mas também ressalta a importância crescente da IoT em nosso cotidiano, a análise de dados para tomada de decisões, a combinação de coleta de dados eficiente, o armazenamento em nuvem e a análise detalhada. Este projeto exemplifica como as soluções baseadas em IoT podem proporcionar *insights* valiosos, contribuindo para a eficiência energética, a tomada de decisões informadas e a conscientização ambiental.

Palavras-Chave: monitoramento de energia; internet das coisas; eficiência energética; análise de dados para *insights*.

SISTEMAS CONSTRUTIVOS COM TERRA COMO MEIO PARA ALCANCE DE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS 11 ONU: ESTUDO DE CASO

Matheus Gomes Santos - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluno bolsista
eumatheusgomes@sempreceub.com
Adriana Cardoso Rodrigues - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluna voluntária
adriana@sempreceub.com
Andréa Gonçalves Moreira Bernardes - CEUB, professora orientadora
andrea.bernardes@ceub.edu.br

A técnica de construção com terra remonta à pré-história e é visível em estruturas com mais de 11.000 anos de idade. Esta prática perdura até hoje, testemunhando sua durabilidade e importância histórica. Mesmo com os avanços tecnológicos e a diversidade de materiais industrializados, a terra continua sendo uma opção viável, de fácil acesso e baixo custo. Tais atributos sustentam a sua contínua aplicação na construção, sendo uma tendência crescente em razão de sua invasão ambiental mínima e natureza sustentável. Partindo de um estudo de caso na Casa Velha da Fazenda Gama (Brasília/DF), esta pesquisa analisa variadas técnicas de construção com terra e as propriedades higrotérmicas associadas. Isso resultou em um aprofundamento do conhecimento do assunto e destacou as vantagens de seu uso em habitações populares. Tal prática contribui para preservar essa tradição, valorizar a *expertise* como patrimônio cultural e cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Apesar do advento de novos métodos construtivos, a construção com terra mantém seu lugar relevante na arquitetura contemporânea. A abordagem da pesquisa reforça sua aplicação não apenas como uma solução econômica e de baixo impacto, mas também como uma forma de honrar a história e atender às necessidades das gerações atuais e futuras. Em síntese, a construção com terra é uma técnica que atravessa eras, é sustentada por sua acessibilidade, custo viável e benefícios ambientais. O estudo de caso na Casa Velha da Fazenda Gama demonstra como essa abordagem pode ser adaptada para atender às demandas contemporâneas, preservando, ao mesmo tempo, a herança cultural e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: arquitetura vernacular; taipa de mão; construção com terra.

TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO DO INTERNET PARENTING STYLE INSTRUMENT (IPSI)

Amanda Silva Pimentel - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
amanda.pimentel@sempreceub.com
Manuela Ramos Caldas Lins - CEUB, professora orientadora
manuela.lins@ceub.edu.br

Considerando o destaque da internet nos últimos anos e a sua inseparabilidade no cotidiano da população, o seu público tem crescido de forma exponencial. No mais, enquanto as gerações passadas viviam em contextos completamente diferentes, no que tange a comunicação, atualmente, crianças cada vez mais novas crescem com acesso à internet e à infinidade de ferramentas que ela oferece e estão constantemente expostas a potenciais riscos e perigos ocultos. É por isso que estudos nessa área se fazem importantes, buscando relacionar como os pais têm lidado com seus filhos no cenário online e que medidas têm tomado em relação a sua proteção. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo fazer a adaptação e a tradução do Internet Parenting Style Instrument (IPSI), considerando a escassez desse tipo de recurso no contexto brasileiro. Para que isso fosse possível, realizaram-se as seguintes etapas: primeiramente, houve duas traduções distintas que deram, posteriormente, origem à versão sintetizada. Ademais, houve revisão de *experts* que avaliaram aspectos gramaticais e contextuais dos itens. Como última etapa, houve a avaliação de 28 pessoas integrantes do público-alvo, para checar a clareza das frases propostas. Concluiu-se, portanto, com a última etapa, a clareza das frases da escala, e a maioria alcançou 100% de aprovação do público, que concordou com as proposições feitas e não indicou mudanças. No mais, sugere-se que a escala passe pela etapa de aplicação no estudo-piloto, para que seja possível a avaliação de sua aplicabilidade em projetos futuros.

Palavras-Chave: controle parental; infância; escala.

TRADUÇÃO, ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL E ANÁLISE DAS PROPRIEDADES DE MEDIDADA VERSÃO BRASILEIRA DO QUESTIONÁRIO HOSPITAL FOR SPECIAL SURGERY –KNEE SURGERY EXPECTATIONS SURVEY

Isabela Félix Alencar de Sousa - CEUB, PIC Parceiros - IPE-HOME/FAP, aluno bolsista
isabelafsousa14@sempreceub.com
Maria Beatriz Silva e Borges - CEUB, professora orientadora
maria.borges@ceub.edu.br

É possível observar uma relação positiva entre as expectativas do paciente e a satisfação com os resultados do procedimento cirúrgico. Por isso, ter um instrumento de avaliação de alta qualidade é fundamental para a otimização do entendimento da expectativa do paciente perante o resultado do tratamento. O HSS Knee Surgery possibilita quantificar tal expectativa. Entretanto, ainda não há a versão em português. A fim de possibilitar estudos nacionais e disponibilizar essa ferramenta para profissionais de saúde brasileiros, é crucial ter uma versão traduzida e adaptada culturalmente para o Brasil, utilizando um método padronizado e validado cientificamente. Este estudo tem como objetivo traduzir, adaptar transculturalmente e analisar as propriedades de medida, com intuito de validar a versão brasileira do questionário HSS Knee Surgery a indivíduos que passarão por procedimentos cirúrgicos ortopédicos no joelho, exceto a artroplastia. Com as recomendações de Beaton, 1993, a versão original foi submetida ao processo de tradução, síntese, retrotradução, versão consenso e teste da versão pré-final de acordo com diretrizes recomendadas na literatura. Foi realizado o estudo Delphi, para efetivar a adaptação transcultural, e a versão-teste foi aplicada em 30 indivíduos saudáveis. A versão final foi aplicada em 29 indivíduos indicados para a cirurgia de joelho, no Hospital Home, e, assim, foi realizada a análise da validade e da confiabilidade do HSS Knee Surgery - Brasil. O grupo amostral possuía a idade média de 35 anos, e a patologia mais frequente foi a lesão do ligamento cruzado anterior (34%) com indicação cirúrgica de artroscopia para todos os casos apresentados. O índice de Spearman obteve o valor de 0.98 na reprodutibilidade interexaminador e 0.93 na reprodutibilidade intraexaminador. O questionário HSS Knee Surgery foi traduzido e adaptado para a língua portuguesa e atendeu aos critérios de confiabilidade e validade na medição da expectativa do paciente diante do procedimento cirúrgico de joelho, sendo de fácil administração e aplicação, além de ser um instrumento útil para o esclarecimento das expectativas pré-cirúrgicas do paciente.

Palavras-Chave: cirurgia de joelho; artroscopia; adaptação transcultural.

TRANSMISSÃO VERTICAL DO HIV E SUAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO NO BRASIL, NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Maria Fernanda Araújo Barbosa Lima - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
maria.flima@sempreceub.com
Júlia Oliveira Silva - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna voluntária
julia.os@sempreceub.com
Phaedra Castro - CEUB, professora orientadora
phaedra.oliveira@ceub.edu.br

A transmissão vertical (TV) do vírus da imunodeficiência humana (HIV) refere-se à passagem do patógeno da mãe soropositiva para o filho e ocorre em três momentos: intrauterino, intraparto e pós-parto, respectivamente, por infecção transplacentária, contato com secreções maternas e amamentação. Alguns fatores aumentam o risco da TV, entre eles, estão os níveis mais elevados de carga viral materna, a presença de infecções sexualmente transmissíveis não tratadas, a falta de acesso à terapia antirretroviral (TARV) e a amamentação. O objetivo do estudo busca analisar a TV no Brasil, ao longo do tempo, caracterizar o perfil da população das diferentes regiões em relação à transmissão vertical e avaliar a utilização das medidas de prevenção deste tipo de contaminação do HIV. Nesta pesquisa, foi realizada a coleta de dados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e por informações do painel de indicadores epidemiológicos do Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. O projeto ocorreu entre outubro de 2022 e julho de 2023, a partir da análise bibliográfica e da coleta de dados. Os resultados mostraram que, entre 2013 e 2022, houve redução de 92,42% da TV, entretanto ela ainda é a principal forma de transmissão do vírus em crianças. Entre todas as regiões do Brasil, o Nordeste teve a maior prevalência de TV, contudo o Sudeste e o Sul são as regiões com menores números de casos, ao longo dos anos. Em relação às gestantes soropositivas, notou-se dificuldade em reduzir a taxa de infecção, visto que houve o aumento de 9,23% nos casos, quando comparados os anos de 2013 e 2021. No que diz respeito à gestação, houve aumento na TARV experimentada em 17,89%, entretanto houve redução da TARV não iniciada em 2,21% e da não experimentada em 15,68%, demonstrando que o tratamento é iniciado mais precocemente. A dosagem de CD4 nas gestantes com HIV diminuiu, entre 2013 e 2021, de 33,29% para 18,12%. A quantidade de carga viral periparto aumentou nos valores menores de 50 cópias/ml e reduziu nos valores maiores; com isso, houve menor risco de TV. Ademais, do total de gestantes com HIV nesses anos, 50.251 realizaram recomendações clínicas no 1° trimestre de gestação, essenciais para prevenir e diminuir as taxas de TV. Dessa forma, a TV do HIV pode ser reduzida mediante intervenções preventivas e terapêuticas eficazes, assim como a utilização adequada da TARV por

gestantes soropositivas pode diminuir a carga viral materna e a probabilidade de transmissão para o bebê. Além disso, a realização de cesarianas eletivas em casos específicos e o uso de fórmula infantil são medidas recomendadas para mães com HIV. Portanto, é crucial que os profissionais de saúde e a população geral estejam conscientes de formas eficazes para prevenir a TV, tendo em vista que há impacto direto na criança e na mãe, associado a desafios sociais e estigmas, além de os indivíduos terem de conviver com a doença para o restante da vida.

Palavras-Chave: transmissão vertical de doenças infecciosas; infecções por HIV; prevenção de doenças.

USO DE ÓRTESES COMO TRATAMENTO COMPLEMENTAR DA DIÁSTASE DO MÚSCULO RETO ABDOMINAL EM PUÉRPERAS

Iara Bastos Gonçalves - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna bolsista
iara.bastos@sempreceub.com
Kauanna Ester Costa Bomtempo de Carvalho - CEUB, PIBIC CEUB/CNPQ, aluna voluntária
k.ester@sempreceub.com
Leticia Martins Paiva - CEUB, professora orientadora
leticia.paiva@ceub.edu.br

A diástase dos músculos retos abdominais (DMRA) é a separação dos feixes dos músculos retos abdominais na linha média que pode ocorrer durante a gravidez, por efeitos hormonais e alterações biomecânicas. Quando a mulher não apresenta a involução natural da DMRA no período pós-parto, esta condição passa a ser considerada patológica e, ao ser negligenciada, pode desencadear uma série de sintomas que prejudicam a qualidade de vida. O objetivo do estudo é realizar uma intervenção fisioterapêutica com a prescrição de exercícios para o fortalecimento muscular de reto abdominal, associado ou não ao uso diário de cinta abdominal em puérperas com o diagnóstico de DMRA, com o intuito de analisar os efeitos da cinta como um recurso e ampliar o acervo metodológico para esta temática. Para o estudo, foram selecionadas 11 mulheres, entre 18 e 45 anos, divididas em dois grupos. O grupo A foi composto por 6 mulheres em período pós-parto tardio que receberam orientações para realizar um protocolo de exercícios, além do uso de 6 a 8 horas diárias da cinta abdominal, com compressão média, enquanto o B, o grupo controle, foi composto por 5 mulheres em período pós-parto tardio, orientadas a realizar o mesmo protocolo de exercícios que as participantes do grupo A. Os exercícios prescritos foram realizados, em sua maioria, em decúbito dorsal e contração isotônica e isométrica da musculatura abdominal, a fim de fortalecer, ganhar mobilidade e melhorar a consciência corporal das participantes. Após ambos os grupos completarem 10 sessões dos exercícios prescritos, e as participantes do grupo A usarem a cinta continuamente, durante 20 dias, todas as participantes passaram por uma reavaliação para a coleta final dos dados. Os quantitativos, coletados antes e após o período de intervenção, foram: pontuação do índice Oswestry, mensuração da DMRA e circunferência abdominal; os dados qualitativos coletados foram: presença de desconforto estético, nível de consciência corporal e hábitos de vida. Para a análise estatística, assumindo o pressuposto de distribuição normal (Shapiro-Wilk >0,05 em todas as variáveis), optou-se por utilizar o teste T pareado para a diferença intragrupos e o teste T independente para as diferenças entre os grupos, em que o teste T independente mostrou que não existe diferença entre os grupos, em todas as variáveis analisadas, enquanto o teste T pareado mostrou que existe diferença intragrupos A e B na variável circunferência abdominal e

DMRA, mas não evidenciou diferenças intragrupos no teste Oswestry. Com relação aos dados qualitativos, as participantes do grupo A relataram o aumento da consciência corporal e postural. Diante do exposto, conclui-se que o uso da cinta abdominal pode ser um recurso benéfico para o tratamento de DMRA, porém não tem ligação direta com a reaproximação dos feixes do reto abdominal, sendo indicada a prescrição de exercícios específicos como protagonistas do tratamento.

Palavras-Chave: diástase muscular; órtese; fisioterapia.

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA LEI Nº 14.192/21 E DA ATUAÇÃO LEGISLATIVA DAS DEPUTADAS DE 2011 A 2026

Luísa Cristina Vasconcelos Marimon Álvares - CEUB, PIC CEUB/FAP, aluna bolsista
luisavma@sempreceub.com
Mariana Barbosa Cirne - CEUB, professora orientadora
mariana.cirne@ceub.edu.br

O direito de voto feminino tem menos de 100 anos. Foi a primeira etapa do que seria a grande luta pela representatividade feminina nos espaços de poder. No Distrito Federal, se contadas as últimas três legislaturas, só 5,5% dos parlamentares distritais são mulheres. Esta pesquisa busca estudar a sub-representação feminina com enfoque na questão da violência política de gênero, no contexto do Distrito Federal. Nesse sentido, visa-se, por meio de análise de projetos de leis e de entrevistas com deputadas distritais, eleitas nas últimas quatro legislaturas, avaliar a ocorrência da violência política de gênero e, com isso, dimensionar a efetividade da Lei nº 14.192/2021, que buscou reverter esse cenário de forte opressão. As perguntas a ser esclarecidas na presente pesquisa indagam se as parlamentares distritais, eleitas de 2011 a 2026, sofreram, ou sofrem, violência política de gênero; se sim, se os instrumentos da Lei nº 14.192/2021 podem contribuir para modificar esse cenário; se, no Distrito Federal, a atuação legislativa das parlamentares milita pela emancipação das mulheres. A pesquisa detém abordagem dedutiva, de cunho qualitativo, valendo-se de revisão bibliográfica, levantamento de projetos de lei distrital e de entrevistas com as parlamentares. Foi desenvolvida a revisão teórica sobre as mulheres na política, a violência política de gênero e a representatividade feminina nos espaços de poder. Foram analisados 104 projetos de lei, de 2011 a 2023, apresentados na Câmara Legislativa Distrital (CLDF), que contêm a temática de gênero e mulheres. Percebeu-se que 36,5% dos projetos foram propostos por mulheres; 53,1% dos projetos elaborados tratam de violência doméstica contra a mulher ou importunação sexual. Nesse tema, a maioria deles foi proposta por homens. As indicações de mulheres parlamentares, por sua vez, abrem novas áreas de emancipação feminina, como saúde e empreendedorismo. Ao longo de 13 anos, apenas 11 mulheres ocuparam as cadeiras da CLDF. Buscou-se entrevistá-las por meio telefônico ou e-mail, sem sucesso. Na bancada distrital atual, com 24 cargos, apenas 4 deles são ocupados por mulheres, o que corresponde a 16% da casa legislativa. Duas dessas parlamentares da legislatura atual responderam aos questionamentos. As parlamentares do DF sofrem com a violência de gênero na política. Uma das deputadas chegou a afirmar que precisou fazer campanha casada com um deputado federal, para ter sua campanha divulgada. Ser jovem é um elemento que agrava a violência. Todas conhecem a nova Lei nº 14.192/2021, mas nunca usaram seus instrumentos. Uma parlamentar que não enviou a resposta a tempo gostaria

de contar, com mais detalhes, o quanto a violência de gênero afeta sua atuação. A pesquisa demonstrou que a presença de mulheres nos espaços de poder ainda é uma luta a ser vencida, e, apesar de inúmeros direitos eleitorais garantidos para as deputadas, a igualdade de gênero é uma realidade muito distante na CLDF e nos demais espaços de poder.

Palavras-Chave: violência política de gênero; Câmara Legislativa distrital; mulheres no poder.

WEBDOCS EM LIBRAS: PROPOSTA DE PRODUTOS INTERATIVOS EM SÉRIE, “OUTROS SONS”, VOLTADOS PARA PESSOAS SURDAS E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Maria Eduarda Soares Toledo da Costa - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluno bolsista
maria.costa@sempreceub.com
Vinícius Braga Milhomem - CEUB, PIBITI CEUB/FAP, aluno voluntário
vmilhomem@sempreceub.com
Luiz Cláudio Ferreira - CEUB, professor orientador
luiz.ferreira@ceub.edu.br

Produziu-se um recurso audiovisual de características de *webdocumentário* intitulado “Outros sons", alocado em uma página própria na internet, com, além do objetivo de interatividade, propostas de idealização do site e de acessibilidade. A produção mostra as vivências de pessoas com deficiências auditivas e surdas no Distrito Federal, em quatro episódios divididos nos seguintes temas: esporte, educação, saúde e cultura. As pessoas entrevistadas compartilham, de forma expositiva, as suas vivências em cada uma das áreas citadas. O foco da produção é destrinchar a desigualdade de acessibilidade entre pessoas com deficiência auditiva, surdas e indivíduos ouvintes.

Palavras-Chave: *webdocumentário*; surdos; acessibilidade.